

Memórias Ecumênicas Protestantes

Os Protestantes e a Ditadura:
Colaboração e Resistência

Zwinglio M. Dias
(Org.)



MEMÓRIAS ECUMÊNICAS PROTESTANTES

Os Protestantes e a Ditadura: Colaboração e Resistência

Zwinglio M. Dias
(Org.)

Realização



MEMORIAL DA ANISTIA

Projeto
Marcas da Memória

Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça



Parceria



D541m

Dias, Zwinglio Mota (Org.)

Memórias ecumênicas protestantes – Os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência. Zwinglio Mota Dias (organizador). – Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014.

200p.; 15cm x 21cm.

ISBN 978-85-99416-09-9.

1. Igrejas Protestantes – Brasil. 2. Ditadura Militar. 3. Brasil – Política e governo. I. Dias, Zwinglio Mota.

CDD 981.063

Esta publicação é resultado de iniciativa fomentada com verbas do projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia. Por essa razão, as opiniões e dados contidos na publicação são de responsabilidade de seus organizadores e autores, e não traduzem opiniões do Governo Federal, exceto quando expresso em contrário.

Diretor Executivo de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
Rafael Soares de Oliveira

Organizador e editor
Zwinglio Mota Dias

Pesquisa
Andrea de Oliveira

Jornalista / Editor
Thiago Ansel

Programação visual
Paginaria Design Editorial

Revisão
Equipe de KOINONIA

Projeto Gráfico e Diagramação
Paginaria Design Editorial

Capa
Thiago Ansel

Realização

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
Rua Santo Amaro, 129 - Glória
CEP: 22211-230 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3042-6445- Fax: (21) 3042-6398
koinonia@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br

Ministério da Justiça
Esplanada dos Ministérios,
Palácio da Justiça,
Bloco T, Edifício sede.
Cep: 70064-900/ Brasília-DF
www.justica.gov.br/

Parceria

Centro de Estudos Bíblicos (CEBI)
São Leopoldo - RS - Brasil.
CEP: 93121-970
Caixa Postal: 1051
Fone: (51) 3568-2560
Fax: (51) 3568-1113
cebi@cebi.org.br



Presidenta da República
DILMA VANA ROUSSEFF

Ministro da Justiça
JOSÉ EDUARDO CARDOZO

Secretário-Executivo
MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA

Presidente da Comissão de Anistia
PAULO ABRÃO

Vice-presidentes da Comissão de Anistia
SUELI APARECIDA BELLATO
JOSÉ CARLOS MOREIRA DA SILVA
FILHO

Conselheiros da Comissão de Anistia
ALINE SUELI DE SALLES SANTOS
ANA MARIA GUEDES
ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA
CAROLINA DE CAMPOS MELO
CAROL PRONER
CRISTIANO OTÁVIO PAIXÃO ARAÚJO
PINTO
ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA
HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO
JUVELINO JOSÉ STROZAKE
MANOEL SEVERINO MORAES DE
ALMEIDA
MÁRCIA ELAYNE BERBICH DE MORAES
MARINA SILVA STEINBRUCH
MÁRIO MIRANDA DE ALBUQUERQUE
MARLON ALBERTO WEICHERT
NARCISO FERNANDES BARBOSA
NILMÁRIO MIRANDA
PRUDENTE JOSÉ SILVEIRA MELLO
RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI
ROBERTA CAMINEIRO BAGGIO
RODRIGO GONÇALVES DOS SANTOS
VANDA DAVI FERNANDES DE OLIVEIRA
VIRGINIUS JOSÉ LIANZA DA FRANCA

Diretora da Comissão de Anistia
AMARÍLIS BUSCH TAVARES

Chefe de Gabinete
LARISSA NACIF FONSECA

Coordenadora Geral do Memorial da Anistia
Política do Brasil
ROSANE CAVALHEIRO CRUZ

Coordenadora de Projetos e Políticas de Reparação e Memória Histórica
RENATA BARRETO PRETURLAN

Coordenador de Articulação Social, Ações Educativas e Museologia
BRUNO SCALCO FRANKE

Coordenadora do Centro de Documentação e Pesquisa
ELISABETE FERRAREZI

Coordenador Geral de Gestão Processual
MULLER LUIZ BORGES

Coordenadora de Controle Processual, Julgamento e Finalização
NATÁLIA COSTA

Coordenador de Pré-análise
RODRIGO LENTZ

Coordenadora de Análise e Informação Processual
JOICY HONORATO DE SOUZA

Apresentação da Comissão de Anistia

A Comissão de Anistia é um órgão do Estado brasileiro ligado ao Ministério da Justiça e composto por 26 conselheiros, em sua maioria, agentes da sociedade civil ou professores universitários, sendo um deles indicado pelas vítimas e outro pelo Ministério da Defesa. Criada em 2001, há treze anos, com o objetivo de reparar moral e economicamente as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações aos direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988, a Comissão hoje conta com mais de 70 mil pedidos de anistia protocolados. Até o ano de 2012 havia declarado mais de 35 mil pessoas “anistiadas políticas”, promovendo o pedido oficial de desculpas do Estado pelas violações praticadas. Em aproximadamente 15 mil destes casos, a Comissão igualmente reconheceu o direito à reparação econômica. O acervo da Comissão de Anistia é o mais completo fundo documental sobre a ditadura brasileira (1964-1985), conjugando documentos oficiais com inúmeros depoimentos e acervos agregados pelas vítimas. Esse acervo será disponibilizado ao público por meio do Memorial da Anistia Política do Brasil, sítio de memória e homenagem às vítimas, em construção na cidade de Belo Horizonte. Desde 2008 a Comissão passou a promover diversos projetos de educação, cidadania e memória, levando, por meio das Caravanas de Anistia, as sessões de apreciação dos pedidos aos locais onde ocorreram às violações, que já superaram 70 edições; divulgando chamadas públicas para financiamento a iniciativas sociais de memória, como a que presentemente contempla este projeto; e fomentando a cooperação internacional para o intercâmbio de práticas e conhecimentos, com ênfase nos países do Hemisfério Sul.

Composição atual da Comissão de Anistia

PRESIDENTE:

Paulo Abrão

Paulo Abrão é Secretário Nacional de Justiça do Brasil. Presidente do Comitê Nacional para Refugiados, do Comitê Nacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça que promove processos de reparação e memória para as vítimas da ditadura militar de 1964-1985. Diretor do Programa de Cooperação Internacional para o desenvolvimento da Justiça de Transição no Brasil com o PNUD. Integrou o Grupo de Trabalho que elaborou a Lei que institui a Comissão Nacional da Verdade no Brasil. Juiz integrante do Tribunal Internacional para a Justiça Restaurativa em El Salvador. Membro diretor da Coalização Internacional de Sítio de Consciência e presidente do Grupo de Peritos contra a Lavagem de Dinheiro da Organização dos Estados Americanos. Atualmente coordena o comitê de implantação do Memorial da Anistia Política no Brasil. Possui doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e é professor do Curso de Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Pablo de Olavide (Espanha). Possui publicações publicadas em revistas e obras em língua portuguesa, inglesa, alemã, italiana e espanhol.

VICE-PRESIDENTES:

Sueli Aparecida Bellato

Conselheira desde 06 de março de 2003. Nascida em São Paulo/SP, em 1º de julho de 1953.

Religiosa da Congregação de Nossa Senhora - Cônegas de Santo Agostinho, Advogada do Centro de Direitos Humanos de São Miguel Paulista - São Paulo, do Centro de Orientação de Direitos Humanos de Guarabira - Paraíba, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilões e Borborema - Paraíba, advogada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Rio Grande do Sul. Membro e coordenadora da Associação Nacional de Advogados Populares - ANAP. Advogada do Departamento de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores, da Secretaria-executiva do Fórum Nacional contra Violência no Campo. Assessora da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão /MPF. Assessora da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e assessora parlamentar dos Senadores Tião Viana e Siba Machado. Assistente de Acusação do Processo contra os acusados do assassinato do ambientalista e sindicalista Chico Mendes, João Canuto e Expedito Ribeiro. Membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz e Rede Social de Direitos Humanos. Compôs a Coordenação do Grupo de Trabalho Araguaia - GTA Membro do Tribunal Internacional de Justiça Restaurativa de El Salvador. É Mestranda do Programa de Pós Graduação de Direitos Humanos da UnB.

José Carlos Moreira da Silva Filho

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em São Paulo/SP, em 18 de dezembro de 1971, é graduado em Direito pela Universidade de Brasília, mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professor da Faculdade de Direito e do Programa de Pós- Graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

CONSELHEIROS:

Aline Sueli de Salles Santos

Conselheira desde 26 de fevereiro de 2008. Nascida em Caçapava/SP, em 04 de fevereiro de 1975, é graduada em Direito pela Universidade de São Paulo, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília. É professora da Universidade Federal do Tocantins/TO.

Ana Maria Guedes

Conselheira desde 04 de fevereiro de 2009. Nascida em Recife/PE, em 19 de abril de 1947, é graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Salvador. Atualmente é membro do Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia e integrante da comissão organizadora do Memorial da Resistência Carlos Mariguella, Salvador/BA.

Ana Maria Lima de Oliveira

Conselheira desde 26 de abril de 2004. Nascida em Irituia/PA, em 06 de dezembro de 1955, é Procuradora Federal do quadro da Advocacia-Geral da União desde 1987 e graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará.

Carolina de Campos Melo

Conselheira desde 02 de fevereiro de 2012. Nascida na cidade do Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1976, é graduada e mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e doutora em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É Advogada da União desde setembro de 2003. É também Professora do Departamento de Direito da PUC-Rio e Coordenadora Acadêmica do Núcleo de Direitos Humanos. Atualmente é assessora na Comissão Nacional da Verdade.

Carol Proner

Conselheira desde 14 de setembro de 2012, nascida em 14 de julho de 1974 em Curitiba/PR. Advogada, doutora em Direito Internacional pela Universidade Pablo de Olavide de Sevilha (Espanha), Professora de Direito Internacional da Universidad Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Co-Diretora do Programa Máster-Doutorado Oficial da União Européia, Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo - Universidade Pablo de Olavide/ Univesidad Internacional da Andaluzia. Concluiu estudos de Pós-Doutorado na École de Hautes Etudes de Paris (França). É autora de artigos e livros sobre direitos humanos e justiça de transição.

Cristiano Paixão

Conselheiro desde 1º de fevereiro de 2012. Nascido na cidade de Brasília, em 19 de novembro de 1968, é mestre em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e fez estágio pós-doutoral em História Moderna na Scuola Normale Superiore di Pisa (Itália). É Procurador Regional do Trabalho em Brasília e integra a Comissão da Verdade Anísio Teixeira da Universidade de Brasília, onde igualmente é professor da Faculdade de Direito. Foi Professor visitante do Mestrado em Direito Constitucional da Universidade de Sevilha (2010-2011). Co-líder dos Grupos de Pesquisa “Direito e história: políticas de memória e justiça de transição” (UnB, Direito e História) e “Percursos, Narrativas e Fragmentos: História do Direito e do Constitucionalismo” (UFSC-UnB).

Eneá de Stutz e Almeida

Conselheira desde 22 de outubro de 2009. Nascida no Rio de Janeiro/RJ, em 10 de junho de 1965, é graduada e mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. É professora da Universidade de Brasília, onde coordena um Grupo de Pesquisa sobre Justiça de Transição no Brasil, e leciona e orienta na graduação e pós-graduação em direito. Integra ainda a Comissão Anísio Teixeira da Memória e Verdade da UnB.

Henrique de Almeida Cardoso

Conselheiro desde 31 de maio de 2007. Nascido no Rio de Janeiro/RJ, em 23 de março de 1951, é o representante do Ministério da Defesa junto à Comissão de Anistia. Oficial de artilharia do Exército pela Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), é bacharel em Ciências Econômicas e em Ciências Jurídicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Juvelino José Strozake

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em Alpestre/RS, em 18 de fevereiro de 1968, é advogado graduado pela Faculdade de Direito de Osasco (FIEO), mestre e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É membro da Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP).

Manoel Severino Moraes de Almeida

Conselheiro desde 01 de junho de 2013. Nascido em Recife, em 22 de fevereiro de 1974, é Bacharel em Ciências Sociais (1999) e Mestre em Ciência Política (2004) pela Universidade Federal de Pernambuco. Membro da Comissão da Memória e Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco. Professor de Direitos Humanos e Ciência Política da UNINASSAU. Associado do IDHEC - Instituto Dom Helder Câmara; Dignitatis – Assessoria Técnica Popular; Cendhec - Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social e Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós- Graduação - ADHEP; IDEJUST - Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição. Ex-Conselheiro do Conselho Nacional de Segurança Pública – Ministério da Justiça (CONASP - 2010/2011) e colaborador do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana CDDPH; Signatário do PNDH3. Colaborador da rede de defensores e defensoras de direitos humanos das Américas mediado pela Anistia Internacional (RED DE DEFENSORES Y DEFENSORAS DE DERECHOS HUMANOS DE LAS AMÉRICAS).

Márcia Elayne Berbich de Moraes

Conselheira desde 23 de julho de 2008. Nascida em Cianorte/PR, em 17 de novembro de 1972, é advogada graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É especialista, mestre e doutora em Ciências Criminais, todos pela mesma instituição. Foi integrante do Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul entre 2002 e 2011 e ex. professora da Faculdade de Direito de Porto Alegre (FADIPA). Atualmente é professora de Direito Penal do IBMECRJ.

Marina da Silva Steinbruch

Conselheira desde 25 de maio de 2007. Nascida em Guaíra/SP, em 12 de abril de 1954, é graduada em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo/SP. Atuou como defensora pública da União por 22 anos. É funcionária pública desde 1973.

Mário Albuquerque

Conselheiro desde 22 de outubro de 2009. Nascido em Fortaleza/CE, em 21 de novembro de 1948. É membro da Associação Anistia 64/68. Atualmente preside a Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou do Estado do Ceará.

Marlon Alberto Weichert

Conselheiro desde 13 de maio de 2013. Procurador Regional da República, atuando há mais de dez anos com o tema da Justiça de Transição, especialmente responsabilização criminal e civil de perpetradores de graves violações aos direitos humanos, acesso à informação e à verdade, implantação de espaços de memória e reparações imateriais. Perito em justiça de transição indicado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. Coordenador do Grupo de Trabalho Memória e Verdade da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Coordenador do projeto Brasil Nunca Mais Digital. Mestre em Direito do Estado pela PUC/SP e graduado em Direito pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Direito Sanitário pela Universidade de Brasília – UnB.

Narciso Patriota Fernandes Barbosa

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em Maceió/AL, em 15 de setembro de 1970, é graduado em Direito pela Universidade Federal de Alagoas e possui especialização em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba. É advogado militante nas áreas de direitos humanos e de segurança pública.

Nilmário Miranda

Conselheiro desde 1º de fevereiro de 2012. Nascido em Belo Horizonte/ MG, em 11 de agosto de 1947, é Jornalista e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi deputado estadual, deputado federal e ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH – 2003/2005). Quando deputado federal Presidiu a Comissão Externa para Mortos e Desaparecidos Políticos. Foi autor do projeto que criou a Comissão de Direitos Humanos na Câmara, que presidiu em 1995 e 1999. Representou por 07 (sete) anos a Câmara dos Deputados na Comissão Especial dos Mortos e Desa-

parecidos Políticos. É membro do Conselho Consultivo do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, denominado “Memórias Reveladas”. Foi presidente da Fundação Perseu Abramo por 05 (cinco) anos. Atualmente é Deputado Federal por Minas Gerais e, na Câmara dos Deputados, é Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, titular da Comissão de Desenvolvimento Urbano e suplente da Comissão de Legislação Participativa.

Prudente José Silveira Mello

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em Curitiba/PR, em 13 de abril de 1959, é graduado em Direito pela Universidade Católica do Paraná e doutorando em Direito pela Universidade Pablo de Olavide (Espanha). Advogado trabalhista de entidades sindicais de trabalhadores desde 1984, atualmente leciona nos cursos de pós-graduação em Direitos Humanos e Direito do Trabalho do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC).

Rita Maria de Miranda Sipahi

Nasceu em Fortaleza/CE, em 1938. Formada pela Faculdade de Direito da Universidade do Recife. Servidora pública aposentada pela Prefeitura do Município de São Paulo. Suas principais atividades profissionais situam-se na área educacional, do Direito e da gestão pública. Militante política a partir dos anos 1960. Participa do Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo e do Coletivo de Mulheres de São Paulo. Conselheira da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça desde outubro de 2009.

Roberta Camineiro Baggio

Conselheira desde 25 de maio de 2007. Nascida em Santos/SP, em 16 de dezembro de 1977, é graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS.

Rodrigo Gonçalves dos Santos

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em Santa Maria/RS, em 11 de julho de 1975, é advogado, graduado e mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS. Professor licenciado do Curso de Direito do Centro Universitário Metodista Isabela Hendrix de Belo Horizonte. Consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Vanda Davi Fernandes de Oliveira

Conselheira desde 26 de fevereiro de 2008. Nascida em Estrela do Sul/MG, graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia e doutoranda em Direito Ambiental pela Universidad de Alicante (Espanha). É presidente da ONG Ambiente e Educação Interativa - AMEDI, e membro do CBH Paranaíba.

Virgínius José Lianza da Franca

Conselheiro desde 1º de agosto de 2008. Nascido em João Pessoa/PB, em 15 de agosto de 1975, é advogado graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba, especialista em Direito Empresarial pela mesma instituição. Atualmente é Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Refugiados do Ministério da Justiça (CONARE) e Diretor Adjunto do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça. Ex-diretor da Escola Superior da Advocacia da Ordem dos Advogados – Seccional Paraíba. Ex-Procurador do Instituto de Terras e Planejamento Agrário (INTERPA) do Estado da Paraíba. Igualmente, foi Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP).

Marcas da Memória: Um projeto de memória e reparação coletiva para o Brasil

Criada em 2001, por meio de medida provisória, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça passou a integrar em definitivo a estrutura do Estado brasileiro no ano de 2002, com a aprovação de Lei n.º 10.559, que regulamentou o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Tendo por objetivo promover a reparação de violações a direitos fundamentais praticadas entre 1946 e 1988, a Comissão configura-se em espaço de reencontro do Brasil com seu passado, subvertendo o senso comum da anistia enquanto esquecimento. A Anistia no Brasil significa, a contrário senso, memória. Em sua atuação, o órgão reuniu milhares de páginas de documentação oficial sobre a repressão no Brasil e, ainda, centenas de depoimentos, escritos e orais, das vítimas de tal repressão. E é deste grande reencontro com a história que surgem não apenas os fundamentos para a reparação às violações como, também, a necessária reflexão sobre a importância da não repetição destes atos de arbítrio.

Se a reparação individual é um meio de buscar reconciliar cidadãos cujos direitos foram violados, que têm então a oportunidade de verem o Estado reconhecer que errou, devolvendo-lhes a cidadania e, se for o caso, reparando-os financeiramente, por sua vez, as reparações coletivas, os projetos de memória e as ações para a não repetição têm o claro objetivo de permitir a toda a sociedade conhecer, compreender e, então, repudiar tais erros. A afronta aos direitos fundamentais de qualquer cidadão singular igualmente ofende a toda a humanidade que temos em comum, e é por isso que tais violações jamais podem ser esquecidas. Esquecer a barbárie equivaleria a nos desumanizarmos.

Partindo destes pressupostos e, ainda, buscando valorizar a luta daqueles que resistiram – por todos os meios que entenderam cabíveis – a Comissão de Anistia passou, a partir de 2008, a realizar sessões de apreciação pública, em todo o território nacional, dos pedidos de anistia que recebe, de modo a tornar o passado recente acessível a todos. São as chamadas “Caravanas da Anistia”. Com isso, transferiu seu trabalho cotidiano das quatro paredes de mármore do Palácio da Justiça para a praça pública, para escolas e universidades, associações profissionais e sindicatos, bem como a todo e qualquer local onde perseguições ocorreram. Assim, passou a ativamente conscientizar as novas gerações, nascidas na democracia, da importância de hoje vivermos em um regime livre, que deve e precisa ser continuamente aprimorado.

Com a ampliação do acesso público aos trabalhos da Comissão, cresceram exponencialmente o número de relatos de arbitrariedades, prisões, torturas, por outro lado, pôde-se romper o silêncio para ouvir centenas de depoimentos sobre resistência, coragem, bravura e luta. É neste contexto que surge o projeto “Marcas da Memória”, que expande ainda mais a reparação individual em um processo de reflexão e aprendizado coletivo, fomentando iniciativas locais, regionais e nacionais que permitam àqueles que viveram um passado sombrio, ou que a seu estudo se dedicaram, dividir leituras de mundo que permitam a reflexão crítica sobre um tempo que precisa ser lembrado e abordado sob auspícios democráticos.

Para atender estes amplos e inovadores propósitos, as ações do projeto Marcas da Memória estão divididas em quatro campos:

- a) Audiências Públicas: atos e eventos para promover processos de escuta pública dos perseguidos políticos sobre o passado e suas relações com o presente.
- b) História oral: entrevistas com perseguidos políticos baseadas em critérios teórico-metodológicos próprios da História Oral. Todos os produtos ficam disponíveis no Memorial da Anistia e poderão ser disponibilizadas nas bibliotecas e centros de pesquisa das universidades participantes do projeto para acesso da juventude, sociedade e pesquisadores em geral;
- c) Chamadas Públicas de fomento a iniciativas da Sociedade Civil: por meio de Chamadas Públicas, a Comissão seleciona projetos de preservação, de memória, de divulgação e difusão advindos de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos. Os projetos desenvolvidos envolvem documentários, publicações, exposições artísticas e fotográficas, palestras, musicais, restauração de filmes, preservação de acervos, locais de memória, produções teatrais e materiais didáticos.
- d) Publicações: coleções de livros de memórias dos perseguidos políticos; dissertações e teses de doutorado sobre o período da ditadura e a anistia no Brasil; reimpressões ou republicações de outras obras e textos históricos e relevantes; registros de análises de diferentes eventos sobre anistia política e justiça de transição. Sem fins comerciais ou lucrativos, todas as publicações são distribuídas gratuitamente, especialmente para escolas e universidades.

O projeto “Marcas da Memória” reúne depoimentos, sistematiza informações e fomenta iniciativas culturais que permitem a toda sociedade conhecer o passado e dele extrair lições para o futuro. Reitera, portanto, a premissa que apenas conhecendo o passado podemos evitar sua repetição no futuro, fazendo da Anistia um caminho para a reflexão crítica e o aprimoramento das instituições democráticas. Mais ainda: o projeto investe

em olhares plurais, selecionando iniciativas por meio de edital público, garantindo igual possibilidade de acesso a todos e evitando que uma única visão de mundo imponha-se como hegemônica ante as demais.

Espera-se, com este projeto, permitir que todos conheçam um passado que temos em comum e que os olhares históricos anteriormente reprimidos adquiram espaço junto ao público para que, assim, o respeito ao livre pensamento e o direito à verdade histórica disseminem-se como valores imprescindíveis para um Estado plural e respeitador dos direitos humanos.

Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Fundada em 1994, KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço é uma organização sediada no Rio de Janeiro (RJ), com atuação nacional e internacional. Somos uma entidade ecumênica de serviço composta por pessoas de diferentes tradições religiosas, reunidas em associação civil sem fins lucrativos. Integramos o movimento ecumênico e prestamos serviços ao movimento social.

A missão de KOINONIA é mobilizar a solidariedade ecumênica e prestar serviços a grupos histórica e culturalmente vulneráveis e em processo de emancipação social e política; além de promover o movimento ecumênico e seus valores libertários.

KOINONIA presta serviços e estabelece alianças com a população negra organizada em comunidades urbanas e rurais, trabalhadores rurais, mulheres, jovens, agentes de solidariedade com pessoas que vivem com HIV/AIDS, e lideranças intermediárias das igrejas.

Outro dos nossos campos de atuação é o das organizações ecumênicas nacionais e internacionais, onde a instituição não só presta serviços como também é um agente político de mobilização e disseminação de valores.

A palavra koinonia vem do grego e significa comunidade e comunhão.

Sumário

Apresentação / 13

Da Aventura Protestante... Apontamentos para Reflexão / 15

José Bittencourt Filho

**Perseguições, Denúncias, Sofrimentos e Resistência –
Depoimentos e Entrevistas / 25**

E Deus Responde... / 25

Jovelino Ramos

**Deputado Presbiteriano Lysâneas Maciel –
Um Tribuno de Fé e Coragem / 36**

Regina Maciel

Da Igreja e da Universidade para a Clandestinidade / 40

Zenaide Machado de Oliveira e Antonio Carlos de Oliveira

Do Abandono da Igreja à Luta Clandestina / 50

Roberto Chagas

O Missionário que se fez Pastor dos Perseguidos e Torturados / 58

Anita Wright Torres

Bispo Denuncia Fiel, Líder de Juventude / 65

Anivaldo Padilha

A Militância Política de um Presbiteriano “Comunista”... / 74

Nilton Emmerick

**Paulo Wright, um Presbítero, Deputado e Metalúrgico
“Desaparecido”... / 82**

Carlos Gilberto Pereira - “Carlão”

O Itinerário de Vida de um Coração Ecumênico / 90

Waldo Lenz César

Um Padre Protestante, Músico e Poeta... / 102

Carlos Alberto C. da Cunha

Encarnando a Esperança Ecumênica... / 109

Jether Pereira Ramalho

Um Bispo na Luta Popular / 117

Paulo Ayres Mattos

**O Povo Suruí e o Compromisso Missionário de Luteranos -
Um Caso de Expulsão por Parte da FUNAI / 126**

Lori Altmann e Roberto E. Zwetsch

**A Resistência Protestante/Ecumênica de Exilados
em Genebra (Suíça) / 135**

Charles R. Harper

Depoimentos que Reafirmam a Esperança / 147

“A juventude não perdeu a esperança...” / 147

Mariana Zuccarello

“A juventude é o retrato da sociedade que aí está...” / 153

João Pucinelli

**“A juventude compreende o Ecumenismo como o cuidado
de uma mesma casa...” / 159**

Edoarda Scherer

“A juventude quer se protagonista da história...” / 164

Lucas De Francesco

**A Emergência de se Profanar Memórias: Interpretações
Sobre a Juventude Ecumênica e as Resistências à Ditadura
Militar no Contexto Brasileiro / 169**

Daniel de Souza

**Os Evangélicos, o Golpe e a Ditadura:
O irresistível Canto das Sereias Autoritárias / 177**

Leonildo S. Campos

**(In)conclusão - A Memória Subversiva
e o Protestantismo Libertário / 193**

Jorge Atilio S. Iulianelli

Apresentação

*“O veredito do passado é sempre um oráculo.
Somente como arquitetos do futuro e como
conhecedores do presente podereis entendê-lo”*
(F. Nietzsche)

Estamos diante de um livro, para muitos, surpreendente. Trata-se de um volume que reúne depoimentos e entrevistas de alguns protestantes e ex-protestantes que, nas décadas de sessenta e setenta do século passado, juntamente com muitos outros, consagraram suas vidas à luta contra a ditadura civil-militar imposta pelas armas à sociedade brasileira a partir de 1964. Jovens, à época, empolgados com as possibilidades abertas para a construção de um novo futuro para o país e, ao mesmo tempo, convencidos do retrocesso político, econômico e cultural sinalizado pela implantação de um regime autoritário, criaram as mais diferentes formas de resistência ao arbítrio e ao atropelo aos direitos inalienáveis da pessoa humana. Pagaram um preço inaudito por sua ousadia e destemor. Foram vítimas da tortura, da prisão e do exílio... e muitos tiveram suas vidas ceifadas nos porões da violência institucionalizada.

Jovens que cresceram nos espaços das ainda, pouco numerosas igrejas protestantes, onde, desde cedo, aprenderam o significado de valores como fraternidade, justiça e solidariedade. Ao chegarem à idade adulta descobriram também que as instituições eclesiásticas quase sempre respondem muito mais aos interesses dominantes na sociedade do que aos valores humanos fundamentais exarados em suas confissões de fé e afirmações doutrinárias. O autoritarismo, desde sempre presente na sociedade brasileira mas, ampliado e consagrado pelo novo regime, se fez presente de forma inequívoca nos espaços institucionais do universo protestante. Assim, o conflito político-ideológico que se instaura na sociedade a partir da década de cinquenta também eclode no interior das igrejas. Os que detêm o poder eclesiástico aderem sem peias ao novo regime e dão início a um processo ao mesmo tempo de expurgo e de delação dos seus irmãos e irmãs dissidentes. Isso acontece, praticamente, em todas as igrejas do protestantismo com diferentes graus de radicalismo. Um dos casos mais notórios deu-se na Igreja Presbiteriana do Brasil que não apenas desligou pessoas, leigos/as e pastores, mas até regiões eclesiásticas inteiras com suas respectivas comunidades. Estas, mais tarde, vão se aglutinar e dar origem a mais uma denominação protestante no país, a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU).

Os depoimentos e entrevistas coligidos neste livro, ao lado de algumas análises que procuram explicitar, teológica e sociologicamente, as motivações que geraram esse tipo de comportamento autoritário por parte das instituições eclesiásticas, se inscrevem num esforço maior de resgate da memória histórica do protestantismo brasileiro. Por décadas a história do envolvimento de protestantes ou de pessoas advindas desse universo religioso foi ocultada e sonogada ao conhecimento da maioria das novas gerações de protestantes e da sociedade brasileira

como um todo. De um modo geral se tem notícia do envolvimento de padres, bispos e leigos/as católico-romanos. Os setores progressistas dessa igreja majoritária no Brasil tem o registro de seus irmãos e irmãs sacrificados no altar da ignóbil violência institucionalizada. Os filhos e filhas do protestantismo que sofreram os mesmos suplícios e foram também sacrificados nas masmorras do regime permanecem, até hoje, desconhecidos/as pela sociedade e, o que é ainda mais trágico, pelas suas próprias comunidades de fé originais.

Num esforço de recuperação desta memória, aparentemente perdida, em benefício das novas gerações, esta iniciativa quer ser também uma homenagem a todas aquelas pessoas que, oriundas das comunidades protestantes, se levantaram, com determinação e coragem, para protestarem contra a supressão da liberdade e dos direitos básicos do povo brasileiro, oferecendo suas vidas num gesto de solidariedade e amor para a construção de um futuro marcado pelos valores da justiça, da paz e da fraternidade.

A luta dos jovens protestantes de então também se derivou de um conjunto de experiências novas nascidas das aproximações ecumênicas desenvolvidas, principalmente, pelas estruturas organizacionais das juventudes das diferentes denominações. O movimento ecumênico internacional, empenho de aproximação das diferentes vertentes eclesiais do protestantismo já vinha, ainda que lentamente, ganhando corpo entre as igrejas brasileiras. Sua ênfase na cooperação inter-eclesástica, seu chamamento a um testemunho evangélico comum frente a um mundo fraturado por guerras e discórdias de todo tipo, sua preocupação com a crescente desigualdade econômica e as injustas relações entre as nações sensibilizava profundamente a juventude sempre disposta à novas experiências e impaciente com as visões e formulações desatualizadas de suas instituições eclesásticas. Quando estas começam a rechaçar essas “novidades”, temerosas de perder suas já conquistadas e confortáveis posições de acomodação ao *status quo* a bandeira do ecumenismo levantada pelos jovens se torna em mais um elemento de conflito no interior das denominações protestantes. No decorrer da história serão esses jovens os principais agentes que vão tornar possível a prática ecumênica entre nós. Por estas razões as iniciativas deste projeto de resgate da memória estão também dedicadas ao fortalecimento da já consolidada e atuante Rede Ecumênica de Juventude.

Este livro é um resultado parcial do projeto “Memórias Ecumênicas Protestantes no Brasil: Dos porões da ditadura à Redemocratização”, que se complementa com a produção de dois documentários audiovisuais, um *site* de divulgação na Internet e a digitalização de um grande acervo de documentação relacionada ao tema. Executado por “KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço”, este projeto se tornou possível graças ao apoio solidário do programa “Marcas da Memória” da Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça.

Zwinglio M. Dias

Da aventura Protestante... Apontamentos para reflexão

José Bittencourt Filho¹

Prólogo

O espírito protestante desmascara os ídolos religiosos e políticos e recusa-se a simplesmente legitimar o status quo. Tudo tem de entrar em processo de conversão e mudança, isto é, deve libertar-se de todo tipo de opressão para ampliar o espaço da liberdade para Deus e para a ação livre do ser humano. O princípio protestante vai ajudar os próprios protestantes a se libertarem de seu moralismo burguês para se apoiarem no radicalismo evangélico, como o fez Lutero.
[Leonardo Boff]

Entendo por oportuno que quando se fala de “protestantismo brasileiro”, faz-se necessário precisar qual ente cultural se está tentando designar. Para tanto, ao longo do século XX diversas tipologias foram elaboradas no intuito de situar quais seriam exatamente as agremiações religiosas efetivamente pertencentes a esse conjunto. A despeito da variedade dos critérios, a elaboração das tipologias geralmente focaliza as ênfases doutrinárias e suas respectivas ancestralidades, ou seja, partindo-se do pressuposto de que a referência ao movimento da Reforma e às Confissões que o seguiram seria uma “evidência” da natureza mais ou menos “protestante” das comunidades religiosas em estudo. Para efeito operacional entendendo que essa criteriologia seja inevitável, mesmo se sabendo que os fatos históricos são muito mais complexos e comportam variados fatores em sua composição.

É oportuno realçar que no Brasil, o protestantismo clássico, ou protestantismo histórico comumente apelidado de *protestantismo de missão* — uma vez que foi o resultado dos empreendimentos missionários norte-americanos efetuados a partir da segunda metade do século XIX —, foi o que se teve de mais próximo da Reforma. Tal proximidade decorreria de alguns aspectos fundamentais, tais como: princípios teológicos e doutrinários, padrões litúrgicos, conteúdos catequéticos, valores ético-morais, e o discurso religioso. No caso do nosso protestantismo de missão existe uma peculiaridade importantíssima, a saber: o fator comum e o traço principal dos grupamentos historicamente pioneiros que se deslocaram para e vieram a se implantar no Brasil e que se apresentaram como *igrejas*, na realidade se tratavam de *denominações*. Esse qualificativo não se reduz apenas a uma questão

¹ Teólogo e Sociólogo da Religião com doutorado pela PUC-SP. Por muitos anos assessor do CEDI e colaborador de KOINONIA Presença Eumênica e Serviço. Foi professor da Faculdade Unida de Vitória, ES e da UNB. Membro da Igreja Episcopal-Anglicana do Brasil.

conceitual, mas trata-se de um *status* e de uma condição com significativos efeitos e desdobramentos.

Vale relembrar que as denominações são formas de organização religiosa cujo compromisso fundamental é com determinados segmentos ou camadas sociais, isto é, uma adaptação religiosa a um determinado arcabouço ideológico e dadas condições materiais. Esta condição seria decisiva não só no período da implantação – entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX –, no formato da concorrência entre elas em seu período de expansão; bem como nos embates e na concorrência pelo espaço no campo religioso nacional com os diferentes tipos de pentecostalismo, já na segunda metade do século XX. O mais importante é compreender que o liame entre as denominações e a sociedade passa por determinados “projetos” que representam interesses específicos portadores de contornos ideológicos definidos.

Constava do ideário das missões denominacionais que aportaram no Brasil o projeto expansionista norte-americano sob o influxo da ideologia do “destino manifesto”. Além da religiosidade pietista e do conservantismo em matéria de interpretação bíblica, havia uma afinidade com um projeto liberal a ser implantado num continente composto por países arcaicos, monarquistas, aristocráticos e católicos. Assim, a par dos militantes do liberalismo radical, dos espíritas kardecistas e tendo como substrato as ideias e a metodologia maçônicas, o protestantismo histórico, até onde se sabe, em todos os países da América do Sul, foi um coadjuvante no projeto de ruptura e de renovação com a cultura tradicional oriunda das metrópoles coloniais, por meio do anticatolicismo e da divulgação e mesmo da implantação das premissas básicas do modelo liberal de sociedade. A estrutura e o funcionamento das comunidades nos planos locais, regionais e nacionais, bem como o modelo pedagógico dos colégios que fundaram são exemplos nítidos da proposta de sociedade pelo qual lutavam. No caso do Brasil, esse projeto esgotou-se quando, na década de 1950, finalmente o Brasil ingressa no capitalismo industrial.

I

Quando cessou o período propriamente missionário, as denominações haviam obtido um crescimento numérico razoável das comunidades, entretanto, esse projeto eclesiológico não prosperou, posto que não levou em conta as profundas contradições sociais, nem a natureza peculiar da formação cultural brasileira, e assim deixou de perceber as mudanças que começaram a abalar e transformar o País. O advento da industrialização e da urbanização do pós-guerra encontra um protestantismo congelado em sua mundividência e em sua proposta religiosa, e assim veio a se transformar numa espécie de subcultura de refúgio para segmentos das classes intermediárias. Nesse período, assim como a história do Brasil havia

completado um ciclo, o protestantismo de missão chegou a um limite, qual seja, o da realização do projeto de sociedade subjacente às missões norte-americanas. Esse protestantismo estava diante do desafio de reinventar-se para redescobrir seu lugar na democracia brasileira, para além da esfera estritamente religiosa.

Desde então aparecem, em todas as denominações, segmentos minoritários que chamo de “ilhas de dissidência” cuja tarefa tem sido contextualizar o protestantismo à realidade brasileira em todos os seus aspectos. No cenário atual os integrantes dessas “ilhas” persistem no empenho de fundamentar e justificar suas ações pastorais e políticas utilizando-se – como o fizeram desde sempre – do ecumenismo como seu principal instrumento de luta. Na proporção em que as denominações clássicas, em todas as partes do mundo vão experimentando um processo acelerado de extinção, o que restam são as práticas e os discursos dessas ilhas que teimam, apesar de toda a precariedade e de todas as vicissitudes, em cultivar o “espírito protestante”.

II

Basta uma rápida visita aos sítios da Internet dedicados às Ciência da Religião e à Teologia para que se verifique uma elevada quantidade de escritos acerca do assim chamado *protestantismo brasileiro*. São livros e artigos acadêmicos que destacam diversos aspectos do fenômeno em face das mudanças culturais e políticas em andamento no mundo atual. No entanto, me parece que a grande maioria prefere tratar de temas específicos e fatos recentes que colocam as igrejas evangélicas na pauta das mídias. Isso significa que poucas autoras e autores têm se arriscado a produzir uma teoria do subcampo protestante nacional. Por conseguinte, continuam sendo referência a contribuição daqueles que tiveram a coragem de propor uma teoria abrangente. Assim, permanecem as preciosas contribuições de pensadores saudosos como Antonio G. Mendonça e Rubem A. Alves.

Vale assinalar que Mendonça, numa perspectiva sociológica que chama a atenção para os padrões que se repetem, enfatizava uma espécie de substrato comum às denominações históricas no Brasil que seria uma resultante da mescla entre *pietismo* e *fundamentalismo*. Zwinglio M. Dias, outro pensador e pesquisador do protestantismo nacional, vai nomear esse fenômeno como “unanimidade não planejada”, uma categoria que se torna operacional para uma interpretação abrangente. Rubem Alves, por sua vez, irá enfatizar a obsessão doutrinária das denominações, caracterizando o protestantismo pátrio como de *reta doutrina*. Essa preocupação estará na base de milhares de grandes e pequenas rupturas que ao longo da segunda metade do século passado, se deram no interior das denominações clássicas e que, no âmbito das igrejas pentecostais, foi ainda mais agravado, porquanto, a partir do pentecostalismo clássico, essa vertente religiosa teria “herdado” esse traço; na verdade, ninguém sabe quantas denominações pentecostais

existem hoje no Brasil; muito embora se esteja certo de que o surgimento delas tem como motivação embates doutrinários, mesmo quando estes são apenas subterfúgios para encobrir vaidades e interesses pessoais.

Como já dissemos, o protestantismo de missão trouxe consigo uma perspectiva conservadora da interpretação bíblica que, em terras brasileiras, viria a evoluir e se transformar em terreno fértil para a implantação do fundamentalismo. No Brasil, o fundamentalismo nunca adquiriu o perfil de movimento, como nos EUA. Contudo, ao modo de uma corrente subterrânea acabou por formatar o arcabouço doutrinário das denominações clássicas e, com maior intensidade e novas pretensões os pentecostalismos. Na década de 1970 quando do auge da ditadura militar as denominações clássicas já estavam internamente cindidas pelos movimentos reavivalistas e pelos movimentos de índole carismático-pentecostal. Esses movimentos iriam dar início a um novo denominacionalismo evangélico que iria explodir na década de 1980 e que na década seguinte iria caracterizar-se pela sua capacidade de mobilização multitudinária, acúmulo de recursos materiais e financeiros, e ainda um prestígio social e político crescente.

Não se pode olvidar que na década de 1970 o Brasil já tinha se transformado numa espécie de laboratório de religiosidades, sendo que os movimentos reavivalistas e carismático-pentecostais receberam toda espécie de suporte, ou seja, ideológico, financeiro, político e até mesmo técnico. Como exemplo vale recordar que na década de oitenta, os dubladores brasileiros dos televangelistas recebiam treinamento nos EUA para o desempenho de sua função. Ao mesmo tempo sabe-se que pessoas que ocupavam cargos estratégicos em organizações ditas missionárias ou evangelizadoras eram militares reformados e agentes ligados às chamadas comunidades de inteligência, em particular a CIA. Na década de noventa chegaremos ao estágio da implantação da indústria fonográfica e mesmo multimídia com feitiço *gospel*.

A partir daquele momento se ampliavam as proporções do fundamentalismo. Já não se tratava mais de idiossincrasia dos conservadores evangélicos de língua inglesa, mas um grande empreendimento que transformaria comunidades e denominações inteiras em autênticas empresas que passaram a estabelecer com seus fiéis um relacionamento análogo ao do grande mercado, e alteraram por completo o papel sociopolítico do campo religioso. Como muito bem adverte José Jorge de Carvalho:

Em todas as regiões do mundo submetidas à presença do evangelismo norte-americano, a esfera espiritual vem sendo conquistada, em alguma medida, pelo mesmo solo mercantilista que vigora nos Estados Unidos. Quando uma determinada corporação evangélica faz um acordo com o estado guatemalteco, ou com o estado brasileiro, para ampliar sua presença midiática nesses países, esse acordo é conduzido segundo os mesmos critérios mercantilistas que regem a venda de petróleo, ou de máquinas. Nem sequer faz

sentido mais falar de um mercado “puramente” religioso; trata-se, de fato, de decisões ancoradas em pressões políticas e econômicas. Torna-se cada vez mais difícil encontrar, nos movimentos religiosos transnacionais, manifestações da espontaneidade absoluta, ou da gratuidade na vocação religiosa, sobretudo naqueles que, semelhantes aos evangélicos, são também regidos por alguma missão de tipo messiânico, ou conversionista. (CARVALHO: 1998, 103)

III

No contexto da chamada globalização, concebida como a afirmação de uma nova consciência planetária que incide sobre as sociedades e os indivíduos, ações locais e cotidianas passam a ser influenciadas ou mesmo determinadas por acontecimentos que ocorrem em outras partes do mundo, bem como hábitos e estilos de vida se generalizam. Este fenômeno eclode igualmente no domínio dos sistemas de crenças, cujos conteúdos simbólicos não exercem mais controle sobre as suas fronteiras imaginárias. A simbólica religiosa tem transgredido os seus respectivos limites originários e passam a circular livremente. É sabido que a globalização é também responsável pela decomposição e recomposição da identidade individual, o que fragiliza os limites simbólicos tanto de sistemas de crenças quanto de pertencimento. Isso comporta pelo menos dois desdobramentos, a saber: 1) a demarcação de identidades particulares no afã de preservar uma suposta unidade cultural e simbólica e; 2) a abertura ao sincretismo cultural, ou seja, uma espécie de negociação com o horizonte da alteridade.

Não é demasiado afirmar que a dinâmica atual da globalização e da pluralização inerente provoca a emergência de uma ordem social pós-tradicional, em que as tradições, sem perder o seu sentido de identidade, mudam de condição. Numa sociedade pós-tradicional as identidades religiosas são permanentemente forçadas a se expor, a entrar em contato e se enriquecer com o diferente. O processo de redefinição e de reinvenção da tradição torna-se incontornável. As aceleradas mudanças de cunho cultural provocam questionamentos das “certezas” religiosas supostamente cristalizadas. É oportuno advertir que não se trata de abandonar a tradição, mas sim de reinterpretá-la criativamente no afã de adaptá-la à nova e inexorável realidade. Numa velocidade vertiginosa tornam-se disponíveis um cardápio variado de modos de viver e de pensar, sendo que o campo religioso, embora comporte um ritmo peculiar, não pode permanecer incólume. Neste quadro torna-se praticamente impossível a manutenção da garantia de exclusividade das interpretações, que acabam se convertendo apenas em hipóteses, inseridas num amplo espectro de possibilidades. Vale sublinhar que, no plano individual, esse contexto provoca um alto nível de insegurança e acentuado temor nos grupos e comunidades.

Para numerosos contingentes humanos, o pluralismo tem sido visto como um peso e uma ameaça, uma vez que consideram demasiadamente desgastante e arriscado conduzir a própria existência sem poder contar com padrões hermenêuticos e normativos permanente e universalmente válidos. No quadro atual de pluralismo, não há como se assegurar muralhas sólidas e protetoras, porquanto sempre aparecem brechas. Desse modo os grandes e pequenos projetos “restauradores” em curso nos diferentes domínios religiosos parecem direcionados não só para uma reorientação dos fiéis. Mas também para a tentativa de enfraquecimento ou mesmo supressão das manifestações do pluralismo cultural. Esta é uma das facetas principais e mais evidentes do fundamentalismo presente em várias religiões mundiais.

Considerando que os seres humanos abominam a incerteza e a insegurança, no ambiente religioso diante do risco desagregador da dúvida responde-se com a afirmação da ortodoxia disponível. Neste caso apela-se tanto para o isolamento, a chamada estratégia de “gueto”; quanto se adota a estratégia de “cruzada”, concebida aqui como o caminho da conquista da sociedade por uma proposta religiosa particular. Esta parece ser a alternativa da chamada “bancada evangélica” no Congresso Nacional. Por essa configuração é que todo fundamentalismo comporta elementos de violência potencial, real e simbólica. Com efeito, todo fundamentalismo facilmente induz os fiéis ao ódio, ao rancor e à hostilidade. Por conseguinte, o fundamentalismo atual deve ser analisado contra o pano de fundo do surgimento da sociedade pós-tradicional, pois se trata de uma resultante do confinamento em que se encontram as tradições religiosas. Para os fundamentalistas é intolerável o esvaziamento dos seus valores tradicionais e como estratégia de resistência reforçam os laços de pertença e solidariedade das comunidades que estão sob sua influência; assim como rejeitam sistemática e enfaticamente vetores da lógica moderna tais como pluralismo, hermenêutica, relativismo, evolução e correlatos.

Os fundamentalistas não reagem às crises da modernidade, mas sim às crises que a modernidade provoca em suas comunidades de fé e em suas convicções básicas no plano ético-moral e político, posto que as questões econômicas e tecnológicas não os incomodam, basta ver com que desenvoltura se utilizam da mídia eletrônica e convivem harmonicamente com a lógica do Mercado total. No entanto, a identidade fundamentalista é uma identidade ameaçada, amedrontada, eivada de insegurança e, por isso mesmo, uma identidade que sempre reage agressivamente. Trata-se de uma identidade que não têm consciência de si mesma – sendo o denominacionalismo nacional um exemplo vivo dessa inconsciência – mas se define pela negação de inimigos reais ou fictícios.

Após o 11 de setembro verificou-se na mídia uma tendência de reduzir o fundamentalismo ao cenário islâmico. Trata-se de um grande equívoco. Na verdade, o fundamentalismo irá marcar presença no Islã bem mais tarde do que nas duas outras grandes tradições monoteístas: o judaísmo e o cristianismo. No Islã,

o fundamentalismo irá manifestar-se nas décadas de sessenta e setenta do século passado, justamente como reação ao avanço da cultura moderna ocidental em áreas majoritariamente muçulmanas.

Recentemente o Brasil assistiu com direito a “pompa e circunstância” a inauguração do “templo de Salomão”, da Igreja Universal do Reino de Deus; que contou até mesmo com a presença da Presidente da República. Este episódio é emblemático no sentido de demonstrar com toda clareza o estágio atual da religiosidade de origem supostamente protestante adaptada à sociedade de consumo de massas, que oferece seus bens simbólicos numa moldura simplesmente espetacular! Com efeito, há quase meio século Debord preconizava que a sociedade pós-industrial seria uma *sociedade do espetáculo*:

Considerado em sua totalidade, o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada. É o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos –, o espetáculo constitui o *modelo* da vida dominante na sociedade. É a afirmação onipresente da escolha *já feita* na produção, e o consumo que decorre dessa escolha. Forma e conteúdo do espetáculo são, de modo idêntico, a justificativa total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo é também a presença permanente dessa justificativa, como ocupação da maior parte do tempo vivido fora da produção moderna. (DEBORD: 1994, 15)

Epílogo

No espaço que me foi dado tentei produzir uma reflexão que apresentasse o protestantismo brasileiro como uma aventura, ao lado de tantas outras que a humanidade tem participado. A rigor, o protestantismo nos moldes da Reforma nunca foi experimentado no Brasil; o que se experimentou foi o denominacionalismo importado dos EUA. Essa importação religiosa aconteceu num momento histórico em que a América Latina se via às voltas com o fim definitivo do projeto colonial, portanto estava vinculada com algo maior do que ela mesma e que ultrapassava as fronteiras da especificidade religiosa.

O dogmatismo, o conservadorismo e a ideologias inerentes ao exercício do “destino manifesto” não permitiu que o denominacionalismo deitasse raízes na cultura e na sociedade brasileiras, mantendo-se numa condição minoritária, com todas as implicações disso. Quando o País atingiu determinado estágio em seu processo de modernização, as bases sociais do denominacionalismo se esgotaram, e o seu projeto religioso entrou numa decadência acelerada e irreversível. Após

o advento do golpe militar o espaço disponível no campo religioso passou a ser ocupado por um novo denominacionalismo acentuadamente fundamentalista e pentecostal.

A nova ordem econômica internacional que fez uso dos regimes de Segurança Nacional para a sua implantação e mais adiante o advento da globalização, do neoliberalismo e da chamada pós-modernidade viram surgir uma religiosidade “evangélica” inteiramente adaptada à lógica de mercado total e que funciona como correia de transmissão para os interesses das elites hegemônicas. Trata-se de uma religiosidade não só adaptada como subserviente à ideologia do mercado total, sedenta de poder formal (político, econômico, patrimonial e cultural), e que encontra respaldo e aceitação em amplos segmentos da sociedade brasileira. Por esse motivo é que a “bancada evangélica” (cada vez mais numerosa) se apresenta como uma legítima representante da “maioria silenciosa” do povo brasileiro.

Sobre esta nova etapa da aventura ainda é cedo para arriscar pareceres definitivos, até porque tudo depende tanto das particularidades nacionais quanto, e cada vez mais, da estrutura global e das conjunturas regionais e nacionais.

Duas leituras seriam possíveis. A primeira é de que o espírito protestante é irrealizável no mundo capitalista ocidental, e a sua ausência se verifica em todas as nações onde existem comunidades religiosas herdeiras da Reforma. A segunda é a de que o protestantismo guardou em si mesmo os vetores de seu desaparecimento devido seu namoro com o individualismo e a secularização. Isto seria visível na rápida extinção das igrejas protestantes na Europa, berço da Reforma. Por sinal, penso que seja cabível aqui uma referência ao debate ainda inconcluso sobre a secularização no mundo ocidental.

Na atualidade, muitos consideram os arautos da secularização inteiramente equivocados em face da efervescência religiosa que se reveste de um caráter global. Talvez o equívoco não tenha sido preconizar o desaparecimento da religião. Talvez, o que os esses arautos não tenham sido capazes de antever, foi que a secularização consistiria justamente numa religiosidade dócil e amestrada, sem qualquer interferência na organização da sociedade, exceto na promoção e difusão de certo conjunto de valores com os quais o sistema pode conviver tranquilamente até certo ponto. Acredito que seja pertinente aprofundar essa reflexão.

Não vai faltar quem diga que o neodenominacionalismo brasileiro se constitui como um legítimo herdeiro da Reforma, considerado o princípio eclesiológico segundo o qual as igrejas protestantes deveriam permanecer se reformando para se adaptarem às novas condições socioeconômicas, culturais e políticas. Se analisarmos os traços dominantes da Matriz Religiosa Brasileira, não seria isso que está motivando as comunidades neodenominacionais e pentecostais autônomas? Dito de outro modo, esse seria o único protestantismo possível em nossas paragens? Isso me lembra um dito popular que vou parafrasear em tom de indagação: será que cada um tem o protestantismo que merece?

Referências

BOFF, Leonardo. *Ética e espiritualidade*. Campinas: SP, Verus Editora, 2003.

CARVALHO, José Jorge de. Religião, mídia e os procedimentos de convivência pluralista: uma análise do evangelismo transnacional norte-americano. In: MOREIRA, Alberto da Silva [Org.]. *Sociedade global: cultura e religião*. Petrópolis: RJ; S. Paulo: Universidade São Francisco 1998.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Perseguições, Denúncias, Sofrimentos e Resistência – Depoimentos e Entrevistas

E Deus Responde – “*Marchar!*” ... Mas como?

Depoimento do Pastor Presbiteriano Jovelino Ramos, líder ecumênico, um dos fundadores do Centro Evangélico de Informação (CEI) na década de sessenta e também da revista “Paz e Terra”. Perseguido por sua igreja e pela ditadura exilou-se nos EUA, onde permanece até hoje.

*”Marchar co’a espada de Roma
– Leoa de ruiva coma
De presa enorme no chão,
Saciando ódio profundo...
– Com as garras nas mãos do mundo,
– Com os dentes no coração?...
.....
Não!... Nem templos feitos de ossos
Nem gládio a cavar fossos
São degraus do progredir...
Lá brada César morrendo:
“No pugilato tremendo
“Quem sempre vence é o porvir!””*

Assim falava Castro Alves, nosso favorito parnasiano de todos os tempos, no poema *O Livro e a América*. Poesia como protesto? Profecia como na dos bíblicos tempos de Isaías, Miquéias, Joel, Amós e Ezequiel? Por que não? Sua denúncia à irracionalidade de guerras, opressão e repressão continua ressoando nos nossos dias. E que dizer da impecável liberdade poética do condoreiro, ao colocar aquele *quem sempre vence é o porvir* na boca de César? Tal afirmação de fé no futuro me faz pensar nos precedentes e consequências do golpe militar do primeiro de abril de 1964.

Sobre o que Júlio Cesar disse morrendo, no dia 15 de março de 44 AEC, não há firme consenso. De acordo com Plutarco ele nada disse, mas ao ver Brutus entre os conspiradores, prontamente cobriu o rosto com sua toga. Shakespere retrata-o exclamando “Et tu, Brute?”

*Pois Brutus, como sabemos, era o Anjo de Cesar. Julguem, ó deuses, como Cesar o amava!*¹

I. Como Esquecer?

Como o golpe de Brutus, o golpe militar de 1964, foi uma surpresa. E como o de Brutus (e seus comparsas), foi rápido e com precisão cirúrgica. Em questão de horas o regime constitucional, democrático e representativo caiu como um castelo de cartas. Em questão de dias instalava-se a ditadura militar. E com ela a repressão começa. Primeiro as cassações. Então o Ato Institucional. Em seguida as comissões de inquérito, as batidas policiais, e as detenções, e a tortura dos “corruptos e subversivos”.

*Meu Deus! meu Deus, mas que bandeira é esta,
Que impudente na gávea tripudia?!...
Silêncio, musa. Chora e chora tanto,
Que o pavilhão se lave no teu pranto.*²

Mas nada disso deveria ser surpresa. Os indícios estavam lá, como o “óbvio ululante”, para usar o famoso linguajar do então jornalista Sérgio Porto. Estavam lá para quem quisesse ver. Hoje sabemos que o surpreendente foi a falta de preparo do regime constitucional para enfrentar a borrasca.

Sem dúvida um fator influente foi a situação internacional: o clima da guerra fria que sacudia o mundo. A tensão entre Estados Unidos e a União Soviética, foi agravada com a crise dos mísseis nucleares em Cuba. Na época toda a política exterior dos Estados Unidos se definia como um tudo fazer para evitar o surto de uma outra Cuba e impedir a expansão da União Soviética. Como sabemos, a renúncia de Jânio Quadros se deu em parte como consequência do seu ato de conferir a medalha da Ordem Cruzeiro do Sul a Che Guevara. E hoje nos parece que o golpe de primeiro de abril foi apenas um ensaio. O mesmo ocorreria também e com consequências até piores, na República Dominicana (por uns tempos sofrendo intervenção de tropas brasileiras), na Argentina e no Chile.

O golpe significou a vitória da direita. Foi aplaudido e efusivamente celebrado pelos conservadores. Para eles o golpe não era golpe, mas a “revolução das nossas gloriosas forças armadas”. Foi um alívio para o governo dos Estados Unidos também. E assim abençoada, a repressão se fez onipresente na vida do país.

Até as igrejas foram afetadas. Por exemplo, uma tradicional denominação

¹ Discurso de Marco Antônio em William Shakespeare. *Julius Caesar*. New York: Signet Classics, 1963, p. 94. Ver também www.en.wikipedia.org/wiki/Plutarch.

² Castro Alves. O Navio Negreiro, em *Poesias Completas*. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações S.A., 1996, pp. 133-138.

oficialmente recomendou a exclusão de um grupo de pastores do seu rol, sem dizer abertamente que era por razões ideológicas. Não precisava dizer.

II. Minha Jornada

Na última semana de outubro de 1962, cheguei de volta ao Rio, depois de dois anos de estudos nos Estados Unidos, na Yale Divinity School, em New Haven, Estado de Connecticut. Bolsa conseguida por líderes da União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB). Era o fechar de círculo de um roteiro internacional. Ida via Europa com um grupo de colegas rumo a Estrasburgo para a grande conferência teológica mundial organizada pela Federação Mundial de Estudantes Cristãos e o Conselho Mundial de Igrejas em agosto de 1960 (onde tivemos o privilégio de ouvir luminares como Karl Barth, D.T.Niles, Visser 't Hooft, entre outros). Voltei dos USA num cargueiro que fez várias paradas no sul do país, e no Caribe.

Voltava para um Brasil completamente mudado. Tudo agora parecia mais politizado, inclusive ACA/UCEB, colegas e amigos. A rivalidade entre o Deputado Brizola e o Governador Lacerda era dieta constante na mídia. Eu também estava mudado. Saí noivo e voltei casado -- e pai de uma filha. E o meu Presbitério deixou claro que uma vez ordenado eu deveria dar tempo integral ao ministério pastoral por pelo menos dois anos, antes de me envolver em projetos ecumênicos.

Mas o meu relacionamento com a turma da ACA (Associação Cristã de Estudantes) continuou. Todas as sextas-feiras à noite seus membros vinham à minha casa para estarem juntos, trocar ideias, planejar. A agenda desses encontros era articulada pelo coordenador, que na época, era o Reverendo Gerson Moura, um grande amigo e ex-colega de Seminário.

III. Na Mira Do *Status Quo*

Eu era ainda um licenciado, ganhando experiência para poder ser ordenado pastor, quando fui chamado a responder, em sessão especial do Presbitério, à acusação de que eu era um perigo para a denominação porque tudo indicava que eu era um “ateu por convicção, político por profissão, e pastor por conveniência”. Houve muitos comentários sobre como tratar do assunto. Alguém sugeriu que eu devia ter a oportunidade de responder. Respondi que só responderia se a acusação viesse oficialmente do Presbitério, depois de rigorosa investigação. Acontece que eu já havia, semanas atrás, sido examinado exaustivamente, e aprovado, como também o foram a minha tese teológica (Justificação pela Fé) e o meu sermão de prova. Um dos membros do Presbitério disse que estávamos diante de um impasse: ou negar ordenação ao candidato, ou prontamente ordená-lo. E por unanimidade ficou resolvido que eu seria ordenado no domingo seguinte. E assim foi.

Em outra ocasião – pouco depois do golpe – o Presbitério teve uma outra reunião especial para me interrogar. Desta vez a pedido de um presbítero que disse haver descoberto que eu estava registrado na Divisão de Ordem Política e Social (DOPS) como esquerdista, e queria me ouvir sobre o caso. Eu me senti muito frustrado, não pela acusação sem sentido, mas pelo fato de o Presbitério perder tempo com tais especulações, sem levar em conta que eu havia sido a pessoa mais examinada e re-examinada na história do concílio (de praxe candidatos à licenciatura eram questionados por cerca de uma hora, mas eu fui questionado um dia inteiro, mais sermão de prova na noite daquele mesmo dia). E em que, na Bíblia ou teologia, se baseava tal preocupação?

Não pude conter as lágrimas. O Presbitério resolveu dar o assunto por encerrado (atitude correta), e pediu ao meu acusador para fazer a oração de encerramento da sessão.

IV. A Batida Policial

Eram tempos tempestuosos, e o pior estava para acontecer. Meses depois, num sábado, pouco antes do amanhecer, alguém bateu à porta da nossa casa, em Santa Teresa. Naquele mesmo momento minha esposa, Myra, estava voltando de uma visita ao banheiro, e foi ver quem era. Regressou e me disse que três homens estavam lá e pediam licença para entrar, dizendo que precisavam de uma palavra com o Rev. Jovelino sobre um assunto relativo à alfândega. Decidi atendê-los, em traje de menores. O líder do grupo declarou que eram membros da segurança nacional e estavam ali com um mandato de busca e apreensão de possíveis materiais subversivos. Recebi-os sem recriminação e com toda cortesia. Pedi à esposa que preparasse um cafezinho para os visitantes, e expliquei que enquanto isso, eu ia me vestir mais decentemente para ajudá-los, de vez que nada tinha para esconder. Myra entendeu muito bem o que estava acontecendo. Saí pela porta da cozinha, e fui me esconder na casa do zelador da vila onde morávamos. Ela foi ao banheiro, abriu amplamente a água do chuveiro (direcionando os jorros contra a cortina plástica para fazer barulho), fechou a porta e foi dizer aos policiais que o marido se apresentaria assim que terminasse o seu banho matinal. Depois do café e longa espera, ficou evidente para os visitantes que eu havia escapado. E então por várias horas revistaram a casa. “Prenderam” muitos livros em inglês e uma coleção enorme de cartas de amigos e familiares. Deixaram uma intimação para eu comparecer à delegacia de segurança nacional para prestar depoimento e reclamar o material apreendido. Aparentemente, neste caso, o problema nada tinha a ver com gente de igreja, e muito a ver com fato de que na época eu era membro do corpo editorial da recém lançada revista *Paz & Terra*.

Assim que saíram Myra veio ao meu esconderijo trazendo café da manhã, roupa e notícias. Voltamos à nossa casa onde Lysâneas Maciel, um dos oficiais da

Igreja de Ipanema já estava me esperando. Levou-me à casa de outro Presbítero, Amaury Costa onde, pouco depois, o Presbítero Rolf Hamacher e esposa, também chegaram. Naquela reunião informal decidimos onde e como me esconderia até que as coisas se acalmassem. E assim foi que por várias semanas vivi como fugitivo da justiça militar. Foi uma situação desconcertante e desafiante para mim. Ao mesmo tempo, confortava-me o apoio da minha Igreja. A comunidade corria um enorme risco porque aos olhos da ditadura estava pondo a segurança do pastor acima da “segurança nacional”. Qualquer tipo de cobertura a supostos subversivos era visto pela ditadura como crime. Na solidão dos meus vários esconderijos (e saudoso da família), aquela solidariedade foi um grande alento para mim. Ao mesmo tempo uma interrogação começou a me intrigar. Será que depois de tudo aquilo eu deveria continuar sendo o seu pastor? Naquela dança mental, de inquietude e regozijo triunfou a certeza de que os laços que nos uniam não perderiam o seu vigor. Mesmo como fugitivo tive oportunidade de aparecer *impromptu* a algumas de suas atividades... e novamente desaparecer.

Eventualmente tive que comparecer perante o Delegado de segurança, mas só depois de intensa negociação com ele por parte de Lysâneas Maciel e Amaury Costa. Quis a Providência que esses dois incrivelmente competentes e respeitados advogados, fossem membros do Conselho da Igreja de Ipanema.³ Após o interrogatório foi-me permitido voltar a minha casa, mas não me sentia livre. E o pessoal da *Paz e Terra* me convenceu de que o processo contra nós chegaria aos tribunais. Anos depois descobri que, mesmo ausente, havia sido julgado em duas instâncias, e em ambas absolvido.

V. Adeus Igreja

A questão sobre a continuidade pastoral continuava a me preocupar. Dias após o meu encontro com o delegado ficou claro para mim que eu deveria pensar seriamente em alternativas. Conversei muito com amigos, confidentes e colegas pastores, preparando-me para uma reunião do Conselho sobre a questão. No decurso daquela reunião ficou evidente para mim que a igreja precisava de alguém diferente. Precisava de um pastor que pudesse trazer calma e “apascentar o rebanho”. Dadas as circunstâncias, aquela pessoa não era eu. Uma proposta conciliadora e generosa de prorrogação da minha permanência por mais um ano

³ Aliás, em matéria de competência profissional, o Conselho da Igreja de Ipanema era um caso à parte. Além de Lysâneas Maciel e Amaury Costa, lá estavam Rolf Hamacher e Hildebrando Maciel, ambos homens de empresa, Keith Brown, cientista (entomólogo), Roberto Villaça, odontólogo e ex-membro do conselho diretivo da Confederação da Mocidade Presbiteriana, de saudosa memória, e Waldo César, sociólogo, jornalista e líder ecumênico. Uma fulgurante constelação de talentos. As respectivas esposas (e a liderança feminina, em geral) eram da mesma tarimba. Em Junho de 2000 tive o privilégio de regressar ao Brasil para ser o pregador no culto de ordenação de Leni Gusmão ao sagrado ministério, outra joia do Conselho.

foi apresentada, mas ao invés de pô-la em discussão, resolvi que o momento decisivo havia chegado. Declarei que não me sentia bem em continuar pondo nos ombros da comunidade um fardo que era meu. E juntos decidimos procurar um outro pastor. Naquela noite voltei para casa com o coração partido. Por um lado a sensação de alívio, e por outro, uma grande tristeza – a tristeza do adeus.

VI. Adeus Brasil

Semanas após a minha passagem pela delegacia de segurança, voltei lá para ver se conseguia meus livros de volta. Consegui alguns, e o oficial que me ajudou levá-los ao meu carro, confessou que era evangélico. Tivemos uma rápida troca de amabilidades (meu desconfiômetro estava super ativo). No fim da conversa disse-me que eu devia estar preparado para futuros depoimentos porque o delegado achava que eu tinha culpa no cartório. Então num daqueles encontros semanais (já muito reduzidos) na minha casa, a conversa passou a ser sobre que rumos cada um de nós deveria tomar no futuro imediato. Muitas foram as opiniões, mas todas, todas, de uma maneira ou de outra, insinuavam que para mim a melhor saída seria uma ausência do Brasil, ainda que fosse apenas por alguns meses.

Para onde? Obviamente para os Estados Unidos, terra natal da Myra, da nossa primogênita e de muitos colegas e amigos. Aconteceu que mais cedo do que eu poderia haver esperado, chegou-me um convite providencial. Foi-me entregue pela minha amiga Lyz Daniels, uma jovem missionária episcopal muito bem relacionada com a UCEB. Comecei a sentir que o Senhor da Igreja e da história me estava dando uma nova e imensamente bem-vinda oportunidade de vida e trabalho. Não iria ser sem complicações, mas eu não esperava que fosse.

VII. Meu Noviciado

Aconselhado por membros progressistas do Episcopal Center em Nova York, juntei-me por uns meses a uma organização comunitária pró direitos civis. Era uma das muitas recém formadas, com apoio e contribuição financeira de instituições eclesásticas. Seu objetivo era simples: recrutar e preparar simpatizantes da causa (e agora lei do país) da dessegregação racial para torná-la efetiva. Sua estratégia ancorava-se nos ensinamentos práticos de Saul Alinsky⁴. Trabalhei dia e noite com o grupo, aprendendo a organizar comunidades étnicas para a tarefa de implementação dos seus direitos constitucionais como também de posicionamento dos seus legítimos líderes em níveis de poder institucional e político. E tudo conduzido com firmeza, absoluta convicção, e resolutamente. Mas sem violência.

⁴ Era corrente o comentário de que se Martin Luther King tivesse sido Jesus Cristo, Saul Alinsky teria sido o seu Apóstolo Paulo.

VIII. Columbia University: Paulo Freire e Outros

Com o apoio da Overseas Mission Society, matriculei-me na Columbia University para um mestrado em História e Literatura da América Latina. Era uma opção tática, porque dentro de dois anos eu estaria de volta ao Brasil, e tal mestrado poderia, talvez, garantir a minha subsistência como professor, na ausência de outras alternativa.

Então o Professor Paulo Freire chega aos Estados Unidos, vindo do Chile. Veio ainda como exilado, mas com um convite para dar um curso na Harvard University sobre educação, conscientização e libertação. Foi um dos preletores na conferência da LASA (Latin America Studies Association) que naquele outono de 1969 se realizava em Nova York. Fui ouvi-lo, e na ocasião fiquei conhecendo muitos famosos brasilianistas. A situação do Brasil era o ponto central da agenda. E durante uma conversa informal com Bill Wipfler, então diretor do Departamento Latino-Americano do Conselho Nacional de Igrejas, Paulo disse que havia saído numa correria louca do Chile, mas se lembrou de trazer os originais de um livro seu sobre a pedagogia do oprimido, e perguntou se podíamos conseguir um xerox da coisa. Bill Wipfler saiu a toda pressa e voltou horas depois com várias cópias. Paulo me perguntou se eu sabia de alguém que pudesse fazer, sem remuneração, a tradução para o inglês. Imediatamente telefonei para a Myra, e ela, relutantemente, disse que consideraria a possibilidade. Paulo aceitou o meu convite a ir ao nosso apartamento para conversar com ela. Combinamos o dia e hora. E o resultado de tudo aquilo é que Myra acabou sendo a tradutora do “Pedagogia do Oprimido” para o inglês.

IX. Encontro De Exilados, E Então... Jether

No outono de 1969 Rubem César Fernandes, amigo e companheiro dos tempos da UCEB, chega a Nova York (vindo do seu exílio na Polônia) para continuar os estudos na Columbia. Como esperado, começamos a trabalhar juntos. A primeira coisa que fizemos foi um levantamento dos exilados brasileiros nos Estados Unidos, e com o apoio financeiro de presbiterianos e do Conselho Nacional de Igrejas, organizamos um encontro, no Princeton Theological Seminary, com cerca de vinte deles. Foi um tempo de refrigério, troca de informações, interpretações e muita emoção.

Semanas depois, cedinho de manhã, Jether Ramalho, diretor do recém formado Instituto de Estudos da Religião, bateu à minha porta. Vinha do Rio com sua esposa Lucília. Trazia uma velha mala cheia de documentos escapados das prisões com incrível informação sobre os prisioneiros, sobre o regime de tortura e todo tipo de abuso físico e moral a que estavam sendo consistentemente submetidos. Muitas das mensagens vinham diretamente das vítimas, e escritas em

farrapos de papel, inclusive papel higiênico. Telefonei para o Rubem Cesar, e em menos de uma hora ele apareceu... Tivemos várias reuniões para organizar, editar, traduzir tudo aquilo e estabelecer um plano de divulgação. Também produzimos um dossiê intitulado *TERROR IN BRAZIL*, que foi recebido com muito interesse nos meios acadêmicos e ecumênicos. Um dos resultados imediatos daquele esforço foi um convite ao Jether para ir a Washington DC onde teve um encontro com o Senador Frank Church, que na época estava presidindo uma investigação parlamentar sobre as atividades da CIA.

VIII. Crise No Lar e Nova Tarefa

Em meio a toda essa agitação, e outros contratempos, a minha relação conjugal com Myra pouco a pouco entrou em crise... Durante uma temporada de pesquisa acadêmica no México (com uma bolsa da Columbia) para a minha tese doutoral⁵ ficou claro para mim que uma separação era inevitável. E em questão de meses estávamos amigavelmente divorciados. Mas foi um tempo difícil para mim, para ela e para os filhos. De repente todos os meus projetos de volta ao Brasil, tiveram que ser reconsiderados.

Ao mesmo tempo uma nova aventura estava para começar. Durante o meu estágio na Casa Internacional fiquei impressionado com a quantidade de estudantes (quase todos da Columbia University) vindos da Ásia, África, América Latina e do Oriente Médio (inclusive uma filha de Yasser Arafat, líder da Organização para a Libertação da Palestina). Em conversa com alguns deles comeci a pensar na possibilidade de organizar um grupo informal para nos encontrarmos de vez em quando e trocar ideias sobre a situação cultural, política e social dos nossos países e sobre os nossos planos de volta. Resolvi telefonar para o Shaull e pedir sua opinião sobre ideia. E ele me disse que dois dos seus estudantes já o haviam consultado sobre o mesmo assunto. Convidou-me a ir a Princeton para um contato com eles. Fui, e descobri que eles já tinham o esboço de um programa nas mesmas linhas. Na verdade eu estava atrasado, mas fui aceito e incluído no comitê organizador da conferência inaugural da Coligação de Pessoas do Terceiro Mundo (Third World Peoples Coalition). Enquanto isso eu continuava apoiando as atividades do recém organizado (e componente essencial da Coligação), o Committee Against Repression in Brazil (Comitê Contra a Repressão no Brasil) (CARIB), sob a liderança de dois ativos, competentes e criativos recém chegados. Ambos tinham uma impressionante história de humilhação e tortura na prisão, experiência de militância e senso estratégico. Eram Marcos Arruda e Anivaldo Padilha. Com o apoio de uma organização presbiteriana eles se estabeleceram (juntamente com um asilado da África do Sul) numa casa no coração de Washington D.C. Foi um acontecimento energizante

⁵ Tese sobre a participação dos protestantes na revolução mexicana de 1910.

e de importância decisiva para a campanha contra a ditadura e repressão no Brasil. Marcos foi o padrinho no meu segundo casório (ver nota de rodapé 8).

XI. A Fronteira Ecumênica

Por sua vez a Coligação (mais fato do que feitos) causou grande impressão nos meios ecumênicos. Fui convidado a participar de uma assembleia do Conselho Nacional de Igrejas (Dallas, 1972), para falar sobre aquela experiência. Horas depois, um pequeno grupo (de índios americanos e um afro-americano) veio ao meu quarto para uma troca de ideias sobre a possibilidade de formação de algo semelhante na estrutura do Conselho Nacional de Igrejas. Aplaudi a ideia e horas a fio nos reunimos com representantes dos latinos e asiáticos. E por uma grande coincidência, outros membros da Coligação estavam participando da assembleia. E assim nasceu a quinta comissão permanente do Conselho. Uma vez consolidada, fui eleito como seu primeiro diretor. Estive nove anos como diretor da Quinta Comissão, cujo nome real era Comissão de Justiça e Libertação.

Um projeto a que dei especial atenção e tempo naquele período foi o da produção do livro *Memórias do Exílio*, sobre a experiência dos exilados brasileiros na Europa, América Latina e Estados Unidos – e com um capítulo sobre o martírio do Frei Tito. O autor da ideia foi o Rubem Cesar Fernandes. Uma vez publicado o livro⁶ (sob o patrocínio de Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré) comeci a receber ameaças telefônicas de uma pessoa exigindo o retorno de uma fita gravada com sua contribuição. Ninguém do nosso grupo de editores sabia dessa fita. Mas as ameaças continuaram, dia após dia. Para me livrar delas tive que mudar o número do nosso telefone de casa.

O livro teve boa recepção. Entre os entrevistados se encontram Anina de Carvalho, Betinho, José Barbosa Monteiro, José Maria Rabelo, Juliana Rocha, Magno José Villela, Márcio Moreira Alves e Marijane. Entre os que mandaram manuscritos se encontram Francisco Julião, Leandro Konder, Luis Alberto Saenz, Maria Auxiliadora Lara Barcellos e muitos outros. Um segundo volume, *Memórias das Mulheres do Exílio*⁷ teve grande aceitação e repercussão.

XII. Com Presbiterianos Reunificados

A denominação presbiteriana dos Estados Unidos que havia se dividido em meados do século dezenove por discordância sobre a abolição da escravatura, vol-

⁶ Pedro Cavalcante & Jovelino Ramos (coord.) et alli. *Memórias do Exílio: Brasil, 1964-19??*. Lisboa: Arcádia, 1976.

⁷ Obra coletiva dirigida e editada por Albertina de Oliveira Costa, Maria Teresa Porciúncula Moraes, Norma Marzola, e Valentina da Rocha Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

tou a se reunificar na década de 1980. A sede central da Igreja do Norte estava, até então, no mesmo edifício em Nova York onde também se encontrava a do Conselho Nacional de Igrejas. Eu havia chegado ao meu escritório, depois de uma ausência várias semanas (de viagem com a delegação aos cristãos da China) quando me foi oferecido pela Igreja do Norte a posição, que aceitei, de diretor do seu programa de relações raciais.

Minha missão era a de revitalizar o Conselho Presbiteriano de Igreja e Raça (COCAR), e produzir – para a igreja a ser reunificada – uma estratégia de justiça racial (em consulta com semelhante esforço na igreja do sul) para o resto do século vinte. Nessa posição e função trabalhei até me aposentar, o que se deu no último dia do século vinte (31 de dezembro de 1999).

Minhas atividades na nova denominação eram, em sua maioria, levadas a cabo num contexto ecumênico, de vez que desde a reunificação eu havia sido recrutado como um dos quatro representantes da região da América do Norte no Programa de Combate ao Racismo (PCR) do Conselho Mundial de Igrejas. Central na agenda do PCR era o desmantelamento do regime do apartheid na África do Sul. Conseguimos coordenar a visita de uma delegação do PCR ao Brasil, para um encontro com representantes de religiões afro-brasileiras.

XII. Conclusão: Jugo Suave e Fardo Leve

Uma vez aposentado, Joan e eu⁸ vendemos a nossa casa em Louisville, Kentucky, e viemos para a Nova Inglaterra (região natal dela). Moramos num lugar bonito em Cranston, Rhode Island (75 minutos da área de Boston, onde vivem dois dos meus filhos, casados e com filhos).

“Bravo a quem salva o futuro, fecundando a multidão”, afirma Castro Alves no mesmo poema com que iniciamos estas considerações. Por mais confusa que nos possa parecer a situação política, econômica, cultural e social desse nosso agitado e tormentoso mundo, a verdade é que a história segue o seu curso, e *“quem sempre vence é o porvir”*. Assim cremos, esperamos, e assim avançamos, confiados naquela admoestação de Jesus a Pedro: *“...O que eu faço não o sabes tu agora, mas tu o saberás depois.”*

⁸ Já agora na quarta década de matrimônio e imensa felicidade. Eu de uma família tradicional e patriarcal do interior de Minas Gerais, e ela de uma família tradicional da Nova Inglaterra e descendente do primeiro governador de Massachusetts (seus antepassados chegaram ao continente americano pelo Mayflower – e seu pai é um descendente direto dos Huguenotes). Educada num dos melhores colégios e portadora de dois *master degrees*, acabou se casando com um brasileiro, e gosta do Brasil, – e muito especialmente do Rio, onde vamos de vez em quando para ver minha irmã e sobrinhos, os muitos amigos, e estar com a Igreja Cristã de Ipanema. Ela e a minha ex esposa, Myra, tornaram-se amigas (e eu e Joan amigos do Ben, esposo da Myra). Os netos da Myra chamam a Joan de grandma (vovó) Joan. Isso é novidade até para os americanos.

⁹ Evangelho de João: 13:7

Sursum Corda! No dia 10 de outubro de 2013, numa cerimônia durante um programa na Brown University (Providence, Rhode Island) sobre o legado da ditadura militar, juntamente com outros companheiros que trabalharam nos Estados Unidos pela restauração dos direitos humanos no Brasil, recebi das mãos do Professor Paulo Abrão, Presidente da Comissão Brasileira de Anistia, um certificado de reconhecimento. Para mim foi um momento de profunda emoção, pensando nos muitos amigos que nos ajudaram a sobreviver, e principalmente nos muitos heróis que sofreram nas mãos da ditadura e não sobreviveram para apreciar e celebrar aquela hora. Alguns deles, como Paulo Wright e Ivan Dias, vítimas daquele regime injusto e cruel, eram presença frequente e querida na nossa casa. A todos eles a nossa eterna gratidão.

Deputado Presbiteriano Lysâneas Dias Maciel - Um Tribuno de Fé e Coragem...

Palavras de sua esposa Regina Maciel, por ocasião da homenagem que lhe foi prestada em audiência da Comissão Nacional da Verdade.

Gostaria de agradecer a oportunidade de participar dessa audiência, em homenagem a Lysâneas Maciel, pela sua luta e pelo seu comprometimento com a verdade, objetivo principal desta importante Comissão.

De uma carta que recebi do Pastor Jovelino Ramos, primeiro pastor da Igreja Cristã de Ipanema, depois exilado nos Estados Unidos, logo após a morte de Lysâneas, destaco algumas palavras:

“Falar abertamente pelo amor e a verdade é arriscar a vida”. Tal afirmação poderia ter sido articulada ontem, e divulgada hoje. Mas seu autor é Juvenal – um poeta da antiguidade que viveu, provavelmente, entre os anos 60 e 140, e tinha o hábito de denunciar com incrível franqueza, os vícios de Roma. Três séculos antes, outro cidadão romano, Cícero, disse que: “A memória diminui ... se não for exercitada”.

Lysâneas Maciel é um tribuno de fé e coragem. Fé e coragem interagem e se completavam em sua vida, dando-lhe autenticidade e direção. Ele falava abertamente pelo amor à verdade, não a despeito, mas por causa de sua fé. Com a igreja, e também a despeito dela.

Era época da caça as bruxas, de prisão sem culpa formada e de torturas. Época do esquadrão da morte, das cassações de mandatos, da suspensão dos direitos humanos, de assassinatos políticos, de banimentos e exílio de milhares de brasileiros.

O profeta nunca esteve mais certo “Falar a verdade era arriscar a vida”.

Lysâneas viu de primeira mão o quadro de amarguras e o denunciou. Lembremos-nos do teólogo Dietrich Bonhoeffer, morto na Alemanha nazista, de um Mahatma Gandhi na Índia do Sec.XX, o pastor Martin Luther King nos Estados Unidos, e de Dom Evaristo Arns, no Brasil dos nossos tempos. O que Lysâneas tinha em comum com a luta desses luminares, era precisamente aquela intensidade, a impetuosidade em denunciar e desafiar a opressão e em anunciar a esperança do triunfo inevitável da verdadeira paz que não se confunde com o conformismo.

Há, no entanto muitos fatos posteriores que são bem mais visíveis para quem desejar entender o processo que o levou a injusta perda do mandato popular. Já em 1975, outro deputado do grupo autêntico do antigo MDB, faz uma declaração reveladora: “Não existe comissão de direitos humanos no Congresso. A Comissão é Lysâneas Maciel”.

Ele lutou para que o regime de exceção concedesse *habeas corpus*, com o

objetivo de localizar pessoas desaparecidas, quando isso parecia improvável ou mesmo impossível. Tentou resgatar o exame físico dos que seriam presos antes de ficarem nas garras dos torturadores, prática consagrada anos depois pela Constituição de 1988. De várias maneiras pareceu-lhe que o mais importante era localizar o preso e tentar devolver-lhe a liberdade. Se preciso, faria como o velho Sobral Pinto, que um dia usou na sua incansável defesa dos presos políticos, o código de defesa dos animais, em pleno regime de barbárie.

A partir de 1974, arrisca um passo a mais em sua luta contra a ditadura, e começa perigosamente a nomear os responsáveis pela ditadura.

Tenta chegar aos evangélicos Ivan Mota Dias e Paulo Wright. Quer localizar e localiza o filho do General Pedro Celestino Pereira, um dos artífices do Golpe de 64. O moço encontrava-se barbaramente torturado pelos próprios camaradas do pai.

Lysâneas se esforçou por encontrar o filho do ex-deputado Edgard da Mota Machado, mas era tarde. A sanha da tortura andava a galope e o moço já fora morto. Lysâneas nunca esqueceu aquele crime que não pode evitar, e até usou em um de seus discursos, o pedido angustiante de Edgard aos órgãos de repressão, que assim dizia: “Respeitosamente peço a Vossa Excelência a permissão para que o corpo de meu filho seja entregue a família”, num gesto de ingenuidade, desespero e dor.

Ouviu também os apelos de Zuzu Angel, que também desejava ao menos o corpo de seu filho Stuart. Ela própria enfrentara todos os riscos porque jamais deixou de denunciar a brutalidade que tragara Stuart e a mulher Sonia. E disse com o olhar destemido de quem joga todas as cartas:

- Vou até o fim, até as últimas consequências para fazer justiça ao meu filho. A justiça, agora, é minha motivação para viver. E lhe digo Lysâneas, que se algo me acontecer não terá sido acidental.

E aconteceu.

Por tudo que sempre defendeu e acreditou, e em plena luta pelos direitos humanos, o deputado disse então seu vigoroso BASTA!

Com esse propósito, trago algumas passagens desse seu discurso - *Basta!*, que no dia 27 de março de 1976, 24 horas após a cassação de deputados gaúchos, parece mais que atual e talvez sirva para manter viva a memória e a verdade neste país.

Lysâneas Maciel ocupou a tribuna para denunciar mais uma violência dos militares contra a sociedade. Foi o único a discursar e foi também o seu último discurso naquela legislatura, três dias depois estava cassado.

Ele sabe que seu destino está selado. Sente que, mais do que nunca, se fez digno da consagração das urnas. Não foi infiel a vocação que o colocou no Congresso Nacional. Disse o “*Basta!*” que estava engasgado na garganta da nação, como costumava afirmar: “Não fui eleito para defender o meu mandato, mas para exercê-lo”!

BASTA!

“(…) Hoje, nós nos dirigimos a um parlamento que está, paulatinamente, perdendo a sua própria identidade. Nas cassações de ontem, a desmoralizante rotina que se pretende impingir a todo um povo há que alertar este parlamento para as seguintes premissas.

As medidas ostensivas e veladas demonstram que não podemos ser parlamentares e muito menos oposição. E essa é mais uma tentativa de nos transformar em objetos inertes e acovardados, não apenas frente ao Governo, mas também frente ao povo, nosso real compromisso”.

“(…) Na dramática conjuntura em que vivemos, os atos de exceção deixam claro e evidente que o sistema, após a utilização de mais de doze anos de um mecanismo repressor mais bárbaro da história deste país, confesse, as vésperas das eleições municipais, que a força é a única maneira de se manter no poder”.

“Estamos nos acostumando com a falta de liberdade; estamos nos acostumando com a censura de baixo nível ... estamos nos acostumando com o desaparecimento de brasileiros, sua tortura, sua morte presumida. Homens que não se conformam com injustiças e que colocaram seus talentos e suas vidas a serviço de seus compatriotas. (...) Este Congresso aceita tranquilamente o fato de que, neste momento pelo menos cinco ex-parlamentares estão sendo mortos ou torturados. Estamos nos esquecendo, enfim, que o maior perigo nos regimes de exceção e de falta de liberdade, é nos acostumarmos com ela”.

“(…) se a oposição não lutar, a pretexto de falta de condições, para mudar este contexto social e político, a curto prazo estará fortalecendo a implantação de um regime fascista neste país”.

“(…) Não temos a coragem de criticar os membros das Forças Armadas espalhadas em todos os órgãos da administração pública e privada. E não o fazemos não porque os julgamos mais honestos ou mais capazes que os civis. Não o fazemos, senhores deputados, porque temos medo. Por medo contemplamos mudos o assalto consentido às nossas riquezas naturais. À exploração infligida aos trabalhadores. O enriquecimento progressivo dos mais ricos e a corrupção que hoje é uma constante em quase todos os escalões deste país”.

“(…) Os explorados, os oprimidos e os injustiçados, ao se envolverem na luta pela própria libertação e desenvolvimento, estarão em confrontação com expressões muito concretas do poder. (...) O MDB, com suas omissões, está praticamente condenando toda uma geração a conviver com elementos que aceitam as atitudes totalitárias. Hoje, premidos pelas circunstâncias em que nos encontramos, simulacro de parlamentares, existimos apenas para homologar aquilo que nos manda o poder estabelecido. Mas como o mundo tem mudado, o Brasil mudará também.

Pela minha formação, prefiro que esta mudança se faça pelo consenso pacífico entre brasileiros de diversas tendências. Mas tenho fundados receios em

relação aos homens quando se locupletam no poder e não tem que prestar contas de suas atitudes”.

“(…) Não é difícil perceber as intenções obscuras atrás de cada investida repressora. Estamos quase que inermes diante destes grupos que manipulam o poder. E sabemos que estes grupos podem cassar, podem torturar, podem até matar. Mas não podem afastar dois elementos inarredáveis da história política de qualquer povo: o tempo e a história”.

Não pensem que vim aqui para enaltecer a figura de um homem, a convite desta comissão, mas para reafirmar a sua luta, uma luta que não acabou!

Muito Obrigada.

Da Igreja e da Universidade para a Clandestinidade...

Entrevista com Zenaide Machado de Oliveira e
Antonio Carlos Oliveira, ambos socióloga/sociólogo,
oriundos da Igreja Presbiteriana Independente.
Ele professor aposentado da UNICAMP.

Zenaide – Nós agradecemos o convite e como testemunhas de um tempo, nos sentimos na obrigação de prestar este depoimento e dar a contribuição para esse projeto que entendemos ser um projeto valioso e de grande importância para país. Eu acho que toda a memória, especialmente a memória dos povos na resistência, se constitui num patrimônio da humanidade. Então é nessa perspectiva que a gente comparece. Meu nome é Zenaide Machado, depois de casada eu adotei o “de Oliveira”. Nasci no Rio de Janeiro, filha de nordestinos, de pais que acolheram migrantes como eles em nossa casa, ex-prisioneiros, trabalhadores e Getulistas, com uma mãe evangélica, simpatizante do Partido Comunista, e um pai Presbítero. De um lado ou de outro a origem da minha família é de origem evangélica. Pelo lado do meu pai são evangelizadores, pastores e presbiterianos Independentes. Pelo lado da minha avó materna a origem é a Assembleia de Deus. Sou uma carioca suburbana. Nasci e vivi durante décadas em Cascadura. Éramos da Igreja Presbiteriana Independente de Osvaldo Cruz. Um bairro próximo a Cascadura. Tenho 69 anos de idade. Sou Cientista Social formada na UNICAMP e também titulada como Mestre em Economia na UNICAMP. Atualmente moro em Campinas. Sou casada aqui com Antonio Carlos. Temos um filho, Flavio, que é formado em Direito, mas é músico, é instrumentista. Sou uma anistiada política pelo Estado brasileiro. Em 2005, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça me concedeu a anistia reconhecendo que fui perseguida pelo Estado brasileiro no período da Ditadura, por 16 anos. Estive presa três anos e 33 dias. Depois, mais a frente vamos retomar a essa vivência. Fui perseguida antes da prisão e vivi como foragida por mais de três anos e fui condenada pelos tribunais militares a 19 anos de prisão.

Antonio Carlos – Eu sou Antonio Carlos de Oliveira. Nasci em 1º de maio de 1939, em Sorocaba, estado de São Paulo. Filho de um artífice mecânico da Sorocabana que morreu aos 32 anos e quatro meses e de uma mulher que de educação formal, só teve até o 3º ano primário, mas graças a um curso técnico de costura ela nos criou, nos sustentou com muita labuta, com muita luta. Quando meu pai morreu eu tinha três anos e meio. Nós fomos pra Jacutinga, onde meu avô estava instalado. Ele era o típico anarquista espanhol da piada. Ele era artífice. Fazia relógio de Igreja. Quando se converteu ao Protestantismo todos os seus clientes eram padres. Então ele brigava com os padres. Ficamos em Jacutinga até

eu fazer oito, nove anos. Fomos pro Rio onde eu tinha uma tia, casada com um técnico da Tecelagem Deodoro que foi onde começamos. E minha mãe já era protestante. Minha avó era protestante e muito protestante! E levamos uma carta de apresentação do pastor de Jacutinga para o pastor da igreja de Osvaldo Cruz. Entrei na adolescência. Muita dificuldade. Minha mãe trabalhava muito. Criou uma escola de corte e costura. Costurava pra fora. Uma luta danada. E aí, quando eu entrei na adolescência, eu estava um pouco perdido. Comecei o ginásio, parei. No ano seguinte, minha mãe teve a luminosa ideia de me mandar pro “Instituto José Manoel da Conceição” (Seminário pré-teológico da Igreja Presbiteriana do Brasil, em Jandira, SP), com a ajuda do Rev. Paulo Martins de Almeida. que foi onde eu aprendi para vida. Lá entrei em contato com a cultura, com a religião, com a política. Embora os valores familiares sejam fundamentais também. Minha mãe, minha família, era uma família que tem ligação com valores fundamentais muito fortes. Tínhamos nossos problemas e dificuldades, mas sempre passaram os valores muito forte mesmo. Minha mãe foi até o fim da vida contribuinte para missão *Kaiowa* (*trabalho missionário da Igreja Presbiteriana do Brasil*). Minha mãe era muito ligada a esse trabalho com os índios... num momento de fantasia da minha mãe, ela achava que eu poderia ser Pastor! Sempre trabalhei, minha carteira foi assinada com 12 anos. Então fiz o ginásio no Conceição e tive uma bolsa pra ir pro Mackenzie onde fiz o Colegial. Depois fui entrar na batalha do vestibular de Medicina. Fiz isso em São Paulo, Conceição e Mackenzie. Resolvi ir pro Rio pra fazer Medicina por que achava que era possível continuar trabalhando, arranjando algum quebra galho, um bico pra fazer o curso. Passei no segundo ano de vestibular. E fiz dois anos de medicina.

Nós estávamos na atmosfera da Revolução Cubana. Quando passei no vestibular me aproximei do Partido Comunista. Eu já estava totalmente afastado da Igreja. Mas eu abri a questão para incorporar a necessidade de encarar isso. E isso ampliou meus horizontes com novos desafios. E foi um problema de toda geração, nesse sentido. Estive preso, mas não por muito tempo, pois não encontraram nossas ligações.

Quer dizer que seu afastamento da Igreja significou, um questionamento da estrutura eclesial?

Antonio – Certamente. Esse era o centro da discussão teológica naquele momento. A discussão era sobre quais são as formas de viver a fé acima da instituição. Separar a fé da instituição. Eu acho que é isso.

Zenaide – Você me perguntou, Zwinglio, como foram minhas experiências. Primeiro tinha essa questão da Igreja que eu acho que era um valor da Igreja, que era a possibilidade de uma convivência fraterna. A questão da justiça e da equidade. Esses foram valores que sempre pautaram e orientaram a minha vida. A Igreja vai fazer uma ponte com a vivência que vem depois. A gente vai se sensibilizando pra um determinado olhar. E uma coisa que fez a passagem pra minha vida adulta, que me permitiu essa transição foi o golpe. O golpe de 64. Eu tinha 19 anos. Eu

vi o impacto que isso foi na minha família, na minha casa. Enfim. Naquela ocasião a gente já tinha muito contato com membros do Partido Comunista. Eu comecei a me interessar por esse negócio. Porque o sentimento de indignação contra a deposição de um governo legítimo foi muito forte. E eu tinha 19 anos. Estava aberta para embarcar num sonho. Um sonho marcado por questões generosas.

Então, você trazia uma bagagem muito positiva em termos de valores vindo de sua experiência familiar e da comunidade eclesial?

Zenaide – É, da igreja realmente... tive experiências com as quais eu tenho uma enorme dívida de gratidão. Eu acho que na Igreja só aprendi coisas boas, só tive uma vivência construtiva e vi ali uma comunidade. As pessoas tinham enorme interesse uma pelas outras, um interesse generoso. A Igreja tinha muitas práticas sociais. Prática de amparar os pobres, prática de amparar desassistidos e isso como coisas sistemáticas, como ações comunitárias mesmo. Eu tive gestos concretos quando eu passei a ser perseguida pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, foram vários os gestos mas especialmente três se destacaram. De um grande amigo meu que era da Igreja, sobrinho de um pastor. Passamos a nossa infância e adolescência juntos, que é o Avelino Gomes Moreira Neto, sobrinho do Rev. Sebastião. Ele me abrigou na casa dele. Ele era na ocasião, já formado em Direito, hoje ele é um Procurador aposentado. Enfim, atos da maior generosidade, de humanidade, porque naquela época da ditadura, você sabe Zwinglio, o que isso representava. Ele tinha duas filhinhas pequenas. A outra figura era um membro da igreja, uma diaconisa Leonor Vasquez de Oliveira, mãe do Antonio Carlos, mas na época nós não tínhamos um relacionamento. Não éramos casados. Ela fez isso por ato absoluto de generosidade, de fraternidade, de humanidade. Me conhecia desde pequena. Sei também de um outro membro da Igreja que na ocasião, quando eu era procurada pelas Forças Armadas, os órgãos de repressão... saíam notícias no jornal... Cartazes... aquela coisa toda como terrorista... esse membro da Igreja se aproximou do meu pai e disse: Presbítero estou a sua disposição. O senhor, sua esposa, sua filha. O que precisarem de mim, contem comigo, estou a sua disposição. E depois disso, quando eu saí da prisão, nas festas de família que eram feitas na igreja, aniversário de casamento dos meus pais e aniversário deles, aniversário de minha sogra também, sempre fui acolhida com o maior carinho, o maior respeito na Igreja.

E quais foram pra vocês os piores momentos nessa experiência?

Zenaide – Olha, antes de falar da parte negativa eu quero ressaltar a parte positiva. Eu acho que o engajamento da militância vem de um sentido profundo de esperança. Esperança na possibilidade de uma convivência entre as pessoas. Esperança na possibilidade de uma outra sociedade pautada por valores, que acho que se constituem em questões permanentes da humanidade. Que são os valores da justiça, da equidade, da igualdade, da riqueza compartilhada. Então eu acho que eu conheci e tive experiências fantásticas, compartilhei com muitos essa aposta. Foi uma aposta dura que exigiu muito de todos nós. Porque o confronto com o

Estado de terror era um confronto que se travava em condições de absoluta desigualdade. Era o monopólio da força, dos agentes públicos, das Forças Armadas que se apropriaram de um Estado e que implantaram um projeto que violentou a nação, a sociedade. Essa possibilidade de resistência, essa unidade é que nos deu forças. Para mim é uma experiência inestimável. Que mudou minha trajetória e eu valorizo essa minha vivência como um patrimônio fundamental do qual eu não abro mão. Apesar de tudo que eu sofri depois. Que não sofri só como eu, pessoa, sofremos todos nós. Nós companheiros. Nós que militamos. Os que foram assassinados, os que foram torturados, os que enlouqueceram. Os que tiveram marcas decisivas e não conseguiram sobreviver. Enfim. Apesar disso tudo eu acho que para nossas vidas, nós que conseguimos sobreviver, isso foi uma experiência sem par. É singular. Não abro mão dela.

Antonio Carlos – Gosto muito da citação do juiz argentino, José Luiz nesse processo da Argentina quando disse: A questão do Estado terrorista só tem duas alternativas: uma é que não houve guerra nenhuma, foi uma caçada de coelhos. Outra alternativa a isso é que eles são criminosos de guerra.

Zenaide – Eles são criminosos de guerra.

Antonio Carlos – Pois é. De um lado a desigualdade absoluta. Eles criaram uma guerra que não existia a serviço de interesses estrangeiros.

Zenaide – De interesses antinacionais.

Antonio Carlos – Porque na verdade quem é o inimigo? O inimigo fundamental deles? O único inimigo real do império é o nacionalismo. Então o que esses caras fizeram foi destruir um projeto nacional. Foi uma re-colonização. O país não teve nenhuma defesa. Eles são culpados pela covardia e pela traição nacional. É a destruição de um projeto nacional que balizava todos os horizontes, tudo o que as pessoas faziam, levava em consideração a grande massa da população.

Zenaide – Um país que tinha uma experiência de incorporação da população ao crescimento, às formas do desenvolvimento. Carregando, claro, muitas injustiças. Mas que tinha uma pauta que demonstrava efetivas preocupações e o projeto do governo João Goulart era isso. Reformas de base, era isso. Não se pretendia nem comunismo, nem socialismo. Mas era um regime com a preocupação de incorporar a população trabalhadora à cidadania. Tá certo? E nós tínhamos um ambiente de cultura, um ambiente social. Nas artes, em tudo. Um ambiente de muita vibração. Esplendoroso. Na resistência isso permaneceu. Era um ambiente muito pujante, muito iluminado. E isso claro ajudou, porque foram diversas formas de resistência. Não só as formas, digamos, de luta armada. Foram muitas as possibilidades abertas de resistir. Agora, você me pergunta da parte mais negativa, da dor. A dor são as mortes. A dor são as várias formas de sofrimento. O silenciamento que a ditadura impôs à sociedade, a destruição da luta operária, camponesa. Da luta política. A destruição dos partidos. A destruição das liberdades, das formas de expressão. Dos instrumentos de organização da sociedade. Isso é a dor. A dor vem com a tortura, com as mortes, com as execuções que persistem até hoje com

a questão, por exemplo, dos crimes continuados, dos corpos desaparecidos... Onde está o corpo de Ivan? Essa é uma questão que permanece até hoje.

Vocês falando como fiéis, como leigos, como vocês estavam vendo esse movimento? Por que a gente sabe que vários setores apoiaram o golpe...

Antonio Carlos – Eu estava lembrando, que consta que o autor do texto do AI-5 foi o Benjamin de Moraes. E o do AI- 2 foi o Gueiros... Que depois foi nomeado governador do Pará, ambos protestantes.

Zenaide – Tratava-se de setores da Igreja sem conhecimento, limitados, de ignorância mesmo. Quando surge movimento ecumênico muito entendiam que era comunista. Ecumenismo é o comunismo. Era um obscurantismo decorrente de uma ignorância.

Antonio Carlos – A demonização do que eles chamam de comunismo pra mim é uma continuidade absoluta com a Santa Inquisição. Você cria um demônio, você combate o demônio como se ele existisse. Quando você vê a história da América Latina com o nacionalismo latino-americano, você entende que nacionalismo é uma coisa e o que eles chamam de comunismo é outra coisa. Você não pode falar que o cara da Guatemala, do México, Venezuela, são comunistas. Não é a questão do Comunismo que está em voga. Até porque teoricamente não tem nenhuma condição de você pensar que você pode passar de uma sociedade escravagista por uma sociedade que eles chamam de comunista. Agora, a experiência do século XX, da criação de uma sociedade pós-capitalista, mostra que o caminho é muito mais complicado do que essa simplificação que o anticomunismo faz. Trata-se uma utilização fraudulenta, o anticomunismo. O que está em questão é a propriedade hoje, são as condições hoje. Esse negócio de comunismo só Deus sabe. Essa guerra anticomunista tem um ar da Santa Inquisição. Mas, no geral não vejo nenhum racha significativo. Ou por ignorância, ou por covardia, sei lá. Se formaram como um rebanho pra onde a coisa tocava.

Zenaide – Então nesse sentido, se incorporaram às forças civis que apoiaram o Golpe.

Antonio Carlos – Alguns até com participação efetiva, como aquele bispo Metodista lá de São Paulo que era do DOPS, que faziam o papel de policial. Tem o caso de um pastor que era sargento da Aeronáutica e me disseram que ele colaborava. O golpe teve uma capacidade de mobilização muito grande em todos os setores conservadores da sociedade. Você chega pra um pequeno comerciante, de uma cidade dessas e diz: nós estamos numa batalha contra o comunismo ateu que quer tomar seu negócio... Eles criaram colaboradores em tudo quanto foi cidade. A oligarquia local, de toda as cidades, está aberta pra esse negócio. O pavor do comunismo e tal e coisa. Então eu acho que basicamente a Igreja foi uma forma de apoio.

Zenaide – Esse estigma é da sociedade. Perdurou durante décadas, mesmo depois de soltos sofremos dificuldades. Hoje, parece que somos valorizados. O Estado brasileiro nos concedeu formas de reparação. E o Ministério da Justiça hoje aco-

lhe todo esse aparato internacional que briga na justiça de transição.

Antonio Carlos – Ao inverso da máquina de propaganda da imprensa. A imprensa persiste na mesma imagem caricata que se tinha antes, de terroristas e etc.

Vocês chegaram a alcançar alguma situação de conflito entre jovens e as outras estruturas eclesiais ?

Zenaide – Não apenas no comportamento, mas na política também, por que eles eram não só opressores na questão comportamental mas também muito conservadores, reacionários na questão da política. Então eu lembro, por exemplo, do Rev. Sebastião. O Rev. falava alguma coisa que eu achava absurda eu não me continha, levantava o dedo dizendo: eu discordo. E a gente já tinha uma discussão filosófica, enfim, que quebrava os limites daquela religiosidade muito estrita. Eu lembro sim que tínhamos conflitos com alguns Presbíteros... Tinha o conflito e tinha os pastores que sustentavam esse comportamento nosso, dos jovens mais insubordinados... Havia Seminários, Congressos, Encontros da moçada, no Paraná e em vários Estados do Brasil. E tinham alguns pastores com outras abordagens; eu lembro, por exemplo, de uma vez o Rubem Alves dizer: “Com Cristo no barco tudo vai muito bem... não vai não!”

E vocês se casaram?

Antonio Carlos – Sim, no militar!

Zenaide – Quando fui presa, depois do período de tortura, de incomunicabilidade, em uns nove ou 11 quartéis lá na Vila Militar. Então ali só meu pai, minha mãe e meus irmãos é que podiam me visitar. Então nós tínhamos que nos casar pra podermos ter um encontro, um contato. Naquela época não tinha visita matrimonial, nada disso. Casar era uma possibilidade da gente se encontrar por meia hora que fosse, enfim, com gente vigiando, tenente anotando tudo... mas podíamos nos encontrar. Ele não “pediu” minha mão ao meu pai, “pediu” para o Auditor da 2ª Auditoria do Exército. Um juiz nos casou. No dia o pastor Evaldo foi, era da família do meu pai, mas ele não fez o casamento religioso. Ele pretendia até dizer algumas palavras, mas ali estava uma confusão danada, muita imprensa, eu ia algemada, aí depois, já queriam me levar logo, rápido. Sabe? Então ele acabou sem condição de falar.

E a prisão, o que alegaram, de que lhe acusaram?

Zenaide – Quando fui presa eu já vivia como foragida há muito tempo. Eu já era uma condenada à revelia. Eu tinha uma condenação da Marinha, uma condenação da Aeronáutica. Tinha vários inquéritos, processos, enfim. Eu fui presa, eu já era uma clandestina... Cartazes de procura, nome divulgado na imprensa... Saía na imprensa escrita, falada. Eu fui presa num contexto de infiltração dentro da organização. Eu consegui, em várias situações, me desvencilhar de armadilhas, de cercos. Mas eu fui presa. Fui presa pelo Exército, na equipe tinha membros também do DOPS, mas foi pelo 1º Exército. Pela polícia do Exército da Barão de Mesquita, pra onde eu fui levada. Fiquei incomunicável por cerca de 50 dias, grande parte na polícia do Exército da Barão de Mesquita outra parte na Polícia

do Exército da Vila Militar, no antigo Pelotão de Investigações Criminais. Era um dos lugares onde se sofria todo tipo de torturas, de constrangimentos físicos, psicológicos, emocionais.

Ser mulher era pior nesse caso?

Zenaide – É difícil dizer se era pior. Não tem quem não tivesse sofrido todo tipo de violência, constrangimento e tortura. Eu acho que sermos mulheres com os torturadores homens, eles usavam essa condição de gênero, também como um instrumento de tortura. Talvez nós mulheres tenhamos um pouco mais de abertura para falar dessas coisas, mas eu sei que os companheiros também foram torturados de formas terríveis. Cassetete no ânus, por exemplo, para um homem, era uma coisa terrível. E fizeram isso com muitos. E muitos morreram desse tipo de tortura. Por exemplo, o Mario Alves. O sofrimento físico com o tempo ele se apaga, mas ficam, outras dores... . Essas são permanentes.

E você foi libertada na Anistia?

Zenaide – Eu fui antes da Anistia. Eu saí em outubro de 1974. Naquela fase em que a Ditadura já fazia o seu caminho para aquilo que eles chamavam de projeto de distensão lenta, gradual e segura. Foi um período em que os Tribunais Militares foram orientados a se pautar no julgamento pelos testemunhos em juízo e pelas provas colhidas em flagrante. Todos os processos que resultaram em condenações, se baseavam em depoimentos extorquidos sob tortura, nas revisões, nos recursos em outras instâncias, essas sentenças começaram a ser anuladas. Assim eu fui absolvida no Superior Tribunal Militar. Eu cumpri três anos e 33 dias mas o que restou de condenação depois dessas revisões foi um ano e meio.

Como eu, muitos jovens de origem evangélica entraram na luta armada. Eu estou falando luta armada, mas havia muitas outras formas de resistência à ditadura. Eu conheci além do Ivan Mota Dias, a Eleni Guariba, o Juarez Guimarães de Brito, O Roberto Chagas... nós militamos juntos...

Antonio – Tem muita gente. De repente você descobre que o cara tem uma herança parecida... Você poderia contar um pouco sobre o Ivan, irmão do Zwinglio?

Zenaide – Ivan, também era protestante, ele e eu éramos estudantes de História na UFF. Então nos conhecemos naquele ambiente universitário. É chopinho, é discutir política, ir pro cinema no Paissandu, não é? Ele era de uma linha política diferente da minha. O Ivan era da POLOP. Nós fomos juntos para um Congresso de História em BH. Fizemos muito política estudantil. Inclusive com Ivan, nós participamos de uma chapa. O Ivan era o Presidente da chapa e eu a Vice. Nós não ganhamos o Centro Acadêmico, mas, enfim vivemos muitos anos juntos e depois ficamos clandestinos e compartilhamos a militância cotidianamente. Aí já estávamos na mesma organização que era a Vanguarda Popular Revolucionária a VPR. Quando a gente começou nessa militância nós não tínhamos mais vínculo com a Igreja. Eu como militante, eu não tinha mais vínculo nenhum com a Igreja. E nem com a religiosidade. Era uma outra maneira de cultivar valores. O Ivan era uma figura incrível, culta, extremamente interessante. Ele era um cara alegre

pra caramba. Muito inteligente e preparado, muito articulado. Ele gostava de cinema, de música... Encontrar com o Ivan todo dia era uma coisa que enriquecia a vida. Ele não tinha aquela aridez que a política impõe na vida da gente, de só falar daquilo... Enfim, ele era um cara que tinha preocupações muito amplas. Então, conviver com ele no dia a dia era uma maravilha...

E você Antônio, como esteve preso?

Antonio Carlos – Eu estive preso uns 10 dias na Vila Militar com o Waldo César. Trata-se da Operação ARP. Não era Ação Popular, era ARP mesmo. No nosso burocratismo, com a dissidência, criamos um partido que se chamava Ativo Resolutivo Permanente (ARP). Era só prá intrigar o Estado. Nós entramos na operação ARP... Uma figura que acabou de morrer, um personagem dessa história da prisão era um tal de capitão Ribamar Zamith... Que quando o Waldo foi depor ele o interrogou... Era um ambiente de pressão, eram formas psicológicas de tortura... O capitão se sentava na cadeira e o soldado na grade e faziam os homens de idiotas... Também conheci vários quartéis. O Waldo falando sobre as viagens dele pra Genebra, pra não sei onde... O tal Zamith com aquela mentalidade de baixa classe média ressentida, procurava ridicularizá-lo.... Tinha um Sargento lá que era um monstro em tamanho. Tinha definição de músculo até no dedo. Um monstro. Você chegava lá e o capitão falava assim: Bráulio, você é que vai cuidar deles... Um dia eu encontrei esse Bráulio na rua, quase que me caguei de medo... Mas o Waldo falava de Genebra, não sei mais o que... e o capitão dizia: Sargento, olha só esse homem, usa terno de tergal, mora em Copacabana... não é ridículo?!.. Mas voltando ao ARP, um dia um dos redatores desse negócio foi preso... Era o nome de um setor da dissidência Estudantil da Guanabara, com documento e tudo “Ativo Resolutivo Permanente!!!” Então, por causa do R queriam descobrir o que era, mas não conseguiram relacionar isso com o Partido ou R de revolução.

Aquele momento era de uma cultura efervescente... o que tocava vocês? O que vocês ouviam? E o que vocês lembram ...

Zenaide – De um período de música e teatro de protesto, dos Festivais, artes, cinema... tudo isso fazia o ambiente incrível. Era a época do Pasquim, da imprensa alternativa, de muito reflorescimento. Muita vitalidade. E estamos falando também de um cenário em que as questões de comportamento vão pautando atitudes. Nós somos da 1ª geração da pílula. Da geração que disse: relação sexual, por que só depois do casamento? Era uma nova ética, uma nova moral. Uma luta, uma atitude comportamental libertária, isso nos dava muita energia. Nós éramos pessoas de uma certa maneira muito felizes, as questões da vida pública eram prazerosas. Porque não era só da vida pública, questões do comportamento, da política, da arte, da criação, das diferentes formas de expressão. Enfim, de militância na vida, das atitudes diante da vida.

Antonio Carlos – Nosso dia tinha pelo menos 36 horas. Nós éramos uma brecha na história deles, em todas as dimensões, inclusive cultural. Eu fico muito incomodado com essa visão do Estado Novo como se fosse uma reação do Getúlio.

Quando na verdade, o Getúlio só foi tolerado enquanto não podiam derrubá-lo. Tentaram muitas vezes na década de 30, os mesmos grupos que depois vão fazer 64. Então há uma grande continuidade desse poder militar que se realiza em 64. *Zenaide* – Isso é também muito ligado ao nosso ambiente, mais urbano e mais um ambiente da intelectualidade. Mas também os operários, os camponeses, muitos setores da sociedade, setores subalternos se engajaram nas formas de resistência e também na mão armada. Hoje, por exemplo, isso já está reconhecido. A lista de mortos e desaparecidos dobrou quando foram incorporados à matança que a ditadura fez no campo. E é tudo documentado. Porque vocês sabem que quando a gente recorre à Anistia o ônus da prova nos cabe. A lei da Anistia quando veio, no início, lá no início, estava destinada como um recurso para 10 mil pessoas – se estimava – hoje se calcula que, as pessoas reconhecidamente atingidas, são mais de 100 mil! Então foi uma coisa que não ficou limitada num setor da sociedade, aos estudantes.

Alguma mensagem final?

Antonio Carlos – Esse movimento é importante por que ele libera energias que estavam adormecidas. Muita gente que tem condições de contribuir esta fazendo isto agora. Que dá testemunho, que dá documento, que vai formando um acervo muito mais completo. Muita coisa. É basicamente é isso. Mas os militares (se consideram) estão acima de qualquer coisa. Pra eles não há limites. E não há limite agora como não teve limite no Estado Novo, não teve limite no Contestado. Não teve limite com o Antonio Conselheiro, em Canudos... Não teve limite no genocídio do Paraguai. Eu acho que o genocídio é uma linha progressiva que mantém a unidade. O genocídio no Paraguai foi o primeiro momento em que as Forças Armadas se consideraram acima da nação, a tutora da nação. Fizeram isto e estão prontas pra fazer genocídio sempre que lhes for pedido.

Zenaide – Eu queria, dizer pra você Zwinglio, pro Anivaldo Padilha e todas as pessoas das Igrejas que estão envolvidas nesse projeto com o Ministério da Justiça, com a Comissão de Anistia, com a Comissão Nacional da Verdade que acho esse engajamento, essa militância de vocês, da maior importância. Penso que, como militante, nós estamos vivendo a última batalha das nossas vidas, que é essa luta por memória, verdade e justiça. Essa é a grande e última batalha de nossas vidas porque nós estamos hoje idosos. Acho que esta questão é fundamental como uma questão civilizatória. Não é possível que as sociedades, que os Estados democráticos aceitem conviver com o espólio que essa ditadura deixou. De atrocidades, de destruição das nossas formas de convivência. O que houve de violência sobre o nosso patrimônio de riqueza, nosso patrimônio cultural, sobre a nossa brasilidade, sobre as vidas que foram destruídas. A dor das nossas famílias... Essa experiência cruel e crucial que nós sobreviventes tivemos com a tortura e tudo aquilo que marcou nossas vidas... Não é possível que esses crimes permaneçam impunes. O Brasil, enquanto não se defrontar com essa questão de responsabilizar, processar e julgar os operadores e responsáveis pelo terrorismo de Estado continuará sendo

esse país campeão de violência que exclui, que mata até hoje, que pratica tortura. Os agentes públicos continuam praticando execuções sumárias. Fazendo os chamados “autos de resistência” não é? Continuara a ser esse país que não dá oportunidades, que não incorpora a sua população pobre na cidadania. Continuará sendo um país injusto. Então essa questão da verdade, da memória e da justiça é uma luta civilizatória. É fundamental que os crimes de lesa-humanidade sejam apurados e que o Estado brasileiro leve isso a sério. Mas para isso é necessário que a sociedade se engaje nessa luta. E a participação de vocês é fundamental, por que vocês são sociedade. Vocês representam um segmento muito importante da sociedade.

Do Abandono da Igreja à Luta Clandestina...

Entrevista com o Engenheiro Roberto Chagas, hoje aposentado, ex-presbiteriano, filho de pastor, que vive na França depois de uma intensa militância política nas décadas de 1960 e 1970.

Você pode se apresentar, por que eu não tenho dados mais concretos sobre você hoje. Quem foi o Roberto Chagas militante, quem é o Roberto Chagas hoje?

Ok. O Roberto Chagas militante, a militância propriamente dita, ativa, começou ao mesmo tempo que o Golpe. O meu envolvimento, mais do que engajamento, já vinha desde antes. Desde que começaram a se discutir as reformas por volta de 62, seguramente, ou seja, em todo período da volta do Jango, depois da renúncia do Jânio. E aí em seguida a 62, com as eleições no Rio. O Brizola se elegeu no Rio. E tudo começou por ali. Nessa época eu ainda era membro ativo da Igreja Presbiteriana de Inhaúma, e com papel de liderança na Mocidade, que comecei a ser balançado mais ou menos nesse mesmo período por conta do Concílio Vaticano II, da eleição e do papel de João XXIII. Lembro-me das primeiras polêmicas que, de certo modo, eu criei dentro daquele contexto. Por conta de eu querer inserir o trabalho da Mocidade e, particularmente da Mocidade de Inhaúma, dentro de uma discussão sobre ecumenismo, do papel de renovação de João XXIII, coisa que não foi aceita e que com isso gerou muita polêmica e foi um fator que certamente influiu no início do meu distanciamento da Igreja pelo fato da Igreja não aceitar discutir. Nessa mesma época, a Igreja Católica de São Braz, em Madureira, começou um movimento ecumênico bastante interessante. Um padre novo que foi pra lá se aproximou das outras igrejas do bairro. Eu morava em Madureira. Pertencia à Igreja Inhaúma, mas morava em Madureira. Então de certo modo, me sentia até mais ligado à Madureira por conta das amizades, por conta de que era meu bairro. Então pouco a pouco eu fui largando de Inhaúma e fiquei mais próximo de Madureira e interessado no trabalho que a Igreja Católica de São Braz começou a fazer no bairro. Na igreja presbiteriana de Madureira, onde também houve muita resistência, fizemos algumas reuniões comuns, fizemos um espetáculo de música e teatro que quem deu apoio pra gente montar foi o padre de São Braz. Então, tudo aquilo começou a me balançar muito. E aí depois veio o golpe e eu já estava mais maduro pra militar propriamente. Estava fazendo vestibular ao mesmo tempo, então é um período meio complicado mas, mesmo assim participei da campanha para governador no Rio de Janeiro, em pleno ano de vestibular, mas já inserido na militância. Mas não consigo detectar quando que as coisas mudaram. Não cheguei a ser militante da Ação popular - AP antes de entrar pra Engenharia. Mas eu era simpatizante. Maria Olivia, minha irmã, que já estava na

Faculdade, era a minha líder, então com isso, muito em função do papel que ela tinha e teve no movimento estudantil no Rio logo depois do golpe -- foi a primeira eleição de diretório depois do golpe, depois da lei Suplicy, então, quer dizer, foi uma aproximação natural. O que pra mim era uma militância quase... até ali, eu era próximo do PTB, por que todo mundo lá em casa era PTB, e ao mesmo tempo, eu conhecia o PTB do bairro de Madureira, estava sempre discutindo por lá. Mas enfim, foi isso. A militância propriamente, em termos de organização, foi no momento em que eu passei no vestibular e fui para a Escola de Engenharia e entrei direto na AP. Foi a minha primeira organização clandestina. Clandestina é um pouco exagerado, mas ilegal. Mais ilegal do que clandestino, por que todo mundo sabia quem era quem e as coisas ainda não estavam muito complicadas nesse sentido. Na Engenharia eu não fiquei muito tempo na AP. Logo depois da AP eu me aproximei do que veio a ser a dissidência da Guanabara, a dissidência do PC. Não me lembro propriamente se foi no primeiro ano, mas acho que ainda foi no primeiro ano que eu passei da AP para a dissidência. Mas aí, enquanto protestante já não era mais o caso. Eu já tinha posto em questão tudo, na verdade eu não me considerava nem crente, nem que eu acreditasse. Eu me lembro que estava na igreja mais por conta de papai, por conta de ser filho do pastor da Igreja de Inhaúma. Me lembro de um debate numa reunião da UMP (União da Mocidade Presbiteriana) que eu questionei a constituição do Universo e tal, como é contada na Bíblia, dos sete dias da criação e aquilo causou um escândalo razoável. Papai veio discutir comigo: “Você precisava querer fazer essa polêmica toda?” Bom, mas se estava discutindo...(nem me lembro mais qual era o assunto da discussão!). Então, pouco a pouco, por razões quase filosóficas eu comecei a me afastar da igreja e da religião. Isso não foi uma ruptura linear nem instantânea, foi um processo que ao mesmo tempo correu em paralelo, com o meu engajamento na militância. Apesar de não ter mais religião, apesar de não acreditar mais inclusive em Deus, mesmo assim a primeira vez que militei, fui militar na AP, que naquele momento ainda era uma organização cristã. Ou seja, a base da Engenharia a qual eu me entreguei era uma base de católicos. Não, católicos exceto um, que ele sim era protestante, acho que era metodista do Lins. Não me lembro mais o nome dele. Ele sim, ele ainda era cristão mesmo. No meio de todos os outros que eram católicos. Eu até fazia uma brincadeira, fazia gozação com eles, dizendo que havia quase uma base de carolas dentro da AP. Isso também foi um fator que certamente teve um papel para eu me afastar rapidamente dessa base da AP de Engenharia e passar a militar na dissidência do PC. Essa dissidência da Guanabara que depois, muito mais tarde se tornou o MR8. Foi isso, o processo de saída da Igreja e saída da religião e portanto deixar de ser um militante protestante. A militância como protestante foi por um período relativamente curto. Deve ter sido mais ou menos entre 63 e 66. Depois eu já não me considerava mais protestante. Não sei se isso responde a pergunta.

Sim, está muito bom. Você chegou a ser preso? Eu não me lembro...

Não. Eu não cheguei, quer dizer, eu fui preso duas vezes na verdade. Eu fui preso em 66 no 28º Congresso da UNE que foi em Belo Horizonte, eu fui preso dentro do ônibus como delegado da Engenharia. Fui preso e fiquei cinco dias no DOPS do Rio. Então isso pra mim nem conta. Em suma, não havia tortura ainda, era só sacanagem, ou seja, não poder sentar, não poder dormir, na hora que não aguentava mais e caía de sono, era cacetada na mesa onde eu tinha me apoiado. “Ninguém te mandou sentar! Ninguém te mandou dormir.” Tinha que ficar lá encostado na parede de novo. Mas isso aí é besteira. Na verdade eu sempre escapei de boas. Então não fui preso. E a segunda vez foi na volta ao Brasil, que foi mais ou menos a mesma coisa. Quatro dias de sacanagem na PM no Rio e Janeiro, três anos depois da Anistia. E aí um Tenentezinho da PM que me disse: “Tá pensando que ia ficar de graça não é “seu” Roberto?” Aí é sinal de boas vindas. Tudo bem, então não posso dizer que fui preso. Não fui. Fui condenado várias vezes mas sempre à revelia. Todos os meus processos correram à revelia.

E você saiu do Brasil quando?

Saí do Brasil em abril de 71. Saí pro Chile. No período de 71 saí mesmo. Saí do Rio de Janeiro em 31 de março e passei na fronteira no dia 1º de abril de 71. E no Chile em quatro de abril, alguma coisa assim. Aí fiquei no Chile até o golpe. No Chile também consegui não ser preso. Fiquei ainda três semanas depois do golpe fazendo coisa e não fui preso. Minha mulher atual foi presa. Ela é campeã de ser presa. Ela foi presa três vezes no Brasil; depois conseguiu ser presa no Chile, foi pro Estádio Nacional, eu não estava junto não. Se ela estivesse comigo eu tinha sido preso, acho. No final, três semanas depois do golpe eu me asilei na Embaixada da Argentina. Aí, da Embaixada da Argentina em Santiago, vim direto para a França.

E desde então você está aí?

Agora já tem, ao todo mais de 40 anos. Eu cheguei aqui em novembro de 73 e fiquei aqui, eu ainda militava, fiquei até dezembro de 75. Em dezembro de 75 voltei clandestino pro Brasil. De dezembro de 75 até agosto de 76 militando no MR8, na época que o MR8 se tornou um fenômeno stalinista assumido fora de época, uma coisa completamente anacrônica. Aí eu disse: “Não dá mais,” ou seja, em junho de 76 eu me desliguei. Falei para a Direção da organização que ia sair de novo e aí eles terminaram concordando da gente sair. Então saímos, eu e minha mulher, em agosto de 76. Em agosto de 76, quando saiu a Anistia em 79, eu estava aqui de volta na França. Eu não tive Anistia porque já tinha condenação definitiva. Ainda tinha vários processos pela Lei de Segurança, sendo que num deles estava com prisão perpetua decretada no momento da Anistia. Mas aí começou a cair a própria Lei de Segurança, no que eles chamavam de requalificação. Começaram a requalificar todos os processos já julgados e aí eu me lembro que essa pena caiu pra 15 anos e aí depois caiu pra não sei quantos. Nem acompanhei mais. O rapaz que cuidava disso, um outro advogado que eu nem me lembro o nome, ele mesmo que sabia. Até me deu o sinal de que podia voltar em 82.

Só consegui voltar em 82 quando caíram os últimos processos. Mas aí quando cheguei ao Rio tive essa surpresa desagradável da Polícia Militar me montar um esquemazinho e só pra dar um castigo com o tal Tenente..." e aí irmão...". foi aquele espetáculo! Algemado com a algema apertada até. "Precisa disso? Claro que precisa. Preso tem que ser algemado. Tá apertado demais. Agora o senhor vai querer chorar? Não, tudo bem, vai lá. Aí quando cheguei lá, um PMzinho, Tenente: Pensou que ia ficar de graça, não é "seu" Roberto? Como era um final de semana, não tinha *habeas corpus*, não tinha nada, então só na segunda a tarde é que se pode dar entrada no *habeas corpus* e na segunda, no finalzinho da tarde eu saí. Esse foi o Comitê de boas vindas. Aí fiquei no Brasil de 82 a 89. Fui trabalhar em São Paulo. Em 88 eu vim à Europa, vim a trabalho à Lisboa. O país tinha acabado de entrar para a União Europeia. Me convidaram para um trabalho em Lisboa. Daí aproveitei para vir até à França para rever meus amigos, as pessoas com quem eu trabalhei. Então, meu último antigo chefe, como a última empresa que eu tinha trabalhado é de 80 a 82, me fez uma proposta para voltar a trabalhar com ele. E como no Brasil as coisas estavam muito complicadas, eu tinha montando uma firma em São Paulo que não estava dando muito certo e eu estava me desinteressando dela, discuti com Angelina, minha mulher e aceitei o convite. Voltei pra cá, portanto em 89 e fiquei por aqui. Fiz então, toda a minha carreira profissional fora, sete anos de Brasil entre 82 e 89 em São Paulo, mas de 89 até me aposentar trabalhei aqui. Me aposentei em 2011. A segunda parte da tua pergunta quem é o Roberto Chagas hoje? Roberto Chagas é isso, um aposentado esperando a Angelina, sua esposa, se aposentar também, provavelmente no final do ano que vem e aí, certamente, voltar pro Brasil, pelo menos começar a voltar pouco a pouco. Começar a desmontar tudo que montamos por aqui e aí vamos ver...

Sua experiência de juventude, de igreja, de mocidade de alguma maneira lhe encaminhou para uma perspectiva mais coerente em função do Brasil daquele momento?

Olha, radical, certamente não. A radicalização, eu diria, não tem nada ver com a experiência da religião. O que eu acho que teve, certamente, foi o fato de que naquela época, na Mocidade da Igreja Presbiteriana, eu ter começado a ter uma papel de liderança local que certamente teve um desdobramento depois. Foi isso, foi o fato de eu ter sido Presidente da UMP duas vezes. Na segunda vez eu acabei com a presidência da UMP lá de Inhaúma, criei um coletivo dirigente. Já era alguma coisa, assim, diferente. Isto foi questionado, que negócio é esse?... "É pra não personalizar..." Então, nós éramos três responsáveis pela UMP naquele ano. Isso tudo foi antes do golpe, deve ter sido entre 61, 63. Até o ano do golpe, embora eu já não estivesse mais religiosamente ligado à Igreja e com convicção religiosa, mas era o meu meio social. Continuou ainda durante um tempo como lugar social pra mim. Mas aí, quase que mais em Madureira, por que estava na idade de namorar e, como eu morava em Madureira, era mais ligado à Madureira. Era o "Chicão" (Rev. Francisco de Paula P. de Souza) que era o Pastor lá?

É exatamente. Ontem, quando eu comecei a pensar nisso, fiquei tentando lembrar quem entrou depois que saiu o Rev. Laudelino. Exatamente, era o Francisco. **Não sei se você lembra disso, mas o Francisco trabalhava na Confederação Evangélica, no setor da Mocidade e com o golpe militar e o golpe dos presbiterianos na Confederação Evangélica o Francisco foi expulso da Confederação Evangélica.**

Não, eu acho que isso aí eu nem cheguei a saber. Ir de vez em quando à igreja era pra mim mais um encontro social do que qualquer outra coisa. Eu já estava bem desligado em termos de compromisso com a igreja em si.

Roberto você fez um resumo fantástico da sua experiência de vida. Eu muito lhe agradeço. Acho que você colocou todas as questões que eu gostaria de ouvir de você. Acho que isso foi muito bom.

Tá ok. Agora eu é faço uma pergunta. Você entrevistou a Zenaide também?

Sim. Já entrevistamos a Zenaide.

Porque a Zenaide foi companheira de militância na VPR. Agora eu nem sabia, ela foi protestante também?

Sim. Ela era da Igreja Presbiteriana Independente de Osvaldo Cruz.

Ah é?

Você conheceu o Antonio Carlos, marido dela?

Não sei. Acho que não.

Por que ele também era de lá da Igreja de Osvaldo Cruz.

Acho que não conheci ninguém. Acho que nunca fui na Igreja de Osvaldo Cruz. Mas é curioso, porque eu nunca soube que a Zenaide fosse protestante.

Pois é. E é interessante que no depoimento dela, ela conta que foi muito apoiada pela comunidade. O pessoal da Igreja se revezava escondendo-a, quando ela precisava de esconderijo. Depois quando foi presa, condenada, teve muito apoio da comunidade. Ela acabou se casando numa Auditoria militar, por que era a única maneira do companheiro dela poder visitá-la. Quiseram até fazer um casamento religioso, levou o Pastor, mas, não deu pra fazer porque era muita confusão no local. Ela está muito bem.

A gente de vez em quando troca emails. Um grupo de ex-militantes no qual a gente participa. Ela está em São Paulo, não é?

Ela reside em Campinas.

Roberto eu queria que você falasse um pouquinho só. Você disse que foi do MR8 não é?

Eu fui de tudo que tinha (risos)

Eu queria que você falasse como é que você começou na luta, nos grupos clandestinos. Quanto tempo durou isso? Que você falasse só um pouco mais sobre isso e explicasse em quais grupos você passou e depois a minha segunda pergunta seria um pedido pra que você falasse da importância da memória, 50 anos depois do golpe...Qual a importância disso para o Brasil de hoje? .

Em termos de trajetória, eu tive rápida passagem pela AP (Ação Popular). Minha

irmã militou muito mais tempo que eu na AP. Eu acho que ela deve ter militado na AP pelo menos uns quatro anos. Se eu não me engano ela já era formalmente da AP antes do golpe. Nem sei, mas enfim, como eu falei, na AP eu só tive uma rápida passagem no comecinho, no meu primeiro ano de Engenharia. Logo depois eu fui para o que se estava articulando, que era uma dissidência do PCB, do Partidão histórico, do qual a gente saiu, e eu já como militante. Saímos em novembro de 66 e esse grupo se tornou a dissidência da Guanabara. Ainda havia o Estado da Guanabara, então era dissidência da Guanabara. Tinha uma dissidência em cada Estado, então tinha a dissidência de Niterói e a dissidência da Guanabara que era do Rio, a dissidência de São Paulo e assim por diante. Em suma, em 67 eu ainda estava na dissidência, onde fiquei até 68, quando começou o debate sobre o foquismo e começaram as ações armadas, com o Marighella em São Paulo, o Marighella e a VPR. A primeira VPR. Quando começaram as ações armadas, começou esse debate que foi levado direto para todas as dissidências dos diversos Estados. Então houve um novo Congresso da dissidência da Guanabara e a gente saiu, saímos um grupo. Bom, pra resumir, terminamos nos juntando com a dissidência de São Paulo que também rachou, uma parte foi para a ALN e outra parte então ficou dissidência independente, até a criação, já em 69, da VAR-Palmares. Nesse tempo eu e todo meu grupo estávamos militando na VPR. Aí vem a fusão com a VAR-Palmares, que não durou nem seis meses, pois houve um racha, um racha completamente idiota! Como tendo a dizer sempre, o racha, o motivo principal do racha foi o cofre do Adhemar de Barros. Ou seja, quem ficava com a chave do cofre. E rachou-se o que tinha começado por conta disso. Na verdade que as posições eram bastante divergentes. E eu não sei no momento do racha. Voltei para a VPR. No momento do racha minha posição era: eu votei pra unificar, não pra rachar. Mas aí, com o que sobrou da VAR-Palmares ficamos pouco tempo. Saímos de novo e voltamos para a VPR porque achamos que VAR não ia chegar a lugar nenhum. A gente estava numa posição muito militarista naquele momento então voltamos para a VPR. Fiquei na VPR até 1970. Sai da VPR quando a VPR resolveu, depois do sequestro do embaixador alemão, fazer um novo sequestro e nós fomos contra, enfim. Eu estava vendo que as coisas iam muito mal, em suma, que já não se militava e não se faziam ações armadas para uma luta armada, para uma revolução armada, mas sim por uma questão de sobrevivência. Então aquilo pra mim tinha deformado completamente o sentido da luta. Então a gente saiu. Mas quando a gente saiu, quer dizer saímos, na verdade eu levei meu grupo quase inteiro pro MR8, a antiga dissidência. Na verdade comecei e terminei nessa época indo de volta pro MR8. Mas aí o próprio MR8, embora não tivesse apoiado e nem participado do sequestro do embaixador suíço no final de 1970, começo de 71, estava também numa posição que era basicamente a mesma ou seja, envolvido em ações de sobrevivência, envolvido em ações ditas de desapropriação popular, ou seja, eu me lembro de um caminhão do “Açúcar União” que foi levado para porta da favela de Lucas. Quando botaram

o caminhão lá e disseram que era para pegar, quase que os companheiros foram apedrejados pela população que dizia: “você estão trazendo é confusão pra cá!” Então, você não conseguia ver o sentido dessas ações Depois teve uma ação no antigo supermercado “Casas da Banha” da rua Conde de Bonfim, no bairro mais reacionário do Rio, em termos de classe média, a Tijuca, na qual eu me recusei a participar. Eu deveria ter participado dessa ação, me recusei, porque isso estava completamente fora. Essas ações só podiam terminar como terminaram, com a massa de donas-de-casa da Tijuca jogando pacote de arroz e pacote de açúcar em cima dos militantes que estavam fazendo a ação. E diziam: “Sai daqui terrorista!! Saiam daqui seus comunistas!!” Em suma, eu não tinha mais nada a ver com aquilo. Entende? Não tinha mais nada a ver com aquilo e resolvi sair para Chile. Mas no Chile o MR8, teoricamente, tinha feito uma autocrítica. Voltei a militar com o MR8 no exterior, no Chile. Mesmo depois do Golpe do Chile, até 75. Quando voltei, porque a política do MR8 era de fazer voltar os militantes que estavam fora, eu voltei pro Brasil clandestino em 75. Ainda estava super procurado, mas assumi de voltar. Quando cheguei no Brasil o que encontrei foi uma caricatura de pseudo-stalinista dirigindo a organização no Brasil, o cara até já morreu, o Claudio Campos, que era da Engenharia também. Em suma, era uma coisa assim caricatural de achar que o Stalinismo era o caminho, digamos, para se avançar para o comunismo. Aquilo acabou de me divorciar da militância ativa na esquerda brasileira. Desde então, “eu de carteirinha eu não vou mais!!” Isto valeu pra depois. Valeu inclusive pra depois que a gente voltou em 82, que todo mundo estava no PT, que todos os meus companheiros estavam no PT, desde a sua fundação, dos que já estavam no Brasil, e que vieram me chamar. Eu disse: tudo bem. Votei no PT várias vezes, mas de carteirinha nunca mais. Agora eu penso e falo com a minha boca e não com voz e nem com a camisa dos outros. E assim foi até que um incidente, que na minha opinião, marca o começo da deformação do PT, que veio a dar em tudo o que aconteceu depois; na época que eu ainda estava no Brasil, vieram me fazer um convite sobre o qual não vou entrar em detalhes, mas em suma um convite, ao que eu respondi: “Vocês não entenderam nada, eu sei.” Era, ao mesmo tempo, um convite para assumir um cargo, mas já na condição de corrupção!!! Então, aquilo me desiludiu também e me confortou mais ainda na minha posição de “carteirinha nunca mais”.

Quanto a sua segunda questão: Eu acho fundamental restabelecer a memória, rever as coisas, rever a Lei da Anistia, entende? Quer dizer, o Brasil é, na minha opinião, uma excrescência na América Latina em relação à memória, em relação ao passado, em relação a tudo que houve e se procura dizer que a Anistia botou uma pedra em cima... Quer dizer, uma pedra que foi mais uma pedra para os torturadores, para a repressão. Que tivesse havido repressão, tudo bem!! Mas o que se começa a se saber hoje, do nível de tortura, do nível de violência; não a violência da ação armada. Nós também matamos gente, em várias ações também houve mortes, mas nunca foi uma coisa individualizada. Ou seja, nunca foi a tortura que

a ditadura fabricou, nada comparável com os centros de repressão que a ditadura fabricou. Então quando olho, por exemplo, a Lei da Anistia, pra mim foi uma Lei da Anistia para os agentes da ditadura, para a ditadura, para o DOI-CODI, pros torturadores. E muito mais do que pra esquerda, onde uma boa parte da esquerda, a grande maioria da esquerda, se beneficiou da Lei da Anistia, também, como por exemplo, eu próprio me beneficiei, ainda que não da Anistia, diretamente. Na época discordava quando se dizia: Anistia ampla e irrestrita. Por que não foi irrestrita. No meu caso, sei lá, teve uns 200 ou 300 que não tiveram direito a Anistia enquanto tal. Por isso acho que hoje é muito importante o papel da Comissão da Verdade, ainda que com muita limitação, mas que pouco a pouco consegue ir fazendo algo, cavando por aqui, por ali, tirando as coisas do buraco. Entende? Quer dizer, eu acho importantíssimo. Eu acho fundamental esse trabalho. Como eu estou longe, minha participação assim indireta é apoiando por aqui e por ali. Como no Facebook, que se tornou um ponto de encontro para troca de ideias. Mas é isso, é o que eu posso fazer por enquanto.

O Missionário que se fez Pastor dos Perseguidos e Torturados...

Entrevista com Anita Wright Torres, professora de Vitória, Espírito Santo, filha do Rev. Jaime Wright, que coordenou o trabalho de pesquisa auspiciado pela Arquidiocese de S. Paulo e que resultou no livro “Brasil Nunca Mais” e sobrinha do desaparecido político, Deputado Estadual de Santa Catarina, Paulo Wright.

Fique à vontade Anita e fale na ordem que achar melhor.

Sou Anita Wright Torres, filha caçula de Jaime e Alma Wright. No período da Ditadura a gente estava morando em São Paulo. Eu era adolescente e tenho a lembrança de vários encontros secretos com meu tio Paulo, enquanto ele ainda estava vivo e a gente sabia que as combinações eram por telefone e por códigos. E, muitas vezes, a gente teve oportunidade de encontrar o meu tio Paulo em São Paulo, nesse esquema de encontros secretos. A gente sabia que ele estava na clandestinidade e que ele optou por não ficar no exílio, como ele poderia ter ficado. Ele optou voltar para o Brasil porque não achava justo deixar o povo brasileiro nessa luta inglória. Até que em setembro de 73 ele foi preso. Então começou uma luta contra o tempo pra saber onde ele estava, o que foi feito dele. Meu pai se viu praticamente sozinho, sem apoio dos seus colegas pastores presbiterianos. Foi então procurar ajuda de quem ele sabia que já vinha trabalhando com isso, já vinha defendendo os Direitos Humanos nessa época, que era Dom Paulo Evaristo Arns. O encontro oficial deles deu-se em 1975, quando houve a celebração ecumênica em memória do jornalista Vladimir Herzog, lá na Catedral da Sé. Como nenhum outro pastor evangélico aceitou participar dessa celebração meu pai se apresentou. Então Dom Paulo, meu pai, representando os evangélicos, e o Rabino Henry Sobel, porque Vladimir era judeu, dirigiram a celebração. A amizade dos dois começou aí, em 1975, quando começaram a trabalhar juntos. Meu pai foi convidado a fazer parte da equipe de Dom Paulo, na Cúria Metropolitana. E Dom Paulo brincava que ele era o Bispo Auxiliar dele. Trabalharam juntos por 10 anos. Não só na produção do “Brasil Nunca Mais” mas também na organização chamada “Clamor”, criada lá na Cúria para ajudar os refugiados políticos dos países do Cone Sul que estavam chegando ao Brasil, buscando abrigo aqui. E nesse processo todo, teve a questão das Avós da Praça de Maio, que também o “Clamor” ajudou muito na procura dos netos dessas avós que nasceram em prisões argentinas e foram tirados dos braços de suas mães poucas horas depois de nascidos e dados para adoção pelos próprios algozes dos seus pais. Mas, voltando para o “Brasil,

nunca mais”. Nesse trabalho conjunto com Dom Paulo, havia a preocupação de que tudo que estivesse acontecendo, todas as atrocidades, não ficassem perdidas ou desaparecessem da memória do povo. Conhecedores de que o Superior Tribunal Militar era meticoloso e arquivava todos os seus processos, tiveram a ideia de, através de advogados que militavam na área de Direitos Humanos, retirar esses processos, para fazer vistas, por um período de 24 horas, já isso era permitido, e, nessa retirada desses processos, estes eram fotocopiados. Então, o Projeto Brasil Nunca Mais teve o patrocínio do Conselho Mundial de Igrejas. Uma sala foi alugada, máquinas de Xerox foram alugadas, pessoas foram contratadas com esse fim específico. E aí, os processos eram retirados, fotocopiados e devolvidos. Depois que eram fotocopiados também eram microfilmados. Esses microfilmes eram levados para a sede do Conselho Mundial de Igrejas em Genebra. E a ponte entre Jaime Wright e Dom Paulo com o Conselho Mundial era um amigo de infância do meu pai, o também pastor Charles Harper que trabalhava no Conselho Mundial de Igrejas nessa época na área de Direitos Humanos para América Latina e Caribe. Com uma metodologia cautelosa e sistemática esse grupo conseguiu fotocopiar 707 processos que estavam no Superior Tribunal Militar, somando mais de um milhão de páginas fotocopiadas e mais de 300 rolos de microfilmes. Foi feita uma compilação, um levantamento de todos os dados que estavam lá registrados: relação de torturas, relação dos torturadores, dos locais de tortura, dos nomes e codinomes. Tudo com base em documentos oficiais. Então era incontestável. E desse volume todo então, dessa sistematização, resultaram em 12 volumes que foram encadernados e disponibilizados depois para Universidades públicas e entidades que trabalham com Direitos Humanos para consulta. Para tornar essas informações mais acessíveis ainda veio a ideia de fazer o livro “Brasil Nunca Mais”, que é um resumo de 5% de todas as informações.

O livro foi produzido e colocado à venda nas livrarias sem nenhum lançamento oficial, simplesmente colocado para não levantar alarde. Quando os militares perceberam, o livro já estava sendo um sucesso de vendas. E eles não tinham mais como retirar o livro de circulação, como costumavam fazer. E o “Brasil Nunca Mais” que é um livro de não ficção, ficou 91 semanas consecutivas na lista dos mais vendidos aqui em São Paulo. Foi um marco importante para a abertura, para a democratização do Brasil. As pessoas começaram a ter acesso a essas informações e os militares não tinham nem como contestar, porque era tudo baseado em dados oficiais. Foi o início do processo de democratização e esta foi a contribuição que Dom Paulo e o Rev. Jaime Wright deram para esse processo se constituir de fato e de verdade. Agora, em 2013, nós tivemos o lançamento do “Brasil Nunca Mais” digital também, porque em 2011 houve o repatriamento, a devolução desse material que estava guardado no Conselho Mundial de Igrejas para o Brasil.

Como foi a convivência da família nesse período?

A lembrança que eu tenho, era de meu pai indo e vindo, viajando bastante e a minha mãe na retaguarda, sendo a base para unir a família. Com seu jeito simples,

seu jeito calmo ela dava toda essa sustentação que a gente precisava ter como família. Meu pai sempre foi muito cauteloso na questão de não compartilhar todo o perigo que ele estava correndo naquele momento. A gente sabia uma coisa ou outra, justamente com a preocupação de salvaguardar a família. Mas na minha adolescência a gente recebeu refugiados políticos em casa, do Paraguai, da Argentina que vinham pedir socorro. Nós recebíamos as “Abuelas da Praça de Maio” quando elas vinham para São Paulo fazer alguma reunião. Era um ir e vir constante.

E o Paulo Wright? Você teve uma convivência com ele?

Muito pouca. Eu tenho vagas lembranças dessas visitas curtas e rápidas que ele fazia. Era uma pessoa muito carismática e muito carinhosa. Eu tive acesso da correspondência que ele teve com a própria família dele lá em Curitiba, a esposa Edmar e os filhos João Paulo e Leila. Mesmo no exílio, mesmo longe ou mesmo impedido de vê-los pessoalmente, ele dava um jeito de mandar um cartão pra filho perto do aniversário, uma carta carinhosa para a esposa. A gente sabe de relatos que para ele visitar a minha tia, ele ia a pé, seguindo o trilho de trem que passava perto do sítio onde eles moravam.

O Paulo era Presbítero da Igreja Presbiteriana de Florianópolis e sofreu represálias por parte da igreja quando ao modo de exercer o seu ministério. Você pode falar sobre isso?

Quando do Golpe de 64, Paulo era Deputado Estadual e teve seus direitos políticos cassados. Então, automaticamente, a própria Igreja também cassou seus direitos no presbiterado e na Igreja. Como filhos de missionários presbiterianos eles receberam essa educação cristã, essa educação voltada para a missão, para a solidariedade e ajuda ao próximo. E cada um deles a sua maneira, expressou isso de uma forma diferente. O meu tio foi pro lado político e o meu pai acabou sendo levado para a área de Direitos Humanos por causa do meu tio.

A Igreja Presbiteriana de Florianópolis recentemente, reconsiderou atitude anterior da Igreja e devolveu a condição de eclesiano para o Paulo Wright e reconheceu sua condição de presbítero da Igreja. ...

Mas agora é importante se falar sobre o trabalho que ele desenvolveu em Santa Catarina porque sua atuação foi muito importante. Especialmente com um projeto de defesa dos direitos dos pescadores artesanais.

Ele foi um dos articulares lá em Santa Catarina, que conseguiu criar a primeira cooperativa de pesca do Estado. Porque sempre existiu, e hoje a gente vê também, a questão dos atravessadores. Com a criação da Cooperativa acabou a questão dos atravessadores e eles se fortaleceram como grupo. Conseguiram se estabilizar e se firmar como uma das primeiras cooperativas de pesca lá do estado de Santa Catarina. Isso incomodou muita gente também.

Agora sobre o desaparecimento dele. Você tem mais informações?

Quando o meu tio foi preso, meu pai sentou-se com todos nós, na mesa da sala, e compartilhou: Olha, recebi um telefonema dizendo que Paulo caiu, então ele está preso. Ele falou mais ou menos assim da situação e aí a gente começou a ver meu

pai partindo em buscas de informações. Pessoas ligavam para dar uma pista ali, ou pra dar uma falsa pista também. Deram muitas falsas pistas pra ele. Ele viajou para o Amazonas, porque falaram que ele estaria lá. Mas nunca o encontramos.

E a vivência do seu pai com a Igreja?

Quando a gente morava em São Paulo meu pai era Secretário da Missão Presbiteriana do Brasil Central, que existia na época, com sede no Centro de São Paulo. Ele nunca assumiu uma Igreja aqui em São Paulo assim, para ser Pastor de uma comunidade. Ele era Pastor convidado para pregar em um lugar e outro. Mas com o desaparecimento do tio Paulo e ele ficando conhecido por sua luta pelos Direitos Humanos os convites escassearam e acabaram não acontecendo mais.

E quando foi para a Igreja Presbiteriana Unida?

Ele foi para a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil em 87. Houve uma Assembleia Geral da Igreja no Espírito Santo, e lá ele foi eleito o Secretário Geral da Igreja. Cargo que não existia ainda. Ele foi cedido pela Igreja dos Estados Unidos porque ele ainda mantinha o status de missionário. Foi isso que motivou a nossa ida pra Vitória em 88. Porque a sede da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil é em Vitória. Na época, eu era a única filha que ainda morava com os meus pais e, então, fui pra Vitória também. E estou lá até hoje. Casei-me e virei capixaba.

É importante registrar que Anita, por sua militância na Igreja Presbiteriana Unida terminou sendo Moderadora nacional da Igreja até bem pouco tempo.

Sim. Aceitei esse desafio. Nesses últimos três anos eu fui moderadora da Igreja.

Esse trabalho no “Clamor” foi um trabalho muito importante, você poderia dar algumas informações mais detalhadas?

Sim. O “Clamor” nasceu também lá dentro da Cúria Metropolitana sob o “guarda-chuva” do Dom Paulo. Os fundadores foram Luiz Eduardo Greenhalgh, como advogado, meu pai, como Pastor e Jan Rocha, uma jornalista britânica que na época morava em São Paulo. Aos poucos, outras pessoas foram participando.

A função principal desse grupo era de acolher pessoas dos países do Cone Sul, perseguidas pelas ditaduras de lá que estavam chegando a São Paulo, buscando asilo. O trabalho consistia em oferecer orientação sobre o que eles poderiam fazer, ajudá-los a encontrar um lugar seguro onde pudessem morar. Certa vez chegou um casal cujos filhos estavam desaparecidos. O trabalho do “Clamor” ajudou a localizar e a resgatar essas crianças para essa família. E essa família mora hoje no Espírito Santo. É a família de Ana Maria que é minha amiga até hoje. Ela conseguiu reaver os seus filhos que estavam sequestrados, desaparecidos. Mas essa luta de busca dessas crianças, foi o carro chefe, digamos assim, do “Clamor”. Eles tiveram todo o cuidado de fazer documentação também para que a memória não se perdesse. Eles ouviam os depoimentos dessas pessoas que chegavam, registravam esses depoimentos. Então o “Clamor” também tem a sua memória guardada aqui em São Paulo. São cerca de 106 caixas com arquivos de depoimentos, de cartas contando essa história. E eles tinham um boletim chamado “Clamor”, e a escolha dessa palavra é porque ela tem o mesmo significado tanto em inglês, como em es-

panhol e em português e é baseado no Salmo 88: “Ouvi o clamor do meu povo.” Então, esse foi o lema principal. Esse boletim era impresso e divulgado nas Igrejas na Europa e em outros lugares, para que eles tomassem conhecimento do que estava acontecendo aqui. Meu pai sempre falava que a melhor proteção é você botar a boca no trombone, porque aí eles não têm coragem de mexer com você. Quando sabem que você tem gente fora do país, acompanhando o seu trabalho é mais difícil eles desaparecerem com você. Então, esse foi sempre o princípio usado. Outro princípio usado tanto pelo pessoal do “Brasil Nunca Mais” como no “Clamor” era o aquele que meu pai chamava de “Teologia das Brechas”. Era aproveitar as oportunidades de um acontecimento qualquer, pra ir lá e fazer a diferença ou fazer a sua inserção ali. Isso aconteceu quando o presidente Jimmy Carter veio ao Brasil e Dom Paulo conseguiu uma audiência com ele. E conseguiu entregar para o Jimmy Carter uma relação dos desaparecidos políticos. E acreditando que a imprensa não iria ousar censurar no dia em que um presidente americano estivesse no Brasil eles conseguiram publicar isso também no jornal em São Paulo. Então o “Clamor” fez esse trabalho quando as “Abuelas” vieram pedir ajuda para que pudesse ajudar na localização dessas crianças, porque as avós sabiam que os filhos provavelmente já estavam mortos pela repressão da Ditadura lá na Argentina e elas queriam resgatar as crianças. E eu me lembro, de muitas viagens que meu pai fez, pra Argentina, pro Chile, pra outros países nessa busca e nessa tentativa de localizar. E era um trabalho muito metódico, tendo o cuidado de conferir dados pra não fazer nada por “achismo”...

Agora como é que foi a relação do Rev. Jaime com as Igrejas protestantes no Brasil particularmente com a família Presbiteriana?

Nos Estados Unidos haviam duas Igrejas Presbiterianas, a Igreja Presbiteriana Unida, também conhecida como Igreja do Norte e a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, conhecida como Igreja do Sul. Essa divisão se deu em função da guerra de Secessão que aboliu a escravidão. A Igreja do Norte era mais progressista e a Igreja do Sul que era mais conservadora. Os meus avós eram do Sul. Mas meu pai teve sua formação teológica no Norte. Foi no Seminário de Princeton.. Então quando ele voltou para o Brasil, como missionário, ele veio pela Igreja do Norte. A Igreja do Sul tinha seu escritório de missões em Campinas e a do Norte tinha seu escritório de missões em São Paulo e meu pai era o Secretário Executivo. No início da década de oitenta, 1983, as duas Igrejas nos Estados Unidos se uniram e formando uma Igreja só sob o nome de Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PCUSA, em inglês). Quando as duas Igrejas se juntaram, a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), rompeu relações de vez com a PCUSA, por esta ter adotado uma linha teológica mais progressista. Isto teve consequências diretas para a vida dos missionários da PCUSA que estavam no Brasil. Muitos deles optaram voltar aos Estados Unidos, se aposentarem e viverem sua vida lá. Alguns poucos optaram por ficar e foram absorvidos por outras Igrejas cristãs aqui no Brasil, como a Igreja Metodista e a Igreja Presbiteriana Unida. Meu pai, assim como o Rev. John

Miller, que atuava em Brasília, foram acolhidos pela IPU.

Você tem notícias de alguma atitude da Igreja Presbiteriana no Brasil a IPB, em relação ao trabalho do Jaime em favor dos perseguidos políticos?

Não tenho notícia. Eu me lembro que quando meu pai editou o livro do Rev. João Dias de Araujo “Inquisição sem Fogueiras” houve uma reação muito forte da IPB com relação a esse livro. Lembro que a primeira edição foi datilografada na máquina de escrever do meu pai e eu fiz o desenho da capa. A reação foi forte porque o texto falava da atitude da liderança da Igreja de perseguição aos pastores presbiterianos mais progressistas, de fechamento de Igrejas locais, etc.

Seu tio, Paulo Wright, teve uma atuação muito importante, anos antes, na União Cristã dos Estudantes do Brasil. Você sabe algo a respeito desse envolvimento?

Eu não tenho muito conhecimento dessa fase. Mas eu acredito que esse movimento de jovens estudantes protestantes tenha sido parte do embrião que deu origem ao movimento político do qual ele foi um dos fundadores junto com o Betinho e outros que foi a Ação Popular. Nasceu de um grupo de cristãos que estavam insatisfeitos com o que estava acontecendo no Brasil.

Anita, sendo filha do Jaime que coisas você guarda na sua memória do seu pai, intimas talvez, palavras dele pra você. O que lhe marcou mais em toda essa convivência familiar, religiosa e política?

Isso aí vai me fazer chorar!! A lembrança que eu tenho do meu pai desde a infância é a de um pai viajante. Sempre foi um pai viajante. Então quando eu falo da minha mãe, falo da base da família, porque ela estava sempre lá suprimindo essas ausências temporárias do meu pai. Desde minha infância, quando a gente morou lá no interior da Bahia, eu me lembro de meu pai indo e chegando. Sempre indo e chegando. Esse foi sempre o trabalho dele. E, o cuidado que ele tinha, a memória que eu tenho é de que ele não era muito adepto da tecnologia. Então com o advento do computador ele permaneceu com a sua maquininha de escrever que sempre usou, nunca aderiu a um computador. Ele tinha sempre um caderno, desses tipo “universitários, caderno capa dura, ele anotava tudo. E eu faço isso até hoje. Eu herdei esse costume dele. Então, são coisas que permanecem. Ele foi um grande pai, não apenas pelo porte físico. Ele tinha um metro e noventa e, muitas vezes, as pessoas se intimidavam pelo seu tamanho mas se a pessoa se deixasse chegar descobria uma pessoa muito acolhedora. Eu acho que ele foi também um visionário. A gente morou numa cidadezinha, Caitité, perto lá de Sítio do Mato, no Bom Jesus da Lapa. Ele promoveu lá em Catité um mutirão para registro de pessoas, registro de nascimento, de casamento. Registro de pessoas, na roça, no interior. As crianças nasciam e o pai não tinha preocupação em registrar. Então a questão do direito à cidadania sempre foi presente pra ele. Mesmo no início do seu trabalho. O primeiro trabalho dele como missionário foi mais no interior ainda. Foi numa cidadezinha que hoje se chama Vagner e que na época se chamava Ponte Nova. Tinha um Hospital Evangélico e uma escola presbiteriana fundada

pela missão. Ele foi diretor dessa escola aos 23 anos. E lá ele teve uma atuação bastante forte. Os ex-alunos às vezes dão depoimentos da atuação dele como diretor. E nessa época saiu um documentário, o filme de cunho evangelístico chamado “O Punhal” que foi filmado lá naquela região que é muito interessante, fala do trabalho missionário. E no interior da Bahia em Sítio do Mato, ali às margens do Rio São Francisco, quando a missão Presbiteriana deixou de existir lá na região, ele negociou com a Igreja nos Estados Unidos e conseguiu fazer uma mini reforma agrária com as pessoas dali.

Então, ele sempre foi um visionário. Via a necessidade e não ficava omissos. No que ele podia, ele interferia e agia.

Se eu não me engano, em 1973 foi organizada a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE). O Jaime foi um dos fundadores. Teve uma atuação importante nisso. Você podia falar um pouco da publicação, em pleno período ditatorial, de um livreto sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que o Jaime fez questão de que fosse acompanhada com versículos bíblicos que se referiam a cada um daqueles direitos?

Esse foi um trabalho que ele fez com muito carinho. Ele se propôs a fazer e ele tinha a CESE como a entidade ou organização que teria condições de fazer essa publicação. Então ele pesquisou nos livros da Bíblia e conseguiu encontrar versículos bíblicos que embasassem cada um dos direitos humanos da Declaração. A publicação teve um sucesso enorme. Uma abrangência incrível. E algum tempo atrás foi inclusive reeditada pela CESE. É uma preciosidade para quem tem essa preocupação com os Direitos Humanos e tem a questão do espírito cristão. Então os dois estão juntos ali.

Na época foram distribuídos mais de um milhão de exemplares.

Sim. E era um objeto de estudo nas Igrejas, nas CEBs, teve um alcance realmente bem grande.

É foi um tempo realmente incrível. Trágico por um lado, falta de liberdade, repressão, violento. Por outro lado, uma brecha, com diria o Jaime, para um importante testemunho cristão.

É a teologia das brechas de que ele sempre falava.

Eu quero agradecer a oportunidade de poder compartilhar com vocês essas lembranças que se constituem numa certa forma de estar “trazendo à memória o que nos dá esperança.” Então, são essas memórias que nos inspiram a lutar, porque nós temos o exemplo das pessoas que lutaram no passado por nós. E nós temos que lutar pelas gerações futuras também.

Bispo Denuncia Fiel, Líder de Juventude...

Entrevista de Anivaldo Padilha, de longa trajetória ecumênica, coordenador do grupo de trabalho sobre as relações das igrejas com a ditadura, da Comissão Nacional da Verdade.

Nós estamos conversando com Anivaldo Padilha, leigo Metodista, militante de longa trajetória ecumênica. Anivaldo, você foi um militante da juventude ecumênica lá nos anos 50-60. Você acha que a ética protestante originada pelas Igrejas motivou o seu engajamento e de outras pessoas na luta política?

Só no sentido de que me despertou para questioná-la. O que se colocava como ética Protestante era uma ética legalista, individualista e moralista. Ser evangélico era obedecer as leis e as autoridades, não fumar, não beber, não dançar, não participar de nenhuma atividade fora da Igreja porque você corria o perigo de ser contaminado pelo mundo. Dizia-se também que pobreza era uma questão moral: o pobre era pobre por ser preguiçoso. Não se esforçava para sair da pobreza. Mas eu já percebia algumas contradições pois ao mesmo tempo a gente aprendia que tinha que amar e servir ao próximo. Eu venho de uma família de agricultores que veio para São Paulo. Meu pai e minha mãe eram semianalfabetos. Meu pai se tornou operário na construção civil e minha mãe na indústria têxtil. O início da nossa vida em São Paulo foi de muita dificuldade, inclusive chegando ao limite de quase passar fome e de não ter onde morar. A visão da igreja sobre a pobreza contrastava com o que eu vivia na minha própria família. Comecei a querer entender porque havia pobreza, já que meus pais eram trabalhadores e pobres.

Alguma coisa me inquietava. O contexto brasileiro era de efervescência política, de reivindicações trabalhistas e surgimento das ligas camponesas que expunham as desigualdades sociais. Eu e vários amigos começamos a estudar na tentativa de entender o porquê de tanta desigualdade. E aí entramos em contato com pensamentos teológicos diferentes que nos levou a compreender que a ética cristã significa um esforço para discernir o que é justo e o que é injusto, e que exige um engajamento político ao lado dos marginalizados, excluídos e oprimidos.

E esse compromisso político, o qual você foi lentamente assumindo, se deu no trabalho que você começou a desenvolver junto com a juventude da Igreja?

Sim, porque aí eu já era um dos líderes da juventude metodista. A gente começou a organizar, por exemplo, projetos de alfabetização de adultos e a envolver jovens nesses projetos. Quarenta por cento da população brasileira acima de 15 anos era analfabeta.

Era uma época também em que a gente organizava muitos acampamentos, espécie de retiro, para recreação, estudo e reflexão sobre as nossas vidas e sobre o Brasil. Organizávamos também acampamentos de trabalho, levando estudantes

para passar duas ou três semanas, no período de férias, para prestar serviços numa comunidade. Ao lado do trabalho, tínhamos os momentos de reflexão sobre a nossa prática. Foi nesse momento que tive contato com Paulo Freire. Já não era mais um trabalho estritamente metodista, mas ecumênico.

Foi nesse momento então que você assume a direção da Revista Cruz de Malta, que foi uma revista da juventude metodista mas que teve grande influência sobre a juventude também de outras Igrejas, não é isso?

Sim, na verdade, comecei a participar da Cruz de Malta como membro do seu Conselho Editorial, por volta de 1962. À partir de 1960 a revista começou a abordar temas nacionais. Assumi a direção da revista em 1967 e dei continuidade a essa linha editorial até o período que eu fui preso em 1970. Quase não havia literatura para a juventude. Acho que a Cruz de Malta era uma das pouquíssimas revistas dirigidas à juventude e por isso tinha bastante sucesso.

Ainda nesse período você pode exemplificar algumas questões que refletiam o conflito ideológico e político daquele momento?

Olha, uma delas foi quando as ligas camponesas se tornaram assunto nacional, principalmente no início dos anos 60. Eu escrevi na Revista Cruz de Malta cobrando uma posição da igreja metodista que fugisse do anticomunismo e que olhasse realmente a situação dos camponeses. E aí eu fui acusado de ser comunista! Outro fator foi a Revolução Cubana, que causou um impacto enorme em toda América Latina.

O golpe de Estado em 1964 tornou essa polarização mais aguda. Na igreja metodista, a reação foi tímida. Diferentemente de outras Igrejas, que apoiaram o golpe imediatamente, a igreja metodista nunca fez pronunciamentos oficiais sobre o golpe. O que havia eram manifestações de alguns bispos e pastores que apoiaram o golpe. Entretanto, grande parte da juventude se colocou contra o golpe. É quando os conflitos se tornam mais visíveis e tem início um processo de repressão nas igrejas.

E aí, o que aconteceu com você? Porque você estava no meio desse furacão!

Sim, eu estava no meio desse furacão, pois era um dos líderes da juventude metodista. Ao assumir a direção da Revista Cruz de Malta, em 1967, assumi também a direção do Departamento de Juventude da Igreja. Era responsável por alimentar todo o trabalho de juventude da Igreja Metodista no Brasil. Ao mesmo tempo, os setores conservadores estabelecem a hegemonia no Colégio Episcopal da Igreja. Havia somente um Bispo, entre cinco, que tinha uma posição mais ou menos progressista. Os outros eram conservadores, inclusive dois deles com um passado de participação no Movimento Integralista, versão brasileira do Fascismo. Em 1968, os bispos decidiram fechar a Faculdade de Teologia e expulsar os alunos com base em acusações moralistas, mas a motivação real era política pois descobriram que o Centro Acadêmico da Faculdade de Teologia, ainda que não formalmente, participava da União Estadual de Estudantes e da UNE. Como diretor do Departamento da Juventude era esperado de mim, por parte da cúpula

da Igreja, que conduzisse a juventude para um “bom caminho”. E eu fiz isso, só que numa direção totalmente contrária à posição dos bispos. É obvio que fui demitido do Departamento. Fizemos um movimento interno na Igreja, que aprofundou a crise e forçou a convocação de um Concílio Geral Extraordinário. A gente realmente conseguiu minar a autoridade simbólica e efetiva dos bispos. Começaram então a reprimir a juventude que se organizava em torno de Federações de jovens. Então, nos organizamos clandestinamente dentro da Igreja. Minha prisão se dá nesse contexto, quando então se percebe claramente a aliança de alguns setores conservadores da Igreja com o serviço de repressão da ditadura. Foi quando começaram a denunciar pessoas da Igreja aos órgãos da repressão. Há documentação nos arquivos do DOPS-SP, sobre isso. Há um documento assinado pelo bispo Isaias Sucasas e seu irmão, José Sucasas Junior, que mostra que eles vão ao DOPS em 1969 e se oferecem para atuarem como informantes. É um termo de declaração registrado, no qual denunciam a infiltração comunista na Igreja Metodista e mencionam uma dezena de nomes de pastores e leigos que seriam os responsáveis por essa infiltração. E meu nome é um dos citados. Eles inclusive anexaram um jornal da juventude metodista, mimeografado, que eu editava e que era enviado para todo Brasil.

Com base nessa denúncia, o DOPS passou a observar as pessoas. Em fevereiro de 70 eu fui preso juntamente com dois jovens da igreja, Celso e Fernando Cardoso da Silva e com uma companheira da AP, Eliana Rolemborg. Na verdade, fomos sequestrados pelas forças da Operação Bandeirantes (precursora do DOI/CODI), órgão clandestino do II Exército já conhecido como o principal centro de torturas do Brasil. No início dos interrogatórios, sob torturas, eles supunham que a gente era comunista e membros de alguma organização clandestina, o que a gente negava. Houve um momento, acho que no segundo dia de interrogatório, quando um dos torturadores, revoltado com a minha recusa em cooperar, gritou: “você quer que eu acredite em você ou no pastor que afirma que você é comunista?” Naquele momento descobri que tinha sido delatado por um pastor. Aí ficou muito clara essa estratégia usada pelos setores conservadores, não só na Igreja Metodista, mas nas outras Igrejas também, de apelar para os serviços de repressão da ditadura para resolver problemas internos da igreja.

Nessa época você já era membro de uma organização clandestina?

Quando fui preso sim. Era membro da Ação Popular (AP). Meu primeiro contato com a AP foi logo após a sua fundação em 1963. A AP foi formada, em grande parte, pela Juventude Universitária Católica (JUC) mas também por membros da União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB), organização que reunia os estudantes Protestantes nas Universidades. Eu já tinha relação de amizade com alguns dos seus fundadores, como o Paulo Wright, que tinha conhecido ainda na UCEB, e com o Herbert de Sousa, o Betinho, que tinha conhecido na JUC. Entretanto, só aderi à AP em 68, já na Universidade, no movimento estudantil.

Bom Anivaldo, nessa experiência toda que você viveu, acho que tem um ele-

mento marcante no centro da sua vida, que foi a vivência dos interrogatórios com a tortura. O que lhe ajudou a suportar esse momento de terror?

Até hoje ainda é algo que me desafia a compreender. As torturas envolveram todos os métodos que eles usavam, menos o pau-de-arara. Chegaram a me colocar no pau-de-arara mas não me penduraram, foi mais ameaça. No primeiro dia de interrogatório, fui torturado de manhã, à tarde e grande parte da noite. Sofri choques elétricos, pancadas e o que chamam de cadeira do dragão. Choques elétricos e o chamado telefone, que é bater nos dois ouvidos ao mesmo tempo com as mãos em posição côncava. Trata-se de um golpe com força e eu sentia um zumbido insuportável na cabeça e quase perdia os sentidos. Me mandaram para a cela e depois, quase de madrugada, vieram me buscar de novo. Passei a noite toda sendo torturado. Aí foram novamente os choques nas mãos, na orelha, na língua, prendiam uns fios na língua, na boca, nos órgãos genitais. Tiraram a minha roupa e me puseram na cadeira do dragão, que era uma cadeira revestida de zinco, com braços, nos quais meus braços foram amarrados. E as pernas também amarradas numa trava presa nos pés da cadeira. Essa cadeira era ligada à uma máquina de campanha do Exército, que tinha uma manivela e quanto mais eles giravam a manivela mais aumentava a intensidade dos choques. E para aumentar ainda mais o efeito, colocavam uma toalha úmida sob as minhas nádegas. E isso foi a madrugada inteira. Exigiam que eu desse o nome de todos os meus amigos, companheiros da AP e amigos da Igreja. Consegui resistir naqueles momentos. Aí me levaram de volta pra cela e eu entrei em crise. Uma crise muito forte porque eu sabia que as torturas iam continuar. Eu tinha medo. Quer dizer, medo das torturas, pois são dores insuportáveis, e medo de entregar meus amigos. Eu pensava: como vou resistir a isso? A ameaça era: ou você entrega seus amigos ou você vai morrer. Eu tinha visto outros companheiros que eu sabia que tinha morrido sob torturas. Eu tinha medo. Naquele momento o medo de morrer nem era o principal. O medo era das dores da tortura mesmo. Eu tinha certeza que ia morrer. O medo maior era de não resistir e entregar meus amigos. O que eu pensei na hora foi o seguinte: eu posso entregar todo mundo que eu conheço, e eu conhecia muita gente, tanto da AP quanto da Igreja. Mas eu pensava: Esse é o preço para salvar a minha vida? Como é que eu vou viver depois com a culpa de ter entregue os amigos? Lembrei-me do que tinha acontecido com Frei Tito. Ele tentou o suicídio, meses antes, lá mesmo, onde eu estava. O suicídio parecia ser a única opção digna e a única forma de encerrar as torturas e evitar a possibilidade de entregar meus amigos e companheiros. Então comecei a fazer uma retrospectiva da minha vida. Comecei a pensar: não estou aqui por acaso. Lá atrás eu fiz uma opção de fé. Foi a minha fé que me levou ao engajamento político. Foi a minha fé que me levou a lutar pelas reformas do Brasil e depois, quando veio o golpe de estado, a lutar contra a ditadura junto com companheiros e companheiras que não se curvaram diante da tirania. Lembrei muito de Dietrich Bonhoeffer. Isso me ajudou muito, a entender que a prisão era também frente de luta. Eu pensei:

lá atrás, eu decidi entregar a minha vida ao serviço do Evangelho, a serviço da luta pela justiça e pela paz e contra todo tipo de exploração. Ao fazer essa entrega, eu não estava entregando minha vida somente ao povo, eu estava entregando minha vida a Deus. Para usar uma linguagem teológica/religiosa, eu tinha aceitado o chamado. Questão de vocação. Então pensei: se eu decidi doar a minha vida, ela não me pertence mais. Comecei a ter todos esses pensamentos de retrospectiva de vida, de compreensão da minha fé, de compreensão da minha entrega. E que eu não tinha mais direito de tirar a minha vida. Pensei na hora mesmo, me lembro como se fosse hoje. Pensei: eu não posso. É como se eu tivesse dado um presente pra alguém e depois eu vou lá e peço o presente de volta. Aí, minha mente viajou. Fiquei pensando: bom, eu estou aqui fragilizado, absolutamente só. Eu pensei: Se eu sou tão fraco fisicamente, porque precisam de todos esses brutamontes pra me torturar? Pra tentar me quebrar e me destruir e arrancar informações? Se eles estão fazendo isso é porque tem algo em mim que é mais forte.. Eu pensei: Bom, tem alguma coisa mais forte dentro de mim. Moralmente eu sou mais forte. E ainda pensei, por detrás deles ainda tem todas as forças armadas brasileiras.

Não teria condições de lutar individualmente nenhum deles, mas, se eles estão usando essa violência contra mim, com todo esse poder que eles tem, é porque eu sou mais forte. Aí viajei mais ainda. Pensei: Por trás dos torturadores tem as forças armadas; por trás dessas forças armadas tem o maior império e a maior potência militar do mundo, que são os Estados Unidos. Quer dizer, com todo esse poder eles tem que usar a tortura pra poder me quebrar? É porque eu sou mais forte. Eu tenho condições de resistir. E seu eu tiver que morrer, eles é que assumam a responsabilidade pela minha morte. Repeti isso várias vezes. E talvez isso até sirva para despertar as Igrejas. E fui pensando nisso, eu tenho condições e realmente eu tenho que buscar uma força dentro de mim para resistir e fui entrando assim, num processo de tranquilidade. Teve momentos que eu pensava que era resignação mas ao mesmo tempo pensava: não estou resignado. Se eu estivesse resignado eu não estaria pensando nisso aqui como uma frente de luta. O que eu estou pensando aqui é como travar essa luta e vencer. E realmente fiquei tranquilo e acabei dormindo. De manhã, quando vieram me buscar novamente para ser torturado, eu senti que tinha entrado num processo quase de amnésia. Não conseguia lembrar o nome de ninguém. As únicas pessoas cujos nomes eu lembrava era do meu pai e da minha mãe. Mesmo os nomes da Eliana, do Celso e do Fernando, que estavam presos comigo, eu tinha dificuldade de lembrar. Aí fui para interrogatório, torturas e eles querendo extrair nomes. E eu dizendo que não conhecia, que não sabia o nome de ninguém. Naquele momento que eu negava, realmente eu não sabia mesmo, eu não lembrava o nome de ninguém.

O que valeu pra mim é o seguinte: me convenci que estava passando por uma experiência mística. O ser humano, quando está numa situação-limite, como eu estava, absolutamente indefeso e só, busca dentro de si as forças que lhe permitem resistir. No meu caso foi a fé. Aquela força agindo dentro de mim, que me possi-

bilitou superar aquele processo. E hoje eu não tenho dúvida, foi realmente uma experiência mística, que o meu cérebro processou de uma maneira inusitada, que realmente eu não consigo explicar e eu acho que não é necessário explicar. E essa força, que eu chamo de fé, é algo que não é exclusivo de cristãos e nem de pessoas com fé religiosa. Vários companheiros que eram ateus tiveram experiências semelhantes. Não a questão de amnésia, mas sim o fato de encontrarem dentro de si as forças suficientes para vencer a tortura e não entregar informação para o inimigo. Conseguiram inventar, criar histórias e resistir às dores da tortura. A partir daí, a tortura deixou de ser uma fonte de medo paralisante. Até hoje, considero essa a experiência mais marcante da minha vida. Minha vida é dividida em duas fases, antes e depois da prisão, principalmente, antes e depois da tortura. Ela me levou a uma compreensão melhor de mim mesmo e do meu engajamento político. E deu muito mais sentido para a minha vida.

Durante os dias que eu passei lá no DOI-CODI fui torturado diariamente nos primeiros quatro, cinco dias e várias vezes por dia. Depois as torturas diminuíram e finalmente, depois de 21 dias, fui enviado para o DOPS para darem andamento ao processo formal contra mim. A minha prisão só foi oficializada em julho, quando finalmente eu fui indiciado na Lei de Segurança Nacional acusado de infiltração comunista na Igreja Metodista.

Depois que você foi mandado para o DOPS, ficou preso quanto tempo? Foi condenado?

Eu fiquei cerca de três meses no DOPS. Depois de indiciado na Lei de Segurança Nacional sob acusação de infiltração comunista na Igreja Metodista, o processo foi enviado para auditoria Militar e eu para o Presídio Tiradentes, onde fiquei mais quatro meses. Fui solto em novembro, juntamente com o Celso e o Fernando, mas em liberdade condicional até o julgamento. O pessoal da Ação Popular insistiu para eu fosse para a clandestinidade. Aqui se colocou uma questão ética. A Eliana continuou presa. Na Operação Bandeirantes, descobriram que éramos da AP. Porque havia documentos da AP naquela pasta. E o marido da Eliana, que conseguiu fugir quando fomos presos, fazia parte de uma das instâncias de direção da AP. Ele já tinha prisão preventiva decretada em Sergipe e veio para São Paulo, na clandestinidade, para escapar da prisão. Descobriram essa relação e a situação da Eliana ficou mais complicada do que a nossa. Ela teve a prisão preventiva decretada. Um pouco antes do julgamento, o Promotor decidiu que não havia indícios para nos enquadrar na Lei de Segurança Nacional. Então, decidiu excluir a mim, o Celso e o Fernando do processo, mas foi uma armadilha. Arrolou-nos como testemunhas de acusação, ao mesmo tempo em que acusava a Eliana de ter tentado nos aliciar. Se a gente fosse para a clandestinidade a gente ia confirmar as acusações contra nós e contra a Eliana. Aí a gente discutiu. A nossa ética, realmente não permite isso. Exige que a gente compareça ao julgamento e testemunhe a favor da Eliana. Podem até nos considerar testemunhas de acusação mas vamos ser testemunhas de defesa. A gente correu esse risco, porque podíamos

ser presos novamente. A gente foi, deu o testemunho, e eu fui pra clandestinidade. Quando terminou a audiência, um capitão que tinha sido um dos nossos torturadores, quando saiu da audiência, dirigiu-se a mim e disse: “você nos deu muito trabalho, da próxima vez não vamos te prender”. O recado era claro: eu seria morto. No mês de abril, o cerco foi se fechando ao redor da AP e aí veio a decisão de que eu tinha que deixar o Brasil, ir pro exílio. Eu estava muito fragilizado física e psicologicamente e não tive outra escolha. Se ficasse, corria o risco de ser assassinado como aconteceu com muitos outros na mesma condição que eu. Fui para o exílio no início de maio de 1971.

Viajei para o sul e no caminho fui sendo acolhido por amigos. Atravessei a fronteira com o Uruguai e lá fui recebido pelo Pastor Emílio Castro, da Igreja Metodista uruguaia. Ele era o Secretário Geral da Comissão pela Unidade Evangélica Latino-americana (UNELAM), organização que deu origem ao Conselho Latino-americano de Igrejas (CLAI). Fiquei um tempo em Montevideo, depois fui para Buenos Aires, onde fui acolhido pelo Pastor Míguez Bonino, um dos precursores da Teologia da Libertação. E depois para o Chile. Fiquei no Chile e de lá fui para os Estados Unidos.

Aí tem um outro fato que pra mim também é muito marcante. Poucos meses antes da minha saída minha companheira engravidou. Ela era de Alagoas e estava clandestina em São Paulo. Então tive que deixar o Brasil mas minha companheira ficou. Só eu sei a dor que senti ao sair do Brasil deixando-a aqui sob o risco de ser presa e talvez morta juntamente com o nosso filho. Eu só vim conhecer meu filho, Alexandre, quando ele tinha oito anos, em agosto de 1979, quando da Lei da Anistia. Eu vim para conhecê-lo, formalizar a paternidade e cuidar de seus documentos.

É importante que você relate acerca do trabalho dos exilados brasileiros denunciando o que acontecia no Brasil naquele momento, no seu caso, particularmente, nos Estados Unidos.

Para a maioria esmagadora dos exilados o exílio foi uma outra frente de luta. Quando eu cheguei no Chile já havia um trabalho grande de exilados brasileiros lá, contra a Ditadura brasileira, na época do governo de Salvador Allende. Já havia trabalho na França, na Inglaterra, Suíça, Itália e Holanda. Nos Estados Unidos havia um trabalho muito incipiente iniciado em 69. Tinham publicado um dossiê sobre as torturas no Brasil que teve uma grande repercussão, inclusive com um manifesto de intelectuais e religiosos contra a ditadura brasileira e contra a política americana no Brasil. Foi publicado no New York Times. Quando estava no Chile, recebi um convite dos Departamentos da América Latina das Igrejas Metodista, Presbiteriana e do Conselho Nacional de Igrejas para ir para os Estados Unidos. Queria desenvolver um trabalho crítico de conscientização sobre a política externa americana na América Latina, especialmente em relação ao Brasil. Queria alguém que conhecesse muito bem a situação da América Latina e que pudesse comunicar essa realidade ao público americano e que co-

nhcesse a linguagem adequada para o público das Igrejas. Aceitei o convite e fui para os Estados Unidos. Chegando lá tive o apoio dessas Igrejas e do Movimento Ecumênico dos Estados Unidos. Fiquei um ano e meio em Washington, estudando inglês, preparando o material sobre o Brasil e fazendo pequenas palestras em Igrejas. Recebi um tipo de bolsa de um programa ecumênico internacional chamado Frontier Internship in Mission. Era um programa de caráter mundial e que propiciava o envolvimento de jovens em projetos relacionados aos Direitos Humanos em vários países. Com o apoio desse programa, pude desenvolver um trabalho de âmbito nacional, com apoio de uma rede de capelães universitários com base em diversas universidades. Foi importante também o envolvimento de outros brasileiros que estavam lá, por exemplo, o Jovelino Ramos, pastor presbiteriano, exilado em 68, que tinha participado da elaboração do dossiê ao qual me referi e missionários que haviam trabalhado aqui no Brasil como o Rev. Richard Shaull e o Rev. Brady Tyson. O Shaull era presbiteriano, missionário que trabalhou com estudantes aqui, foi professor de teologia. Teve um impacto muito grande na nossa formação. O Brady Tyson, metodista, que veio trabalhar com estudantes e se envolveu no movimento ecumênico. Ambos tinham sido expulsos do Brasil. Eles eram professores universitários e abriram muitas portas, como as conexões e relações com intelectuais, jornalistas e lideranças religiosas. Junto comigo, na mesma época, chegou o Marcos Arruda, ex-presos que também era militante da AP. A mãe dele era cidadã americana e por isso ele conseguiu ir para lá. Eu obtive um visto de intercâmbio missionário. Esse trabalho foi importante porque no início a maior parte das informações que circulavam sobre o Brasil eram propaganda que a ditadura plantava na imprensa. Você falava em Brasil naquela época, as pessoas lembravam imediatamente de Carmem Miranda, Pelé e do milagre econômico. O primeiro desafio era tentar romper essa barreira da comunicação. Para isso foram necessárias metodologias envolvendo duas estratégias: uma era usar as redes das Igrejas, principalmente no meu caso, as Igrejas Metodistas e Presbiterianas que possibilitaram as condições para eu viajar o país inteiro. Viajei intensamente durante quatro anos, fazendo palestras sobre o Brasil em igrejas, universidades, sindicatos etc. A outra estratégia foi fazer uma publicação, Brazilian Information Bulletin. Era um boletim bimestral bem elaborado, de 16 páginas, que a gente fazia com informações sobre o Brasil. E a gente tinha quatro objetivos principais: 1) romper o bloqueio das comunicações; 2) denunciar a falácia do Milagre Econômico, mostrando que o “Milagre” era baseado na super exploração da classe operária, na repressão sobre os sindicatos; 3) denunciar a repressão, especialmente as torturas; e 4) denunciar a cumplicidade do governo e companhias americanos com a Ditadura no Brasil. Durante cinco anos editei o Bulletin, com a colaboração e apoio de companheiros americanos. O público eram igrejas, seminários teológicos, universidades, jornalistas e lideranças de movimentos sociais. As viagens e palestras possibilitaram a formação de uma rede de pessoas no país que demandava informação e sugestões de ações práticas. Uma

das mais bem sucedidas foi o envio de cartas para os deputados, senadores e para a Casa Branca protestando contra as torturas e contra a ajuda econômica e militar ao Brasil. Conseguimos também identificar jornalistas que estavam interessados em ter informações alternativas. Então, a gente conseguiu bastante sucesso no sentido de romper o bloqueio da informação. Depois de algum tempo, a imagem do Brasil não mais era a de Pelé e Carmem Miranda mas a do Brasil da ditadura e das torturas.

O historiador norte-americano James Green realizou um extenso trabalho de pesquisa sobre essas atividades. Seu livro foi publicado no Brasil pela Companhia das Letras, sob o título “Apesar de vocês”.

Eu voltei para o Brasil em 1983.

Anivaldo, muito obrigado.

A Militância Política de um Presbiteriano “Comunista”...

Entrevista com Nilton Emmerick de Oliveira,
presbítero da Igreja Presbiteriana Unida do
Brasil e membro da direção do Conselho
Latino-americano de Igrejas (CLAI)

Nosso entrevistado atualmente reside na cidade de Vitória, no Espírito Santo, se desempenha profissionalmente como odontólogo e é destacado líder da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, sendo Presbítero de uma comunidade em Vitória, ES. Nilton, sintase à vontade para discorrer sobre sua experiência de engajamento político naquele tempo...

Sim. Eu sou de Colatina, no Espírito Santo nasci numa igreja presbiteriana local, expressão da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), e uma Igreja de vanguarda em Colatina. E isto porque ela foi, durante a maior parte do tempo em que eu vivi lá, pastoreada pelo Rev. Joaquim Beato. Este pastor, que inclusive foi quem me batizou, tinha sempre uma visão cristã religiosa voltada para a ação social da igreja, para um engajamento político dos seus membros. E eu cresci ouvindo essas coisas. E cresci ouvindo acerca da importância da igreja se relacionar com outras igrejas na perspectiva do Movimento Ecumênico que, então, já existia. O Rev. Beato foi também um dos idealizadores do “Seminário do Centenário” que existiu em Alto Jequitibá e que depois foi fechado pela Ditadura. Fechado pela igreja, pela IPB, cuja a direção naquele momento era uma das aliadas da ditadura. No momento do fechamento do Seminário, os professores que, em boa parte eram do Espírito Santo e já estavam morando em Vitória, resolveram transferir os alunos e o curso para Vitória, através da Fundação Cícero Cecília Siqueira que, então, incorporou todo o projeto do “Seminário do Centenário”. Nesse momento eu saí de Colatina pra estudar em Vitória no novo Seminário, remanescente do Seminário do Centenário juntamente com vários alunos em anos diferentes e nós formávamos uma grande congregação de alunos sendo eu o mais novo deles. E aí o que acontece, vou estudar, ter aulas com Breno Schumann um Pastor Luterano de Juiz de Fora que depois veio a falecer mais tarde num acidente de carro, ele, a esposa. Um acidente inexplicável até hoje. Tive aulas com Jether Ramalho, Waldo César, Claude Labrunie e Joaquim Beato. Nesse ano que passei estudando no Seminário construí um sentimento de que eu, aos 18 anos, não podia cruzar os braços. Morava numa república de amigos de Colatina que, naquele momento, me convenceram a fazer vestibular de ingresso na Universidade. E fiz o vestibular sem fazer cursinho e passei a para a Odontologia.

Deixei o curso de Teologia. Posteriormente, depois de formado, retomei o estudo de Teologia e faço matérias até hoje. Não concluí nunca. Não sei se vou concluir.

Mas continuo engajado nessa proposta de aprender e me envolver com os assuntos da Teologia. Em 1971, logo no 2º ano de Faculdade fui eleito Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade. Foi quando convivi com outros dirigentes estudantes de faculdades dentro da Universidade e participei do movimento ativamente.

Por uma ingenuidade dos que estavam militando no PCdoB a polícia teve acesso a um caderno com lista de presença dos militantes. Todos os que tinham o nome lá foram presos e torturados. Eu como não estava ligado naquele momento a nenhuma organização clandestina, (só fui fazer isso depois de formado), não fui preso. Então eu e o presidente do diretório da Engenharia resolvemos iniciar uma resistência na Universidade, porque ficamos só nos dois. Resolvemos criar uma mobilização estudantil em cima de um movimento cultural, porque em função daquelas prisões, todos ficaram com muito medo. Então criamos a Cinemateca Universitária de Arte. Fizemos os “mosquitinhos” no mimeógrafo a álcool, com avisos pequenos pra poder panfletar na Universidade para a inauguração da Cinemateca. Não tínhamos recursos, então escrevemos para as embaixadas pedindo catálogos de filmes para emprestar e pra gente começar a ver. Conseguimos fazer uma vaquinha e alugamos um filme. Um filme brasileiro, que eu não me lembro muito bem o nome, mas ele tinha uma cena muito significativa que era a luta em que os dois principais personagens do filme, um lutava com uma faca de mesa grandona e o outro com garfo. Era uma luta pela comida, significava isso. Nós fomos fazer a Cinemateca, anunciamos e tudo, e eu guardava os filmes no armário da Faculdade. Quando foi 10 horas da manhã, chegou um camburão da Polícia Federal pra me pegar com filmes com tudo, e eu fui pra Polícia Federal. Passei um dia lá num interrogatório sem nenhum intervalo. Saía um, entrava outro, interrogava. E o diretor da Polícia Federal mandou ver que filmes eram aqueles. Lá pelas cinco horas da tarde, chega o responsável da equipe, que foi ver os filmes e aí começa a gritar na minha cara que nós éramos mal intencionados mesmos, comunistas de merda e começou a ofender. Porque nós estávamos comparando a miséria do Brasil, com a riqueza dos outros países. Só quem nos mandou filmes foi a embaixada do Canadá, todos os que nós selecionamos e pedimos. E o filme canadense era sobre um centro de saúde de alta resolutividade tecnológica em Ortopedia, onde acontecia um acidente grave e aquela pessoa era socorrida com todos os recursos. Assim como no cinema que passa sempre taller nós íamos passar este Documentário e depois o filme. O Documentário, era um filmecozinho de 15 minutos. Então, ele falou que a nossa intenção era comparar as duas coisas, de exacerbar a revolta nos estudantes em cima da nossa realidade pobre, etc. Resumo da ópera, apareceu um Delegado, dos policiais e disse: Olha, nós estamos chegando da Universidade e está saindo agora um mutirão de estudantes pra ir na inauguração da Cinemateca. Eu acho bom liberar por que senão vai dar um problemão no centro da cidade. Porque a Faculdade de Odontologia era fora do Campus. Acho bom liberar pra fazer a exibição do filme e depois, semana que

vem você vai se comprometer a trazer todos os filmes pra cá, para serem censurados. Então você vai lá e vai passar o filme. Passamos o filme, foi sob um efeito emocional de ameaça. Eu vi os policiais postados na sala. Eles tinham me interrogado e via os caras e a gente, tratando administrativamente a questão. Lotou, não cabia ninguém no auditório onde foi passado, tinha gente na rua em tudo quanto é lugar. Todos animados na outra terça-feira, por que era terça-feira que a gente tinha marcado. Na quarta-feira eles recolheram os filmes. Disseram que iam devolver, não deixaram a gente devolver e disseram que a Cinemateca tinha acabado naquele momento. Então, foi uma Cinemateca que existiu por um dia, por uma exibição. Posteriormente continuei no movimento, o Diretório Acadêmico não foi fechado. Depois disso continuamos a existir e o da engenharia. Fazíamos trabalhos pontuais mas sempre com prisões, com detenções e com ameaças disso e daquilo. Eu sei que nas várias reuniões que a gente fazia em conjunto, nós tínhamos que sair andando, um a um, separados, de maneira que não chegássemos em nossas casas rapidamente, tínhamos que fazer caminhos alternativos. Eu me lembro que numa das vezes eu entrei num cinema às 4hs da tarde e fiquei até a última sessão. Eu me lembro que era um trajeto pequeno mas eu devo ter gasto umas duas horas andando pra lá e pra cá até chegar em casa. Era esse terrorismo que a gente vivia.

Passada essa atividade no Diretório Acadêmico eu fui participar da Comissão de Formatura. E na Comissão de Formatura me escolheram para orador. Um dia antes da Formatura recebi um telefonema do órgão de segurança da Universidade solicitando o meu discurso. Duas horas antes da formatura eles me avisaram que eu ia ter que falar outra coisa, pois aquele discurso, não poderia ser lido. E seu eu tivesse uma cópia e teimasse em ler sairia de lá diretamente pra cadeia. Eu fui pra casa sem saber o que fazer e escrevi uma página. E comecei com uma frase de Érico Veríssimo: “Pior censura é aquela que se instala dentro de nós sem que percebamos.” E falei abobrinhas e todo mundo entendeu que havia alguma coisa pra eu falar abobrinhas num momento solene de tanta importância. Você imagina, em 1974 você estar se formando numa Universidade era uma honra, um orgulho pra família principalmente ... e você subir lá, todo mundo achar que ia ouvir discurso.... e ouvir abobrinhas! E foi isso que aconteceu...

Formado, fui logo em seguida convidado para participar do Partido Comunista Brasileiro, do Diretório clandestino lá no Espírito Santo. Para me organizar partidariamente me filiei ao MDB mas era, de fato do PCB. Então fizemos ali uma caminhada intensa de participação no movimento sindical, no movimento de Associações de Moradores e dentro do MDB organizado. Foi dentro desse processo que organizamos o Sindicato de Odontologia. Fui da primeira Diretoria. Logo no mandato seguinte fui eleito Presidente e, passado esse período, também fui ocupar o cargo de Assessor Técnico da Secretaria Estadual de Saúde, Chefe do Serviço de Odontologia do Estado. Tudo isso numa articulação dentro do PCB que montava toda a sua estratégia pra poder colocar os quadros em pontos

estratégicos. Ao mesmo tempo estava sempre envolvido e sempre pensando nas questões da Igreja. De como ela deveria participar na sociedade, nas questões políticas. E nunca deixando de conversar e de tomar opinião ou dialogar com os irmãos da Igreja que faziam parte de todo esse movimento. Um deles com quem tive intensa interlocução foi o pastor João Pedro de Aguiar, seminarista também no meu tempo. Ele foi uma pessoa muito engajada, muito envolvida em toda essa ação política e social e foi uma das pessoas que sempre me aconselhou muito, nessa participação e nessa vivência. O tempo continuou e passamos a nos envolver, hoje, muito mais dentro das questões da IPU (Igreja Presbiteriana Unida) que nasceu nesse processo de perseguições. Uma Igreja engajada que tem como opção sua participação nos movimentos sociais, nas questões da política de uma maneira geral e no do movimento ecumênico, que é hoje onde eu me situo, sendo nesse momento, parte da junta diretiva do Conselho Latino Americano de Igrejas o CLAI.

No tempo do seu envolvimento, ainda na Faculdade, você sofreu alguma repressão da Igreja Presbiteriana? Ou teve apoio... como é que foi?

Naquele momento nós tínhamos um grupo de juventude em Vitória cuja atuação não era bem vista dentro da Igreja. Eu me lembro que a gente fazia os encontros regionais de juventude sempre usando muito teatro, sempre usando muito as músicas de protesto, as músicas populares. E a gente recebia muita repressão da estrutura oficial da Igreja no sentido de não fazer aquilo, de não agir daquela maneira. Isso inclusive, fez com que vários dos nossos colegas não aguentassem e saíssem da Igreja. E estão até hoje sem acreditar nesse projeto de Igreja tamanha a repressão que foi feita. Mas a gente tinha uma outra reflexão, talvez uma outra formação no sentido de fazer resistência a isso e não abandonar a luta, não abandonar a trincheira de luta. E isso fez com que nós produzíssemos um novo jeito de ser Igreja. Isso deu satisfação e deu espaço pra gente caminhar dentro da sociedade, dentro do processo todo de redemocratização. Então, todos nós que fizemos essa resistência, passamos a ter papel significativo nisso tudo.

Quando da sua militância no PCB naquela ocasião você se lembra de outras pessoas de sua igreja também envolvidas ?

Sim! O Paulo Roberto Emmerick Oliveira que é meu irmão mais novo. Eu já estava formado e ele ainda na Universidade. Foi um dos grandes militantes. Foi ele quem conversou comigo e me chamou para participar. Ele chegou inclusive à Direção Estadual do Partido no tempo em que já se estava no processo de democratização, quando o Partido passava quase que por uma insolvência e articulava uma visão de que tinha que se modernizar. Acabou que o Roberto Freire, que era o Presidente Nacional, propôs a mudança de nome criando então o PPS. E deu no que deu, ou seja, em nada. Quase todos se afastaram, o PCB deixou de existir. Hoje voltou a existir mas com uma estrutura completamente diferente, com pessoas que eu, pelo menos, não conheço. Mas o PCB daquela época, quando eu participava, conseguiu eleger Deputado Estadual, Federal e, posteriormente, esse

Deputado Estadual chegou a Governador do Estado, a Prefeito, foi Deputado Federal e agora é candidato a Governador novamente, que é o Paulo Hartung. Mas aconteceu que naquele momento em que ele se lançava a **Deputado Estadual, pelo** Partido Comunista, no dia da Convenção do PCB, na clandestinidade, ele vai e renuncia ao Partido. Ele sai do Partido e o Partido não teve pra quem fazer campanha estadual a não ser por ele. Porque ele tinha uma rede de amigos dentro do Partido e ficou claro ali, que ele não queria compromisso partidário. Não queria estar debaixo de um programa partidário. Fez sua caminhada política sempre baseado nesses amigos do PCB, que depois saíram todos e hoje tocam uma carreira política descompromissados com qualquer vínculo partidário. Ele já passou por três ou quatro partidos. Os Partidos todos disputam o seu nome, a sua assinatura e ele faz disso aí moeda de troca. Vai pra o que tem interesse, vai pra outro, mas não tem compromisso. É o que eu digo, a gente estudou uma cartilha de princípios, de ética, de compromissos históricos, filosóficos, compromissos políticos e isso tudo eu vejo que a grande maioria não seguiu e hoje trata as questões políticas de maneira pessoal, maneira carreirista. Sem compromisso claro nenhum com a sociedade, com a transformação e a melhoria das condições do povo e tudo isso. As questões são tratadas por outros interesses que a gente não consegue ter claro quais são. Mas quando os mandatos acontecem, ***ai você vê aflorar sempre as mesmas coisas. Os compromissos com o poder econômico, com aqueles que detêm o poder sempre.***

Haviam outras pessoas da tradição presbiteriana também fazendo política junto com vocês?

Sim. Havia outras pessoas, especialmente naquele momento em que nascia o PT. Então, boa parte das lideranças da IPU foram se filiar ao PT. Nós temos o próprio Rev. João Pedro, que foi um dos líderes do PT no Espírito Santo. Tanto é, que quando ele faleceu precocemente, acometido por um câncer fulminante, foi honrado, no seu sepultamento com a presença do Lula. Tivemos ainda o Elieser Tavares Filho, que é filho do Rev. Elieser. É um grande militante do PT hoje, do movimento político no Espírito Santo. É mais novo um pouco do que eu, mas vem de uma corrente de pensamento que nasce na IPU nesse momento de resistência, de trabalho e de engajamento. A Igreja tem produzido essas pessoas. Elas estão espalhadas pontualmente aqui e ali e o próprio Rev. Beato chegou a assumir uma suplência de Senador, exercendo seis meses de mandato por licença do titular na época. Ele foi uma das pessoas com quem eu aprendi muito do que sei e do que faço em meu caminho de engajamento.

E o movimento ecumênico?

O movimento ecumênico ganhou força no Espírito Santo a partir desse processo de criação da IPU. Porque era um movimento solto de pessoas, mas a partir da IPU ganhou peso e força. Embora fosse uma Igreja pequena, passou a ter peso, quando passou a ser a primeira Igreja Evangélica no Brasil, a incluir nos seus Estatutos e Princípios de Fé e Ordem, que era uma Igreja Ecumênica. E não abriu mão disso.

E isso trouxe respeitabilidade a Igreja. E trouxe respeitabilidade num momento em que, por ter nascido no Espírito Santo se coloca como Sede Nacional da Igreja no Espírito Santo. Segundo, traz como Secretário Geral da Igreja o Rev. Jaime Wright. O Jaime Wright, do “Brasil, Nunca Mais.” Uma pessoa de referência na área dos Direitos Humanos, na área da resistência à ditadura militar e na área do movimento ecumênico. Então, o Rev. Jaime ao vir pra Igreja Presbiteriana Unida do Brasil como Secretário Geral passa a ser essa grande referência. Não só para o Brasil, mas para o mundo ecumênico e o mundo dos Direitos Humanos. Ele passa a representar no Espírito Santo, aquela resistência, aquela pessoa de referência toda vez que se falava em problemas de injustiça social, problemas de desrespeito a vida, aos Direitos Humanos e nas questões de ecumenismo. Então a IPU ganha peso e ganha força e isso fortalece as comunidades. Porque elas começam a perceber que esta decisão de ser uma Igreja Ecumênica, de ser uma Igreja com opção pela vida, pelo social e pela participação política. Quando as comunidades locais e suas lideranças nascentes, começam a perceber isso, passam a entender quão séria e quão acertada foi a decisão de criar essa Igreja com esse perfil. Isso, a gente que caminha no movimento ecumênico, vê o quanto essa Igreja é respeitada por ser como ela é.

Qual é o papel da Igreja não apenas no âmbito nacional mas, praticamente, no plano regional onde você milita, na formação de novos quadros, no tratamento com a juventude? Por que há toda uma história do envolvimento das Igrejas Evangélicas com os governos militares e essas Igrejas trataram de esconder essa parte da resistência, dos setores das diferentes igrejas na resistência a ditadura.

É. O Espírito Santo é privilegiado nesse processo todo porque teve durante muito tempo o Reverendo Jaime Wright lá, que era uma referência em todos os sentidos e por ter ficado com o espólio remanescente do seminário do Centenário. Então nós mantemos o Curso de Teologia lá e hoje já temos uma extensão dele em Colatina onde realiza um projeto ecumênico por que, por não haver nenhuma instituição teológica em Colatina ele acaba acolhendo alunos de todas as Igrejas. É um projeto interessantíssimo. E toda essa mensagem, e toda essa visão que a gente tem da Bíblia e da forma como a gente aprendeu a fazer, e a lidar e a interpretar, tudo isso está dentro das ementas das disciplinas do Curso de Teologia e do Centro de Formação Richard Shaull. E a nossa juventude bebe dessa água o tempo todo. Nós passamos um período todo aí que deu um branco por causa da repressão mas nesse momento há um movimento grande dentro da juventude das nossas Igrejas lá. Eu percebo que é algo como se fosse a nível nacional. A gente vê o nascimento de lideranças jovens encampando e assumindo, vamos dizer, o seu espaço de juventude. E, no caso da IPU, essa contribuição existe dentro das comunidades, dentro do Presbitério e com esse apoio do Centro de Formação Richard Shaull.

Você se lembra de algumas dessas canções que vocês cantavam naquela épo-

ca, pra se animar; canções que o Brasil já cantava, conhecidas, mas canções específicas lá de vocês.

Eu era muito ligado à música popular brasileira. Então, fui uma das pessoas que sempre acreditou que por ser igreja, não é que você não possa trazer uma música popular brasileira que tem uma mensagem as vezes muito mais cristã, muito mais engajada do que aquelas que a igreja canta. Eu me lembro que a IPU acabou colocando como Hino Oficial da igreja um poema do Rev. João Dias de Araujo que foi uma das resistências do Seminário Presbiteriano do Norte e ele fez o poema “Que estou fazendo se sou cristão” que foi musicado por um médico do interior de São Paulo, Décio Emerick Lauretti. E a música é:

“Que estou fazendo se sou cristão,
Se Cristo deu-me o seu perdão?
Há muitos pobres sem lar, sem pão,
Há muitas vidas sem salvação.
Mas Cristo veio pra nos remir,
O homem todo, sem dividir:
Não só a alma do mal salvar,
Também o corpo ressuscitar.

Há muita fome no meu país,
Há tanta gente que é infeliz,
Há criancinhas que vão morrer,
Há muitos velhos a padecer.
Milhões de olhos não sabem ver,
Milhões de pobres não sabem ler:

Eu me perdi um pouco na letra, mas o último verso diz assim:

“Aos poderosos eu vou pregar,
Aos homens ricos vou proclamar
Que a injustiça é contra Deus
E a vil miséria insulta os céus.
Que estou fazendo se sou cristão?” ..

É o hino Oficial da IPU. E aí eu sempre me lembro, naquele tempo da resistência de, uma música que eu gostava de cantar e canto até hoje sempre que tenho oportunidade é “Pesadelo”, com letra do Paulo Cezar Pinheiro:

“Quando o muro separa uma ponte une
Se a vingança encara o remorso pune
Você vem me agarra, alguém vem me solta
Você vai na marra, ela um dia volta
E se a força é tua ela um dia é nossa
Olha o muro, olha a ponte, olhe o dia de ontem chegando
Que medo você tem de nós,
Você corta um verso, eu escrevo outro

Você me prende vivo, eu escapo morto
De repente olha eu de novo
Perturbando a paz, exigindo o troco
Vamos por aí eu e meu cachorro
Olha o velho, olha o outro
Olha o velho, olha o moço chegando
Que medo você tem de nós, olha aí...”

Paulo Wright, Presbítero, Deputado e Metalúrgico “Desaparecido”...

Entrevista com Carlos Gilberto Pereira (Carlão), metalúrgico aposentado, companheiro de militância do Deputado Paulo Wright, desaparecido político e militante da Ação Popular dos anos 1960, 1970.

Primeiramente quero me apresentar. Meu nome é Carlos Gilberto Pereira, sou metalúrgico aposentado. O Paulo também era metalúrgico. Sempre trabalhei no Movimento Operário Sindical e nas organizações populares da periferia de São Paulo. Sou natural de Anápolis, Estado de Goiás. Conheci o Paulo em 1966 em Goiás, na casa de um escritor que foi cabo eleitoral dele lá em Joaçaba, SC, de nome Italino Peruffo. Não sabia quem era ele, naquele momento, para mim era apenas um amigo do Italino. Este cidadão era Presidente da Federação dos Trabalhadores Bancários do Estado de Santa Catarina mas foi deslocado, após o Golpe de 64, para Anápolis, para ser o gerente da agência local. Posteriormente, travei conhecimento com o Paulo, em 1969, quando ele estava embarcando para a China e eu estava chegando de Goiás. Cheguei em 1968 aqui em São Paulo. Em pleno Ato Institucional N. 5. Encontrei-me com ele lá na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio. Uma conversa muito breve e fui para Osasco, pois tinha sido deslocado para trabalhar em Osasco. E o Paulo tinha me recomendado alguns companheiros lá, da igreja presbiteriana. Um era o Norvino, que era presbítero e Presidente da Cooperativa dos Trabalhadores da Indústria da Grande São Paulo. Morei um tempo na casa dele, no Bairro de Vila Yolanda e lá ao lado, no Bairro de Santo Antônio, há uns dois km de distância, tinha um outro grande companheiro, dirigente da Construção Civil, que era o José Cupertino Novaes. Tive com esses companheiros amizade de muitos anos. Cupertino morreu há pouco tempo. O Paulo, em seguida, foi pra China, em maio de 1969. Eu tinha sido preso em 69 em Osasco. Fui solto em agosto desse ano e, em maio de 1970, fui preso novamente. E fiquei mais dois anos preso. Quando eu sai, em fins de 71, princípio de 72 eu tive o prazer de começar a conviver com o Paulo. Ele tinha se tornado um grande amigo da minha companheira que trabalhava em uma Instituição da Igreja Presbiteriana, que era o Serviço de Orientação a Família, o SOF. A Geni me falava muito do Paulo, que ela considerava um companheiro que sempre colocava a questão da luta das mulheres como uma questão fundamental. Depois de algum tempo de ter sido solto, marcamos para almoçar juntos. E foi assim um encontro extremamente agradável. Porque o Paulo era um companheiro de uma cultura inigualável. De uma formação política que faz muita falta hoje para os movimentos. Um quadro com aquela qualidade, com aquele nível de formação, era uma coisa importantíssima. Então ele foi morar numa casa que nós

tínhamos, que eu estava terminando de construir. Depois de um tempo, fui morar lá também, e aí ficamos morando juntos até a prisão dele. E fizemos uma amizade muito grande. Era um companheiro com uma preocupação, uma visão estratégica da luta política. Sempre nas discussões dele no Movimento Operário Sindical e até em outros movimentos, como o estudantil, ele sempre enfatizava que a luta revolucionária era fundamental para a democracia avançar. Era fundamental a conquista da democracia. Até aquele momento a gente vivia no bando de gente do voto nulo. Do pessoal do contra. Nós éramos contra tudo e contra todos. E o Paulo me chamou a atenção e a dos companheiros: Não, nós temos que ter um lado. Temos que conquistar o espaço de discussão democrática. Revolução é obra de milhões. Revolução não é obra de pequenos grupos. Não é obra de aventureiros que acham que vão fazer a revolução em nome do povo. Quem faz revolução é o povo. E nós podemos juntos com o povo. A nossa tarefa é dar uma formação política, ideológica para que o povo avance e conquiste o poder. Então, isso pra mim naquele momento era uma novidade. Ele tinha uma crítica brutal para essa questão do voto nulo. O Paulo era uma pessoa que estava 20 anos a frente do tempo dele. A gente estava precisando fazer um curso de formação para os trabalhadores e ele mais do que depressa falou: Eu vou preparar. E fez um curso que você pode encontrar no Rio de Janeiro, numa Biblioteca em Niterói, tem os materiais e o Curso de Orientação Sindical escrito pelo Paulo Wright em 1973. Ele fez esse curso conversando com a gente e foi muito importante. Ele tratava de três questões fundamentais pro Movimento Operário. Primeiro, a questão do papel da mulher na luta política. Ou seja, a esquerda tinha um grande vazio. Porque ela não priorizava o trabalho das mulheres que eram 50% da população e estavam marginalizadas da proposta política da esquerda. Para Paulo, a primeira questão que ele trata é a questão do trabalho junto às mulheres, a conquista da sua libertação. E aí, a importância do trabalho do Movimento Sindical no sentido de trabalho igual, salário igual. Ou seja, aquela política de ter salário desigual para as mulheres... O Paulo começou a levar essa questão para o Movimento Sindical de uma maneira forte. Outra questão tinha a ver com as condições do trabalho feminino, porque a mulher não podia fazer curso de Torno Mecânico. Não podia fazer o curso de Mecânica. Tinha sempre que ficar no serviço subalterno dentro das fábricas. E ele entendia que era fundamental a luta para que as mulheres obtivessem um curso de formação e fossem tratadas como profissionais, em igualdade de condições. E, por fim, a questão da luta pelos direitos da mulher. Reprodução, planejamento familiar. Esse era um trabalho importante que ele fazia junto com o pessoal do SOF que era o Serviço de Orientação à Família. Foi muito importante, minha mulher estava junto com ele nesse trabalho. Discutir com as mulheres, reunir com elas para discutir a importância da conquista desse espaço. Então a primeira questão foi essa questão da mulher. A segunda questão era referente ao trabalho dos trabalhadores. Que era a questão do salário depois de 40 dias. Ou seja, você recebia o salário depois de 40 dias, deixava aquele dinheiro na

mão da empresa por 40 dias sem receber juros. Numa inflação alta aquilo fazia uma diferença muito grande. Depois estava a questão do Descanso Semanal Remunerado que ele denunciava, mostrando que isso fazia parte de uma lei fascista, o código italiano Del Lavoro, do Mussolini que consistia no seguinte: criava-se uma aliança entre os trabalhadores e a empresa sob a direção do Estado. E o chamado Descanso Semanal Remunerado era uma faca no pescoço dos trabalhadores. Porque às vezes o trabalhador precisava faltar um dia para pagar uma conta e então ele perdia dois de salário. Na verdade não existia esse Descanso Semanal Remunerado, isso não passava de um truque contábil. Se ia trabalhar cinco dias se dividia por seis os cinco dias, o salário dos cinco dias. E isso era o tal Descanso Semanal Remunerado. Depois, uma questão para a qual o Paulo chamava atenção era a questão do 13º salário. Esse era outro truque contábil. O ano só tem 12 meses e por que tem que receber um 13º? O 13º consistia em dividir o salário em 13 partes já, depois botava na mão da empresa sem pagar juros e ao final do ano dava aquele bagaço do dinheiro para os trabalhadores como se fosse uma grande vantagem. E aí ele levantava a importância do seguinte: os trabalhadores deveriam receber o salário mensalmente que deveria ser aplicado numa caderneta de poupança. Pra quando ele recebesse aquele salário recebesse corrigido. Essa proposta para o Movimento Operário fazia parte de uma luta política, ideológica que ele travava no Movimento Operário. Ele também chamou muito nossa atenção para a importância dos próprios trabalhadores se organizarem para poder gerir seus próprios fundos. Quais são os fundos do trabalhador? Foi criado o Fundo de Garantia, gerido pelo Estado a serviço do capital e não a serviço dos trabalhadores. Então ele defendia que tinha que travar uma luta pra assumir o controle do Fundo de Garantia. Outro fundo do trabalhador era o INSS. No passado era um fundo gerenciados pelos trabalhadores, na época do IAPC, IAPETEC, IAPI. Esses fundos eram gerenciados pelos trabalhadores. E uma das coisas que as empresas junto com o serviço da ditadura fizeram foi exatamente se apropriarem dos fundos IAPC, IAPI, IAPETEC pra poder criar o chamado INSS sem o controle dos trabalhadores. E aí, naquela época os trabalhadores controlando desses fundos construíam conjuntos habitacionais em todos os lugares do Brasil a preço de custo. Um operário tendo trabalhado algum tempo com carteira assinada tinha direito a ter a sua casa. E o Fundo construía a casa e ele pagava sem juros. Esse era o tempo dos IAPI, IAPC, IAPETEC, etc. Essa era a grande luta que o Paulo, naquele momento, discutia junto a Movimento Operário Sindical. Fora isso existia uma outra luta que ele travava no seio da esquerda porque a esquerda sempre teve uma visão preconceituosa com relação às pessoas de origem religiosa. E contra essa atitude antirreligiosa, preconceituosa, o Paulo escreveu um texto, que você vai encontrar lá também (na biblioteca de Niterói, RJ) chamado “A Questão de Deus”. E que é muito importante, porque ele trata dessa visão preconceituosa em relação a questão de Deus. Então, basicamente naquele momento, ele estava

num processo de produção infernal. Era uma máquina de produção de ideias, de propostas para Movimento Operário Sindical e para Igreja.

E depois, como é que foi a militância dele na arena política?

Olha, o Paulo sempre teve uma relação fraterna com todos os companheiros. Nós tínhamos o hábito de, nos fins de semana, se ele não estivesse viajando, fazer um churrasquinho com o pessoal operário, as vezes com o pessoal das igrejas, pra gente comer uma carninha junto, conversar, espairar um pouco. Não ficar naquela visão de que temos que ser um bando de gente amarga, de gente que só sabe conversar sobre política e não tem família pra conversar. Então o Paulo tinha uma preocupação muito grande com esta questão da família. Ele sentia muito estar longe dos filhos dele. Longe da esposa. E a gente conversava muito, porque era uma forma de apoiá-lo. Naquele momento pra nós era um companheiro, simples, humilde.

Tudo isso aconteceu antes ou depois de ele se tornar Deputado Estadual?

Depois. Em 1964 ele foi cassado pela Igreja antes do Ato institucional N. 1. Ele sentia muito essa questão. Volta e meia ele se encontrava com alguns companheiros, Deputados, Ex-Deputados, Sindicalistas de Santa Catarina. Tinha lá o Zimmerman, que morreu há uns três anos, que era um companheiro muito querido dele. Às vezes eu viajava com ele pra visitar umas pessoas tanto no Paraná como em Santa Catarina. Paulo estava numa longa caminhada na qual ele tinha uma visão muito forte, até uma visão profética, do que ia acontecer com os movimentos sociais. Porque ele dizia que a luta pelo socialismo, no Brasil, era uma luta que implicava necessariamente em fazer mudanças profundas nas pessoas. E essa mudança profunda tinha que se dar nas relações entre as pessoas porque as pessoas estavam sendo cooptadas pela ideologia burguesa. Estavam sendo domesticadas, estavam aceitando as arbitrariedades, as injustiças e não se indignavam contra isso. A visão de companheirismo, de apoio desinteressado entre as pessoas, a solidariedade, isso já estava sendo uma certa dificuldade ali. Ele identificava que aquilo ia ser um problema a médio prazo para se enfrentar. Porque as pessoas em função da sua visão individualista iam evitar se comprometerem. Como ele, as vezes sentia muito, encontrar pessoas na rua de quem ele gostava muito e as pessoas faziam de conta que não o reconheciam. Às vezes ele fazia visitas a pessoas que eram muito importantes na vida dele e essas pessoas o despachavam, as vezes na própria porta. Ou seja, o medo tinha tomado conta das pessoas de tal forma que elas eram incapazes de reagir para romper com aquele círculo de fogo, que era a influência da ideologia burguesa, que era aquela visão de que as injustiças estavam aí, e ninguém tinha o que fazer para superar isso. Então isso marcava profundamente o Paulo. Próximo ao desaparecimento dele, ele foi fazer uma visita a uma pessoa que eu não sei quem é do IAPC e essa pessoa pediu gentilmente para ele se retirar. E era uma pessoa da igreja, eu não sei quem é. Ele chegou em casa muito arrasado. Porque dizia: “é irmão e me fez entender que eu era um leproso. Uma pessoa que podia contaminá-lo.” Era muito triste.

Você podia falar um pouco da militância do Paulo como Deputado e seu papel na organização dos pescadores artesanais?

Olha eu conversei com ele alguma coisa e ele contava da experiência dele, da fundação da Federação dos Trabalhadores da Pesca. Eu trabalhava junto com o Norvino na Cooperativa dos Trabalhadores da Grande São Paulo e o Paulo era uma pessoa que tinha uma experiência muito grande e tinha também um outro cara, até da igreja, o Jether que era uma pessoa especializada na área de Cooperativismo. E às vezes ele organizava curso na área de Cooperativismo. E aí ele me contava essa história da organização dos Pescadores e que a primeira coisa que ele sentia muito, (eu não conhecia o Paulo quando ele era Deputado. Eu já o conheci na clandestinidade em 66) ele contava, com dor no coração, que tudo aquilo que tinha conseguido construir, pois tinha o projeto, comprado caminhão, comprado barco, primeira coisa que a ditadura fez foi desapropriar esse material dos pescadores e colocar na mão das grandes empresas de pesca de Santa Catarina. Então era uma coisa que doía no coração dele. Porque ele não teve chance de consolidar um projeto importantíssimo para os trabalhadores da pesca de Santa Catarina.

E o Paulo foi militante da Ação Popular...

Sim, ele foi militante. Ele foi o principal dirigente do Brasil na OLAS que é Organização Latino-americana de Solidariedade realizada em Cuba 1967. Reuniu todos os movimentos de libertação do mundo em solidariedade com luta contra o Colonialismo na África e contra a invasão americana no Vietnã. Então, o Paulo foi o chefe da delegação do Brasil nessa OLAS. Posteriormente, 1969 ele foi pra China como chefe da Delegação da Ação Popular. E, por esses próximos dias sai um livro “Revolucionário sem Rosto” e nele você vai ver a fotografia do Paulo junto com Chou-En-Lai e outros dirigentes do Partido Comunista Chinês. Eventualmente, vou ver se tenho essa foto e lhe mando por e-mail para você ver. O Paulo teve um papel importante na articulação dos movimentos revolucionários internacionais. Foi esse companheiro, dessa qualidade que nós perdemos. E tenho certeza, posso falar com toda tranquilidade, caso o Paulo tivesse vivo hoje, o Movimento Popular seria outro. Dada a sua capacidade de travar o debate teórico, político e ideológico. Coisa que falta no Brasil, hoje, aquele elemento capaz de escrever coisas concretas sobre como enfrentar a diversidade da luta política. Você vai ver, eu sugiro que você leia, esse curso de Orientação Sindical. Mesmo esse documento que ele fez, sobre a questão de Deus, você vai ver a marca de um revolucionário que estava 20 anos à frente. São coisas que ainda vamos levar muito tempo para construir com a qualidade do Paulo Wright.

E esse papel vanguardista na defesa dos direitos das mulheres naquele momento era mais uma novidade.

Era uma coisa estranha. De repente esse cara, de repente você virou líder feminista. E ele dizia: Não. Eu sou um defensor intransigente da luta das mulheres. Eu tenho um compromisso político. Você ser revolucionário é estar ao lado das mulheres na sua libertação. Elas tem que conquistar o espaço delas.

Por que esse ímpeto dele na luta das mulheres?

Ele lia muito. Ele gostava muito de Alessandra *Kollontai*, Rosa Luxemburgo. São as mulheres que no seu tempo foram a vanguarda. Foram as mulheres que estavam anos luz na frente dos homens que não entendiam o papel dos 50% da sociedade. Você quer fazer mudança na sociedade sem incluir a mulher que faz parte do 50% disso? É não querer realizar as mudanças radicais. Então, voltar hoje a trabalhar com essa questão, é ter que voltar a escutar. O trabalho da Alessandra Kollontai é muito importante. Ele foi uma pessoa de vanguarda. A Rosa Luxemburgo foi a mesma coisa. A Simone de Beauvoir que é uma pessoa mais recente, como ela tratou dessa questão da mulher também. Cada um no seu tempo. E muitas outras que posteriormente vieram construindo ao redor dessa questão. Mas não do ponto de vista político. Porque essa é a grande questão da luta das mulheres hoje. A luta das mulheres hoje também é despolitizada. Elas tem se contentado com as migalhas que caem da mesa dos homens. Olha esta questão em relação aos nossos partidos. Diz a lei que 1/3 tem que ser de mulheres. Porque tem que ser 1/3? Porque não 50%? Porque não nessa reunião onde a maioria é mulher? Como é que não trata da questão da mulher aqui nesse encontro? Como é que está a discriminação? Não, vamos falar da violência doméstica. É ainda despolitizada. Hoje, as igrejas, os sindicatos tem que começar a olhar. Os partidos tem que começar a tratar essas questões de uma maneira nova, que valorize o trabalho da mulher. Na luta política dela, certo? Não é só o trabalho braçal onde se ganha salário igual, mas também além de ganhar o salário igual ela tem que ter oportunidade política. Assumir a direção. Ou é só a Dilma que está lá sozinha falando no deserto! E aí vai entrar uma pentecostal, que está aí, empolgando. Que vai chegar lá pra voltar pra trás. Como é que vai fazer? Qual o nosso papel hoje? Vamos deixar essa mulher ganhar, essa pentecostal? Essa mulher do atraso? Ou vamos ter que arregaçar a manga e sair pra luta e não ficar nessa política do voto nulo, que hoje o pessoal tem vergonha de assumir a postura, que nós temos que ter posição política. Tá aí, ficar nessa discussão nossa, que é uma discussão estéril. Hoje pegar a política, levantar a bandeira do Paulo Wright é ter posicionamento claro, preciso, de luta. Nós não podemos ficar tendo uma postura tímida e envergonhada pra tratar dessa questão. Não só da mulher, mas a questão da sociedade. Nós temos que fazer a mudança. A grande tarefa nossa, já naquela *época defendida pelo Paulo, nós tínhamos que fazer mudança. E essa mudança era mudança política e ideológica. Porque sem ideologia não se avança. E ter ideologia, não é ter uma visão contra essa ou aquela religião. Contra essa ou aquela coisa. Nós temos que ter um lado. De que lado nós estamos? E é essa questão que o Paulo tratava conosco. O Paulo tinha muita clareza dessa questão. Nós temos que ter um lado. Ou nós somos do lado dos fracos e oprimidos, assumido a bandeira deles, mudar isso pro mundo ou nós somos do lado dos poderosos. Não existe meio termo. Então está colocado pra nós esse desafio. Ou seja, nós não podemos ficar com postura envergonhada, tímida. Nós temos que por a cara na*

rua. Hoje, nós estamos conquistando a Democracia mais do que naquela época da ditadura. Nós temos que ser revolucionários nas questões. Então, na minha leitura, nós temos que estar buscando o legado que Paulo Wright produziu. Ele trouxe pro nosso meio ideias inovadoras. Ele trouxe pro nosso meio o sentido de organização. Que nós não podemos ficar imaginando que tem que ser do contra. Nós temos que ser a favor de alguma coisa. Então, eu estou aqui hoje. Dirijo uma entidade da luta contra a tortura. Dirigi o grupo Tortura Nunca Mais também de luta contra a tortura. E com esse propósito, ou seja, com essa bandeira do Paulo, que eu não a deixo no chão. Ela está presente na minha vida e nas poucas coisas que eu posso fazer. E depois de três enfartos a gente começa a ficar meio fraco, mas aquilo que eu posso fazer aqui, eu faço trazendo a bandeira dele. Fico feliz por poder falar dessa questão, que é uma questão inovadora de um elemento da igreja protestante. Ou seja, já estava na vanguarda há muito tempo.

O Paulo desapareceu... você tem pistas ou informações a respeito?

O desaparecimento do Paulo se deu mais ou menos entre quatro e cinco de setembro. Ele tinha saído da minha casa para ir pro Rio de Janeiro. Pra um evento lá. Foi até feito um filme, que eu posso ver se consigo, um filme sobre essas quedas. Que foi o Fagundes que protagonizou. Ele era o artista desse filme. E, esse filme diz que ele foi pro Rio e voltou pra ser preso aqui em São Paulo. Existe essa versão. E essa versão foi dada fundamentalmente pelo Osvaldo Rocha. Eu particularmente não posso afirmar nada. Porque ele saiu da minha casa pra ir pro Rio. Cinco dias depois, ele não chegou no dia combinado. Eu, mais do que depressa, procurei saber. Aí fiquei sabendo de uma prisão de uma pessoa. A partir dessa prisão, eu já liguei as pontas e procurei o irmão dele, o Jaime Wright: Olha, suspeito que o Paulo tenha sido preso. E aí articulamos o esquema. Nós vamos botar a boca no trombone, temos que ir pra luta, denunciar e fazer o que pudermos.. E assim fizemos. Procuramos o Dom Paulo e começamos, eu e o Jaime, a expor a situação e pedir o apoio da Igreja. E aí o Jaime já chamou o pessoal da AP (Associated Press – agência de notícias norte-americana). Eu dei uma entrevista para o pessoal da AP denunciando as prisões. Ele também. E aí escreveu para o Secretário de Relações Exteriores do do Senado Americano. E este botou a boca no mundo e exigiu garantia de vida pro Paulo. E aí começou a luta, porque nessas horas já estavam lá nos Estados Unidos o Anivaldo Padilha, o Marcos Arruda Satamini e muitos outros companheiros. E aí começamos a denunciar. Havia muitas histórias sobre essa prisão, mas nunca soubemos como foi o desaparecimento. O Jaime recebeu vários tipos de indicações, inclusive de que ele tinha sido levado lá pro Amazonas. Que ele estava lá no meio da selva. Mas nós não obtivemos resultados. Várias pessoas viram as roupas dele lá no DOI-CODI. Eu fui preso posteriormente, em 1974, e tentei ouvir pessoas que estavam ali presas mas ninguém tinha notícias. Foi uma situação meio complicada, mas uma grande perda e não temos notícias ainda hoje. Mas cobramos. Pode ter certeza que a gente não deixa de cobrar.

Muito obrigado pelo seu depoimento.

Eu quero agradecer de ter tido essa oportunidade de falar sobre uma pessoa muito querida pra mim. E, espero que seja útil para esse trabalho para as novas gerações. Nós temos que falar pra elas. Espero que não as tenha aterrorizado. A luta é uma luta importante. Não são só flores pelo caminho, tem os espinhos. Mesmo hoje, exige acima de tudo perseverança. Exige compromisso. Minha mensagem pra esses jovens é nessa direção. Mantenham a bandeira alta. Essa bandeira é nossa. A bandeira da justiça, da verdade, da solidariedade, do respeito entre as pessoas é a nossa bandeira. Não vamos deixá-la no chão. É do Paulo Wright.

O Itinerário de Vida de um Coração Ecumênico...

Entrevista com o sociólogo Waldo A. Lenz César, um dos principais líderes ecumênicos protestantes do Brasil e da América Latina

Nasci em Rezende, no estado do Rio, em um ano bem importante: 1922. Meu pai era pastor presbiteriano. Ele foi pastor na Igreja de Botafogo. Com a morte do meu pai, fomos para Niterói e, na Igreja local, me tornei o líder da União da Mocidade Presbiteriana (UMP), começando um movimento de confraternização entre os moços, que articulou várias outras Igrejas. Este foi o comecinho da minha experiência ecumênica: um movimento de conagração que ainda não era “ecumenismo” como a gente tem hoje. Esse trabalho se desenvolveu bastante até que me tornei “Presidente da Confederação da Mocidade Presbiteriana”. A partir daí, começamos a organizar congressos, o movimento foi crescendo e, em 1946, houve o Primeiro Congresso Nacional da Mocidade Presbiteriana.

Em 1947, chefei uma delegação brasileira com mais de oito pessoas e fomos para o Congresso de Oslo - a Conferência Mundial da Juventude Cristã -, já organizado pelos futuros líderes do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), fundado em 1948. Foi um Congresso de quase 2.000 jovens. A guerra tinha terminado, mas ainda havia muita dificuldade. Essa experiência foi realmente muito forte, do ponto de vista ecumênico e também em relação ao futuro do nosso trabalho no Brasil, porque quando nós chegamos éramos cinco. Três ficaram na Europa. Quando estes cinco chegaram à Belém do Pará - Lessa Lima e Silva, Heloisa Nogueira, eu e Paulina Steffen - já estava tudo organizado e nos dividimos pelo Brasil a fora.

Visitamos 51 cidades no Brasil. Por exemplo, nós paramos em Recife, estivemos em Fortaleza, viemos descendo, fomos para o Sul, Blumenau, Porto Alegre. Foi uma loucura. Isso financiado pelo movimento que se fez para levantar dinheiro para ação entre os jovens. Nestas 51 cidades, divulgamos o Congresso, falamos por toda a parte sobre o Movimento Ecumênico, bem como das coisas que a gente ouvia.

Só para situar, a primeira Assembleia do CMI foi em 1948, em Amsterdã. Na segunda é que eu participei. Foi dali que veio o movimento “Igreja e Sociedade”.

Como foram as tensões nesse período que começava, entre jovens e pastores (adultos)?

Vivi essa tensão quando eu entrei para a Confederação da Juventude do Brasil, já como Secretário Executivo do Departamento da Mocidade, um órgão que unia a mocidade de várias Igrejas, eu substitui o Hélio Caldeira de Andrade, um pastor muito conhecido no Brasil, no ano de 1948.

Mas, não quero generalizar. Havia muitos pastores intelectuais, abertos e alguns

“viraram a casaca” quando houve o Golpe civil-militar. Nós sentíamos a tensão em várias circunstâncias. Por vezes, nos chamavam em reuniões, para atacar a gente e nós publicávamos no Jornal da Mocidade. Tudo isto era para não termos que escrever sobre o que estava acontecendo.

Uma vez o Rubens Nogueira, que tinha um espaço para crônicas no Jornal, escreveu uma crítica aos sermões. Um dia, na porta da Igreja, o pastor passou um pito em todos, ao que ele respondeu: “Reverendo, o Jornal está aberto para a sua resposta. O Senhor pode escrever que nós publicamos”.

Nós vivíamos de susto em susto, a cada jornal que saía, porém, não dava para se controlar.

Você passou por duas ditaduras. Acha que ser jovem no período do “Estado Novo” permitiu uma vinculação com a Responsabilidade Social? Imagino que você teve uma formação pietista, formal, individual. De repente, vocês se preocupam com o social. Vocês se consideram mais liberais, com pensamento comunista, ou não? Partindo para o social, onde vocês bebiam teologicamente para refazer o pensamento que vocês tinham?

Começando pelo final: Nós não bebíamos conhecimento, muito pelo contrário, nós almoçávamos numa pensão da Dona Rosa. Sentávamos para conversar sobre como foi o domingo de cada um. Era uma mesa de críticas. A Maria Luiza Nogueira disse: “Eu ontem estava na Igreja e senti que estava no céu. Estava tudo lindo. Nem parecia que o Mundo estava explodindo lá fora e o país pegando fogo. Quem nos ajudou um pouco nessa reflexão teológica foram Miguel Rizzo Jr., Humberto Rohden, o “Paulo Coelho” daquela época. Porque não encontrávamos na Igreja resposta para as nossas angústias. Rohden era eclético, oriental, especialista em meditação.

Richard Shaull ficou preocupado com o envolvimento dos jovens com a Teologia de Rohden. Shaull começou a mostrar outras linhas de pensamento, com a finalidade de reverter nosso processo intelectual.

Em termos de livros quase não tínhamos nada. O Jovelino Ramos dizia que no Seminário que ele estudou, os livros eram de teólogos antigos, todos mortos e “quanto mais mortos melhor”.

Richard Shaull levou uma avalanche de livros e textos depois para a Editora Paz e Vida publicar..

A partir de que momento começa a fermentar a preocupação com a responsabilidade social? Um dos temas do CMI, na década de 50, perpassa por uma sociedade responsável?

A coisa começa com a II Assembléia do CMI, em Everston, nos EUA, perto de Chicago, em agosto de 54. O grande tema era “Igreja e Sociedade”. Quando retornamos ao Brasil, surgiu a ideia. Encontrei com Richard Shaull e pensamos em criar alguma coisa para dar continuidade. Shaull entrou com toda a força, não só teológica, mas também, para arrecadar fundos - e ele era bom para isso. Nós pensamos em reunir um pequeno grupo para discutir essa possibilidade. Shaull

conseguiu uma verba do CMI e realizamos o Primeiro Encontro em fevereiro de 55. Eu tenho todas as atas da Comissão de Igreja e Sociedade.

O grupo que reunimos era um grupo ecumênico para estudar a realidade brasileira, formamos uma comissão chamada Comissão Igreja e Sociedade e eu fui convidado para secretariar. Passamos o ano organizando o primeiro encontro, em São Paulo, na Igreja do Reverendo Borges, na Alameda Jaú. Nessa ocasião vieram dois representantes do CMI.

O tema foi genérico: "Responsabilidade Social da Igreja". Foi uma reunião muito boa em que tivemos várias ideias para levar adiante. Aí surgiu uma discussão complicada, nós continuamos um grupo autônomo ou ficamos na Confederação Evangélica. Discutimos muito e decidimos que entraríamos para a Confederação como o departamento De Estudos e Responsabilidade Social. A partir daí vieram recursos do CMI e de outras fontes.

Eu continuei secretário executivo e aí passamos 10 anos lutando interna e externamente. Uma luta interna para fazer as oposições e a luta lá de fora, que era enfrentar a realidade brasileira, que não era moleza.

Foi uma experiência que valeu a pena, porque nós chacoalhamos a coisa lá. Houve a II Conferência em 57; dois anos depois, com o tema A Igreja e as Rápidas Transformações Sociais, em Campinas, com realização do setor de Responsabilidade Social da Igreja.

A III Conferência foi em 60, já com o tema A Igreja e a Nacionalidade Brasileira. Na época, no governo João Goulart, falava-se em reforma e em nacionalidade. Entre uma reunião nacional e outra, nós tínhamos pequenos encontros para programar os temas. Eu me lembro de um tema quando saiu a Encíclica do Papa "Et Magister", nós fizemos um encontro com Leandro Konder, Paul Lehmann e outros. Um encontro importantíssimo no Bennett.

Essa foi a primeira vez no Brasil que começou um diálogo entre cristãos e marxistas? Nesse caso a Confederação Evangélica teve um papel pioneiro?

Não tenha dúvida. A gente tentava convidar um católico, mas não permitiam. Uma vez fui convidado para um encontro católico. Fui e saiu uma nota no jornal "O GLOBO". O reverendo Anders perguntou-me "O que é isso"? Eu expliquei, mas ele me disse: "Você não pode. É da Confederação e não pode participar de encontros desse tipo". Em compensação podíamos convidar os marxistas, que eram bem recebidos.

Houve alguma inflexão de 57 para 60 no fato da Revolução Cubana, para com as conferências? E a Conferência do Nordeste?

Houve sim. O fato era delicado. Richard Shaull discutia muito esse tema, mas o máximo que nós chegávamos era dizer que Fidel Castro criou um fato novo e a América Latina começou a caminhar nessa onda.

Onde se discutia abertamente era em Igreja e Sociedade na América Latina. A Revista Igreja e Sociedade tratava abertamente, mas dentro das reuniões da Confederação não se podia falar disso.

Em 1960, o golpe já estava chegando. Eu estava em SP, na reunião, e me avisaram: “Tem um senhor querendo falar com você”. Eu perguntei: “Quem é?” Responderam: “Não sei, não quis dar o nome”. Fui lá e um cavalheiro muito bem vestido, de paletó, gravata, perguntou: “O senhor é Waldo César?” Eu disse: “Sim”. Ele respondeu: “Eu queria conversar com o Sr. Particularmente”. Fui para outra sala e ele apresentou a carteira do DOPS. Perguntei: “O que houve?” Ele: “Nós estamos aqui preocupados com o que estão discutindo. Que negócio é esse de nacionalidade? O que é isso?” Aí me deu um estalo e eu perguntei: “O Senhor tem tempo?” Ele disse: “Como assim?” Respondi: “Perguntei se o senhor tem tempo, porque eu tenho que começar com o Profeta Amós. O cara me olhou e perguntou: “Como assim?” Respondi: “É que essa história vem desde o século oito antes de Cristo”. Ele me olhou espantado. Segui: “Porque o Profeta Amós defendia uma sociedade nova, de justiça, e nós estamos tentando encontrar um caminho que nós queremos: um Brasil novo, uma nova nacionalidade de justiça”. O cara disse: “Tá, tá, chega, chega. Já entendi. Eu vou assistir a sua reunião hoje à tarde. O senhor não me apresente e não diga que eu estive aqui. Caso contrário, eu vou desmentir em público”. Sentou, ouviu, foi embora e nunca mais apareceu. O Golpe foi em 1964 e eles em 60 já estavam se articulando. Em 1961 começou a preparação para a Conferência do Nordeste, com o tema “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”. Quero contar dois ou três episódios, só para mostrar a crescente tensão com a Confederação Evangélica. Nós encomendamos um cartaz para a divulgação da Conferência do Nordeste para o Claudius Ceccon. Um cartaz com uma cruz, uma foice e o tema: “Cristo e o Processo Revolucionário”. Havia uma evolução temática, eu creio que isso era um ponto muito interessante. Foi um estrago lá no Nordeste. Eu tenho essa documentação. Nós éramos manchete diária nos jornais. “Evangélicos Pregam Revolução Social”. Nessa Conferência estive Gilberto Freire, Celso Furtado, Paul Singer, Juarez Brandão Lopes. Nelson Xavier apresentou uma peça de teatro.

Quando eu voltei ao Rio, a coisa estava pegando fogo. O que foi doloroso, é que a perseguição, a minha expulsão e a de outras pessoas, começou antes do Golpe. A Igreja deu o golpe antes. O Colégio Bennett começou a expulsar gente. As expulsões dos Seminários começaram antes. Depois então foi uma festa. Eu me lembro de uma reunião, pouco depois que retornei do Nordeste, na cidade de Umuarama. De repente, o Presidente era o Reverendo Amantino, eles estavam conversando na varanda, no intervalo, e o Pastor Amantino disse: “Vamos com calma, porque se a esquerda vencer no Brasil, nós temos o Waldo para nos defender...” É como se dissesse: “Se perder...” Eu não disse uma palavra, olhei para ele. Tinham medo do que viria, mas não podiam abrir mão das suas convicções. Outro episódio pouco conhecido foi o do Reverendo Anders, que me chamou e comunicou que a Confederação tinha resolvido suspender o trabalho do Setor. Daí eu perguntei: O que acontece comigo? Ele disse: “Não se preocupe, nós estamos resolvendo”. Depois de uma semana ele me chama e diz: “A Confederação

vai abrir um escritório em Brasília e nós queremos saber se você aceita coordenar o escritório lá. Eu achei aquilo muito esquisito, porque tinham decidido me mandar embora. Eu perguntei: “Reverendo, o senhor não havia me dito que eu seria demitido?” Ele respondeu: “Não, a Diretoria está revendo isso”.

Em que ano foi isso?

Foi em fevereiro de 1964, antes do Golpe. Mas eu disse: “Uma coisa desse teor, eu preciso falar com a minha esposa, minha família. Me dá uns dias para eu pensar”. Ele me respondeu: “Tudo bem”.

Eu saí dali e fui procurar o Reverendo Ewaldo Alves, pastor da Igreja Presbiteriana Independente, que era o Secretário Executivo da Sociedade Bíblica do Brasil, muito meu amigo, uma pessoa de cabeça mais arejada. Quando eu falei do que me aconteceu, caiu numa gargalhada e disse: “Eles querem que você não aceite para lhe mandarem embora por justa causa. Aceite”.

Deixei passar alguns dias, cheguei lá e disse: “Reverendo eu vim trazer a minha resposta. Conversei com minha família... Ele estava nervoso, mexia com as mãos o tempo todo, então eu perguntei: “Eu queria saber o seguinte: Eu tenho alguma vantagem?” Ele respondeu: “Você tem direito a mudança e 20% de acréscimo no seu salário, porque vai trabalhar fora de sua cidade”. Respondi: “Então, eu resolvi aceitar”. Ele quase caiu duro, me olhou e disse: Aceitou? Eu: “Sim”. Saí rindo e fui demitido.

Quais os papéis que as pessoas desempenhavam nessa situação? Por exemplo, o Bispo Almir dos Santos, presidente da Confederação Evangélica?

Sim. Ele lutou ferozmente. Foi uma pessoa extremamente correta, coerente. Brigou, mas a organização do Setor acabou, a presidência acabou com tudo.

Na época eu tive apoio da Igreja Luterana, tenho carta até hoje do Reverendo Ernesto Schllipper, Gottschalk e do reverendo Borges, que escreveu carta à mão defendendo a minha pessoa. Mas depois ele virou de lado. A Igreja Episcopal abriu as portas do Seminário para nós ficarmos lá, caso fosse preciso. Houve setores extremamente revoltados. Depois do calvário do Nordeste, nós fizemos um projeto, para desenvolvermos o Setor de Responsabilidade Social da Igreja, com a criação de um Centro de Estudos Brasileiros. Notem que já não tinha o nome Cristão. Já era secular. Ele disse: “Esse é o maior projeto do CMI, fora à questão dos refugiados, que era o grande tema na época”. O Projeto custou 220 mil dólares, para cinco anos de trabalho. Ele foi aprovado com viagens, escritórios regionais. Era gigantesco. A Confederação, que a essa altura já nos caçara, achou que ia ficar com o Projeto e o reivindicaram junto ao CMI que disse não. Luiz Odell nos auxiliou nesta defesa e suspenderam a verba.

A Confederação me pediu que não entrasse com Direitos Trabalhistas. “Como cobrar da Igreja? Não pode fazer isso”. Eu respondi: “Trabalhei aqui durante 15 anos e vocês estão me mandando embora. Tem de assumir as responsabilidades. Eles contrataram um advogado e eu outro. Claro que eu ganhei e eles pediram

para pagar em três vezes. Eu disse: “tudo bem, mas tem de pagar”. Foi aí que suspendi a minha relação com a Igreja e resolvi fazer sociologia.

Na época saí frustrado, porém aconteceu uma coisa fantástica. A Missão Brasil Central, através do Jaime Wright, chamou a mim, Jether, Domicio e Francisco e deram uma verba para nós passarmos esse período sem trabalho. Houve apoio de vários lados.

Bom, aconteceu que eu comecei a ter encontros com os católicos. Agora sem ter ninguém para me proibir. Luiz Eduardo Wanderley, um grande companheiro, ficamos muito amigos e resolvemos consultar a Civilização Brasileira (editora) do Ênio Silveira, para criarmos uma revista ecumênica. Então surgiu a revista Paz e Terra. Assim saí de um clima fechado de repressão e se abriu o campo. O Conselho Editorial era composto de marxistas, protestantes e católicos – isso foi inédito nestes país e visto como perigoso.

Na Faculdade houve muitos encontros, um deles na Colômbia, com Camilo Torres. A professora de sociologia disse: “Seu trabalho desse mês vai ser escrever o que você vai ver na Colômbia”. Quando fui fazer a apresentação na aula, tinha um aluno que era do DOPS, de arma e tudo. O que eu contei da Colômbia era o Brasil, exatamente. Não entrevistei um padre que estava na guerrilha, mas entrevistei gente que trabalhava com ele, contei do movimento de reação. Quando acabei a Professora perguntou: Alguma pergunta? Paulo César levanta a mão e diz: “Primeiro, eu quero protestar por terem convidado o colega para fazer esta palestra sobre a Colômbia. Nós sabemos o que está acontecendo lá. Em segundo lugar quero dizer que tomei nota de tudo o que ele falou e vou apresentar ao DOPS”. Eu disse: “O colega não precisa ter este trabalho, tome aqui as minhas anotações”.

Qual foi a relação do Movimento Igreja e Sociedade na América Latina, no Brasil, com o Encontro Latino Americano? O ISAL, por exemplo, vai ser filha das tendências evangélicas?

Está muito claro que a coisa surgiu em decorrência do nosso trabalho. O interlocutor foi Luiz Odell, depois Hiber Conteris e Shaull. O Odell estava na Conferência do Nordeste e ficou fascinado com o nosso trabalho. Ele disse: “Precisamos fazer isso no contexto Latino Americano e nos convidou para um encontro com a presença de Julio de Santana e Shaull para realizar o movimento ISAL. Tivemos encontro no Peru e em outros países, dentro da mesma linha temática social. Daí surgiu a Revista Cristianismo e Sociedade, da qual eu era representante no Brasil. Esta revista entrou no dossiê da Polícia e mostrei a eles que entre os escritores dela estavam: Fernando Henrique Cardoso, Darcy Ribeiro e outros.

A conexão era muito grande. A gente trabalhava junto. Fui à Montevideu - um lugar onde fazíamos muita reunião e fomos várias vezes. Quando ocorreu o golpe, lá ainda era um lugar livre onde a gente podia respirar.

Paralelamente a isso, organizou-se nos EUA, pela influência do Shaull, um comitê com pessoas que tinham dinheiro, para financiarmos o CEI. Uma Igreja Presbiteriana dos EUA nos apoiou por um longo tempo. Então houve várias vertentes

de apoio. Mesmo com todo esse apoio, a Confederação não cedeu e acabou com tudo.

Em relação à Confederação, quais as Igrejas que eram membros? As Igrejas Batistas e Adventistas participavam?

Não, de jeito nenhum. Eu me lembro que havia seis igrejas membros e igrejas correspondentes, como por exemplo a Holliness, pequena igreja que se representava. Entre membros e correspondentes eram um total de oito ou nove Igrejas participantes, tais como: Presbiteriana Independente, Congregacional, Episcopal, Metodista e Luterana. Uma vez, a Assembléia de Deus solicitou para participar como membro correspondente. Um luterano se levantou e disse: “Se eles entrarem por esta porta, nós sairemos pela outra.” Isso é muito interessante num contexto ecumênico.

Isso foi em que ano?

Em 1959, 1960. Nesta época já havia Igreja e Sociedade e todo esse movimento da Confederação. Uma das tensões grandes com a Diretoria era que o Setor de Responsabilidade Social das Igrejas tinha 16 denominações. Nós éramos o dobro da representação oficial, isso evidentemente gerava tensões.

A Conferência do Nordeste e a sua demissão da Confederação foram um período de grande polarização ideológica na sociedade e nas igrejas? Como se deu esse embate ideológico, não só dentro da Confederação, mas nas diversas igrejas que estavam no Setor de Responsabilidade Social?

Com a criação do Setor houve dois rachas no nível teórico e prático/ideológico. No campo teológico, nós aprendemos uma nova linguagem, uma nova leitura da Bíblia.

Uma linguagem teológica e sociológica que se mesclava com as fontes interpretativas, sobretudo porque tínhamos uma experiência concreta com pessoas que não eram da Igreja e que se admiravam que a Igreja tivesse gente que se preocupava com isso. Aquilo que Gustavo Gutierrez chamava de “paragens não eclesiais”. Assim nós entramos no mundo do ecumenismo secular, se é que isso significava alguma coisa. Paragens não eclesiais. Eu gosto dessa expressão dele, que abriu esse novo mundo para nós.

Ideologicamente, fomos nos fortalecendo no caminho e no contato. Os comunistas, marxistas insistiam para que eu entrasse para o Partido Comunista. Eu dizia: “Eu vim de uma Igreja toda dividida e vocês também estão todos divididos. Eu estou cansado disso. Deixa eu ficar fora”. Assim ficamos mais livres. A gente estava mais do que convencido que o Ecumênico passa pelo social. Não tinha como fazer ecumenismo só dentro da Igreja. Isso é uma fraqueza que até hoje perdura porque você tem essa dimensão ou não tem.

Eu sentia a liberdade de um lado, porém, do outro sentia medo do que iriam fazer com a gente. Estávamos rompendo as estruturas de uma ideologia que estava enraizada. Eu tinha parente que financiava o IBADE. Descobri lendo um livro terrível que conta toda a história do Golpe no Brasil e a influência americana

aqui. Lendo esse livro, descobri o nome do meu primo. Enquanto eu estive preso “minha família sumiu”. Depois que eu fui libertado, recebo em minha casa o Antonio Callado e o Enio Silveira. Eu recebi essa gente fora da Igreja, que não tinha nada com a Igreja. Deram-me apoio e solidariedade. A Igreja não queria saber da gente, salvo algumas exceções raras de pessoas que a frequentavam.

Como foi isso? Com a sua prisão algumas amizades se desfizeram, como foi isso?

Eu era conhecido como comunista pela família e por outras pessoas. Diziam: “Esteve preso, porque esse cara fez alguma coisa...”

Você foi preso em que ano?

Quase fui preso duas vezes. Eu tive uma sorte muito grande. A primeira foi em 1966. Cursava sociologia. Fiquei um ano na Justiça Militar; não podia viajar; não podia sair. Para eu que viajava muito, foi um inferno. Eu tinha dois convites do CMI para um evento, não muito bem definido, afim de que eu pudesse sair do país. A proposta era sair por Ijuí, estrategicamente, através do Benhur Mafra. Ele chegou a libertar muita gente. Porém, achei melhor ficar até quando fosse possível, por causa da necessidade pessoal e familiar.

Quando foi em 1968, no AI-5, eu estava na casa do Lysâneas Maciel, com Luiz Eduardo Wanderley. Estávamos lá porque seria anunciado um Ato Inconstitucional e nós fomos até lá. Apareceram Costa e Silva e o ministro da Justiça e fizeram a leitura do Ato-5. Me lembro que o Presidente estava com uma cara muito amarrada. Ele foi forçado a engolir aquilo. Quando acabou, Lysâneas e Luiz disseram: “Vamos embora do Rio”. Eu não concordei, e disse: “Que aquilo era fichinha”. Mas como insistiram, fomos para um sítio em Rezende. No dia seguinte, pela manhã, chegou um carro com Maria Luiza, o pai dela e minha cunhada. Eu perguntei: “O que houve?” Elas responderam: “Foram te buscar, ontem à noite. Cinco caras do Exército examinaram toda a casa”. Ana Cristina estava se formando no curso e recebia a visita de alguns colegas: todos foram interrogados. “Eu tinha recomendado que se alguém perguntasse por mim, era para dizer que eu estava em São Paulo, no Hotel Pão de Açúcar”.

Eu teria sido preso e a coisa seria mais séria. Nós ficamos três meses no sítio; telefonando com outro nome. Era todo um esquema, uma vida muito difícil. Quando voltei, tomava todo cuidado; realmente eu fui procurado muitas vezes. Essa coisa se prolongou de uma maneira brutal. Depois eu fui anistiado.

Gostaria de voltar um pouco na sua história. Você disse como a Igreja começou a fazer golpes, antes do Golpe Militar. Isso foi imediato ou após a Conferência do Nordeste?

Não. A Conferência foi em 1962. Eles nos agüentaram até 64, porque havia dinheiro. As verbas começaram a chegar e nós começamos a organizar temas em nível nacional. As pressões eram cada vez maiores, dificultando tudo. Mas como nós tínhamos mais dinheiro, eles nos agüentavam, porém, era uma situação insustentável.

O Seminário de Campinas já tinha sido fechado. Richard Shaull saiu em 59 e o Seminário fechou em 62. Com a saída do Shaul, como vocês se articularam?

Já havia uma certa estrutura, com a editora Paz e Terra, que era mais secular e profissional. Eu e Luiz Eduardo éramos sócios da Paz e Terra. Com a criação do CEI, ampliou a nossa atuação. O CEI iniciou em 65, depois do Golpe. Richard Shaull foi demitido do Seminário de Campinas e foi para o Mackenzie. Nessa ocasião surge a ACA - Associação Cristã de Acadêmicos que programava boas reflexões e solidariedade.

Em 1970 surge o ISER, que era o grupo de reflexões de católicos e protestantes. O ecumenismo era marcado pela questão interdenominacional e depois por um ecumenismo mais amplo, que acaba se dividindo, fazendo com que surgissem novas formas de viver ecumenicamente se inter-relacionando. Aquilo que o Edin Sued Abumansur chamava de “tribos ecumênicas”.

A “Paz e Terra” foi fundada em que ano? Eu me lembro de uma reunião em Petrópolis, em 1963. Vocês já discutiam a revista?

Em 1966 e foi até 1969. O processo iniciou em 63, com o apoio de Enio Silveira, Moacir Felix e Luiz Eduardo Vanderlei - que foi buscar pessoas para comprar essa revista, como por exemplo o Padre Henrique Vaz e Eliseu Lopes. Tudo isso levou um tempo, até que saiu o primeiro número, chegando até o décimo. Setores diversos, inclusive teólogos da libertação, nos apoiaram.

Como foi, mais detalhadamente, o surgimento da Revista Paz e Terra e do CEI, para recuperarmos um pouco mais dessa história e desses lugares?

O CEI depois que houve a perseguição, sequer cumprimentavam os amigos com medo. Havia momentos que você não sabia o que fazer com isto. De repente, Quando começou a amenizar esta hostilidade, fomos procurar pessoas afins. Nós tínhamos que reunir as pessoas e criar um veículo de comunicação que pudesse articular e dar notícias as pessoas que viviam ecumenicamente no mundo.

Começamos com um boletim modesto, letras miúdas, barato, porém procurando fazer estas duas coisas. Começamos com o CEI - Centro Evangélico de Informação. Depois veio o “ecumênico”. Nós tivemos alguns apoios de pessoas fora do grupo, recebíamos mensalmente contribuições e informações que não estavam disponíveis em outras áreas. Rapidamente fizemos os contatos, arrumamos a verba e o trabalho começou. A “Paz e Terra” já tinha uma dimensão mais complexa: era um grupo mais complicado, como por exemplo Paulo Francis, Candido Mendes - que reclamava porque não era convidado para escrever; porém, ele escrevia tão difícil que nós não achávamos muito indicado.

Apareciam pessoas que nós não conhecíamos: um mundo complicado, onde nós “rebolávamos” para viver. A gente se cansou de viver um cotidiano bastante difícil. Às vezes fico pensando e fazendo analogia com o verso do Bandeira: “A vida toda poderia ter sido e não foi”. Daí eu penso: “Uma Igreja que poderia ter sido e não foi.”.

Olhando um pouco para o passado, quando estávamos na fase de “Igreja e Sociedade” parecia que a gente ia mudar tudo, que a Igreja ia ser reestruturada, assim como a “Confederação” e botar aquela velharia toda para fora. Houve um retrocesso violento trazendo problemas graves para muitos de nós.

Houve um processo bastante amplo de consulta. Você e o Luiz Eduardo Wanderley. Poderia detalhar um pouco mais, para se saber como foi esse processo?

Depois da experiência de “Igreja e Sociedade” - onde publicávamos artigos que eram muito bem recebidos - de repente acabou. Dentro da Igreja não dava para fazer mais. Daí eu conheci o trabalho do Enio Silveira e do Moacir. Eles já estavam nessa luta. O Enio Silveira foi preso sete vezes. Pensei: “O Enio vai me apoiar”. Então o procuramos e ele achou a ideia excelente. Disse: “Vamos falar com o Moacir, que ele é a pessoa que pode mobilizar mais ajuda”. Fomos à casa do Moacir e ele se entusiasmou. Pedi que indicasse pessoas do círculo dele que deveriam pertencer ao Conselho Editorial. Luiz Eduardo e eu fomos ver, no âmbito católico e protestante, quem deveria ser e quisesse. Dom Helder Câmara gostou da proposta, mas achou melhor não pertencer ao Conselho Editorial, porque poderia nos prejudicar. Fomos à casa de Alceu Amoroso Lima, ele gostou e confirmou que faria parte do Conselho Editorial. Richard Shaull ficou como correspondente nos EUA e tínhamos ainda, na Europa e Montevideú.

Nós trabalhamos muito para fechar o grupo, depois fomos procurados por pessoas que queriam entrar. Um colega do DOPS disse que estava encarregado de examinar a revista Paz e Terra. Leu tudo e gostou... Porém, ele não podia falar.

A ideia da Editora foi do Ênio e aí traduzimos teólogos e sociólogos que nunca tiveram acesso. A tiragem da revista foi de 10 mil exemplares, com 300 páginas. Praticamente um livro. Era uma revista acadêmica que saía bimestralmente e esgotava. A repercussão foi enorme. Não havia, na época, nenhuma publicação com esta temática ecumênica e com peso acadêmico. As pessoas descobriram que havia uma Igreja que pensava na realidade brasileira.

O pessoal do ISER estava entusiasmado porque escreviam, vendiam e tinham participado. Esta revista articulou o mundo, que para nós estava completamente fora de projeção e imaginação. A revista abriu as portas e gerou um rendimento para muitos de nós.

Como vocês estabeleceram a conexão com os Movimentos em busca do trabalho popular, médico e alfabetização de adultos?

Até a época em que estes movimentos estavam vivos, antes do Golpe, nós tínhamos contato com os católicos. O pessoal da ACA tinha algumas relações, mas eu e outros do grupo sabíamos, acompanhávamos, recebíamos informações, porém, uma relação mais direta não.

Luiz Eduardo Vanderley acabou sendo esta articulação. Sua tese era sobre esse movimento.

O nome da Editora Paz e Terra era por conta da influência da época e destes movimentos populares junto à Igreja Católica. Este nome tinha uma dimensão

religiosa, como a encíclica Papal “Pacem in Terris” de 1963, por isso obtínhamos em certo respeito da repressão. Havia no nome algo que os deixava sem graça...

Vocês conviveram com o Movimento da Bossa Nova, movimentos culturais, lutas institucionais? Como foi a participação de vocês no Movimento Contra-Cultura, a Igreja e sociedade com os movimentos?

Nós tivemos um contato enorme com o pessoal do teatro. O teatro era muito forte na época. Era teatro popular. Isso nos levou ao cinema também. Posteriormente fizemos mostra de filmes, no Museu de Arte Moderna, filme sobre temas que já tínhamos uma parcial abertura para escrever.

Darcy Ribeiro já tinha retornado ao Brasil e ele foi convidado para debater os temas. O Museu de Arte Moderna ficava lotado e eu coordenava esse movimento. Havia mostras sobre imigrações internas, religiosidade popular. Esse material, que eram filmes excelentes, provocava uma discussão calorosa e sempre tinha gente da repressão no local, mas que não tinham coragem de abrir a boca.

Uma vez estava presente um diretor do Projeto Rondon e quando acabou o trabalho, ele chamou a mim, o Cosme Alves Neto, que era diretor da Cinemateca, e disse: “Eu estou gostando muito desse debate de vocês e queria saber se vocês aceitam levar esse trabalho pelo país, realizar debates nas Universidades. Vocês toparam? Pagamos viagens, transporte, hospedagem e uma diária”. Eles fizeram uma proposta muito boa e lá fui eu pelo país afora.

Ele sabia o que estava fazendo?

O Projeto Rondon tinha uma contradição, porque quando os profissionais médicos, dentistas iam para as frentes do Projeto, eles influenciavam, tinham uma outra cabeça.

Eu viajei por todo o país, mas impus uma condição: para cada viagem que eu fizer quero levar, pelo menos, um dos diretores dos filmes com a finalidade de enriquecer os debates.

Em cada lugar a discussão era diferente. Em São Luiz do Maranhão o interesse das pessoas, as perguntas que surgiam eram a partir de um outro contexto cultural. Esse trabalho foi uma riqueza. Em todos os lugares - Fortaleza, São Luiz, Blumenau, Florianópolis - se tornava um grande encontro com a cultura brasileira.

Já na Conferência do Nordeste um dos temas era a questão cultural. Como ocorreu na época? E como vocês deram seguimento a esse viés cultural?

Nós tínhamos teatro popular com Nelson Xavier que promoveu um debate fantástico após a apresentação. Era uma peça revolucionária. Nessa época, Shaull estava aqui e um dos programas que nós tínhamos em Igreja e Sociedade, além das quatro conferências Nacionais, eram encontros culturais com pessoas ilustres, tais como: Lucio Costa, Oscar Niemayer, Sérgio Bernardes. As reuniões eram realizadas na mansão dele, no Alto da Boa Vista, para discutir a realidade brasileira. Nesse sentido, nós conseguíamos envolver grandes intelectuais da época e a Revista Igreja e Sociedade ajudou a solidificar essa relação que se ampliou muito.

Este envolvimento com a cultura colocou vocês numa ponta do movimento

intelectual nacional, como se tivesse saído do movimento da Igreja para o cenário nacional?

Sim. Ainda mais, eles passaram a respeitar, a achar que a Igreja era outra coisa. Os artigos que foram editados eram todos sobre a realidade social. Para eles existia uma Igreja que via a sociedade de outra maneira. Difícil era retornar para a nossa realidade. Eu costumava citar Harvey Cox que dizia que a paróquia deveria ser experimental. Ele queria dizer que deveria ser o projeto que muda de acordo com o que está acontecendo, acompanhando o processo de desenvolvimento. Existe uma preguiça litúrgica que não se renova.

Você, em outro momento, falou da mediação como categoria teológica. No seu percurso nós vemos que você é um mediador das ideias, por excelência. Você também apontou como futuro do ecumenismo a mediação. Você pode compartilhar? Que categoria de mediação é essa?

Eu passei 10 anos da minha vida trabalhando na FAO, uma estrutura burocrática por excelência. Como eu trabalhava com “organizações não governamentais” em Santiago-Chile, eu não tinha mais liberdade. Eu sempre tentei avaliar cada projeto e sempre entendi que projeto é um instrumento de mediação, prático, fundamental que estabelece uma relação: daqueles que dão com os que recebem, como uma participação. Hoje, estou na Federação Luterana de Diaconia e continuo avaliando 50 a 60 projetos, sempre tentando fazer que este instrumento seja de Ação Social. Hoje existe uma homogeneização das nações, trazida pela globalização. É preciso viver a diferença. A Mídia, a Globo, o Mc Donalds exigem um só gosto, um só sabor. Até o sorriso do norte-americano é igual.

Existem outras formas culturais de mediação; “O Declínio do Império Americano”, “Invasões Bárbaras”, são filmes que representam a confusão ética e ideológica que se está vivendo. É preciso ver como cada ação nossa pode ser um instrumento para modificar a nossa realidade.

A mediação exige tolerância. A palavra para mim é muito teológica e merece um estudo mais aprofundado. O futuro é de vocês.

Um Padre Protestante, Músico e Poeta...

Entrevista com o Reverendo Carlos Alberto Correa da Cunha, Pastor da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, da qual foi Moderador Nacional. Assessor de “KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço” e redator, por longos anos da Revista Tempo e Presença. Esta entrevista foi realizada dois anos antes de seu falecimento.

Formação e afiliação religiosa.

Nasci em uma aldeia perto de Coimbra. Minha mãe, Laura, me punha no berço e me dizia um negócio que eu nunca mais esqueci e depois fui saber o que era: “- Tu ainda vai ser um padre!”. Dizem que ela também fez isso com o meu irmão... (...) em 1938 fui para o seminário de Garanhuns, Pernambuco, Em três anos o seminário fechou. Fui para Olinda e fiquei só um semestre porque a parte masculina de minha família – pai e dois filhos foram para o Norte – Amazonas. A parte feminina ficou ainda um tempo em Pernambuco. E então, fui parar no seminário de Belém do Pará. Quando terminei o seminário menor que na época era de seis anos, fiz o curso de filosofia de três anos – filosofia escolástica. Depois, queixas vinham contra o meu espírito de liberdade, me mandaram para Manaus, para um ano de experiência com o bispo da minha diocese. Ali trabalhei um ano, encarregado pelo bispo de cuidar dos coros da Igreja Católica.

Depois, na minha liberdade de pensamento, minha liberdade de ser, de viver (tenho ódio de freios de arreio, cangalhas e outras coisas) escolhi para onde queria ir, e eu escolhi o seminário do Rio de Janeiro, onde cheguei em 47. O reitor daqui (RJ) restringiu a minha matrícula, segurou enquanto não viesse a representação do meu ex-reitor. A carta dele era muito bonita, que eu era inteligente, eu era isso aquilo, mas gostava de fazer as próprias vontades. O cônego reitor olhou pra mim, disse: “Você não serve para o clero!” Aquilo destruiu em mim, alguma coisa que era fundamental. - Eu queria ser padre! Ser jogado para escanteio, tudo, mas eu queria ser padre. A verdade era essa!

Eu vivi dois anos, quase três de crise. Até entrar maluco numa igreja protestante, congregacional, na mesma calçada da Igreja Católica. E ali, estava eu e a igreja congregacional, igreja evangélica. E sou a lei canônica: “- se entrar num templo não católico, está excomungado!” Entrei e o que aconteceu? Templo cheio, uma harmônica enorme, parada, ninguém tocava, o culto terminando, eu assisti até o final. E veio lá um amigo: ...senhor aquilo, aquilo outro. Eu nem respondi e disse: Esse harmônio está desmantelado? Não, não tem quem toque. O senhor toca? Sim. Fui pra lá. E lá eu lavei a alma, até quase meia noite.

Fui acolhido por uma igreja congregacional, depois me designaram como regente de coral e tudo sem eu ter sido rebatizado, coisa que acontecia naquela época. (...) Em 1954, eu já era pastor.

Fui desligado do ministério (não fui expulso da igreja) no ano de 1958. Em 1964, fui ordenado pastor da Igreja Congregacional de Engenho de Dentro (fiquei ali três anos), depois na Congregacional de Anchieta, e em 1973 fui excluído da Igreja Congregacional.

Mas, detalhe: eu fui três anos presidente da Junta Regional do Rio de Janeiro como Congregacional. Depois, como Presbiteriano, fui presidente do Presbitério Rio-Norte, a cisão da IPU (Igreja Presbiteriana Unida do Brasil) e da IPB (Igreja Presbiteriana do Brasil) se deu quando eu era presidente do Presbitério Rio-Norte. Em 1962, eu ingressei na Confederação Evangélica do Brasil, no Setor de Responsabilidade Social. Também fui professor de Português no período da ditadura. O golpe rompeu em 64 e uma semana antes eu fui expulso da Confederação Evangélica do Brasil. Eu fui fotografado como pastor por um repórter do jornal das Ligas Camponesas. Eles publicaram uma reportagem comigo, com declarações minhas mais avançadas e publicaram com duas fotos, uma delas no púlpito, e me davam como alto dignitário da Confederação Evangélica do Brasil. A Confederação Evangélica proibia que se falasse em seu nome. Puseram isso por conta própria. Alguém do nordeste pegou e mandou para a confederação, denunciando. Em 1964, Maria Júlia, diretora do colégio que funcionava no Instituto Central do Povo (da Igreja Metodista) me chamou para lecionar Língua Portuguesa, porque uma das características daquele período, entre outras, é que o latim foi retirado dos currículos escolares. O Itamar Silva - ex-congregacional que se tornou espírita e foi liderança de juventude - me chamou para lecionar em um colégio em Bento Ribeiro. Então, passei a lecionar Língua Portuguesa e a me atualizar nesta área.

Voltando a década de 50. Com cerca de 24 anos você entrou em contato com o Departamento de Responsabilidade Social da Igreja? Você já entrou com esse recorte eclesialístico, mas ao mesmo tempo você foi tendo contato com esse tipo de informação dentro do meio evangélico?

Eu estava ligado a pessoas como o Zwinglio Mota Dias. Na minha primeira igreja houve uma vez que ele pregou e gostaram muito dele. Ele e o Jovelino Ramos com o grupo que se reunia na igreja de Botafogo, formavam um grupo de presbiterianos brigando contra a Igreja Presbiteriana do Brasil e que se encontravam ali para discutir suas idéias. Tinham um bom entrosamento com a vida política do país. Eu não cheguei a participar desse grupo, mas eu diria que a Igreja Congregacional, que se fundou comigo, já trazia esse espírito.

Toda a crítica que depois os congregacionais fizeram contra mim ignorava algumas coisas. Por exemplo, logo na primeira páscoa que eu celebrei, a gente pôs no meio da loja uma mesa grande e todos trouxeram chocolate, salgados, comida de casa, pão e o vinho eucarístico. Pela primeira vez nós celebramos uma santa ceia e sentamos à mesa para comer, conversar, cantar, rezar. Em um dado momento

nós trouxemos à memória a noite em que Jesus foi traído, quando ele comeu o pão e celebrou. Os congregacionais nunca souberam disso. Tinha a amizade do Zwinglio (Mota Dias) que me ajudou muitas vezes e do Waldo César. Com suas experiências ecumênicas, me arrastaram para o movimento ecumênico mais diretamente. Então, aí me envolvi com a Confederação Evangélica do Brasil, setor da Responsabilidade Social da Igreja o que nos levou à Conferência do Nordeste. **No período nacional do final dos anos 50, 60, você estava no Centro de Confraternização da Juventude Brasileira e no setor de Responsabilidade Social da Confederação Evangélica. Como essa sua passagem por esses espaços per-fazem um caminho ecumênico? Tem alguma relação uma com a outra?**

Com relação à Confederação Evangélica do Brasil há todo um processo já iniciado. Vários elementos da família Lenz Cesar estavam envolvidos e vieram até a ser perseguidos políticos por causa do golpe militar. Entre eles o Rubem César, o primo do Waldo César, o hoje diretor de Ultimato, e outros. É uma família grande, a maior parte envolvida com essa renovação que soprava dentro da Igreja Presbiteriana do Brasil, ao mesmo tempo, nessa renovação de aproximação de outros grupos religiosos.

Quando eu cheguei ao Centro de Confraternização, o departamento de juventude estava mais atuante. Cheguei lá por indicação do Waldo (César) que me apresentou como um dos congregacionais que lutavam pelas modificações e transformações.

Como foi esse processo de entrada na Confederação e depois na secretaria da mesma?

Eu estava desempregado e o Waldo César me acolheu. Pode-se dizer que eu cheguei a colaborar com a Confederação Evangélica do Brasil com as lições da escola dominical às quais eu escrevi. Algumas que iam numa linha de releitura dos profetas, foram quase condenadas pela secretaria de escolas dominicais da Confederação. Antes disso, eu trabalhei como compositor de modinhas, jingles de textos bíblicos para a escola dominical, uma fase em que as revistas da Confederação publicavam a linha melódica de textos bíblicos. Eu escrevi várias para eles. A confederação me conhecia por essa relação que existia de participação e colaboração.

A sua humildade é sempre muito forte. Como foi esse trabalho de organizar? Eu imagino que organizar uma conferencia com o nome “Cristo e o processo revolucionário” no mundo protestante, extremamente conservador, não tenha sido algo muito simples. Como foi isso?

Essa organização teve uma fase inicial no Rio, de contatos que eram feitos, grupos que se reuniam, mesmo com igrejas pregando para igrejas. Depois, um mês antes, foi deslocada uma equipe de acadêmicos - elementos ligados a ACA (Associação Cristã de Acadêmicos – grupos locais da União Cristã de Estudantes do Brasil – UCEB) e fomos para Recife. Ali, então, coordenamos uma série de visitas aos mocambos, às favelas, às vilas camponesas, visita a grupos de direção. Isso era feito mais com Almir (Almir dos Santos) e eu. Um processo que acontece antes

do evento. O documento que foi publicado - na ocasião circulou com restrições sigilosas - não podia ser distribuído porque o Almir (dos Santos) provocava os camaradas a serem líderes políticos.

Esse documento sigiloso circulou onde?

Entre as lideranças da Confederação Evangélica do Brasil. O trabalho do Almir (dos Santos) foi muito interessante pela experiência dele, pela prática pastoral, pela inteligência. Uma pessoa realmente muito boa. Eu e outros da minha equipe, íamos às igrejas e depois fazíamos todo um trabalho braçal na madrugada colando cartazes nos postes das ruas... A caminhonete que nós usávamos era de um alto funcionário do Banco do Brasil, um pentecostal. Ele nos emprestou a caminhonete, era uma Vemaget. Perguntávamos: “O que houve com você pentecostal? Ele disse: “Olha, meus irmãos, quando havia greves, eu sempre ficava contra as greves (alto funcionário de banco não precisava daquilo). Um dia, eu estava orando e o Espírito Santo de Deus me falou: Você não entra na greve, mas quando o aumento sai você embolsa. Eu virei contra. Estou nesse negócio”. Ele cedeu tudo o que ele tinha - carro e tudo - para a gente fazer o trabalho.

As Ligas Camponesas foram muito interessantes. Havia coisas incríveis que a gente ia descobrindo, recolhendo, há toda uma preparação que a minha viagem com o Almir (dos Santos) a Recife e as várias visitas que fizemos a pessoas do governo, da indústria e também dos sindicatos e a produção do documento e depois a equipe que vai trabalhar para preparar o ambiente.

Essa equipe ia aos domingos se espalhar pelas igrejas. Então, quem estivesse em uma classe de jovens deveria falar sobre a Conferência. Por isso a mocidade das igrejas de Recife se aliou ao nosso trabalho na preparação e desenvolvimento da Conferência do Nordeste e pastores também, pois sentiam que “não dá para ficar de fora, se não sobramos”. Depois todos eles se revelaram os conservadores e reacionários que sempre foram. No golpe militar eles passaram para o lado dos golpistas, passaram a nos perseguir e a outras pessoas ligadas à Conferência em Pernambuco. Nós estivemos também na Paraíba e, nesse trabalho de preparação, fomos também à capital, João Pessoa. Eu fiz tudo isso na função de executivo e depois coordenei o desenvolvimento da Conferência. O Waldo César faz referência à minha participação no diário da conferência. À noite recebemos muitos pastores de várias denominações que estavam muito espantados em ouvir as conferências de Celso Furtado, Gilberto Freire e Paulo Singer. O Celso Furtado, foi visitado por nós e também o governador da época, que também nos revelou algumas coisas. Foram muito interessantes as duas visitas que fizemos ao governador e todo o envolvimento.

Como foi a participação da igreja católica na Conferência do Nordeste? O Vaticano II já era um movimento da igreja, do interior do nordeste também.

Nós tivemos pessoas inscritas e mesmo padres inscritos para participar das sessões e reuniões, mas individualmente, nós não tivemos um apoio oficial da igreja. As idas ao rádio, as reportagens publicadas em jornais sempre viam a Conferência

do Nordeste como um movimento protestante, uma conferência protestante. O padre Melo, do movimento católico de oposição às ligas camponesas participou. Ele não falou. Nós estivemos na paróquia dele, entrevistamos e recolhemos muitas informações e apoio.

Quando e como foi a sua experiência na capelanía de presos políticos?

As últimas experiências foram em 65/66. Fui chamado pelo Boiteux (advogado e político brasileiro) um ateu que perdeu tudo e dedicava a vida a cuidar dos parentes dos presos políticos. Colocou a sede na sede do Partido Socialista Brasileiro, em frente ao Ed. Avenida Central (Avenida Rio Branco), a sede era ali, a serviço das famílias dos presos políticos. Ele me perguntou: “Você é pastor? Estou procurando um pastor para lá (capelanía de presos políticos) e ninguém aceita. Todo mundo tem medo. Você quer?” “Claro!” - respondi. Foi muito boa experiência.

Como era o clima interno à Confederação naqueles dias?

O clima era muito azedo. As reuniões de diretoria eram difíceis. O Waldo (César) estava perdendo terreno, a liderança dele. O Jether (Ramalho) também. Eles eram os formadores entre os presbiterianos, metodistas, anglicanos, luteranos e congregacionais.

Os batistas estavam na responsabilidade social? Pode-se dizer que a responsabilidade social tinha 16 denominações?

Sim. No processo de distribuição de alimentos iam todas as igrejas: católicas, batistas, pentecostais, etc. E eles gostavam muito porque aí passa uma das tradições do ecumenismo. Eles achavam que aquilo era uma boa oportunidade para conquistar mais adeptos, então começaram a ver o próprio movimento ecumênico como oportunidade.

A perda de terreno se dava porque a maioria era conservadora. Aceitaram a Conferência do Nordeste porque acharam que era alguma coisa que não podiam impedir. Também tinha aquele ponto de interrogação de que talvez desse certo. Só que tudo veio abaixo com a movimentação do golpe militar. Então, eles se levantaram. O camarada que financiou as publicações principais era um oficial do exército, da igreja de Copacabana, que na hora correu para a confederação para ver se recolhia toda a edição. Eu não sei o nome dele. Mas na hora que a coisa reverteu, eles mostraram a verdadeira cara de sacanas, maus-caracteres. Isso é terrível porque a igreja independente também estava envolvida. Um dos pastores tinha um programa de rádio no Rio e eu soube que no programa de rádio estava citando nominalmente Waldo (César), Jether (Ramalho), (Carlos) Cunha, como comunistas. Disseram abertamente isso. Tanto que eu fui procurado numa ocasião pelo Jair Ramalho (irmão de Jether Ramalho), que me visitou com a beca de médico. Ele veio com a missão de pedir que eu me escondesse. Jether e outros foram lá para o Convento de São Francisco, se esconderam por lá. A ideia era que eu também fosse. Jair (Ramalho) foi lá com essa missão da parte do Jether e de alguns advogados para que eu me afastasse do Rio, porque eu estava sempre sendo procurado. Isso foi em 64, logo que estourou o golpe.

Eu e minha esposa havíamos definido uma estratégia: o nosso apartamento era na esquina. Se eu estivesse na rua e chegando em casa, minha esposa abriria as janelas de aviso para eu não entrar em casa e se eu estivesse em casa, ela atenderia e eu pulava pela outra rua.

Na igreja, eu pregava livremente. Nunca traí o púlpito. Um dia eu estava parado em frente à igreja Metodista de Cascadura. Não havia muitos carros, as professoras vinham do interior. Estava embaixo do sol, mais ou menos do meio-dia. Vem um camarada e fala em voz alta no meio de muita gente: “Não é o senhor que vem agitando as massas lá no Engenho de Dentro?” Respondi: “Eu? Não sou de agitar ninguém”, um diácono da minha igreja, Paulo Alfredo Manieri, que fez economia e participou da formação e divisão do Mato Grosso, norte e sul, ele era também oficial do corpo de bombeiros. Paulo Alfredo foi chamado para fazer parte dos que vigiavam as pessoas da igreja. Ele me perguntou: “O que o senhor acha? Eu respondi: Esse é um problema seu. O pastor não foi feito para dizer o que você vai ou não vai fazer. Aja conforme sua consciência. O problema é seu, mas se você aceitar, me faça um favor: procure saber se o Jether (Ramalho) está fichado lá no DOI-CODI. Ele aceitou, até porque naquela ocasião se dissesse não, seria tido como suspeito. Depois de três meses, ele me procurou e avisou que saiu alegando motivo de doença. Perguntei o porquê de ele ter saído. A primeira missão séria que lhe deram (ele era aluno da Gama Filho, de Economia) era provocar politicamente os colegas e depois denunciá-los. Ele disse que isso contrariava a sua consciência. Paulo Alfredo disse: “Eles guardam as comunicações de vocês bonitinho, os nomes de vocês estão lá sim. Leio tudo o que vocês publicam.”

Quando vocês fundaram o CEI, conta para a gente o processo. Era um grupo?

O CEI é um boletim que nasceu como parte do Centro Evangélico de Informações. Depois se mantém a sigla e em 1968 passa a ser Centro Ecumênico de Informação. O boletim era para pessoas ligadas à igreja, rebeldes, que estavam buscando outros caminhos. Era impresso, quatro páginas, uma folha dobrada.

E a distribuição era extensa?

Não. Levavam para as igrejas, amigos, era meio interno. Depois vem a ser centro ecumênico e aí vai ser assumido pelo Centro Ecumênico de Informação, que vai dar origem ao CEDI. O interessante é que passa a funcionar no Colégio Sion e eu sou chamado pelo Jether (Ramalho) para fazer um suplemento do CEI, de três em três meses, três a quatro vezes por ano. No segundo número, eu recebi a visita do Jether para me dizer que tinha morrido o Breno Schumann. Eu disse que se quisessem colocar alguma coisa, que colocassem a crônica que eu fiz na ocasião do segundo número do CEI, sobre o Breno. Porque escrever alguma coisa iria exigir tempo e eu estava muito cheio de trabalho, preocupações, e achei que estava muito em cima da hora. A família do Breno queimou tudo após a morte dele. Eu conservei algumas folhas escritas, pois o sermão dele era escrito a mão. Algo que foi publicado por nós em dois números da revista. É que ele tinha um livro que já estava para ser publicado, mas família se recusou a nos ceder os originais.

É o pastor do Itamar Franco? Quando o Breno Schumann morreu o Itamar era o prefeito de Juiz de Fora e a prefeitura publicou uma série de textos e sermões dele, prefaciada pelo Itamar.

Esse detalhe eu não sabia. Interessante. Da presença do Breno em Juiz de Fora surgiu o que deu hoje na tua presença (Zwinglio) lá. Eu fui convidado inicial. Não pude aceitar, mesmo porque economicamente ficava muito ruim para mim. Passei isso para o Domício.

Encarnando a Esperança Ecumênica...

Entrevista com Jether Pereira Ramalho, leigo da Igreja Congregacional, sociólogo, professor aposentado da UFRJ, com 91 anos de intensa militância ecumênica, nacional e internacional, tendo participado da criação de vários organismos ecumênicos e tendo ativa participação na luta de resistência à ditadura.

Esta entrevista foi realizada em 2007.

Venho de uma família de gente pobre, sou filho de operário. Meu pai estudava a Bíblia. Era um excelente biblista e com espírito ecumênico desde sua própria formação. Fui criado pelo meu pai, e em todos os templos ele nunca colocava denominação, nunca colocava Igreja Evangélica. Ele dizia: “Igreja não é isso. Não precisa colocar denominação”. Eu tenho o prazer de ter essa herança, esse valor que vem desde a minha tenra infância, uma motivação que vem de berço.

Uma coisa que sempre marcou o meu pai era a preocupação com os pobres. Preocupação com o lado social da igreja. Essa foi mais uma herança que recebemos. Ele foi pastor em Pedra de Guaratiba, em Sepetiba e toda aquela região do oeste fluminense. Ele foi um dos sustentáculos da formação de ação social da igreja. Estas, naquela época, eram ações assistencialistas. Meu pai fundou um orfanato. Ainda não se tinha a visão de responsabilidade social da igreja, com viés político, viés teológico mais efetivo. Chamava-se Abrigo Evangélico da Pedra de Guaratiba. Tive o prazer de ser presidente desta instituição por mais de dez anos, trabalhando e, por vezes, morando junto com as crianças. Eu e Lucília. Com isso, comecei a trabalhar na liderança da igreja, classe juvenil, pregador leigo... Ainda tenho o esboço do sermão que eu preguei há 60 anos atrás, em 1946.

Esta época em que você está relatando com tanta vivacidade é entre 40 e 45, esta reunião com a juventude. Como era a participação dos jovens de outras igrejas, eram jovens congregacionais ou presbiterianos ou era equiparado?

Não digo equiparado, mas tinha, por exemplo, William S. Filho, diretor da revista Cruz de Malta, da igreja metodista. Anivaldo Padilha foi sucessor dele na revista Cruz de Malta. Havia alguns elementos da Igreja Batista que ainda não estavam contaminados com a cultura denominacionalista. Com isso vai se criar, mais adiante, a história da Confederação Evangélica do Brasil, que vocês já conhecem. Esses encontros fizeram com que a Confederação Evangélica do Brasil criasse um departamento de juventude. O departamento de Juventude é fruto desses encontros informais. O Departamento viabilizou Encontros Nacionais. Se convidavam as igrejas presbiterianas, inclusive a independente, metodista, batistas e outros e se realizava o Encontro Nacional da Juventude Evangélica.

Mais ou menos em 1946, presidi o segundo encontro que foi realizado em São Paulo, no Mackenzie, e ficamos hospedados no Colégio Adventista em Santo Amaro. Assim foi se formando uma linha ecumênica o que veio a fazer com que a Confederação Evangélica do Brasil fosse mais aberta.

O processo de crescimento das igrejas evangélicas e as modificações que foram chegando, através de contatos com outros movimentos que foram se criando, na Europa, principalmente, com a semente, nos anos de 1930 e 40, do Conselho Mundial de Igrejas, como os diversos movimentos: Fé e Ordem, Vida e Ação, a escola dominical... Começa-se a se criar um perfil de representação oficial: para nomear capelão de hospitais, das forças armadas...

Neste momento, na minha vida secular, eu me formei em odontologia, em Bento Ribeiro. Continuava na obra social da igreja congregacional e no desenvolvimento da congregação local. Apareceram os quatro filhos e a gente continuou neste trabalho.

A criação do CMI em 1948, sua abertura e o relacionamento com outras formas de pensamento, foi formando na gente uma nova mentalidade. Foi uma conversão processual, um processo lento, onde começávamos a entender que, por exemplo, não poderíamos contar com a Igreja Católica. O contato com a igreja católica aconteceu de uma maneira mais efetiva só depois do Concílio Vaticano II, o concílio ecumênico da Igreja Católica.

Como avançamos na história e na sua história, nesse ponto, pergunto, como se situou a Confederação Evangélica no pós 64?

A crise que vivíamos no Brasil teve um epílogo muito triste, quando em 1964, nós que nos envolvemos com a Confederação Evangélica do Brasil fomos todos demitidos e afastados, com o término do Setor de Responsabilidade Social e o de Ação Social da Igreja, coordenados pelo Waldo e por mim, respectivamente. Foi uma atitude de autocensura da Confederação, uma colaboração interna ao Golpe. Nosso passado recente nos condenou em 1964. Em destaque a Conferência do Nordeste...

Nós formávamos um grupo de pensamento, de ação e eficiência, que de três salas passaram para 14. Isso fez com que as reuniões de reflexão e preparação, no fim dos anos de 1950, antecedessem de modo participativo ao elemento culminante, que foi a conhecida Conferência do Nordeste em Recife em 1962, com o tema Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro. Um movimento forte enquanto o país discutia as reformas de base, discutia-se também a revolução. Em 1962 a abertura da Conferência foi no centro popular de cultura de Recife e a União Nacional dos Estudantes - UNE foi convidada a apresentar uma peça, o teatro ficou cheio, a representação evangélica sentia-se com um papel no processo na revolução da sociedade brasileira.

A seção inaugural foi na igreja presbiteriana, do pastor Gueiros. Quem pregou foi o bispo metodista Almir dos Santos, presidente do nosso grupo. Portanto, tínhamos respaldo de um bispo. Ele pregou sobre Lucas 4, na abertura do anúncio do

evangelho, Almir dos Santos fez um sermão inflamado e fantástico. A Marinha mandou um grupo de oficiais para assistir, pois houve uma campanha forte dizendo que os “comunistas estão tomando conta do Brasil”, “tomando conta das igrejas”. Um jornal Presbiteriano conservador fazia essas denúncias. Esses oficiais foram embora no meio do sermão. Gilberto Freire, Celso Furtado, este era, em parte, o grupo de assessores que nós tínhamos, e ajudou a criar um impacto. Em 1964 instala-se um processo do Exército contra a Confederação Evangélica do Brasil. Antes mesmo do Exército, criou-se uma comissão de inquérito interna. Todo o grupo foi imediatamente demitido. Um momento muito forte. Lembro que fui conversar com o Revdo. Rodolfo Anders e ele disse “Quero que você esvazie sua estante hoje e se retire daqui agora, porque estamos sob suspeita. Pode chegar um grupo de coronéis então eu quero que saiam”. Achei uma incoerência, pois ele apoiou tudo o que fizemos, mas não teve jeito.

Fui fazer parte na minha igreja congregacional, onde a direção ficou ambígua, talvez concordassem com eles, perdi meus cargos (eram sete de direção) na denominação, mas uma coisa me deixou muito alegre, pois no regime congregacional quem tem poder é a congregação local e quando isso chegou à minha Congregação, eles me mantiveram dirigindo a escola dominical e pregando todo segundo domingo. Tive o apoio da base, da igreja local.

Quero prestar aqui uma homenagem. Eu tinha um secretário no período da Confederação. Chamava-se Ivan Mota Dias. Inteligente, excelente; irmão do Zwinglio, que foi preso. Ele desapareceu e sabe-se que foi morto... Entrou no movimento contra o Golpe, e ainda perseguido, se abrigou na casa de uma conhecida minha do partido comunista no Rio de Janeiro. Me mandou um recado para que fosse encontrá-lo, quando tive um momento muito emocionante. Ele fazia parte do grupo VAR- Palmares, estava totalmente sozinho, não tinha nem roupa. Eu já estava no Conselho Mundial de Igrejas, então disse a ele que o grupo dele tinha caído totalmente e que tínhamos um esquema para tirá-lo do Brasil. Pedi para ele pensar, mas ele tinha um encontro no centro da cidade com um dos diretores do seu grupo. O alertei, mesmo assim ele foi ao encontro e foi preso e morto.

...

E o momento logo após o golpe, na Confederação Evangélica? Houve detenções, prisões? Como foram as discussões internas?

Na confederação, nós sofremos um processo de inquérito. Não eram policiais militares, mas eclesiásticos. Tinha uma mesa com cinco ou seis pessoas (Rodolfo Anders, Manuel Porto Filho, Messias do Amaral...), chamavam um por vez. Perguntavam o que se tinha feito. Já tinham opinião formada sobre mim. O presidente foi grosso comigo e não me ouviu. Bom, era para eu falar mesmo assim, então fiz um desabafo em relação ao Rodolfo Anders... Ele como secretário geral, quando chegamos de viagem do Nordeste em 1962 aprovou tudo... Mas no inquérito interno ele disse “Em benefício da causa, você não continuará mais. Estão demitidos”. Respondi: “Deixo minha profissão, meu trabalho, venho para

a Confederação e agora qual é a acusação?” Então chegou a notícia de que a Confederação seria inquirida por um grupo do Exército.

Assistimos uma cena deplorável: era no nosso o 4º andar e todos os diretores saíram pela escada com medo de coincidir com a chegada do grupo do exército. Todo mundo fugiu, então contratamos o deputado Lysâneas Maciel para ser nosso advogado. Fomos indenizados e cada um começou a “tomar conta da sua vida”. Outra pessoa que nos ajudou muito foi Jaime Wright, presbiteriano, trouxe da missão Brasil Central um “x” em dinheiro, um envelope que entregou a cada um de nós para termos um recurso em dinheiro mínimo para retomarmos a vida.

Quando e como vocês deram início à resistência com o CEI e outras iniciativas?

Depois de demitidos procuramos nos articular. Então nos reunimos na igreja do Domício de Mattos, convidamos outras pessoas e surgiu a necessidade de fazer algo público. Assim criamos o CEI (Centro Evangélico de Informações). Isso em 1964/65. Não tínhamos católicos, fazíamos uma releitura dos acontecimentos que saiam na imprensa, imprimíamos e começamos a distribuir. Uma surpresa foi quando apareceu no “Jornal Nacional”, o que me trouxe problema sério na minha igreja. Na convenção das igrejas, missionários ingleses que trabalhavam com a gente, fizeram a acusação que eu estava relacionado com o Conselho Mundial de Igrejas e editava um jornal subversivo. Assim, perdi também na denominação os cargos que tinha. Eu era o presidente, fazia parte da junta geral. Carlos Cunha também sofreu bastante. Resolvemos continuar. O CEI começou a ser um sucesso. Em 1968 ganhamos o reforço dos católicos do processo de Medellín. Foi muito importante. Veio Luis Eduardo Vanderlei, Luis Alberto, Beatriz Bibiano, Frei Elizeu Lopes, Padre Dario e o luterano Breno Schumann. Um grupo forte e maior então passou a ser Centro Ecumênico de Informações, que foi progredindo. O processo político também dava outras oportunidades, então resolveu-se institucionalizar e para isso, saímos da igreja do Domício e alugamos um escritório em Copacabana e fizemos uma editora “Tempo e Presença”.

Fale um pouco sobre a ação inicial do Centro Ecumênico de Informação. Foi possível estruturar o Centro Ecumênico no Rio de Janeiro, era uma organização institucional?

E não só do Rio de Janeiro. Fomos inspirados pelo centro ecumênico de Curitiba. Começaram a criar centros ecumênicos, certas coisas são tão importantes e não aparecem à toa, estão na formação da sociedade. O contexto social alimentava a base das nossas iniciativas.

Com o Concílio Vaticano II uma série de elementos ecumênicos favoráveis, impulsionaram o movimento em prol das relações igrejas e a sociedade. Por exemplo, em 1961, foi criado o movimento Igreja e Sociedade da América Latina – ISAL, com a revista “Cristianismo e Sociedade”. Em 1966 houve a Conferência de Genebra. ISAL começou a publicar com os teóricos/teólogos que surgiram como Richard Shaull, Rubem Alves, Bonino, Hiber Conteris, Zwinglio Dias...

Com o Golpe criou-se uma outra forma, mais noticiosa que era o boletim do CEI (Centro Evangélico de Informação, depois Centro Ecumênico de Informação), até que chegou o momento em que pudemos dar um “outro salto”. Por influência muito forte do Claudius Ceccon, que esteve no CMI no período do Paulo Freire, avaliou-se que o boletim era algo pequeno. Decidimos fazer uma revista. Terminamos o boletim e fizemos uma revista e as coisas foram até o ponto em que foi possível institucionalizar-nos. Para isso alugamos um escritório em nome da “Tempo e Presença Editora”, uma entidade comercial (então deixamos a igreja de Botafogo – do Reverendo Domício Mattos), até a formação oficial do Centro Ecumênico. Aquela altura pensou-se um centro de informação e de documentação, alternativa à ditadura. A seção inaugural foi feita no Cenáculo, ali na rua das Laranjeiras, e a seguir foi feita a primeira Assembleia, em 1974. Ali criou-se o Centro Ecumênico de Documentação e Informação, o CEDI. Fui eleito primeiro presidente e o Paulo Ayres, ainda pastor, foi o primeiro secretário geral. Assim, nos mudamos para o Colégio Sion, onde ficamos até 1989.

Algo que fazíamos com muito sucesso era a formação pastoral com o método Paulo Freire. Fazíamos reuniões dentro do Colégio Sion com cerca de 100 pessoas para estudar o método Paulo Freire. Saímos “espalhando” através da Pedagogia do Oprimido. Paulo Freire voltou para o Brasil e tive a honra de hospedá-lo.

No período começaram a aparecer uma série de organismos ecumênicos e de ação Pastoral, todos com um viés de resistência à ditadura. Eu participei de vários.

Além do CEDI, um que apareceu imediatamente antes foi a CESE (Coordenação Ecumênica de Serviço), que tinha o apoio oficial das igrejas inclusive da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) da Igreja Católica. O Enilson Rocha, com outros, a formou em Salvador. Algumas que mais me chamaram a atenção: CEBI (Centro de Estudos Bíblicos), formado em 1979, no Rio Grande do Sul. As pessoas eram Carlos Mesters, eu, Lucília, Carlos Cunha e Milton Shwantes entre outros. No momento do movimento bíblico internacional, a releitura da Bíblia ligada ao método Paulo Freire, foi o que chamou-se de leitura popular da Bíblia e começou no Rio de Janeiro. Foi para Belo Horizonte e hoje está em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul e tem um trabalho muito grande de cerca de cinco mil círculos bíblicos funcionando no Brasil, com uma publicação bastante forte.

As duas iniciativas, CEI e CESE são praticamente continuidade dos dois departamentos principais da Confederação Evangélica do Brasil?

Muito boa a tua observação. A CESE viria do espírito do departamento de Ação Social, do qual eu era o secretário. O CEDI viria da corrente do Setor de Responsabilidade social da Igreja. O movimento ISAL foi formado em 1961. Ele representou uma renovação teológica, a base da teologia da libertação. Na época Rubem Alves foi secretário de estudos, depois de Richard Shaull. Tivemos entre outros, Julio de Santana, a figura básica e a maior cabeça teológica que já tivemos no Movimento Ecumênico. O CEDI passou a ser um participante do movimen-

to de ISAL, e realizávamos conferências trimestrais, com temas específicos com trabalhos muito interessantes.

Como vocês, parte de ISAL apoiaram a resistência em nível Latino-americano?

Paulo Freire estava no Chile, na época acontecia o golpe contra Salvador Allende, então fomos encontrá-lo e eu conversei com ele sobre sua situação e perguntei se estudaria a possibilidade dele trabalhar no Conselho Mundial de Igrejas. Respondeu que sim, pois não podia mais ficar no Chile. Levamos essa sugestão ao Conselho, então o Paulo Freire, por influência do Claudius Ceccon, foi convidado para compor o departamento de educação do Conselho Mundial de Igrejas. Foi uma atitude nobre e corajosa do Conselho, pois o Paulo não era burocrático e organizado nos moldes de uma ação do Conselho na época. Essas pequenas coisas foram influências desse trabalho nosso no Brasil. Eu estava no EPJS (Educação Para Justiça Social, do CMI) e começamos a dar cursos com Diana Cunha, Beatriz Costa, Elter Maciel, Carlos Brandão, Peixoto, uma equipe que ia para todos os países da América Latina. Na verdade quem realmente contribuiu para a difusão do pensamento de Paulo Freire foi o Movimento Ecumênico, depois chegou o mundo acadêmico. Afinal faziam algumas críticas: de que o Paulo não era um marxista tão ortodoxo, que não entendia de marxismo e misturava com outras coisas... Faziam certas restrições.

O movimento ecumênico brasileiro conseguiu difundir o pensamento de Paulo Freire para o resto da América Latina, depois através do Conselho Mundial de Igrejas foi para o resto do Mundo, África, Ásia, Guiné-Bissau, Europa e Estados Unidos...

O Paulo teve liberdade de executar o seu projeto e nós fizemos muitos cursos aqui nessa região da América. Viajei exaustivamente. Alguns cursos escondidos no Brasil, mas, nesse período, o Paulo Freire foi para o Conselho Mundial de Igrejas, depois veio para o Brasil.

Com esse projeto de CCPD (em português, Comissão das Igrejas para o Desenvolvimento), com o qual eu trabalhei com muito gosto, em que fui secretário geral de 1982 a 1986, fizemos algo que dificilmente se repetiria: um encontro de organismos ecumênicos da América Latina, com 96 organismos diferentes. Foi junto com o Conselho Latino Americano de Igrejas. Os que compunham a secretaria geral eram, Milton Schwantes, quem criou célebre estudo bíblico que até hoje as pessoas comentam: uma releitura maravilhosa de gênesis de um a 11. O título era “Construindo a esperança”. Foi reeditado recentemente. Os secretários do encontro eram Oscar Beozzo, Julio de Santana e Milton Schwantes. Não sei se hoje teríamos força para fazer algo parecido. Afinal foram 96 grupos diferentes. Democracia, desenvolvimento justo, fim da pobreza e justiça e paz eram temas fortes que difundíamos.

Outra coisa importante, em que participamos, juntamente com o CLAI foi que conseguimos fazer três encontros de bispos e autoridades máximas das igrejas ca-

tólicas e protestantes. O primeiro, realizado no Equador com o tema “As igrejas e os novos movimentos religiosos”, quem fez a nossa análise de conjuntura foi o Javier Gorostiaga, (um excelente economista que morreu há quatro ou cinco anos). Chamaram a mim e fui, mas quando cheguei lá, perguntei “será que o principal problema da América Latina são os novos movimentos religiosos? E a pobreza? A dívida externa?” O segundo encontro foi em Nova Iguaçu. Cerca de 100 pessoas de diversas igrejas, e o terceiro foi na Jamaica, em Kingston, e acabou.

Tenho no CEDI a minha base, ali foi onde encontrei a minha formação. Um momento muito bom para mim foi quando fui editor da revista Tempo e Presença. Um período muito rico. Nós fizemos um levantamento e durante o período em que fui editor, tivemos 500 colaboradores. Tenho o nome deles. O Alexandre Brasil que trabalhava no arquivo fez e me mandou o nome dos 500 que trabalharam naquele período. Para mim foi muito rico. Fizemos números excepcionais, talvez um dos mais excepcionais foi quando fizemos um número sobre o Leonardo Boff. Quando ele foi cassado, fizemos a reunião no Bennett com dois mil pessoas, a revista esgotou e tivemos que fazer uma reimpressão. Outro momento muito forte foi com as Comunidades Eclesiais de Base – as CEBs. Tive a oportunidade de participar de todos os encontros intereclesiais das CEBs, desde o primeiro, até o mais recente como assessor em alguns deles, e na minha opinião o melhor, foi o que fizemos na Baixada Fluminense em Caxias, quando a participação evangélica foi muito forte. Tínhamos mais de 100 representantes, onde instituímos uma novidade: que as pessoas não ficariam mais nas instituições, mas sim nas casas das pessoas, e colocamos todos os evangélicos na casa dos católicos e todos os católicos, que couberam, na casa dos evangélicos. Os crentes ficaram contentíssimos, redescobriram seus irmãos. Devemos muito isso a Dom Mauro Morelli, o nosso bispo. Terminou em uma cerimônia em que distribuímos o pão em praça pública. Quem presidiu foi a Pra. Rosângela Soares de Oliveira, da Igreja Metodista. Ela abençoou aos 90 bispos presentes. Foi um dos momentos extremamente ricos que vivemos.

Esta história faz com que olhemos o movimento ecumênico com o olhar de antigamente, sempre de forma crítica. Como você vê o movimento ecumênico hoje no Brasil, e também o papel da América Latina? Pois você é testemunha da década de 1960 com as novidades e de um período de transição dos anos de 1950 para os de 1960, em que faltou ao Conselho Mundial de Igrejas a ideia da responsabilidade social, de saída de um movimento eclesiástico ou burocrático.

Primeiro, às vezes confundimos movimento ecumênico com movimento institucional. O movimento ecumênico é maior que as instituições. Acredito que o que está em crise é o movimento institucional. Às vezes queremos resumir o movimento ecumênico ao Conselho Mundial de Igrejas, ao CLAI, CONIC que estão se esvaziando, porque toda instituição é em si conservadora, faz parte do “be a ba” da sociologia das instituições: cria-se um universo simbólico, fica-se escravo disso

e não se pode escapar. De forma que não acho que haja uma crise do ecumenismo, pois o ecumenismo ganhou outra dimensão que não a institucional. Não se vê mais, por exemplo, no católico alguém para se converter ou no candomblé um sinal do diabo – reconhece-se que são elementos naturais que dão um sentido completo, geral à vida. O ecumenismo não é só instituição.

A história é mais longa, ultrapassa a biografia da gente.

Não esperava outra análise sua, até porque estamos em um mundo caudal... O interessante é que as igrejas e seus representantes reafirmam essa tendência de ver o ecumenismo como sinônimo da instituição, e por isso se agrava mais a crise das instituições ecumênicas, pelo menos as oficiais. Corremos o risco de um distanciamento da igreja e do movimento, porque um conflito que sempre existiu, ao que parece tem a tendência de se acirrar mais. Pois o Conselho Mundial de Igrejas deixou, até aqui, de ser um espaço onde o movimento pode ser articulado. Por enquanto predomina o interesse da instituição... no Brasil as igrejas protestantes históricas e a Católica

Você sempre foi leigo, por mais que te chamem de pastor, mas recebeu uma ordenação que acho que é válida, do Rubem Alves, “Jether um pastor de esperanças”, título que se confirma ao chegar aos 90 anos, podendo falar essas coisas e ainda renovar essa esperança no movimento ecumênico, de que as coisas se desdobrem de maneira positiva. É muito bom tê-lo aqui, agradeço por ter vindo, e que você possa continuar a ser esse pastor de esperança, trazendo/mostrando essa trajetória.

Muito obrigado!

Um Bispo na Luta Popular...

Entrevista com o teólogo e Bispo emérito da Igreja Metodista Paulo Ayres Mattos que dirigiu a Região Eclesiástica do Rio de Janeiro e, posteriormente, a Região Eclesiástica do Nordeste. Presentemente é professor na Faculdade de Teologia da Igreja Metodista em São Bernardo do Campo, SP.

Eu nasci num lar metodista em 1940, que não era muito comum naquela época e ainda hoje não é comum. Minha mãe nasceu no Amazonas, porém filha de nordestinos que tinham migrado para a Amazônia na época áurea da borracha. Com a queda da profissão da borracha, migraram para o Sul do Brasil. Foram morar no Rio de Janeiro. O meu pai nasceu no sertão de Sergipe, na divisa com a Bahia, em Simão Dias, e era de uma família muito grande. Acabaram migrando para o Rio de Janeiro. Meu pai chegou no Rio de Janeiro em 1930 onde alguns irmãos dele já se encontravam. Foi trabalhar na Light, antiga companhia de eletricidade do Rio de Janeiro, onde acabou se envolvendo com o movimento operário. Meu pai após a “Intentona” de 1935, acabou preso. Ele não comentava muito detalhes dessa prisão, mas foi preso portando uma carta do Partido Comunista. Ele estava com uma correspondência do Partido Comunista levando de um lugar para outro. Meu pai ficou algum tempo na Ilha Grande e depois foi solto. Havia um tio de meu pai que morava em Parada de Lucas, na Zona da Leopoldina, onde a minha mãe residia, na Rua Tinharé. Minha mãe se tornou amiga das filhas desse meu tio-avô e um dia ela visitando a família desse meu tio-avô, conheceu meu pai. Começaram a namorar e meu pai acabou se convertendo na Igreja Metodista. Só que meu pai se tornou evangélico, mas não deixou de ter a sua militância. Então eu fui criado num ambiente desse tipo. Você tinha de um lado a Bíblia Sagrada e, de outro lado, tinha o Cavaleiro da Esperança do Jorge Amado ou então O Mundo da Paz. Na Igreja por um lado, meu pai e a minha mãe exerciam também liderança. Então nos mudamos para Pilares. Fomos morar num conjunto de industriários do Instituto de Aposentaria e Pensão dos Industriários, o antigo IAPI, onde o Partido Comunista tinha muita gente. Com células do Partido funcionando lá, com trabalho da juventude comunista funcionando lá. Minha família também muito envolvida na Igreja. Quando eu terminei o Ginásio, no Colégio Visconde de Cairú, Meier, não havia curso científico, e a gente tinha que ir estudar no Souza Aguiar, na rua Gomes Freire, no centro da cidade. Eu fui estudar no Souza Aguiar em 1956. Havia uma enorme efervescência política e o movimento estudantil crescia. Eu fui aluno de Geografia do Orlando Valverde. Um grande geógrafo. Fui aluno de História da Marina São Paulo de Vasconcelos. E

ali foi desenvolvendo uma militância na União Metropolitana de Estudantes Secundários e eu passei a fazer refeições no Restaurante do Calabouço. Eu também me envolvi na liderança da Mocidade Metodista que já estava sendo influenciada por algumas coisas que estavam acontecendo no mundo evangélico pelo trabalho da Confederação Evangélica do Brasil. Quando terminei o Científico eu resolvi fazer um Vestibular para Ciências Sociais. Cometi uma besteira. Entrei na sala do exame oral com o Jornal Novos Rumos, que era o Jornal do Partido Comunista, e quem ia me examinar era o prof. Eremildo...

Eremildo Viana, um professor ultraconservador...

Eremildo Viana. Eu tinha tirado nove na prova escrita, precisava só um ponto pra entrar. Eu acabei sendo reprovado. Zero na prova oral. Aquilo me deixou muito fora de eixo. (Certamente, se eu tivesse entrado na faculdade de Ciências Sociais na Universidade do Brasil (hoje UFRJ) certamente 64 me teria pego na plena efervescência do Rio de Janeiro. Acontece que nessa mesma época houve um envolvimento meu com a Mocidade Metodista. Me tornei liderança no Rio de Janeiro e depois liderança nacional. Aí, em função daquelas coisas místicas típicas de protestante, acabei me sentindo recebendo um chamado divino para o santo ministério pastoral e resolvi vir para Faculdade de Teologia. Fiz parte do Conselho de Redação da revista Cruz de Malta que, nessa ocasião era o órgão da Mocidade Metodista e que, a partir eu acho de 1961 ou 62, começou dar muita importância às questões nacionais. Isso ao mesmo tempo em que estava acontecendo o processo da Confederação Evangélica do Brasil especialmente no setor de Responsabilidade Social da Igreja. Nesse período em que eu estou na Faculdade de Teologia já começávamos a sofrer a influência do que acontecia na União Cristã de Estudantes do Brasil.

Nesse período havia um movimento na Igreja chamado “Clamor da Mocidade Metodista”. Esse movimento era a favor de uma igreja mais voltada para as raízes brasileiras, uma igreja mais voltada para as lutas do povo. Acontece a ditadura e esse grupo não sofreu de imediato a mesma repressão que, por exemplo, os grupos presbiterianos sofreram. Por que dentro da Igreja Metodista o setor conservador tinha uma certa força mas o setor mais voltado para as questões da vida nacional também tinha uma certa força. Então no cabo de guerra aí, ninguém prevalecia. Desse Clamor da Mocidade Metodista uma das coisas que a Mocidade exigia era um Coordenador Nacional, alguém de tempo integral que seria um executivo da Confederação de Jovens. Porque a Confederação era formada pela liderança das cinco Federações, com Sede no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Campinas e Rio Grande do Sul. Os jovens diziam que isso ficava muito disperso e aí precisavam de alguém que cuidasse da articulação. Depois do Conselho Geral de 65 eu sou eleito Coordenador Nacional da Mocidade Metodista. Em consequência dessa minha eleição eu recebi uma bolsa de estudo pra fazer um Curso que se chamava Leadership of Youth Training, “Treinamento de Lideranças Jovens”, que era um programa patrocinado pelo Conselho Mundial de

Igrejas mas que estava ligado também com o pessoal da Confederação Mundial de Estudantes. E esse Programa era pra ser dado no McCormick Theological Seminary, um seminário presbiteriano em Chicago. Então eu fui para os Estados Unidos fazer esse curso. Quando eu terminei o curso e voltei para o Brasil, um ano e pouco depois, fui para São Paulo, para assumir a Coordenação Nacional da Juventude e então me informaram que não podia ser eu. Que meu Bispo tinha dito oficialmente que ele precisava de mim por causa da divisão provocada pelo grupo da Renovação Espiritual que se pentecostalizou e acabou saindo da Igreja Metodista e formando a Igreja Metodista Wesleyana levando diversos pastores. Com isso ele ficou com carência de Pastores e eu tinha que voltar pro Rio de Janeiro para assumir um pastorado lá. Isso oficialmente. Porque, na verdade, havia a suspeita de que eu era “comunista”. E como eu era “comunista” não podia, naquele momento, assumir. Eles “muito sabiamente”, por assim dizer, me substituíram pelo Anivaldo Padilha...

Voltei, então, para o Rio de Janeiro e comecei a pastorear. Mas nesse momento, a crise entre a Faculdade de Teologia e a direção da Igreja Metodista e a crise entre a liderança da Juventude Metodista e a liderança da Igreja Metodista estava num ponto muito agudo. Quando eu fui para os Estados Unidos, grande parte dos alunos da Faculdade de Teologia não se interessava por política. Quando voltei, um ano e pouco depois, a faculdade era um caldeirão de discussões políticas. O pessoal já estava envolvido com a União Estadual de Estudantes aqui de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre. O setor conservador da Igreja estava ligado aos mesmos militares que ajudaram a fazer a repressão na Confederação Evangélica do Brasil. Esses militares também influenciaram a Igreja Presbiteriana. A Igreja Presbiteriana fez a limpeza da área antes da Igreja Metodista. Esta, a partir de 67, 68 vai tomar as mesmas decisões que os presbiterianos, tomaram para expurgar esse pessoal da Igreja. Para agravar a situação em 67, os estudantes da Faculdade de Teologia que se formaram escolheram Dom Helder Câmara como paraninfo. A eleição de Dom Helder Câmara como Paraninfo e o fato dele ter aceito, criou uma hecatombe dentro da Igreja Metodista. O Bispo Presidente se recusou a participar da Cerimônia de Formatura. E por uma dessas terríveis ironias, o Bispo que acabou aceitando participar da cerimônia de formatura foi exatamente o Bispo que esteve envolvido na delação do Anivaldo Padilha e de outros jovens evangélicos aqui em São Paulo.

Então vem a crise da Faculdade de Teologia, 50 alunos são expulsos em 68, em pleno movimento de revolta da juventude na França, Alemanha, Brasil e por aí fora. A situação fica muito grave dentro da Igreja. Vem o fechamento da Faculdade de Teologia em 68. Mas é interessante notar que, nesse momento, meu envolvimento era mais diretamente com os estudantes de Teologia.

Eu fui nomeado pro interior do Rio de Janeiro, para Cabo Frio, depois de 69. E é lá que vou ser encontrado pelo pessoal que estava envolvido com o Centro Evangélico de Informação que, posteriormente passou a ser Centro Ecumênico de

Informação. O grupo que tinha sobrevivido à repressão ao setor de Responsabilidade Social da Confederação Evangélica do Brasil. Jether, Waldo, Carlos Cunha, Domício. Mas nesse momento, em 69, a Mocidade Metodista já tinha muita gente envolvida com organizações que, posteriormente, seriam organizações clandestinas. No princípio não eram necessariamente clandestinas mas, depois foram pra clandestinidade. O fato de ter sido criado junto de uma família que transpirava política, inspirada em grande parte pela tradição do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que defendia uma aliança nacionalista, aliança operário-burguesa, me fez olhar com muita desconfiança para o que acontecia na Igreja, assim também aconteceu com meus irmãos. Quando li, na casa de um amigo, lá nos Estados Unidos o livro “Revolução na Revolução” do Régis Debray, eu me disse: Isso aqui não vai dar certo! Isso aqui não vai dar certo!! Então, quando volto para o Brasil e líderes da Mocidade Metodista já estão envolvidos com organizações que depois vão pra clandestinidade, eu não me entusiasmei, em função de minha formação anterior. E isso ocorre tanto comigo como com os meus irmãos. Os meus irmãos que também eram líderes da Mocidade Metodista, não vão pra essas organizações. Mas, nesse momento, eu começo gradualmente me afastar da influência do Partidão, coisa que não aconteceu com meus irmãos. Talvez um pouco pela nova Teologia que estava em processo de formação. A questão da Teologia da Libertação, as reuniões do Conselho Mundial de Igrejas, as Conferências sobre Igreja e Sociedade que a gente ia lendo

Então, comecei a colaborar com o CEI, ajudava o Domício e o Carlos Cunha a montar o boletim. Em grande parte eu lia as publicações ecumênicas que a gente recebia.. Mas ao mesmo tempo o CEI nessa época, por causa dessa relação com grupos católicos, começou a fazer alguns Encontros de Formação. Foi quando a gente começou a dar assessoria também ao pessoal que começava a organizar as Comunidades Eclesiais de Base na Igreja Católica. Mas eu estava em Cabo Frio... E nesse momento, por volta de 72/73, no auge da repressão, começa haver alguns movimentos, inclusive no próprio Sistema de Segurança Nacional da Ditadura, de discussão sobre o processo da redemocratização do país. Aí a gente começa a perceber que talvez tenha chegado o momento da gente sair da semiclandestinidade em que nos encontrávamos, por que o CEI era apenas um boletim. Mas, por trás dele a gente fazia reuniões, cursos de formação.

Nesse período, em termos pessoais, eu já estava participando de encontros do pessoal do movimento ISAL (Igreja e Sociedade na América Latina). Desses, o mais marcante pra mim foi o que tivemos, às vésperas do golpe militar no Chile, em setembro 1973. Foi um encontro onde estavam praticamente os principais mentores da “Teologia da Libertação.. De todos só um não foi, Rubem Alves. O Rubem Alves já estava também se afastando. Foi quando o CEDI toma a decisão de que eu teria que dar meio tempo lá. E aí o meu relacionamento ecumênico vai aumentar muito.

Nesse período já está bem clara e consolidada a postura favorável ao governo militar por parte das Igrejas. Como foi isso na Igreja Metodista?

Não. Isso aí a gente vai ter que voltar a 64. Na Igreja Presbiteriana a repressão foi imediata ao golpe.

Não, começou antes do Golpe. Eu fui “convidado” a deixar o Seminário em 1962.

Na Igreja Metodista havia uma divisão. Essa divisão ficou muito clara em 65 no Concílio Geral e na crise da Faculdade de Teologia em 69. A gente tem que se lembrar do seguinte: toda a formação de evangélicos no Brasil sejam presbiterianos, metodistas e batistas, essas três Igrejas, na sua maioria os missionários vieram do sul dos Estados Unidos. Na bagagem doutrinária missionária estava o conceito de *Igreja espiritual*, que é um conceito que foi formulado pelos protestantes do sul dos Estados Unidos após a derrota na Guerra Civil Norte Americana entre 1861 e 1865. Essa ideia da igreja espiritual dizia que a igreja evangélica não tem nada a ver com política. Evangélico não se mete em política. Tanto que quando Guaracy Silveira, um pastor metodista, foi eleito o primeiro deputado evangélico do Brasil, eleito em São Paulo após a Revolução de 1932, ele teve que se afastar do ministério pastoral, porque não se pode misturar política com religião. Quando na década de 50, talvez até impulsionado pelo Movimento Ecumênico, começa a haver a discussão sobre a responsabilidade social dos evangélicos, esse setor que defendia a separação, a distância da política, vai mostrar a sua verdadeira face. Ao dizer que não se envolvia com política, de fato estava apoiando o status quo. E começam a perceber que as pessoas que estão envolvidas com as discussões do Setor de Responsabilidade Social estão questionando o sistema de poder. Então, em 1964 quando acontece o golpe militar um setor das Igrejas que era politicamente conservador apoiando o status quo, mostra sua verdadeira face. Na Igreja Metodista isso vai acontecer um pouco depois. E nos batistas também. Nos batistas menos, até porque os batistas não estavam debaixo da influência da Confederação Evangélica porque eles nunca fizeram parte dela. Mas setores da igreja batista se deixaram ser influenciados. Temos o caso do pastor Davi Malta, assim como o leigo Aurélio Vianna que foi mais tarde eleito deputado. O Aurélio Viana era do Partido Socialista. Assim como o Guaracy Silveira Mas eles são minoria. Na Igreja Metodista essa repressão vai acontecer. É interessante notar que alguns dos líderes leigos da Igreja metodista eram ligados aos setores militares. E alguns desses militares eram líderes também nas suas Igrejas como o General Celso Dalton Santos, da Igreja Metodista de Vila Isabel. Em S. Paulo, na Igreja Batista de Vila Mariana tinha gente como o general Ednardo, que foi comandante do II Exército, pessoal desse nível. Também a mesma coisa na Bahia. Em Belo Horizonte o Coronel Panisset era Diretor do Colégio Isabela Hendrix e no Recife, a família Gueiros era muito forte.

Por outro lado os setores nas igrejas que se opunham à ditadura não tiveram outro recurso senão recorrer a contatos fora do Brasil. A buscarem apoio e respaldo fora

do Brasil. No caso da Igreja Metodista foi muito importante o apoio de setores da Igreja Metodista Unida nos Estados Unidos, em questionar a repressão interna na Igreja Metodista. Segundo um dos Bispos que participaram do fechamento da Faculdade de Teologia, eles fizeram isso porque políticos metodistas em São Paulo teriam sido procurados por setores da repressão dizendo que se a Igreja não fizesse o trabalho dela eles fariam o trabalho deles. Então, quer dizer, havia uma linha direta entre os setores conservadores da Igreja com os setores militares. Eu, pessoalmente, vivi duas situações que expressam bem essa ligação dos setores militares com lideranças da Igreja. No processo de solidariedade das igrejas fora do Brasil com a luta contra a ditadura aqui no Brasil, o Conselho Nacional de Igrejas dos Estados Unidos enviou uma Delegação ao Brasil presidida pelo Bispo Jaime Armstrong que era um Bispo Metodista, se não me engano de Indiana. E ele reuniu-se com esse grupo do Conselho Nacional de Igrejas e a liderança da Igreja Metodista no Rio de Janeiro e eu fui convidado a participar dessa reunião. Nessa reunião havia pessoas que negavam a violação dos Direitos Humanos e insistiam tanto nisso que em algum momento alguém falou alguma coisa lá e eu dei uma gargalhada. Só haviam metodistas nessa sala, brasileiros e a Delegação do Conselho Nacional de Igrejas dos Estados Unidos. Posteriormente, eu ensinava Moral e Cívica no Colégio Bennett e ensinava inglês no Colégio da Companhia Nacional de Álcalis lá no Arraial do Cabo. Eu ensinava inglês nessa escola por que não haviam professores de inglês lá em Cabo Frio. Naquela ocasião, em 1970, Cabo Frio era uma cidadezinha de 10 mil habitantes, não o que é hoje. E aí, como eu sabia algum inglês, tinha estudado nos Estados Unidos, me convidaram e eu fui ensinar. Dando aula no Bennett e nesse Colégio. O setor do SNI ligado ao Ministério da Educação em 1972 resolveu enviar, tanto para o Colégio Bennett como para o Colégio da Companhia Nacional de Álcalis uma ordem para que eu fosse demitido como subversivo. Quando o Diretor do Bennett me chama, que era meu amigo pessoal, dizendo: Eu tenho que demitir você. Você não pode permanecer ensinando. Eu tenho uma ordem aqui do setor de Segurança do Ministério da Educação para que você seja demitido. Eu fui, então, reclamar com o Bispo Almir dos Santos, que eu era Presbítero da Igreja Metodista, nomeado por ele, como é que iam me colocar para fora desse jeito.... Aí o Bispo disse que não tinha outro jeito. Fui demitido. Exigi uma carta, que até hoje eu guardo em meu poder, com as razões pelas quais eu fui demitido. Na Escola Nacional de Álcalis a mesma história. Como isso foi acontecer? Agora a gente sabe. No encontro da Comissão da Verdade lá no Rio de Janeiro, o reverendo Mozart Noronha levou um documento do DOPS onde tem o depoimento de um pastor metodista contra mim. E segundo algumas informações, aquela gargalhada que eu dei, naquela reunião está devidamente relatada. Então quer dizer, haviam setores da igreja que eram ligados diretamente aos órgãos de repressão. As igrejas foram agentes de repressão, não somente apoiaram, não somente justificaram, mas foram agentes da repressão. Agora, por outro lado, outros setores das igrejas, especialmente da

Igreja Metodista, da Igreja Presbiteriana Unida, da Igreja Luterana (IECLB), da Igreja Episcopal Anglicana e da Igreja Católica Romana participaram dos esforços de formação da CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço) que se transformou num instrumento muito importante em defesa dos Direitos Humanos no Brasil, de combate à ditadura. Essas mesmas Igrejas também se uniram para formar o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs. O que eu digo é o seguinte, as Igrejas estavam tão divididas quanto o país estava dividido. A ditadura militar, ainda que tenha tido uma forte influência dos órgãos de segurança do governo norte-americano, isso que todo mundo já sabe, a verdade é que as ditaduras só puderam agir do jeito que agiram porque setores significativos das sociedades de Brasil, Argentina, Chile, Bolívia e adjacências, setores nacionais foram parte desse processo. Dentre esses setores nacionais, estão as igrejas evangélicas.

Paulo, eles se mantinham conservadores e a favor da ditadura militar mesmo com o terror da repressão, com notícias de pessoas que eram torturadas e vinham, e depois davam seu depoimento, eles se mantinham radicais assim?

Sim. Diziam: Eles estão sendo perseguidos não porque são evangélicos, eles estão sendo perseguidos porque são comunistas. Porque são subversivos. E comunista e subversivo deve ser tratado dessa forma. Essa era a justificativa, era a racionalização da repressão. Eles são subversivos, eles são comunistas. Então o sistema tem todo o direito de reprimir. Se eles fossem evangélicos, verdadeiramente evangélicos, eles não estariam fazendo essas coisas. Eles não estariam envolvidos fazendo essas atividades. Eles são lobos vestidos de ovelhas.

Paulo, fala um pouco sobre o seu trabalho no Rio com relação ao apoio aos refugiados das ditaduras do Cone Sul. Que esse foi um trabalho em cooperação com a Igreja Católica não foi?

Exatamente. Eu creio que como parte do processo de abertura política, “lenta, gradual e segura”... Aquele processo longo a partir de 1978, quer dizer, a própria designação do General Geisel como Presidente já fazia parte da distensão política. O projeto econômico fez água, depois da crise do petróleo. Então os militares não tinham mais como evitar. Se opuseram, mas foi se acumulando no país uma mobilização, uma organização para derrubar o regime. Claro que o regime não deu de graça. Em 73 a situação do Chile já foi muito grave, porque o golpe no Chile foi muito mais violento do que qualquer outro golpe militar na América Latina. Com a situação da Argentina pós 76 e no Uruguai a ONU começou a ser em grande parte pressionada por países como Suécia, Noruega, Holanda, e eu acho até mesmo a França, para que fossem criados meios, para que a vida dessas pessoas pudessem ser poupadas. Essa pressão acabou se consolidando na ação da Comissão da ONU de auxílio aos refugiados políticos, a ACNUR.

O Governo brasileiro, sob pressão da ONU e, ao mesmo tempo, em processo de abertura, não teve como evitar que, de alguma maneira, se transformasse num país de trânsito. O Brasil não daria asilo político aos refugiados do Chile, Argentina e Uruguai, mas permitiria que eles ficassem aqui enquanto os órgãos

da ONU fariam as tratativas para encontrar lugar de exílio, especialmente na Europa. Só que o governo não queria fazer isso através dos seus próprios meios. E como o Galeão, no Rio de Janeiro, ainda era o principal aeroporto de saída, a pressão acabou sendo colocada sobre Dom Eugênio Sales. Mas D. Eugênio, que tinha suas ligações com o sistema militar, disse que a Igreja Católica só poderia se responsabilizar através da Cáritas que é o departamento de ação social das dioceses, para dar apoio aos refugiados políticos em termos da provisão da residência, de local onde pudessem morar. A diocese, através da Caritas, receberia os recursos da ACNUR pra poder alugar apartamentos para os refugiados. Mas que não se responsabilizaria por quaisquer outros serviços. Os refugiados, quando começaram a chegar aqui, então foram falar com D. Eugênio sobre essa situação. Então, D. Eugênio disse: a saída é vocês procurarem a Igreja Metodista. Então, o pessoal da ACNUR foi me procurar, e dizendo o seguinte: olha, nós temos a residência mas nós temos uma série de coisas que os refugiados precisam. Em primeiro lugar, escola para as crianças. Alguns desses refugiados ficaram mais de um ano no Brasil esperando o local onde pudessem ser recebidos. Então, não tinha escola, não tinha lugar pra eles se reunirem, não tinha lugar para eles fazerem suas reuniões sociais, onde eles pudessem praticar esportes, etc. Nessa época o Colégio Bennett era realmente, (saúdosa memória mesmo !!), um espaço de liberdade. Muitas das reuniões no processo de redemocratização no Rio de Janeiro aconteceram lá no Colégio Bennett, Porque a maioria dos refugiados ficava morando ali na região da Glória, porque a Cáritas é ali na Glória, então o Colégio Bennett passou a ser o espaço preferencial dos refugiados. Eu me reunia periodicamente com a comissão representativa deles. Eles vinham, faziam as reivindicações deles e a gente procurava assistir. Nunca passou dinheiro na minha mão. Nunca vi dinheiro da ACNUR. Tudo era através da Cáritas. D. Eugênio deu esse sinal verde, mas D. Eugênio nunca falou comigo sobre isso.

Quando cheguei no Recife para assumir a Região Metodista do Nordeste, D. Helder Câmara me chamou na casa dele, tivemos uma refeição juntos e na minha posse ele esteve presente. D. José Maria Pires, D. Marcelo Carvalheira, com todos esses bispos eu tinha uma relação muito boa mas no Rio de Janeiro com nenhum. O único bispo com quem me encontrava, em função da ACNUR, era o D. Römer, bispo auxiliar de D. Eugênio. Agora D. Eugênio deu essa cobertura. A Cáritas deu essa cobertura. Na minha maneira de ver foi por razões humanitárias, simplesmente. E também porque eu acho que pegava mal. Mas D. Eugênio ficou muito irritado comigo por causa daquele encontro de repúdio ao “silêncio obsequioso” imposto ao Frei Leonardo Boff. Esse encontro foi lá no Bennett. Ele me mandou uma longa carta lamentando que a Igreja Metodista tivesse se prestado a esse serviço. Aí eu respondi a ele com uma carta em termos diplomaticamente ecumênicos. O Júlio de Santana me ajudou a escrever essa carta onde a gente dizia que a defesa dos Direitos Humanos era muito maior do que a Igreja Católica e a igreja metodista e que, portanto, nós nos sentimos plenamente confortáveis em

ter recebido aquele ato. Então, me parece que essas dificuldades com D. Eugênio, tem a ver com o fato de que ela sabia das minhas relações.

Ele sabia das suas relações com os bispos do “Leste Zero” ?

Claro que sabia... O Leste Zero era o nome que os católicos progressistas usavam para designar as dioceses mais envolvidas com as comunidades de base na região do Estado do Rio de Janeiro, que compreendia a regional Leste um da CNBB . Os Bispos dessas dioceses eram: D. Adriano, D. Vital, D. Mauro Morelli, D. Valdir, D. Isnard. Esses Bispos formavam uma espécie de articulação que ficou conhecida como Leste Zero. Porque não fazia parte da numeração oficial. Então era Leste Zero. E eram as Dioceses com quais o CEDI tinha um relacionamento bastante estreito. Eu, pessoalmente, participei de muitas atividades lá em Nova Iguaçu, mas onde eu participei muito ativamente foi com D. Mauro Morelli em Duque de Caxias. Com D. Mauro Morelli nós chegamos a subir em carroceria de caminhão pra fazer protesto em favor dos trabalhadores da Fábrica Nacional de Motores

Obrigado Paulo pela sua contribuição!

O Povo Suruí e o Compromisso Missionário de Luteranos - Um Caso de Expulsão por Parte da FUNAI

Depoimento de um casal de missionários
Lori Altmann¹ e Roberto E. Zwetsch²

Em 1978, Lori Altmann e Roberto E. Zwetsch, jovens teólogos da IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, foram enviados pela direção da igreja para um trabalho missionário com o povo indígena **Suruí-Paíter** em Cacoal, Rondônia. O casal chegou à cidade de Cacoal em agosto e se localizou na vila de Riozinho, dez km distante da cidade e uns 15 km da aldeia Suruí do Posto Sete de Setembro. Havia uma segunda aldeia a quatro km da primeira, o Posto Indígena da Linha 14, hoje limdeira com a cidade de Espigão do Oeste, que se situou dentro da área indígena. Segundo informações de um jovem Suruí, Ibjaraga, estas aldeias correspondiam a dois grupos que viviam na floresta antes do contato com as frentes colonizadoras que invadiram seu território, tanto a frente da mineração de diamantes e cassiterita, como a frente colonizadora implantada pelo INCRA e Colonizadoras particulares, além do avanço das madeireiras em busca de madeiras nobres para exportação. Segundo estimativas da época, a população Suruí devia passar de mil pessoas. Os primeiros contatos liderados pelo sertanista Francisco Meirelles, no fim dos anos de 1960, constataram uma verdadeira catástrofe demográfica. É possível afirmar que pelo menos 80% da população morreu motivado por epidemias de gripe, sarampo e outras doenças, além de ataques de colonos. O relato que segue – escrito pelo casal – levanta possíveis razões para sua expulsão da área por autoridades da FUNAI e a reação da igreja e de grupos de apoio à caminhada junto aos povos indígenas.

Somos de uma geração de estudantes de teologia que viveu intensamente a descoberta da teologia da libertação. Vivemos sob a Ditadura Civil-Militar e procuramos com colegas e docentes caminhos para uma inserção nas lutas do povo brasileiro por democracia, justiça e liberdade, estabelecendo uma aliança entre fé e justiça social. Nos meados de 1970, ainda estudantes na Faculdade de Teologia da IECLB em São Leopoldo, RS, participamos de um grupo de estudos

¹ Pastora da IECLB, desenvolvendo trabalho voluntário em projeto do COMIN – Conselho de Missão entre Povos Indígenas. Docente no Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA), do Instituto de Ciências Humanas (ICH), UFPel. Atua na Graduação e no Mestrado em Antropologia.

² Pastor da IECLB. Docente de Teologia Prática e Missiologia na Faculdades EST, na Graduação e no Programa de Pós-Graduação, em São Leopoldo, RS.

voluntário que se dedicou a estudar a questão indígena. Em 1975 e 1976 organizamos dois seminários de estudo na Terra Indígena Guarita, noroeste do RS, do Povo Kaingang, em que reunimos estudantes de teologia luteranos, católicos do antigo Colégio Cristo Rei dos jesuítas, estudantes da Unisinós, professores e alguns indigenistas. Estes seminários nos ajudaram a tomar consciência da luta indígena pela terra, por liberdade de organização e contra a *tutela* exercida pela FUNAI, órgão oficial que surgiu da extinção do antigo SPI – Serviço de Proteção aos Índios (1910, Marechal Rondon). A FUNAI surgiu em 1967 e durante muito tempo foi dirigida por militares. Em 1973 foi promulgado o *Estatuto do Índio (lei nº 6.001, de 19/12/1973)*³, que desde então serviu de marco para a política indigenista integracionista do regime militar. Até hoje o movimento indígena luta para votar um novo *Estatuto dos Povos Indígenas* que assegure as conquistas da Constituição de 1988.

Na época, havia duas organizações que deram início, na Igreja Católica do Vaticano II, a uma reviravolta na maneira de trabalhar com os povos indígenas. Da catequese tradicional se partiu para uma prática de *pastoral encarnada e inserida* na realidade indígena, escutando os clamores indígenas e fortalecendo seu protagonismo. A OPAN – Operação Anchieta, hoje Operação Amazônia Nativa, surgiu da nova orientação dada por missionários jesuítas, como Egydio Schwade, Antonio Iasi, Thomaz Aquino Lisboa e muitos outros. No âmbito nacional, em 1972 foi fundado o CIMI – Conselho Indigenista Missionário, como órgão anexo à CNBB. O CIMI fez o primeiro grande levantamento organizado da população indígena em todo território nacional, pressionando os órgãos federais a atualizar seus dados e a reconhecer que os povos indígenas não iriam desaparecer na massa dos pobres brasileiros, mas estavam dispostos a lutar por seus direitos e a participar como *povos* diferentes no conjunto do povo brasileiro.

Lori Altmann conheceu as Irmãzinhas de Jesus da Congregação de Charles de Foucauld no curso de introdução ao indigenismo, promovido pelo CIMI em parceria com a Universidade Católica de Goiás, realizado em Goiânia, GO, em julho de 1976. Enquanto as missões tradicionais católicas sofriam críticas, o trabalho das irmãzinhas era elogiado por antropólogos/as devido a sua proposta de convivência e de respeito à cultura e religião própria dos povos indígenas. Um grupo de estudantes luteranos, da Faculdade de Teologia de São Leopoldo, propôs em 1977 à direção da escola realizar estágios, geralmente feitos em Paróquias da igreja, para conhecer trabalhos alternativos. Rolf Schünemann, por exemplo, foi para Osasco, SP, acompanhando a pastoral operária, à qual esteve ligado por cinco anos. Lori decidiu realizar seu estágio, parte entre o povo indígena Tapirapé, MT,

³ O Estatuto do Índio foi assinado pelo Presidente General Emílio G. Médici, e pelos ministros Alfredo Buzaid, Antônio Delfim Netto e José Costa Cavalcanti.

com as Irmãzinhas de Jesus e parte entre o povo indígena Kaingang, na Área Indígena Guarita, RS, na Missão da IECLB. Voltou com grandes críticas ao modelo desenvolvimentista e conversionista desenvolvido então pela IECLB e animada com a proposta de convivência das Irmãzinhas.

Estimulados pelo grupo de estudos e por colegas da igreja, resolvemos em 1978 colocar-nos à disposição da IECLB para o trabalho missionário com Povos indígenas. No entanto, de saída apresentamos uma proposta que visava à busca por uma nova *forma* de presença missionária, não mais nos moldes de uma Missão tradicional com uma grande estrutura como tínhamos visto em Guarita. Queríamos caminhar com o Povo Suruí, aprendendo sua língua e costumes, e a partir desse aprendizado chegar a um tipo de inserção que pudesse se tornar um fator de apoio à luta indígena pela terra, por respeito e dignidade à sua cultura e projeto de futuro. A esta proposta mais tarde demos o nome de *pastoral de convivência*⁴. Somente pudemos adentrar na área indígena no início de 1979. Passamos a morar no Posto da FUNAI, o que nos permitiu contato permanente com a aldeia e as famílias que ali viviam em malocas tradicionais. Conhecemos suas lideranças, funcionários da FUNAI e um casal de linguistas do SIL – *Summer Institute of Linguistics* que estudava a língua indígena com o propósito de tradução de partes da Bíblia para aquele idioma. Em dezembro de 1978, Lori havia dado à luz nossa primeira filha que recebeu o nome de *Pamalomid*, dado por uma mulher Suruí, Maria *Manganonga*, mãe de *Gasodá*, e que significava “aquela que fará muita comida para nós”, conforme a tradução de um informante que nos ajudou na compreensão da palavra. De acordo com o costume Suruí na época, cada nome é único e não se repete, de modo que o nome se torna uma expressão do que a pessoa será no futuro, nome este sempre relacionado aos papéis de gênero e “construído” logo após o nascimento da criança. Esta experiência talvez tenha nos ajudado na inserção que buscamos realizar junto à comunidade.

Após os primeiros meses de contato, definimos com a comunidade que iríamos realizar um projeto de educação, voltado à alfabetização na língua indígena para somente depois inserir o domínio do português. Para isso começamos a estudar a língua *paíter*, da família linguística tupi mondé. Pensávamos também que só assim a “educação formal” poderia tornar-se um instrumento para enfrentar o contato com a sociedade regional, muito conflitivo, além de valorizar e desenvolver a cultura Suruí.

Evidentemente, este “projeto de educação” não agradou ao pessoal da FUNAI. Primeiro, porque nos recusamos a construir um prédio que deveria situar-se num

⁴ ALTMANN, Lori; ZWETSCH, Roberto E. *Paíter: o povo Suruí e o compromisso missionário*. Chape-có: Cadernos do Povo, Publicadora Uruguai (PU), 1980. Cf. também ALTMANN, Lori. *Convivência e solidariedade – uma experiência pastoral entre os Kulina*. Cuiabá: GTME; São Leopoldo: COMIN, 1990.

lugar equidistante dos dois Postos. Segundo, porque a FUNAI pretendia que ensinássemos os indígenas em português e a partir de um enfoque voltado à educação de técnicas agrícolas, uma vez que já havia na área um projeto dirigido por funcionários da FUNAI, a plantação da monocultura de café, que seguia o modelo de colonização do entorno, baseado no cultivo do café e na criação de gado, e no qual os Suruí praticamente eram mão de obra gratuita.

Um levantamento que fizemos na época revelou que havia na Área Suruí uma população de 291 pessoas computando as duas aldeias, população indígena composta por 251 Suruí, 22 indígenas Cinta-Larga, sete indígenas Nambiquara e outros indígenas que os Suruí permitiram que vivessem em sua reserva. Na época, ainda presenciamos um relativo tempo de fartura de peixe, pescados nos rios que banhavam a área, o Sete de Setembro, o Lobó e, mais ao norte, o Branco. Mas as duas comunidades já começavam a enfrentar períodos de fome, que se acentuaram nas décadas seguintes, causando nos anos de 1990 uma epidemia de tuberculose. Tradicionalmente, os Suruí viviam da caça, da pesca e da agricultura. Eles plantavam milho, inhame, batata-doce, mandioca, amendoim, banana, mamão, completando sua dieta com a coleta de frutos do mato como a castanha, o coco, o mel silvestre e o *gongo*, termo regional que se refere a uma larva que se forma no interior dos caules do coco babaçu e fornecia importante fonte de proteína para a dieta Suruí.

A colonização de Rondônia, os processos de “pacificação” dos povos indígenas daquele território, sempre feito às pressas e conforme os planos de integração da Amazônia ao cenário nacional por parte dos governos militares pós-1964, foram desastrosos para os povos da floresta. Até mesmo antigas comunidades de seringueiros que viviam na floresta desde os tempos da coleta da borracha nativa sofreram o impacto desses projetos de ocupação da Amazônia. O livro do antropólogo norte-americano Shelton DAVIS, *Vítimas do milagre*. O desenvolvimento e os índios do Brasil (Rio de Janeiro: Zahar, 1978) narra com detalhes facetas dessa tragédia.

Nossa presença na área não ocorreu de forma gratuita. Também a IECLB se viu envolvida nesses processos históricos, uma vez que muitas famílias de colonos de tradição luterana, especialmente oriundas do estado do Espírito Santo, se sentiram atraídas pela propaganda oficial de ocupação da Amazônia através da abertura de estradas e assentamentos produtivos⁵. Aquelas famílias resolveram tentar a vida naquele território e com isto desafiaram a igreja a acompanhá-las no Território. Rondônia só veio a se tornar estado da federação em 1982. Várias comunidades luteranas foram sendo organizadas desde os anos de 1970, com a

⁵ Cf. SASS, Walter. *Caminhos sinuosos*. Resgate histórico da IECLB com Povos Indígenas na área geográfica do Sínodo da Amazônia (1960-2012). São Leopoldo: Oikos, COMIN, 2012.

vinda de pastores que passaram a fazer parte do que, na época, a Secretaria Geral da igreja chamou de “novas áreas de colonização”. Mais tarde, com a reestruturação da igreja, Rondônia faz parte do Sínodo da Amazônia, com comunidades do norte do MT, do Acre, Amazonas e Roraima.

A questão indígena se apresentou desde o início como um desafio, pois muitas dessas famílias – mesmo de boa fé – acabaram se situando em terras indígenas, tendo sido removidas anos depois dos seus lugares, com enormes prejuízos. O nosso envio para Rondônia tinha em vista esta situação, mas ninguém podia imaginar que a avaliação que faríamos da realidade histórica e o posicionamento diante dos fatos pudesse complicar os planos tanto da igreja como do órgão oficial. O problema se apresentou quando assumimos a postura de *escuta* dos clamores indígenas, mesmo que isto pudesse nos colocar em rota de colisão com famílias de colonos ou a FUNAI. Em fins de 1978, no final do período da seca (maio a outubro), registramos uma fala indígena que sintetiza o drama dos Suruí, Zoró, Cinta-Larga e outros povos: “No outro verão, minha gente foi até o Rio Branco. Caçou, pescou muito. Trouxe muita comida para o Sete (aldeia). Agora meu povo foi caçar, foi pecar, foi buscar palha no Rio Branco e não encontrou mais nada. Colono derruba todo mato até bem juntinho do Rio Branco. Agora meu povo vai passar fome. Por isto eu não gosto de colono. Por isto colono tem que sair da minha terra”⁶. Na época, em pouco tempo a área indígena teve seu território invadido em mais de 60%, o que constituiu a origem de um conflito no qual fomos envolvidos e por causa do qual, entre outros motivos, acabamos por ser expulsos da área.

Em 1979, nos transferimos de Riozinho, vila à beira da BR 364, para a aldeia do Sete de Setembro. O plano era morar na comunidade, numa das malocas (termo regional). Meses antes, em conversas com a comunidade, havíamos estudado a possibilidade de os Suruí construírem uma maloca pequena para nós. Isto não foi bem recebido pelos funcionários da FUNAI. Assim, moramos por muitos meses nas casas do Posto, em contato diário com os funcionários do órgão oficial. Mas nossa atuação se dava junto à comunidade, participando das atividades agrícolas ou de andanças pela floresta, das reuniões comunitárias ou de visitas à aldeia da Linha 14, além de conhecermos algumas das festas e das formas de organização do trabalho, como o *metaredã*⁷.

Em fins de setembro de 1979, nos preparamos para participar da Assembleia Regional do CIMI – Conselho Indigenista Missionário, Amazônia Ocidental, órgão

⁶ ALTMANN, Lori; ZWETSCH, Roberto Ervino. Missionários luteranos denunciam a invasão das terras dos índios Suruí. In: *Missões Evangélicas com índios e lavradores*. São Paulo: CEDI (Cadernos do CEDI, 5 – Boletim do GTME, 1), agosto de 1980, p. 11-13.

⁷ Cf. MINDLIN, Betty. *Nós Paíter*. Os Suruí de Rondônia. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

anexo da CNBB, com quem tínhamos contato frequente por afinidade de objetivos no que dizia respeito à *pastoral indigenista*. Fomos convidados como representantes da IECLB. Nosso interesse era encontrar-nos com outros missionários/as que atuavam na Amazônia para discutir os rumos do trabalho com os povos indígenas numa linha de evangelização encarnada na vida indígena. Na época, o CIMI Nacional havia assumido como linha de ação o apoio às Assembleias de Chefes Indígenas, que iniciaram em 1974. Para esta Assembleia, lideranças Suruí tinham sido convidadas e nós reforçamos a importância de sua participação. Na véspera da viagem à Lábrea, AM, rumo à aldeia Paumarí do lago Mahaá, recebemos no Posto Sete de Setembro da FUNAI uma lacônica mensagem de rádio emitida pelo Chefe do Parque Aripuanã, Aimoré Cunha da Silva, com o seguinte teor: “Informo ainda de ordem superior fica cancelada ida índios Suruí reunião Lábrea” (25/09/1979). Dias antes, lideranças Suruí – quando da visita do Presidente da FUNAI – haviam conversado com Apoená Meirelles, chefe do escritório da FUNAI em Porto Velho, que concordara com a participação dos Suruí na dita Assembleia.

Esta proibição fazia parte do sistema de *tutela* que vigorou por muito tempo entre os povos indígenas. Eles viviam em situação de confinamento em seus territórios reservados e seu direito de ir e vir era cerceado por controle exercido por funcionários do órgão indigenista. Isto explica por que nessa oportunidade a proibição frustrou as expectativas dos Suruí, que pela primeira vez participariam de um evento como aquele. Em nosso caso, seria a oportunidade de acompanhar os indígenas numa experiência nova em sua luta de resistência contra a invasão de sua área, que começara ainda nos anos de 1960, em que jovens Suruí despontaram como o famoso Oreia, morto num conflito com colonos.

Decidimos saber das razões que motivaram a proibição, que ia contra declaração do então Presidente da FUNAI, Sr. Adhemar Ribeiro da Silva: “todos devem ter a liberdade de reunião, manifestação e expressão, principalmente os índios, que já têm tantos problemas, devem ter liberdade para apontar esses problemas” (*Jornal do Brasil*, 24/02/1979). O pessoal da FUNAI regional alegou que havia falta de verba para a viagem, motivo falso porque nosso projeto assumiria tais despesas. Também se alegou que a próxima visita do Presidente da FUNAI à área do Sete de Setembro desrecomendava a ausência dos dois líderes Suruí que viajariam conosco. Ainda foram alegados motivos de segurança (sic).

Em 1979, Daniel Matenho Cabixi, uma das principais lideranças do Povo Pareci (MT), declarou o seguinte: “nas Assembleias esforçamos para uma auto-educação que nos torne suficientemente preparados para criar um sistema organizado de trabalho e conseqüentemente um impulsionador da melhor possível luta indígena. Não é sem motivo que a FUNAI vem tentando interceptar a participação de

índios nesses encontros baixando proibições principalmente dos grupos que a ela estão diretamente ligados. As atitudes sempre mais conscientes dos grupos indígenas têm criado verdadeiros problemas para certos quadros da FUNAI que se habituaram a usar mão-de-obra indígena para fins lucrativos” (*Porantim*, Manaus, outubro 1979).

Levamos o fato à Assembleia do CIMI realizada em Lábrea, de 02 a 04/10/1979. No comunicado à imprensa, a Assembleia resolveu incluir esta denúncia que ganhou as manchetes de alguns jornais. Em nosso retorno a Rondônia, no ofício nº 2/PQARI/79, de 26/10/1979, dirigido a Roberto Zwetsch e assinado pelo Administrador do Parque Indígena Aripuanã, Aimoré Cunha da Silva, este informa laconicamente e sem justificativas que foi pedido rescisão do Convênio assinado entre a FUNAI e a IECLB, um ano antes. Em seguida, o documento complementa: “atendendo considerações do Chefe do P.I. Sete de Setembro, comunico a V. Sra. e esposa deverão se retirar da área indígena do P.I. Sete de Setembro, imediatamente, visto que não há mais condições de suas permanências até o dia 15/11/79, como anteriormente estava estabelecido”. No dia seguinte redigimos carta ao Sr. Aimoré na qual protestamos por sua atitude unilateral, injusta e irrevogável, por ser arbitrária e não esclarecer as razões do cancelamento de um convênio oficial com a igreja. Ponderamos que, pelo fato do convênio não ter sido rescindido e ser ele que nos dava pleno direito de permanência junto à comunidade indígena; e que a comunidade diretamente interessada não tenha sido consultada sobre nosso afastamento, o Sr. Aimoré reconsiderasse sua decisão. Esta carta não mereceu resposta por parte da FUNAI⁸.

Através de denúncias e cartas escritas a diversos jornais do país, tentamos vários caminhos para retornar à Área. Nossa continuidade naquele projeto dependia de autorização e da posição assumida pelos Suruí. Em novembro, mesmo sob o risco da proibição, Roberto fez uma última visita ao Sete de Setembro e permaneceu por várias horas na aldeia conversando com algumas lideranças. No final da tarde, o Chefe de Posto exigiu sua retirada. Alguns jovens Suruí recomendaram que *Gapebano*, nome que Roberto recebera dos Suruí, concordasse com o Chefe de Posto e retornasse para a cidade. Na época, a ida à área era feita de bicicleta, o que significava mais de quatro horas de viagem até Cacoal, onde o casal foi acolhido na casa do P. Valdir Frank.

De qualquer forma, o caso repercutiu de várias formas. A jornalista Memélia Mo-

⁸ Num encontro nacional apresentamos um breve relatório desses fatos, publicado no *Boletim do GTME*, nº 1, *Cadernos do CEDI*, 5, de agosto de 1980, p. 11-13. Neste encontro, que reuniu missionários/as das igrejas presbiteriana, metodista, episcopal e luterana (IECLB) foi criado o GTME – Grupo de Trabalho Missionário Evangélico, cujo objetivo foi coordenar e articular as novas propostas de pastoral indigenista no âmbito de igrejas evangélicas abertas a uma ação ecumênica e libertadora junto aos povos indígenas. O primeiro secretário do GTME foi o Pastor metodista Scilla Franco, mais tarde bispo daquela igreja.

reira, do jornal *Correio Brasiliense*, de Brasília, vinculou a expulsão às denúncias da mineração dentro do Parque Aripuanã e à demora do Presidente da FUNAI em retirar da área indígena os colonos invasores (nós a subsidiávamos com informações sobre a situação da região). Em nota da Presidência do CIMI, publicada em Brasília, os Bispos Dom José Gomes e Dom Tomás Balduino escreveram que as “verdadeiras causas do afastamento” do casal “se localizam no fato de eles se terem realmente colocado ao lado dos índios Suruí e dos lavradores, que foram empurrados sobre a terra dos índios pelo latifúndio e de terem buscado soluções justas para ambos”. Mais adiante constatam que a presença do casal “representava um entrave ao avanço da empresa capitalista, nacional e multinacional na região e uma constante denúncia contra os políticos [...] interessados na manipulação do agricultor para os objetivos eleitorais”. Encerrando a nota, de 30/10/1979, os bispos escrevem: “O CIMI solidariza-se com Roberto e Lori, bem como com a IECLB. Atingidos pela violação do convênio e por uma perseguição injusta, e apoia a continuidade dessa excelente presença junto à comunidade Suruí e junto aos lavradores. Trata-se de uma autêntica presença cristã: libertadora e anunciadora de esperança, em meio a um povo que clama por justiça”.

A solidariedade mais próxima veio de colegas obreiros da IECLB, pastores, pastoras, técnicos e agentes de pastoral, em um manifesto encaminhado ao Conselho Diretor da IECLB, escrito em Colorado do Oeste, RO, e datado de 22/10/1979, em que escrevem: “Repudiamos os argumentos desprovidos de fundamentos mais concretos para a proibição verbal do Diretor do Parque Indígena Aripuanã para a continuidade do trabalho junto com a comunidade Suruí, acusando Roberto e Lori de incompatibilizarem-se com funcionários da FUNAI e por interferirem na administração do Parque. [...] Apelamos ao Conselho Diretor da IECLB que procure averiguar os fatos e tome sérias e urgentes providências. Não no sentido de encobrir os fatos denunciados, simplesmente substituindo elementos, mas tome posição clara e objetiva considerando que fatos como estes não são isolados, mas acontecem dentro de um amplo processo de encarnação da igreja em favor dos oprimidos”.

Esta solidariedade veio também de muitos colegas da igreja, de professores da Faculdade de Teologia de São Leopoldo, mas estranhamente não sensibilizou a direção da igreja. Em seu lugar, foi instituída uma comissão de visitação formada por dois pastores que viajaram a Rondônia para saber das causas da expulsão e das razões da quebra unilateral do Convênio com a FUNAI. Tratava-se de algo como um processo disciplinar que nos fizeram sentir concretamente abandonados pela oficialidade da igreja diante do poder da FUNAI.

No início de 1980, retornamos ao sul em visita às nossas famílias e, em conversa com a Secretaria Geral da igreja, passamos a buscar outro lugar em que pudésse-

mos desenvolver a *pastoral da convivência* junto aos povos indígenas. Roberto viajou visitando diversas comunidades indígenas do país durante o primeiro semestre de 1980, fazendo contatos com lideranças indígenas, com o apoio do CIMI e da direção da IECLB. Em julho, numa visitação ao alto Purus, para participar de uma Assembleia Indígena do Povo Kulina, ele recebeu o convite da comunidade Kulina de Maronáua para lá dar continuidade a um trabalho até então realizado por técnicos voluntários italianos ligados à Prelazia Católica do Acre e Purus e ao CIMI. Aceito o convite, com o apoio do Bispo Dom Moacyr Grechi e do Pastor Presidente da IECLB, P. Augusto E. Kunert, nós e nossa filha iniciamos um novo projeto junto aos Kulina-*Madihá* do alto Purus, em dezembro de 1980⁹. Desta vez pudemos permanecer na área por sete anos desenvolvendo um trabalho que foi muito significativo em nossas vidas (na aldeia de Maronáua nasceu nosso segundo filho Binô Mauirá, de acordo com os costumes Kulina, entre outras tantas experiências!) e para a IECLB. Esperamos que, de alguma forma, tenhamos colaborado na luta dos povos indígenas do Purus¹⁰.

⁹ Havia na IECLB nessa época uma demanda por uma nova forma de trabalhar com os povos indígenas, tanto em Guarita como na Amazônia. Como fruto dessa demanda e por ação de missionários/as e leigos engajados da igreja surgiu em 1982 o COMIN - Conselho de Missão entre Povos Indígenas, que desde então coordena todo o trabalho da igreja junto aos povos indígenas e define sua ação indigenista em defesa dos direitos indígenas a partir de cinco eixos: terra, etnossustentabilidade, educação, saúde e organização própria. Cf. TREIN, Hans A. (Org.). *Uma ponte entre mundos*. Missão da IECLB entre indígenas. São Leopoldo: Oikos, COMIN, 2010.

¹⁰ Sobre a experiência entre os Suruí, um antropólogo italiano e uma antropóloga brasileira fazem referências em suas obras a esta nossa breve passagem pelo Sete de Setembro: cf. BRUNELLI, Gilio. Do xamanismo aos xamãs. Estratégias Tupi-Mondé frente à sociedade envolvente, in LANGDON, E. Jean Matteson (Org.). *Xamanismo no Brasil*. Novas perspectivas. Florianópolis: UFSC, 1996, p. 233-266; e MINDLIN, Betty. *Diários da floresta*. São Paulo: Terceiro Nome, 2006, p. 8s (10/05/1979).

A resistência protestante/ecumênica de exilados em Genebra (Suíça)

Charles R. Harper¹

“Aquele Abraço”

Foi no início de 1970. Raramente um evento como esse reuniria tantos brasileiros exilados em Genebra. A ocasião, em janeiro, foi a inauguração do novo edifício de conferências no Foyer John Knox, uma residência internacional de estudantes, onde fui o diretor. A atração foi um show de Gilberto Gil e Caetano Veloso, dois jovens músicos brasileiros exilados em Londres. Ambos foram convidados por sugestão de Claudius Ceccon, então recém-chegado do Brasil com a sua família. O lugar estava lotado, eletrizado por antecipação. Paulo e Elza Freire estavam sentados, com os seus cinco filhos, na primeira fila - no meio de uma multidão vibrante e nostálgica de fãs brasileiros e outros, acompanhando os cantores. No momento em que Gil enviou “Aquele Abraço”, a canção destinada aos companheiros presos em Realengo, o silêncio foi ensurdecedor. Não havia um só olho sem uma lágrima no lugar.

O Foyer John Knox, com seus inumeráveis quartos e salas, também era um lugar onde solicitantes de asilo, provenientes de várias partes do mundo, se sentiam bem-vindos. A sucessão de golpes militares na América Latina levou o governo suíço a conceder o estatuto de refugiado político a um crescente número de uruguaios, chilenos, argentinos e brasileiros. Nossa política de acolhida no Foyer era totalmente apoiada pelos nossos patrocinadores – a Igreja Presbiteriana Unida dos EUA, assim como muitas outras pessoas envolvidas em ONGs suíças, como a *Declaração de Berna* e o Movimento Anti-Apartheid, e paróquias progressistas da Igreja Nacional Protestante de Genebra.

Os exilados brasileiros em Genebra eram em número reduzido em comparação com as centenas de pessoas que se refugiaram na França, especialmente depois de 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5. No entanto, cada um deles tornou-se parte de uma rede eficaz de atores que trabalhavam em toda a Europa, igualmente com outros na América do Norte. Ficou claro para nós em Genebra, tendo o privilégio de conhecê-los como amigos, que formavam um notável grupo de homens e mulheres experimentados que transformaram seus poderosos sentimentos de saudades em uma *ativa solidariedade*.

¹ Brasileiro, Pastor da Igreja Presbiteriana dos EUA, aposentado. Por longos anos Diretor do Escritório do Conselho Mundial de Igrejas para Direitos Humanos na América Latina, em Genebra, Suíça.

Depois do golpe militar no Chile em setembro de 1973, muitos brasileiros que haviam se beneficiado do asilo em Santiago, sob o governo Allende (1970-1973), se viram sob a perseguição das forças armadas, juntos às centenas de chilenos militantes, jornalistas, líderes sindicais, estudantes, profissionais, religiosos e representantes de outros setores. Estes anos cruciais do exílio - primeiro no Chile e depois na Europa - estimularam poderosamente o crescimento pessoal, profissional e político dos refugiados, particularmente entre muitos dos militantes mais jovens. Eles criaram novas perspectivas e alianças, tornaram-se fontes de informação fidedigna na Europa e em outras partes sobre as políticas repressivas no Brasil e trabalharam assiduamente para minar a política externa do “tudo vai bem” promovido pelo regime militar. Na verdade, eles se tornaram parte de uma nova geração que viria assumir uma liderança criativa na sociedade brasileira pós-militar. Além disso, contribuíram enormemente para a criação de uma sociedade civil forte com a formação de ONGs locais na defesa dos setores vulneráveis da população e na promoção dos direitos humanos.

Paulo Freire

Este ilustre educador honrou a comunidade brasileira e genebrina com a sua presença e a de sua esposa Elza. Era muito querido entre os brasileiros, respeitado no ambiente universitário e honrado no mundo ecumênico. Em 1970, depois de um período de ensino na Universidade de Harvard nos EUA, Freire veio para Genebra aceitando o convite para atuar como consultor do Escritório de Educação do Conselho Mundial de Igrejas. Este serviço perdurou por 10 anos, durante os quais ele capacitou e inspirou inúmeros grupos a criarem programas educacionais inovadores, especialmente nos países do Sul.

A reputação de Freire durante esse período desencadeou uma demanda crescente entre educadores da comunidade internacional para promover a *conscientização* entre adultos nas sociedades ocidentais. Freire dedicou tempo e esforço em seminários e *workshops*, a maioria deles realizada no Foyer John Knox com uma nova equipe que criou em Genebra: o *Instituto de Ação Cultural* (IDAC). Com este grupo, que incluía três exilados brasileiros - Rosiska e Miguel Darcy de Oliveira e Claudius Ceccon - junto com os educadores Babette Harper e Bill Bloom, ele logo concentrou sua atenção na África lusófona, aceitando convites dos governos recém-independentes de Guiné-Bissau e Moçambique.

Durante seu último ano em Genebra, Paulo recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Genebra, que destacou, entre outras realizações de sua vida, sua “contribuição original para o trabalho e renome internacional da Universidade”.

Rosiska e Miguel Darcy de Oliveira

Este casal, durante o seu exílio, contribuiu de forma decisiva com Paulo Freire e outros, como Claudius Ceccon, para a criação e desenvolvimento do IDAC. Quando voltaram ao Brasil no início de 1980, o IDAC foi ampliado e enraizado na realidade carioca, sob sua direção.

Nosso primeiro contato com eles começou quando Rosiska se apresentou no Foyer John Knox em busca de asilo político, como jovem esposa de um diplomata. Seu esposo, Miguel, tinha sido designado, no final dos anos 1960, para trabalhar na missão diplomática brasileira em Genebra junto à Organização das Nações Unidas. A partir de sua posição privilegiada tornou-se rapidamente consciente da prática de tortura, por parte dos militares contra os opositores políticos. Juntando-se a uma rede clandestina de amigos de confiança, entre os quais jornalistas, diplomatas e acadêmicos, os dois ajudaram a distribuir relatórios denunciando o uso da tortura, a várias organizações internacionais, como a Comissão Internacional de Juristas, a Cruz Vermelha Internacional, a Anistia Internacional e ao Conselho Mundial de Igrejas. Descoberto, Miguel foi chamado de volta para “consultas” no Itamaraty e foi imediatamente detido. Foi então que Rosiska, alertada, buscou proteção no Foyer Joyn Knox - não por acaso, com a ajuda de um exilado grego, o conhecido Professor Jean Siotis. Miguel logo escapou do Brasil, indo, clandestinamente, para o Chile e, em seguida, para a Suíça, onde viveram como refugiados políticos no Foyer John Knox por vários anos, perto da casa onde vivia a família Harper. Tornamo-nos, então, grandes amigos.

Nunca vamos esquecer os ruídos de um velho mimeógrafo em nosso porão, escondido durante esse primeiro ano de exílio, quando Rosiska e Miguel produziam cópias dos seus relatórios sobre a situação repressiva no Brasil, até tarde da noite. Na manhã seguinte essas cópias eram enviados, via a sua rede, para toda a Europa e outros países contribuindo muito, para informar a comunidade internacional, os governos democráticos, movimentos, partidos políticos e igrejas.

Como mencionado acima, o encontro com Paulo Freire, levou à criação de IDAC. Sua equipe, atuando durante dois anos em seminários e pesquisas em Genebra, gradualmente dirigiu suas prioridades para a África. Especialmente, em 1975, quando Mário Cabral, o primeiro presidente da recém-independente Guiné Bissau, solicitou que Freire e sua equipe criassem um programa nacional de alfabetização. Aceitaram. De acordo com a UNESCO, esta cooperação, pôde exercer e desenvolver experiências educativas inovadoras a serviço de pequenos países em desenvolvimento.

Guido Rocha

Guido Rocha exercia sua vocação de artista e escultor, trabalhando no Es-

tado de Minas Gerais. Injustamente acusado pelos militares de ser membro dum grupo “subversivo”, Rocha foi cruelmente torturado à partir de 1964, em varios centros policiais ou militares - o pior dos quais foi a sede do DOI-CODI na cidade de São Paulo, onde ele assistiu a tortura de Paulo Miranda, que em seguida veio a falecer. Logo depois fugiu para a Bolívia de onde foi para o Chile, onde, como muitos brasileiros, encontrou asilo no governo de Salvador Allende. Lá assistiu o golpe de Estado dirigido por Pinochet. Preso passou 41 dias sobrevivendo a pão e água no Estádio Nacional. Expulso do país conseguiu asilar-se em Genebra, sendo acolhido pelo Departamento de Artes da Universidade de Genebra, que passou a patrociná-lo. Ali, ele embarcou num processo de reabilitação pessoal via uma “concentração da memória”, produzindo imagens surpreendentes e esculturas de Jesus na cruz. O que era incomum e assombroso nestas obras era a representação de um homem contemporâneo, macilento, cujo aspecto torcido revelava dor e desespero.

Um visitante frequente do CMI, onde tive o privilégio de conhecê-lo, ele foi convidado em 1974 para exibir uma série de suas obras no salão principal do edifício. Os visitantes da exposição ficaram ou chocados ou fascinados pela versão do “Cristo Torturado”, como Rocha havia designado sua imponente escultura de três metros e meio. Hans-Rudi Weber, um membro senior e estimado do CMI, o descreveu em seu potente livro *“Em um meio-dia da sexta-feira: meditações sob a Cruz”*, como sendo uma representação do Jesus latino-americano - um “Cristo político” que está ao lado do pobre e o explorado “. Os modelos evocados por Rocha foram os rostos dos seus companheiros sendo torturados - homens brasileiros reconhecidamente contemporâneos -, bem como baseando-se em suas próprias inolvidáveis experiências da prisão.

Guido ofereceu este trabalho para o então-secretário-geral do CMI, Philip Potter. Por sua vez, impressionado, Potter fez com que a escultura fosse enviada para Nairóbi, no Quênia, onde, em dezembro de 1975, tornou-se a obra de arte mais vista durante a reunião da V Assembléia do CMI. Permanece agora lá, como uma doação às igrejas e ao povo do Quênia.

Com a promulgação da *Lei da Anistia* em 1979, Rocha voltou ao País, a sua amada Belo Horizonte, onde continuou a exercer sua arte até sua morte, em 2007, como um cidadão muito querido e honrado.

Manoel da Conceição

Sua expressão favorita, entre companheiros camponeses no Nordeste do Brasil ou diante dos jornalistas era, “Minha perna é minha classe”. Sua mensagem era clara: Sou um sobrevivente da resistência aos latifundiários e à polícia, da prisão e da tortura - o que lhe valeu uma prótese de metal. Segunda mensagem: Sou

um camponês, defendo os direitos de minha classe social à terra e à dignidade, na minha terra natal, o Estado do Maranhão.

Sua adesão à Assembleia de Deus, do movimento pentecostal, identificou-o com muitos outros nas áreas rurais pobres. Durante seus anos de campanha, o que o fez muito popular, Manoel tornou-se um líder da Ação Popular (AP), juntando-se a outros líderes nacionais, como Paulo Wright, que tinha sido ativo não só politicamente, mas como membro do Movimento Estudantil Cristão. Paulo morreu em 1973 em consequência das torturas no DOI-CODI, em São Paulo. Manoel já estava em má forma quando, em 1975, foi preso na casa do padre francês Domingos Barbé, em Osasco, SP. Ele estava se recuperando após longo tratamento num hospital em São Paulo, devido às sequelas de sua tortura. Por fim, dada a sua notoriedade nacional e internacional, o governo permitiu que ele deixasse o País, depois de uma maciça campanha de solidariedade por parte de amigos no Brasil e de igrejas na Europa e nos Estados Unidos. Manoel chegou em Genebra, sob os auspícios e com o apoio da Anistia Internacional, em março de 1976. Com sua esposa Denise e sua filhinha Mariana - nascida em Genebra – ele lá permaneceu até seu retorno ao Brasil em 1979. Durante a sua estadia em Genebra a família foi acompanhada por muitos amigos suíços e brasileiros. Aproveitando esse tempo relativamente calmo, Manoel escreveu a história da sua participação na luta pela reforma agrária, num livro intitulado “Essa terra é nossa”.

Claudius Ceccon

Claudius, Jovelina e os seus dois filhos, Flavio e Claudia, chegaram em Genebra em 1971. Tivemos o prazer de receber a família em nossa casa, no Foyer John Knox, por algumas semanas, o que estabeleceu a base duma amizade que durou muitos anos. Formado em arquitetura, Claudius se tornou um caricaturista político na década de 1960, tendo contribuído para a *Folha de São Paulo*, *Pif Paf e*, notavelmente, para o *Pasquim*, um semanário satírico muito popular, que ele ajudou a criar. Seus desenhos incisivos não foram do agrado do regime militar: após um breve período de prisão, Claudius optou pelo exílio na Europa, tendo se fixado em Genebra.

Lá, sua perspicácia e habilidade como caricaturista fizeram com entrasse em estreita e eficaz colaboração com o Departamento do Comunicação do CMI, assim como, também, com o IDAC, enquanto um dos membros fundadores da organização. A comunidade de exilados brasileiros em Genebra intensificou sua amizade com Paulo Freire, que estava servindo como consultor do CMI durante os anos de 1970. As caricaturas inesquecíveis de Claudius, publicadas pelo IDAC, amplamente divulgadas e reproduzidas em todo o mundo, perfilavam nitidamente os grandes problemas da repressão física e política, da desigualdade econômica e do analfabetismo entre outros desafios contemporâneos. Suas raízes

metodistas e sua experiência ecumênica no Brasil o prepararam para obter uma profunda acolhida no mundo ecumênico internacional, de sua história e de suas prioridades. Isto foi ilustrado de duas maneiras: através de suas contribuições para o trabalho da Sexta Assembleia do CMI, realizada em Vancouver, Canadá, em 1983; e nas suas responsabilidades como executivo da Federação Universal de Estudantes Cristãos (FUMEC), com sede em Genebra.

A família Ceccon retornou ao Brasil em 1978. Lá, Claudius começou a se envolver com vários projetos de alfabetização sob a inspiração do IDAC em áreas pobres da cidade de São Paulo sob os auspícios do Cardeal Paulo Evaristo Arns. Logo colaborou, também com o Instituto de Estudo da Religião (ISER) no Rio de Janeiro. Em seguida fundou o Centro de Criação da Imagem Popular (CE-CIP) que, rapidamente, tornou-se conhecido como produtor de livros de alfabetização atraentes para as crianças, como também pelo uso criativo do vídeo. Esta premiada ONG tornou-se uma fonte rica de material didático para as escolas e outras instituições públicas, com particular relevância para a democratização da informação, a luta pelos direitos indígenas e a promoção da saúde.

Jether Pereira Ramalho

Jether e a sua esposa Lucília chegaram a Genebra em 1977. Ele foi convidado pela “Comissão sobre a Participação das Igrejas no Desenvolvimento” (CCPD), do CMI, para realizar pesquisas e estudos sobre diversos temas relacionados aos desafios enfrentados pela comunidade ecumênica em sua busca por justiça social e econômica. Líder da Igreja Congregacional do Brasil, Jether era bem conhecido nos círculos protestantes brasileiros por resistir à hegemonia militar e as suas políticas repressivas.

Menos conhecida foi sua busca discreta de testemunhos de tortura, escritos pelas próprias vítimas, particularmente depois de 1968. Jether os levou secretamente aos EUA com um outro colega, Domício Pereira de Mattos, líder presbiteriano. (Por coincidência, quando criança, eu tinha conhecido o Domício, pois ele foi um dos primeiros diplomados, no início da década de 1930, do *Instituto José Manoel da Conceição* (JMC), um colégio preparatório pré-teológico localizado em Jandira, perto de São Paulo, e dirigido pelo meu pai, C. Roy Harper).

Em Nova York, os dois emissários se encontraram com Jovelino Ramos, mais um dos pastores presbiterianos excluídos de sua igreja (a *Igreja Presbiteriana do Brasil* - IPB) e exilado do país em 1968. Eles se encontraram, em Nova York, com Rubem César Fernandes, outro exilado brasileiro, que naquele tempo era estudante de pós-graduação na Columbia University. Eles entregaram o material que tinham trazido ao Rev. William Wipfler, alto funcionário do Conselho Nacional das Igrejas de Cristo nos EUA. Esta coleção de testemunhos constituiu a primeira evidência documentada, por escrito, da tortura aplicada pelo regime

militar do Brasil contra oponentes e, também, pessoas comuns. O dossiê contendo o material passou a ser amplamente divulgado nos ambientes católicos e protestantes. Serviu como um elemento-chave em campanhas posteriores, para isolar o regime militar brasileiro, especialmente por parte de membros do Congresso dos EUA.

Depois de voltar ao Brasil, Jether escreveu análises sólidas acerca da situação brasileira sob o regime militar, definindo os desafios que se colocavam para a comunidade ecumênica. Especificamente, estas análises serviram de material preparatório para uma consulta mundial organizada pela “Comissão das Igrejas para Assuntos Internacionais” (CIAI/CCIA) do CMI, realizada em St. Pölten, na Áustria, em outubro de 1974.

Mais tarde, em Genebra, seu trabalho na CCPD enriqueceu a compreensão da família ecumênica sobre o papel das igrejas e grupos comunitários na criação de novas formas de cooperação ecumênica. Ainda em Genebra Jether escreveu o livro intitulado “Sinais de Esperança e Justiça”, publicado pelo CMI em 1980. Durante esse tempo, visitou a maioria dos países da América Latina, incentivando os grupos ecumênicos para fortalecer sua unidade e a sua coesão; grupos locais do movimento Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL), do Movimento Estudantil Cristão (MEC), da União Latino-americana de Juventudes Ecumênicas (ULAJE) e da Comissão Evangélica Latino-americana de Educação Cristã (CELADEC).

Seu retorno com Lucília ao Brasil o levou a assumir outros compromissos, bem conhecidos da comunidade ecumênica no Brasil. Entre eles estão as iniciativas que proporcionaram oportunidades posteriores para estimular a cooperação com os responsáveis pelo trabalho em favor dos Direitos Humanos do CMI como o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) especialmente através da revista Tempo e Presença.

Lysâneas Maciel

Lysâneas, membro fiel da, então, Igreja Presbiteriana da Ipanema no Rio de Janeiro, advogado, foi eleito Deputado Federal a partir de 1971 como membro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), representando o então Estado da Guanabara. Amplamente considerado como um homem de integridade -- participava do grupo dos chamados “Autênticos” do seu partido -- Lysâneas foi reeleito em 1975, mas teve seu mandato “cassado” no ano seguinte, aparentemente, porque protestava de forma contínua contra as medidas arbitrárias que eram tomadas pelos militares contra as pessoas comuns e outros membros progressistas do Congresso. A substância e os tom de suas intervenções, desagradáveis para o regime militar, resultaram em sua proibição a continuar exercendo seu mandato parlamentar.

Informado de possíveis ameaças contra sua vida, assim como da de sua esposa Regina e dos filhos, Lysâneas viajou com a família para Genebra, a convite do Conselho Mundial de Igrejas, onde prestou valiosos serviços à causa dos Direitos Humanos, trabalhando como consultor da "Comissão das Igrejas para Assuntos Internacionais" do CMI e, em particular, do Escritório para Direitos Humanos para a América Latina (HRROLA), do qual eu era o responsável. Lysâneas manteve contatos vitais com amigos e colaboradores no Brasil, bem como participava plenamente da vida da comunidade de exilados brasileiros em Genebra. No CMI ele atuava em várias instâncias de consultoria em matéria de Direitos Humanos. Sua interpretação sobre o que estava ocorrendo no Brasil naquela época não só nos ajudava a estabelecer as políticas a seguir como, também, oferecia critérios para ações a serem tomadas. Assim, em cooperação com o Programa de Combate ao Racismo (PCR) do CMI, como também com a Comissão de Assistência Intereclesiástica, Serviço Mundial e Refugiados (CAISMR/CICARWS), Lysâneas destacou os perigos que se abatem sobre os povos indígenas no Brasil ao perderem o acesso às suas terras ocupadas por corporações transnacionais estrangeiras. Sua orientação na determinação das prioridades relativas aos Direitos Humanos nos ajudou a identificar iniciativas relevantes no Brasil que mereciam ser apoiadas pelo CMI, como, por exemplo, o trabalho da Coordenadora Ecumênica de Serviço (CESE) e da Comissão Justiça e Paz da Conferência de Bispos do Brasil (CNBB).

Lysâneas e sua família retornaram ao Brasil em 1978, quando ele retomou sua carreira política, voltando a atuar com o mesmo denodo no Congresso. Teve intensa participação no processo de elaboração da nova constituição que restituiu a democracia no país e que foi promulgada em 1988. Seu último mandato foi como Vereador no Rio de Janeiro, até a sua morte em 1997.

Outros três membros da comunidade de exilados brasileiros em Genebra também contribuíram para manter a vitalidade e a coesão do grupo, bem como prestando apoio constante às forças vivas no Brasil:

José Barbosa: Era líder sindicalista ativo entre os metalúrgicos nos complexos urbanos industriais do Rio de Janeiro e de São Paulo, quando foi preso. Posto em liberdade e, antes que fosse preso novamente conseguiu escapar para o norte do Brasil, passou pela Guiana Francesa, e, seguindo um percurso complexo, obteve asilo político na Suíça. Seu caráter particularmente gregário, sua própria narrativa de vida e sua experiência em organização tornou-se um estímulo e uma inspiração para vários cidadãos helvéticos, diversos sindicatos locais e movimentos de solidariedade.

Marcos Lins e sua esposa Fátima: chegaram em Genebra com os seus três filhos Renata, Juliana e Marcelo, em 1974, juntando-se a seu irmão Silvio, dono de um negócio de exportação. Ameaças anteriores no Brasil por suas atividades políticas e a sua oposição ao regime militar, os levaram a deixar o país. Fátima, por seu lado, já havia trabalhado com Paulo Freire em 1964 e, em Genebra, men-

cionava, com alegria, sua satisfação por encontrar, de novo, a família Freire. Após cinco anos de trabalho de solidariedade discreta, Marcos e sua família retornaram ao Brasil em 1979.

Marcos Arruda: foi muito ativo nos Estados Unidos, mobilizando a opinião pública americana, a partir de 1970, junto com outros exilados brasileiros – como os líderes presbiterianos Jovelino Ramos e Rubem César Fernandes e o metodista Anivaldo Padilha - contra o regime militar. Anteriormente, Marcos havia sido detido e torturado severamente por seus vínculos políticos com a Ação Popular (AP), uma experiência que o convenceu a procurar asilo nos Estados Unidos. Depois de alguns anos, mudou-se para Genebra, onde se juntou a uma equipe de sociólogos e economistas no CMI como consultor. Sua pesquisa no âmbito da Comissão de Participação das Igrejas no Desenvolvimento (CCPD) produziu publicações incisivas sobre as corporações transnacionais, como, por exemplo, *“Ecumenismo e uma nova ordem mundial: os fracassos dos anos 1970 e os desafios da década de 1980* (CMI Editora, 1980). Marcos retornou ao Brasil em 1979, onde continua a trabalhar em favor da justiça econômica, social e ambiental em muitas áreas.

Direitos Humanos e o Conselho Mundial de Igrejas

No final de 1973, ainda morando com minha família no *campus* do Foyer John Knox, comecei a trabalhar no Conselho Mundial de Igrejas, emprestado por minha igreja para dirigir a *Chile Emergency Desk* que, logo depois tornou-se o *Escritório para os Direitos Humanos na América Latina (HRRLA)*. Com o golpe de Estado do general Pinochet, uma das nossas primeiras preocupações foi a proteção dos muitos refugiados chilenos que fugiam para a Argentina. Em paralelo, entre os brasileiros/as que tinham procurado asilo sob o governo de Allende antes de 1973, como havia ocorrido com Guido Rocha, vários foram ameaçados de ser enviados de volta para o Brasil.

Chamados urgentes ao CMI, pelas igrejas-membro do CMI no Chile e na Argentina tomaram em conta esta situação crítica. Elas rapidamente responderam a esta crise através a criação de serviços ao longo da fronteira que divide os dois países e em suas capitais, para proteger e encontrar moradia para milhares de pessoas em cooperação com o ACNUR das Nações Unidas. O CMI foi um parceiro de pleno direito nesta operação, fornecendo os meios necessários para permitir que estas Igrejas protestantes - Metodista e Luterana, em sua maior parte – e mais alguma dioceses católicas , trabalhassem em conjunto para acolher e proteger os refugiados .

Enquanto isso, no Brasil, as igrejas históricas protestantes estavam passando por crises graves, divididos em simpatias pró e anti-militares. A liderança conservadora e autoritária em alguns casos - sendo a Igreja Presbiteriana do Brasil um

exemplo notório - reprimiu duramente pastores progressistas no seu seio, em alguns casos expulsando-os assim como suas comunidades. Pastores, líderes leigos e membros das organizações ecumênicas foram forçados, desde 1968, seja a deixar o País, como vimos acima, ou, então, permanecerem trabalhando discretamente para a manter a esperança coletiva e pessoal no futuro, de forma muitas vezes em grande em grande risco.

Nesta situação, as decisões na sede do CMI sobre como ativar a proteção de membros das igrejas sendo assediados ou perseguidos, foram feitas em consulta com líderes individuais confiáveis – pastores ou leigos - no Brasil. Mas também valorizamos os conselhos dentro da comunidade de exilados de Genebra. Olhando para trás, posso facilmente me lembrar do conselho de vários desses exilados como sendo essencial para o nosso apoio prático ao trabalho de mobilização e de defesa dos Direitos Humanos no Brasil - por exemplo, do Centro Evangélico de Informação (CEI), que mais tarde tornou-se o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina (CBS), *e, depois de 1980*, o IDAC - especialmente no seu trabalho de promoção dos direitos da mulher e na formação de muitas para a liderança social ou paramédica nas suas comunidades.

Pastores protestantes individuais e líderes leigos no Brasil tomaram uma posição pública em protesto contra as ações particularmente duras tomadas pelo regime militar contra os setores vulneráveis. Um exemplo disso foi a declaração pública veemente, proclamada em abril de 1980, por quarenta e seis representantes das igrejas metodistas, presbiterianas, de confissão luterana, congregacionais, episcopais e reformadas, em apoio à greve dos metalúrgicos em São Paulo. Esta atitude ecumênica - embora individual - para responder às graves violações dos Direitos Humanos das pessoas, setores e outros grupos vulneráveis, tornou-se uma espécie de padrão. A Coordenadora Ecumênica de Serviço (CESE), com sede em Salvador, Bahia, foi fundada por cinco igrejas nacionais, incluindo a Igreja Católica Romana e tem sido uma parceira do CMI de várias maneiras. Ela tem sido fundamental para o fortalecimento de centenas de organizações locais da sociedade civil que defendem e promovem a afirmação dos Direitos Humanos básicos em relação aos segmentos sociais mais pobres. O surgimento da organização CLAMOR, uma entidade ecumênica voltada para a defesa dos Direitos Humanos em São Paulo e apoiada pelo Cardeal Paulo Evaristo Arns, começou por prestar assistência aos refugiados dos países do Cone Sul, mas logo concentrou seus esforços na busca das crianças desaparecidas na Argentina, Uruguai e Chile, como também a denúncia de violação dos Direitos Humanos no Brasil. Esta organização logo contou com o firme apoio do CMI.

Não há dúvida de que a realização do projeto secreto, Brasil Nunca Mais, desafiou a capacidade de um pequeno grupo de advogados do Rio de Janeiro e de São Paulo, para copiar secretamente e catalogar mais de um milhão

de páginas de registros dos tribunais militares em todo o Brasil. Sob os auspícios e a proteção do Cardeal Arns e liderados pelo Pastor Jaime Wright da Igreja Presbiteriana Unida (IPU), a equipe produziu um copioso registro do uso da tortura no Brasil por parte dos organismos de repressão do regime militar no Brasil. O pedido feito por Dom Paulo Evaristo ao Rev. Philip Potter, secretário geral do CMI, para que os acompanhassemos, moral e financeiramente, a realização desse projeto intrépido, foi levado muito a sério. O CMI assumiu esta responsabilidade inteiramente. Pelo menos dois membros da comunidade exilada em Genebra estavam ao par desta decisão.

Foi um longo tempo, mas, finalmente, pode-se novamente cantar com Gil :

“Pra você que me esqueceu,
Ruuuummm! Aquele Abraço!
Alô Rio de Janeiro, aquele Abraço!
Todo o povo brasileiro, aquele Abraço! “

Depoimentos que Reafirmam a Esperança

“A juventude não perdeu a esperança...”

Entrevista com Mariana Zuccarello, facilitadora da Rede Ecumênica de Juventude no Espírito Santo.

Mariana, você está envolvida com a REJU, como se deu esse processo todo até você chegar a esse tipo de militância?

Olha, a minha militância ecumênica, política e social vem de berço. Meu pai é Pastor. Era da IPI, hoje está na IPU (Igreja Presbiteriana Unida). Minha mãe é psicóloga e, durante a minha infância e adolescência, meu ambiente de convivência foi com eles, militando na área da infância. Trabalhando com crianças em estado de risco no âmbito da Igreja. Num projeto social. Com professores também; os que estão na luta pelo magistério. Questão das diversidades. Então desde criança sempre estive presente na luta. Compromisso com os oprimidos, com as crianças abandonadas, com os menos favorecidos. Escolhi fazer faculdade de Direito justamente por isso, com o intuito de poder combater também as opressões juridicamente. Eu não tinha conhecimento de instâncias ou organismos ecumênicos para a juventude como a REJU, a Rede FALE ou outros como o movimento Pop. Não sabia nada. Minha vida sempre foi de ecumenismo dentro da Igreja. Pra quem vem da IPI ecumenismo é relação entre protestantes e a igreja católica. Conheci a REJU quando participei de um encontro da Pastoral Ecumênica da Juventude do CLAI, em Curitiba.

Esta pastoral de juventude ainda está num processo de construção. E lá vieram representantes da REJU, do MJPOP do Rio de Janeiro. As Igrejas membros do CLAI estavam representadas, sendo de dois jovens a representação da IPU. Também havia gente da igreja anglicana, da igreja luterana, e de outras. Então, foi ali que eu conheci a REJU mesmo. Que eu soube do trabalho da REJU numa perspectiva de incidência nas políticas sociais pra juventude de uma forma ecumênica ampla, para além da Igreja, para além do Credo. E quando eu voltei a morar em Vitória, quando eu terminei a faculdade, eu comecei a procurar pra saber se existia alguém no Espírito Santo que era da REJU. E quando eu procurei não achei ninguém. Então alguém me indicou, o tal do indica, indica. Fala com fulano que é da REJU. E quando falei com essa pessoa ela disse: Nossa, eu estou saindo da REJU. Você podia falar lá com o Daniel pra você assumir o meu lugar. Eu fiquei assim: Assumir o quê? Eu não estou entendendo. Mas liguei pro Daniel. Ele então começou a conversar comigo. Falou um pouco da trajetória da REJU, da ideia básica da REJU que vinha ao encontro do que o meu coração já pensava e sonhava,

o trabalho com a juventude. Então, aceitei o desafio. Foi questão de uma semana. Uma ligação telefônica! No outro dia dei a resposta. E começamos. E aí eu entrei, virei Rejuzeira. Foi assim, o conhecimento. Sem querer, mas querendo, eu achei a REJU e me colocaram lá dentro.

E como é o seu trabalho hoje lá?

Desde que eu assumi a REJU no ano passado, eu peguei de cara o debate da Redução da Maioridade Penal. Como a gente sabe, de dois em dois anos é um debate que vem à tona. Toda vez que acontece um homicídio praticado por um menor, um adolescente em conflito com a lei, volta o debate todo. Então, eu lembro que desde criança sempre ouvia falar da Redução da Maioridade Penal. No Espírito Santo tem um Senador que pauta isso de forma muito forte, o Magno Malta. Eu assumi em abril e em meados de maio ele começou com propaganda, com camisetas dentro dos cultos nas Igrejas, pautando mesmo a questão da Redução da Maioridade Penal. Enquanto isso a gente na REJU ia conversando, via skype, via facebook e tal. Decidimos que a gente traria essa pauta também pra REJU. A gente já tem compromissos com a questão do extermínio da juventude negra, então essa discussão só vem a somar. E começamos esse trabalho. E junto a isso também está o fato de eu ser militante política. Faço parte do PSOL. E a gente também tinha essa preocupação. Então começamos a trabalhar juntos, promovendo debates. No Espírito Santo a REJU incorporou nessa luta outras organizações como a Comissão de Justiça e Paz, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, a Comissão dos Direitos Humanos, o grupo Tortura Nunca Mais. Todos os organismos de Direitos Humanos da grande Vitória encamparam a Campanha contra a Redução da Maioridade Penal e a gente acabou criando uma frente, Frente Capixaba contra a Redução da Maioridade Penal que passou a dialogar com escolas, com professores, com os sindicatos. Participamos de vários seminários no interior do Estado. E foi uma Campanha muito bem trabalhada e articulada com a REJU muito presente.

Este ano nossa grande questão é a reforma política e muitas outras temáticas. Outra coisa também que esse ano a gente trabalhou muito bem, de forma muito bem articulada foi a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos que talvez, em alguns espaços, não tenha tanta incidência juvenil, tantos jovens participando. Em Vitória a gente participou ativamente da construção das liturgias, dos momentos de mística e da própria mensagem levada dos trabalhos com o CEBI, com a Igreja Luterana, Igreja Católica, Igreja Anglicana, e alguns líderes da Igreja Metodista. Então, posso dizer que meu trabalho, minha experiência de REJU, no Espírito Santo, tem o apoio muito forte das Igrejas, das Igrejas ecumênicas. E somos sempre convidados a estar levando mensagens para a juventude.

Você sendo da IPU qual é o apoio que vocês recebem?

Desde que me tornei REJU tenho um apoio muito grande. A gente tem um desafio hoje na IPU não só de Vitória, mas nacionalmente, de trazer a juventude da IPU pra ser participante da REJU. Não vou dizer que é para transformar todo

mundo em REJU, mas que aquilo com que a gente trabalha e vem dialogando com a juventude que esteja também no coração e na mente da juventude da IPU. Até porque a IPU é uma igreja que se afirma como uma igreja ecumênica. Você participou da história, mas contando aqui na entrevista uma igreja que nasce no seio da Ditadura, que nasce contra a opressão, que foi massacrada, perseguida, igrejas queimadas, pessoas mortas e que a gente tenta lembrar hoje que isso não pode ser só parte da nossa história. A gente só lembrar, olhar para trás e falar que bonito: Reverendo Jaime Wright, Paulo Wright, Reverendo Zwinglio... Não, a gente deve olhar para o passado e falar assim: eles lutaram, conseguiram, nasceu essa igreja e, hoje, essa juventude tem que continuar essa luta senão a igreja vai morrer.

Que informações vocês tem da luta dos jovens no passado?

Olha temos notícia de que não foi fácil. No mês de março deste ano a gente fez um resgate histórico da luta dos jovens protestantes durante a ditadura. Não só protestantes, como os jovens cristãos em geral. Na Igreja a gente fez um levantamento, quais foram os jovens que se colocaram contra, os que sofreram, os que hoje nós lembramos de memória. Fizemos um trabalho de divulgação no facebook. Inclusive promovemos alguns debates na IPU sobre a ditadura militar. O papel da Igreja durante a Ditadura e o papel que a Igreja que cumpre hoje. Se ela resgata essa história, se ela omite, se ela tenta reparar, se ela tenta consertar. Por que a juventude cristã teve um papel muito importante na ditadura, assim como algumas igrejas. Inclusive de apoio e de acolhida aos jovens ateus que eram perseguidos.

Trata-se do papel fundamental da juventude, de cristão comprometido com o Evangelho no período da ditadura. Eu vejo que o que aconteceu no passado, nós devemos lembrar hoje, replicar. Não só lembrar para não esquecer mas lembrar pra fazer diferente. É que a gente olha para a nossa história de hoje e a gente vê que as mesmas coisas vão se repetindo. E a juventude não consegue nem se posicionar dentro da Igreja e colocar isso, tentar. Ela não tem voz em alguns espaços e, na verdade ela tem medo também. É olhar para essa juventude que não teve medo, que se posicionou, que foi contra. Alguns se foram, outros se foram com a idade, com o tempo. A gente tem o legado do Rev. João Dias que recentemente nos deixou. Tantos outros. Vocês que ainda estão vivos aqui com a gente pra resgatar essa história e mostrar que é possível mudar, é possível sonhar e transformar. Eu acho que esse é o principal desafio da juventude cristã, da juventude ecumênica

Como é que você está vendo o futuro imediato da REJU? Você acha que a tendência é crescer, se fortalecer?

Eu acho que hoje a REJU está se consolidando. É um projeto antigo. Mais de 20 anos. Hoje a gente tem boas representações nos diferentes espaços. Tem alguns lugares que nós ainda não conseguimos chegar, mas onde ela está presente, o apoio institucional existe. Abertura nas organizações, nas redes, nos movimentos sociais. O Brasil vive um momento de muita insatisfação da juventude. Ela está ten-

tando encontrar o seu lugar. Ano passado as manifestações de junho mostraram isso. Acaba que às vezes só fica a juventude que já faz parte do meio. Mas hoje, a gente enxerga a REJU como um caminho necessário, importante para o diálogo da juventude que tem um comprometimento social, inter-religioso, ecumênico. E que ela tem tudo para crescer. Tem pessoas comprometidas. Como disse, raramente alguém é convidado ou intimidado para fazer parte. As pessoas surgem, aparecem, se identificam com o trabalho. E o trabalho em rede é isso. É muito vivo, dinâmico, não deixa morrer. Agora a gente está passando pela transição na saída do Daniel e entrada da Duda, mas a gente conversava que a REJU não personifica. O coordenador não personifica a REJU. Então, mesmo que haja uma transição, haja uma troca, ela continua viva e com uma identidade muito forte que é o trabalho de políticas sociais e políticas públicas para a juventude.

Como é que vocês tem olhado esse grande movimento baseado na música Gospel que domina de certa maneira o panorama do mundo evangélico hoje?

Esse é um tema que eu acho que a gente nem tem discutido muito, na verdade. A gente sempre fala muito dos Pentecostais mas nunca pensamos a partir da perspectiva musical, da música Gospel em si. Eu que gosto de música, canto, sempre foi um desafio para mim fugir dessa música comercial secular Gospel que existe. E procurar trabalhar com músicas que levem uma mensagem verdadeira, sobre o trabalho, música de revolta, de indignação em relação à sociedade em que a gente vive, crítica do meio cristão no qual a gente vive e da Igreja que é reproduzida, separatista, fundamentalista. Quando a gente pensa em REJU a gente tem alguns espaços assim. Essa juventude Pentecostal é um desafio. A música Gospel ela está em todas, nas Igrejas tradicionais, nas nossas Igrejas já que elas são bem diversificadas. Muitas vezes se chega numa comunidade que canta aquela música que vai totalmente contra a nossa teologia. Aquela de pisar no inimigo, aquela música de prosperidade, para direita e para esquerda. Sempre em busca de bens, de melhoria financeira, aquela coisa toda. Alguns jovens da IPU de Vitória, outros da Bahia tiveram a ideia de criar uma plataforma *on line* no *Youtube*, onde a gente pudesse compor músicas cristãs ecumênicas. Músicas que trabalhassem o Evangelho de outra forma, totalmente ao contrário dessas músicas Gospel e, também, interpretassem as músicas que nós já temos aqui e que reproduzem essa história. Tantas músicas. A gente já até cantou mais cedo. Trabalhar essas músicas pra gente conseguir trazer pra juventude um conteúdo diferente. Por que as vezes eles ouvem na Igreja e é só um pianinho. Tem uns que gostam, eu gosto muito. Pra mim só um piano já faz a festa. Mas os jovens gostam de barulho. A gente conseguiu entender que cantar diferente pro jovem que gosta de festa nem sempre é interessante porque ele não liga pra letra, pra ele é só ritmo. Você fica reproduzindo uma letra ruim com um ritmo legal porque ele gosta é do ritmo. Então se o problema é esse por que a gente não pega as letras boas e coloca num ritmo legal também, que atinja essa juventude? É uma ideia que a gente teve, de fazer isso, fazer paródias, algo assim pra poder dialogar também com a juventude que gosta de música, que

gosta de tocar, de produzir. Por que dá pra trabalhar isso. As vezes as Igrejas falam assim: Vamos fazer uma noite de louvor e tal. Só que a gente não consegue cantar as músicas dos cultos de louvor. A galera quer cantar as músicas Gospel. Porque são as que permitem o uso da bateria, do contra-baixo e tudo mais. E na verdade o que gente tem que fazer é reinventar pra juventude. Eu falo enquanto jovem mesmo. É só uma questão de dedicação. Se a gente quiser a gente consegue.

Você deve ser nascido na década de 90. O que você aprendeu sobre a ditadura na escola? O que lhe explicaram?

Nasci em 1990. Por incrível que pareça eu sempre aprendi sobre a Ditadura do jeito que a gente lê hoje. Graças a Deus eu tive uma ótima formação de história, razão porque eu fui fazer Direito. Eu lembro até dos nomes das pessoas perseguidas. As músicas que os professores cantavam com a gente. Jornalista Vladimir Herzog. As músicas do Chico Buarque que reproduziam isso. Na formação da Escola eu aprendi a Ditadura da forma como ela foi mesmo. A falsa notícia de que o comunismo se instalaria no Brasil que justificou a implantação da ditadura. Os Atos institucionais. Todos os Governos de Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel. O nível da maldade de cada um deles. Qual foi mais linha dura, mais rígido. Eu nunca fui enganada quanto a isso. Graças a Deus eu aprendi direitinho.

Essa boa formação acabou contribuindo para a trajetória de vida que você experimentou levando-a para esse compromisso social, por exemplo?

Com certeza.

Se você não tivesse tido essa formação a sua cabeça seria outra?

Sim. Com certeza. E também o que ajuda é que o meu pai é professor de História. Então, em casa a gente sempre teve espaço. Pastor e professor. E mãe psicóloga. Então, tudo era conversado, discutido, dialogado. Como eu falo, a importância na família nesse processo de formação, foi fundamental pra dizer quem eu sou hoje. Claro que eu tive minhas escolhas, minhas opções. O que eu aprendi lá fora, mais o conhecimento que era reproduzido dentro de casa também propiciou essa formação. Os filmes vistos e discutidos em casa. Desde criança sempre assistimos filmes que reproduziam essa realidade Não só a ditadura, mas o nazismo, o fascismo, etc. E eu sempre gostei muito de História sempre foi bem presente pra mim.

Dos versos que você canta quais os que você mais gosta?

Eu vou cantar um que minha mãe cantava quando eu era criança e que até hoje eu canto. Ela disse que cantava essa música e no final eles falavam.... Vou cantar aqui depois eu falo. No movimento das” Diretas Já” do qual minha mãe participou:

*“Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais, braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Vem, vamos embora que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.”*

Aí, no final, ela levantava a mão e gritava: “Diretas já!” “Diretas já!” Diretas já!”
“Diretas já!” “Vamos votar!!” “

Obrigado Mariana, pelo seu depoimento!

“A juventude é o retrato da sociedade que aí está...”

**Entrevista com João Pucinelli, facilitador
da Rede Ecumênica de Juventude (REJU)
para a região do Centro-Oeste.**

Como foi que você chegou na REJU?

Fui conhecendo a REJU aos poucos. Eu conhecia muito através do site, algumas pessoas que participavam, com uma filiação um pouco de longe. Então ela começou a ficar mais próxima quando eu conheci o Daniel numa atividade de uma instituição em que eu trabalhava, que era a Casa da Juventude; a gente teve um seminário sobre juventude e ele foi uma das pessoas convidadas a participar do evento. Fui conhecendo e me aproximando dele a partir deste momento. E aí, numa saída do nosso facilitador Centro Oeste, Lucas, eles me convidaram para colaborar com esse processo de facilitação na região.

Qual é a situação da REJU lá no Centro Oeste?

A REJU tem colaborado com as articulações maiores que tem sido feitas sobretudo na área de juventude e direitos humanos e na área de superação das intolerâncias religiosas através da articulação de controle social, de política pública ou de campanhas quando acontece algum caso de violação de direitos, principalmente em comunidades de matriz africana.

E o pessoal que está envolvido, que tipo de filiação religiosa eles tem? Ou não tem?

Tem um grupo que vem da Pastoral da Juventude da Igreja Católica Romana. Outro que frequenta Candomblé ou Umbanda. Alguns não participam de comunidades religiosas.

Evangélicos são poucos?

Tem algumas articulações com duas pastoras.

E esse grupo no qual que você atua como facilitador, tem uma memória do que aconteceu durante o Regime Militar?

Como tem um pessoal muito envolvido na militância atual e algum espaço para além da REJU e também na REJU, com os 50 anos do Golpe isso veio à tona. Rodas de conversa, depoimentos... A gente participou de algumas atividades lá em Goiás e o pessoal tem tido muito contato com esse tema, mais ainda por causa dos 50 anos.

Vocês tem apoio das comunidades religiosas ou não?

Esse tema não aparece muito lá na base das comunidades religiosas. Ele acaba sendo um tema discutido muito mais por quem está no movimento social do que pela religião, pelas comunidades. Então ele apareceu mais, teve mais contato, mais entrada através do movimento social e não pelas comunidades.

E os jovens estão envolvidos nos movimentos sociais?

Sim. Muitos estão.

Quais são as perspectivas que você vê do trabalho da juventude dentro da REJU?

Eu acho que um tema que está muito forte e tem se consolidado é a discussão sobre juventude e direitos humanos. A gente pensar o espaço de representação dos jovens. Pensar sobre a criminalização, a questão da homofobia, do racismo. A liberdade religiosa. São em espaços assim que a REJU acaba estando articulada junto a outros grupos, junto a outros movimentos para incidir sobre essas pautas. Um caminho que está sendo pensado no Centro Oeste e em outros lugares também.

E o pessoal do Candomblé? Você me disse que está mais próximo do Candomblé atualmente...

Sim.

O pessoal está envolvido nisso ou está levando para outras comunidades.

Acho que no Candomblé as comunidades conversam no seu dia a dia sobre vários assuntos. E a presença de muitos jovens homossexuais, a presença de muitos jovens negros, tem feito esses temas repercutirem de alguma forma, ainda um pouco tímida, mas repercutindo nos terreiros. Isso é bacana.

E os Católicos ?

Onde tem grupos mais progressistas. Goiânia não é um lugar que atualmente tenha uma expressão tão forte da igreja Progressista. Então você tem dificuldade, por exemplo, de entrar em comunidades mais conservadoras ou carismáticas com alguns temas.

É. O mundo carismático é um problema.

É a opção da Igreja local, da Igreja Católica local de Goiânia.

É?

É. Claro que há grupos de resistência que estão mais articulados entre esses grupos, as Comunidades Eclesiais de Base, a Pastoral da Juventude e outros grupos que tem essa tradição progressista tem se articulado através de um espaço cultural, - centro cultural - e nesse lugar o debate tem acontecido. Mas ele tem que estar concentrado nesse lugar muito mais do que nas comunidades. Porque nas comunidades não tem muito acesso. Então é uma pessoa que participa lá, que esta numa comunidade e consegue levar pra essa comunidade a discussão. Mas isso não chega na maioria delas.

Quer dizer que você ainda tem muito trabalho pra fazer?

Tem. Com certeza. No âmbito eclesial principalmente.

E o mundo evangélico como é lá?

Goiânia não é um lugar que tem tradição de Igrejas históricas evangélicas. Você tem a Igreja Luterana, mas é uma comunidade pequena. A Igreja Anglicana também vive essa situação. Aí, você tem muitas Igrejas Pentecostais e Neopentecostais e o nosso diálogo ecumênico acaba sendo um pouco menor com essas Igrejas,

quando ele existe... Pensar nos luteranos e anglicanos em Goiânia é difícil também. São pequenas comunidades, com gente muito boa e capacitada, mas com trabalho grande pela frente de conversar e dialogar com outras pessoas.

Eu imagino que fica mais difícil porque esses grupos Pentecostais e Neo pentecostais não tem o menor interesse...

Não estão nem um pouco dispostos. Claro que em todos os lugares tem suas forças conservadoras. Mas Goiás é o estado que elegeu o grande representante da bancada ruralista, que é o Ronaldo Caiado e um grande representante da bancada evangélica conservadora, que é o João Campos, que é autor do projeto da Cura Gay. Você tem duas grandes referências fortes do conservadorismo do estado.

Tem o Iris Rezende...

Sim, tem o Iris Rezende, o Marconi Perillo que são “coronéis” antigos. Demóstenes Torres é de Goiás. O que renunciou pra não ser cassado no esquema de corrupção. E é o cara que foi pro Supremo Tribunal Federal falar sobre as cotas. Chegou a insinuar que as mulheres negras concordavam com a violência sexual que elas sofriam dos donos das fazendas. Então, assim, o grau de conservadorismo que esses caras tem. E com total apoio no Estado, por exemplo, na campanha eleitoral agora, o Caiado está pra Senador e com certeza vai ser eleito. Está com 38% das intenções de votos nas pesquisas. Esse é o discurso meio que recorrente na sociedade.

Os jovens também estão ligados a esse conservadorismo?

A juventude é o retrato da sociedade que está aí em sua maioria. Então ela por mais que hoje se pinte com alguma ideia de nova política, de novo cenário, no fundo é muito conservadora. Se você não consegue fazer um processo de diálogo, de educação, essa cultura permanece muito marcada nesse lugar.

Então o trabalho da REJU lá é bastante espinhoso...

Acho que por isso, principalmente, tem que ser um trabalho articulado com outros grupos. Pensar com quem está provocando pensamentos mais libertários aqui e que a gente pode se articular e estar junto.

Mas os jovens lá, eles são apáticos com relação a política como a gente vê também por aqui ou, por exemplo, levantam a bandeira: “Não, eu apoio a cura gay!”, “Eu apoio a bancada ruralista!”. Existe uma força jovem que é conservadora?

Eu acho que existem grupos e grupos. Você vai ter um grupo mais à esquerda, no qual a REJU se inscreve, junto com vários outros grupos de juventude. Você vai ter também outros grupos mais à direita, que vão levantar essas bandeiras e vão fazer essa discussão mesmo, mas no meio disso, você tem um pessoal que vai com as possibilidades que estão na moda. Então, eu acho que esse grupo é o grupo que a gente pode atingir, o mesmo que a direita está a fim de atingir também. Mas não há um pensamento hegemônico de toda a juventude assim.

Houve alguma atividade relativa ao cinquentenário do golpe civil-militar?

A gente teve algumas atividades sobre os 50 anos. Teve a participação do pessoal

da Comissão Nacional da Verdade, nos depoimentos sobre as mães e parentes e amigos próximos de pessoas que participaram do conflito do Araguaia. Teve manifestação de rua. E várias outras organizações tiveram outras atividades. Assim: fórum, roda de conversa, além da mobilização virtual.

A história da luta no Araguaia é um momento bem conhecido aqui na região?

Você tem um processo de esquecimento das lutas populares do Brasil todo. Eu acho que a questão do Araguaia se inscreve aí também. A existência do Araguaia se inscreve nesse esquecimento. Por ocasião dos 50 anos alguém lembrava que houve alguma coisa, mas, assim, manter viva essa história, você tem uma dificuldade nisso. São poucas as pessoas que sabem o que aconteceu. Quem são aquelas pessoas que lutaram. Por mais que estejam em alguns lugares públicos, dos nomes, tem alguns monumentos, mas essa história ela acaba ficando um pouco apagada. Infelizmente.

É porque há um projeto da classe dominante no sentido de esconder, tentar apagar esse fato.

É bacana as pequenas iniciativas que vão nascendo. Tem um coletivo de estudantes em Goiás que resgata o nome do Honestino Guimarães, que foi um grande lutador. Então se a galera vai construindo esses canais alternativos de história é um sinal de resistência.

E a proximidade de Brasília facilita ou complica?

(risos) Difícil pensar sobre isso. Porque você teria uma exigência maior porque está tão próximo, de modo que as coisas chegassem mais fáceis; você teria um avanço numa discussão, por exemplo, de política pública. Mas não é assim, porque você tem uma briga partidária ali. Ao ponto que o Governo Federal está com os trabalhadores e o governo do Estado está com o PSDB e foi isso no período inteiro. Então a gente sabe que vai ter um complicador. Talvez essa proximidade também gere essas questões de corrupção e essas críticas ao modo de fazer política. Ou a facilidade ali de estar envolvido naqueles lobbys, naqueles bastidores que tem em torno. Então, pensar se ajuda ou atrapalha é difícil. Tem vários fatores.

Brasília ainda continua sendo a Ilha da Fantasia...

É. Por exemplo, mobilizar gente para alguma manifestação em Brasília. A gente tem mais dificuldade que alguns outros estados. Poderia ser fácil. Você pega um ônibus e enche de gente e vai pra Brasília. Em três horas você está lá. Mas tem dificuldade. Tem manifestação que a gente é surpreendido com cinco ou seis ônibus do Tocantins, do Acre, e dois ou apenas um de Goiás.

Como é que funciona na REJU a participação de pessoas de outras regiões?

Do Estado?

Não. De outras regiões do Brasil. Tem alguma influência no trabalho da REJU na região?

A gente está sempre em diálogo com as pessoas de outros lugares. Quando você tem um grupo que está pensando tanto no lugar da religião quanto no lugar dos direitos de uma forma diferente do que está posto ali no local, você tem que estar

sempre junto com outras pessoas nesse diálogo. Então, isso tem ajudado muito sim. Porque afinal de contas são pessoas que mesmo estando longe geograficamente, estão alinhadas ao pensamento ideológico, na fé. Isso ajuda muito, isso tem sido muito presente nesse diálogo. E hoje a internet possibilita a proximidade, essa atuação assim.

A Internet acabou com a distância.... Acabou com o espaço.

É. Você constrói de outras formas.

Você tem alguma formação teológica?

Não. Não tenho. Fiz várias formações populares. Acadêmica não.

E o Candomblé lá é muito diferente do da Bahia, por exemplo?

Eu quase não fui no Candomblé na Bahia. Mas você tem uma presença forte no Estado que talvez as pessoas possam olhar de longe e pensar que não existiria. Mas tem uma Federação de Umbanda e Candomblé. Casas tanto de Umbanda como de Candomblé. Articuladas. Você tem algumas atividades culturais onde essas casas participam juntas e estão na cidade, nos espaços culturais. Você tem também uma criminalização pesada, como acontece no país todo. Eu trabalho num Centro de Direitos Humanos e a gente já acompanhou o caso de três casas que ou foram ameaçadas ou foram invadidas com a convivência da polícia local. Então, as discussões têm passado por vários âmbitos da intolerância religiosa. Inclusive ela é institucionalizada. Ao mesmo tempo que você tem visibilidade de algumas casas você tem a criminalização de outros espaços.

Claro, e naturalmente os grupos Pentecostais estão à frente nessa intolerância...

Estão. Estão muito à frente disso.

Essas são as contradições do Brasil. Porque, há 50 anos, os discriminados e visto como algo negativo eram os Pentecostais, que hoje estão na frente de criminalizar os outros. Demonizar os outros.

Você acha que um projeto como este que estamos desenvolvendo ajuda a ampliar, conhecimento sobre o período da Ditadura?

Com certeza. Eu acho que é um projeto muito bem vindo pra esse resgate dos 50 anos. E é um resgate bacana porque está articulado com as lutas atuais. Acho que, sobretudo, a gente precisa disso. Naquela época e hoje a gente está resistindo ao poder que está aí. É esse o caminho mesmo. Não dá pra se conformar. Não dá pra desistir de viver. A gente tem que fazer esses enfrentamentos e aí eles estão articulados. A gente está aí, pode estar na rua pelos direitos das mulheres, contra a intolerância religiosa, pelos direitos LGBT porque o pessoal lutou contra a Ditadura. Se a Ditadura estivesse aqui até hoje a gente nem poderia tocar nesses assuntos como não podia naquela época. A gente é fruto, é resultado dessa luta. A gente tem que estar o tempo todo articulado mesmo.

E o mundo do Candomblé tem abertura?

Eu acho que tem mais do que as comunidades cristãs.

Desculpe João, mas você pode falar sobre o que o Candomblé tem a mais...

Entendi. Eu acho que no Candomblé você tem uma possibilidade maior de fazer esses diálogos do que nas comunidades cristãs. Porque o Candomblé e a Umbanda reúnem pessoas que já são discriminadas por outros motivos. Por exemplo, se você for numa celebração de Candomblé, você vai ver nitidamente muitas pessoas transexuais, que são aceitas naquele espaço da forma como elas são.

Que não são aceitas em outras comunidades...

Que não estariam fazendo uma leitura bíblica numa missa católica, por exemplo.

Eu gostaria de fazer uma pergunta meio poética... Que Brasil você gostaria de ver João? Por qual Brasil você luta?

Eu acho que é um Brasil onde as pessoas possam ser elas mesmas e viverem no cotidiano as coisas que elas tem desejo de fazer. Isso em harmonia com as outras pessoas. Em diálogo e construção com as outras pessoas. Que a gente possa resgatar alguns princípios que se tem nas comunidades tradicionais. Cuidado com o outro. Reconhecimento do outro. No dia a dia. Acho que, em síntese, é isso. Pra você não precisar sofrer tanto, lutar tanto pra ser aquilo que você é e viver feliz com as pessoas, entre as pessoas.

Por exemplo, uma dificuldade gigante que os jovens tem é de se sentirem bem no espaço de trabalho. Por que são condicionados para irem a lugares meramente pela questão de sustentabilidade sua e da família. Muita gente gostaria ser cineasta, por exemplo, mas está lá no interior de Goiás, Como vai fazer isso? Gostaria que fosse um país que desse essa oportunidade para as pessoas. Pra que elas pudessem no trabalho, no amor, na questão econômica, em tudo, serem elas mesmas. Terem condições de serem elas mesmas. E isso, claro, com respeito ao outro, com respeito ao planeta, conjugando tudo isso. A vida é bem complexa.

“A juventude compreende o ecumenismo como o cuidado de uma mesma casa...”

Entrevista com Edoarda Scherer (Duda), atual coordenadora da Rede Ecumênica de Juventude (REJU)

Como é que você chegou à REJU?

A minha caminhada na REJU acontece ao mesmo tempo que também ocorre a minha escolha por uma instituição religiosa específica ou a minha conversão, a minha escolha em fazer Comunhão e Crisma na Igreja Católica Apostólica Romana. Isso aconteceu por volta de 2006, final de 2006 e em 2007 através das formações e junto com a atuação do Curso de Liderança Juvenil que existia na minha comunidade Católica. Eu participei de um seminário que envolvia o Ecumenismo, o Seminário Popular de Ecumenismo que era promovido pelo CECA, uma instituição que é parceira em São Leopoldo. E foi através das ações do CECA, formações que envolviam a Pastoral da Juventude no Estado do Rio Grande do Sul, que eu acabei indo participar da 1ª Jornada Sul em Joinville e foi ali que surgiu a iniciativa de mobilizar a juventude de diferentes religiões, que era a ideia da REJU inicialmente articulada no Sul envolvendo os três Estados, a REJU Sul. E a partir daí eu era integrante e comecei também a optar por essa escolha.

Como é que você vê o ecumenismo?

O ecumenismo num primeiro momento, ainda mais na adolescência, eu percebia mais como um diálogo muito institucional e dentro de um determinado grupo. Com a REJU e com a vivência ecumênica também de outras organizações, a ideia é completamente diferente. Se faz o ecumenismo, se vive o ecumenismo. Ele é uma espécie de escolha e opção por estar atuando na causa, em defesa dos outros mas que também envolve a nossa própria escolha, uma vez que a gente compreende o ecumenismo como cuidado de uma mesma casa, de uma casa comum que seria o Planeta. Então, todos são contemplados. E também as temáticas de todos e de uma série de pessoas que necessitam da nossa ajuda, passam a fazer parte dessa opção e nos envolver de uma maneira mais profunda e mais concreta também em novas iniciativas. Isso tem a participação das religiões mas não. Tem a participação de uma gama de questões sociais, de questões que envolvem a busca pela justiça, a repressão de direitos.

É. Você coloca muito bem a questão. Como é que você vê essa relação ecumenismo e juventude? Na história a presença do jovem é muito forte.

A juventude historicamente rompe com situações e rompe com o que está posto. E necessariamente ela não entende a falta ou desentendimento institucionais no histórico de determinadas religiões. Então por isso é muito mais fácil as juventudes encontrarem caminhos de diálogos por que pra elas é um diálogo natural.

Se lida com gente, se lida com pessoas que tem os mesmos anseios, os mesmos medos. E também desafios em comum. E, muitas vezes, não se reconhecem preconceitos ou rixas históricas que existem institucionalmente, mas se percebe, se reconhece que existe uma demanda em comum e ela precisa ser solucionada. Então é nesse ponto de diálogo que a juventude encontra forças e se compreende, se reconhece no outro. E reconhece não só isso, mas o potencial que o outro tem por ser diferente. E o quanto ele pode aprender com isso e o quanto ele pode ensinar. É principalmente isso nas pautas de hoje, quando os meios de informação, outras mídias possibilitam esse acesso da juventude em estar construindo outra forma política, outra forma de organização que também são diferentes das organizações da juventude de décadas passadas. Mas sempre trazendo a tona uma nova dinâmica, um novo jeito de pensar.

Você sente com a sua experiência na REJU que esta perspectiva está muito presente nos outros militantes da REJU?

Tem jovens de religiões cristãs, jovens espíritas kardecistas, budistas, representação também das religiões de matriz africana e jovens que não tem nenhuma vinculação religiosa. Mas se sentem motivados a partir de sua fé, ou do seu não crêr, da sua motivação em fazer o bem, em somar forças e reconhecer no outro uma característica distinta da sua e aprender com essa vivência, com uma outra espiritualidade ou com uma outra atuação social. Muitos daqueles que se dizem religiosos têm discursos fundamentalistas que são muito mais desumanos ou são desumanos com um jovem que tem sua espiritualidade particular ou que não tem nenhuma religião mas faz um trabalho ótimo, que beneficia comunidade e tem uma compreensão muito mais profunda do sentido de Direitos Humanos e pautas sociais que vão beneficiar a realidade. Então nesse sentido, eu acho que é o ponto que a REJU se motiva e que o jovem que está na REJU é motivado a participar.

Quer dizer, com o que você está me dizendo eu posso concluir que existe um diálogo inter religioso intenso na REJU?

Muito forte. A partir do entendimento que isso também é fazer ecumenismo. No momento que se pensa que pertencemos a OIKOS, que a nossa casa comum é o Planeta e que ninguém está fora do planeta Terra, então todos podemos fazer ecumenismo independente de ser cristãos ou não. E nesse sentido se vem trabalhando muito bem e todos se sentem muito contemplados pra fazer esse ecumenismo de REJU que é uma mística diferenciada. A gente tem consciência disso, que vem dando resultados muito positivos no sentido de potencializar novas lideranças e também no sentido de mobilizar tanto as esferas de influencia do campo ecumênico como também da localidade, periferia, municípios, aquilo que se chama de Ecumenismo de base. Uma mobilização localizada. Uma prática comunitária localizada.

Você tem exemplos lá da sua região, no Rio Grande do Sul dessa prática localizada?

A partir da minha vivência na comunidade católica, no tempo do Curso de Liderança Juvenil, a gente percebeu que as discussões já não davam conta, as demandas eram outras. E o pessoal cresceu, os jovens cresceram e foram pra faculdade. E na faculdade a gente viu que não tinha discussão que contemplasse isso, nem mesmo a pauta estudantil contemplava as discussões do movimento acadêmico. Então, o que a gente pensou foi criar a Pastoral Universitária Ecumênica e através desse espaço de vivência, que também é formada ou construída por jovens universitários de diferentes áreas de conhecimento, se discute questões práticas, de como a gente pode levar a questão da fé, assim como o debate das pautas sociais pra dentro do universo acadêmico e como a fé hoje pode ser debatida junto à razão e à ciência. A nossa faculdade no Rio Grande do Sul é uma das poucas faculdades que tem a característica de ser laica, ela não pertence a nenhuma instituição religiosa, mas mesmo assim apoia e propicia esse diálogo. Esse diálogo social, humano ecumênico. E também, ali, a gente tem a presença de pessoas que sentem necessidade de dar continuidade a sua vivência comunitária, que vem de experiências de grupo de jovens, na maioria cristãos. Também é na faculdade que se dá aquele primeiro momento de questionar: “Será que eu tenho fé?” “Será que eu acredito em Deus?” “O que é Deus?”. Quais os questionamentos que eu faço a partir de uma cultura, de uma tradição que a minha família cultivou ao longo da minha educação e agora na academia eu questiono se ela existe ou não. E como a gente pode trabalhar isso de maneira conjunta e num diálogo muito saudável. Sem dar espaço ou possibilitando questionamentos que fuja de alguns estereótipos de fundamentalismo e que, às vezes ou muitas vezes, geram preconceito religioso com determinadas crenças.

E você sente hoje alguma oposição ou atitude negativa das Instituições?

Muito da necessidade de somar forças é por que a nossa voz não é a maioria nas instituições religiosas das quais a gente faz parte. Tem a intenção, tem discurso, mas muitas posições não são oficiais. Então, a REJU trabalha nesse sentido de ser a voz ou mecanismo de diálogo, de pautas, muitas vezes polêmicas, mas que podem entrar em instituições religiosas, em movimentos sociais, ou contar com o apoio deles de uma outra forma, de uma outra medida. Mas acho que se fosse um movimento jovem específico, uma organização específica de determinada Igreja que levantasse essa causa, essa bandeira, da diversidade religiosa e da diversidade sexual, não teria esse apoio. A REJU articula diferentes pessoas que tomam como escolha assumir essas pautas dentro das suas Igrejas ou Instituições para possibilitar, pelo menos, um primeiro choque. Um primeiro pré-questionamento e depois garantir o diálogo. Que seja um diálogo inicial, mas que possibilite esse questionamento e essa outra forma de pensar, que muitas vezes nem chega a alguns setores de algumas das Igrejas ou Movimentos. Por outro lado, pode atrair determinados jovens ou pessoas que não sabem que coisas ou experiências alternativas estão acontecendo. Então, também vem pra dizer como Rede que várias experiências acontecem, que um debate profundo sobre determinada questão existe e que ele

é possível de existir e ser trabalhado. Também vem para dar uma esperança, uma provocação e quem sabe motivar determinado setor que se sentiria isolado em defender determinada questão.

Na sua experiência, você percebe que a juventude desconhece muito do que aconteceu nos anos 60?

Não sei se desconhece ou não sabe como reagir em relação à memória. Não sabe como trabalhar com a questão de jovens que sofreram, ou sabem, mas consideram muito distante esse período e muitas vezes sentem a pressão da família ou da própria educação. Venho de uma região, por exemplo, para a qual o período Ditatorial foi benéfico. Ele promoveu um grande desenvolvimento. Então a Ditadura é retratada como um período nostálgico e muitas vezes positivo. É preciso toda uma desconstrução social porque muitos acham que isso realmente não existiu ou, se existiu, não foi daquela forma. Eu acho que as realidades do Brasil é que influenciam muito isso, mas não que o jovem não queira refletir sobre isso. Mas a mensagem e a forma com que esse período ainda é exposto, questionado e colocado pra juventude ainda são muito distorcidas. E também, se a gente quisesse comparar, a forma com que a própria violência que o jovem sofre é distorcida hoje. Muitos não sabem o que a maioria da população passa. E não sabem não porque não querem. Eles não querem ficar inertes neste processo, mas não tem meios, não tem mecanismos, não tem lideranças ou apoio pra criar um processo de análise e crítica social.

Quer dizer, o tema da violência está presente com a preocupação?

A REJU ela pega uma pauta que se iniciou numa parceria com uma causa da Pastoral da Juventude da Igreja Católica, que é o combate contra o extermínio da juventude. E isso soma bandeiras também com o Conselho Nacional de Juventude (CONJUV), que levanta a questão do extermínio da juventude negra, em geral, especialmente os jovens do sexo masculino. Os números são muito alarmantes, são preocupantes, mas ao mesmo tempo, onde estão esses jovens? A juventude se coloca como vítima mas também autora desse tipo violência e se chega ao estrelismo de grupo mesmo de extermínio, que são ideologicamente formados ou motivados a matar. Então, a pauta da violência ela é necessária. Porque muitos consideram a juventude, ainda, um problema. O que também deve ser superado. E são bandeiras que andam juntas. Juventude não é problema. Juventude como protagonista. E também medidas que possibilitem a juventude sair desse dilema da violência ou vítima dessa violência que existe no Brasil.

Como foi a atuação da REJU nos atuais movimentos que a gente viu de *black blocs* e todos esses movimentos que ocorreram recentemente.

A REJU se posicionou no sentido de dar apoio a todos os movimentos sociais e, principalmente, em divulgar a versão dos movimentos de rua ou dos participantes das manifestações, nas manifestações de junho de 2013, e atender junto com outros movimentos sociais as pautas reivindicadas. Uma grande massa foi às ruas, mas poucos jovens deram sequência ao que foi proposto, ao que foi discutido.

Então, o papel da REJU, neste sentido, é dar continuidade às questões levantadas quanto à educação, à segurança pública e criar mecanismos junto ao governo de forma institucional ou não. Um exemplo é a articulação junto ao CONJUVE que tem possibilitado isso e constantes escutas também com a Secretaria Nacional de Juventude que coloca espaço de debate e de escuta à juventude pra falar sobre sua participação no Plano Nacional de Participação Social ou outras demandas.

E um diferencial, um ponto que pode ser registrado, é que a juventude, enquanto REJU, é chamada a ser escutada também. Se ouve o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Pastoral da Juventude (PJ), mas também se dá espaço à REJU como juventude ecumênica. Um ecumenismo diferenciado que também contempla outras pautas.

“A juventude quer ser protagonista da história...”

Entrevista com Lucas de Francesco,
facilitador da REJU em São Paulo

Você poderia falar um pouco sobre sua inserção na REJU, nessa dinâmica nova da juventude organizada no âmbito das Igrejas?

Eu conheci a REJU nas Jornadas de junho de 2013, nas lutas dos movimentos em São Paulo. Havia uma proposta de se fazer um ato em solidariedade contra a redução da maioridade penal com a Pastoral da Juventude, na qual eu atuava, e aí a gente se juntou com a Rede Ecumênica da Juventude pra fazer esse trabalho. Agora, quando você falava da questão da ditadura e do ecumenismo.... quando nós jovens temos acesso a esse tema, rapidamente vem alguns ícones católicos na nossa cabeça, como Frei Tito de Alencar, o próprio frei Beto, que foram protagonistas naquele tempo. Fica muito evidente a importância do movimento protestante na luta contra os “anos de chumbo” da ditadura militar. Mas quando a gente começa a se apropriar e tomar ciência de todo o movimento ecumênico, do seu processo histórico a gente começa a se deparar com diversas pessoas, como Anivaldo Padilha, como o senhor, que foram resistência numa época de luta dentro desse movimento cristão somando forças com os católicos. Eu me lembro, porque contam de um ato ecumênico que houve na Praça da Sé, dentro da Catedral e lá estavam diversas presenças ecumênicas.

E hoje, como é que você sente isso no conjunto da juventude que está sendo articulada pela REJU?

Eu acho que hoje, 50 anos depois desse evento triste da nossa história, a gente ainda vive muitos resquícios dessa ditadura. Um forte sinal disso é a presença marcante da Polícia Militar em diversos atos, protestos, em que a juventude tem tomado a frente. A gente toma como referência, às vezes, as jornadas de junho de 2013, mas muita coisa vinha sendo feita antes, muita gente tinha sido reprimida em seu direito de protestar, antes disso. E muita gente também foi presa por protestar antes das jornadas de junho e muito pobre, muito negro morreu na periferia antes das jornadas de junho, mortos pela Polícia Militar. Eu acho que o maior símbolo hoje desse resquício, na nossa atual sociedade, é a atuação da Polícia Militar que nós temos. Por isso que dentro de um dos eixos de trabalho da REJU a gente tem a luta contra a violência contra a juventude negra e de periferia. É difícil falar em soluções, mas uma das possibilidades de uma redução desse extermínio da juventude que vem acontecendo é a desmilitarização da Polícia Militar. Então, trabalhar essa questão da desmilitarização se faz urgente hoje. Eu estive em diversos protestos, correndo de Polícia e presenciando prisões arbitrárias e presenciando momentos em que a Polícia coloca coisas na sua mala e lhe prende, de repente, porque você está com um pote de vinagre... Então eu estive presente

um pouco nesses momentos, de junho pra cá, um pouco nessas lutas. Mais recentemente, o que ficou mais evidente foi a prisão do Fabio e do Rafael que foram presos num ato na Praça Roosevelt, em São Paulo, por estarem discutindo essa questão mesmo, o direito de protestar. Então, a luta é essa agora. A gente tem que protestar pelo direito de protestar. Parece algo assim tão redundante, mas a gente tem que fazer pressão frente a isso também. A prisão desses jovens foi muito arbitrária e foi dada uma certa repercussão pra eles dentro dos movimentos, mas pouca repercussão teve o caso daquele rapaz do Rio de Janeiro, que está preso até hoje, morador de rua que estava protestando. Aí a gente vê a impunidade, o Fabio Hideki e o Rafael conseguiram ser soltos, porque tiveram acesso ao judiciário, tiveram acesso a advogados ativistas, agora, e aquele rapaz? Ainda está preso... Qual é o conforto que ele tem? Por quem ele está respaldado? Ele está preso e talvez continue preso por muito mais tempo, por que a nossa justiça é injusta. Até rolar todo esse processo, sabe Deus lá quando esse rapaz vai ser solto, e se um dia vai ser solto. E foi preso por quê? Por estar nas ruas protestando. E talvez ele seja o maior dos prejudicados da nossa sociedade. Ele e o grupo a que ele pertence, os moradores e as moradoras de rua. Durante a Copa eu estive muito próximo do Padre Julio Lancelotti, que é vigário da Pastoral de Rua daqui de São Paulo e eles fizeram uma camiseta que diz assim: “O povo de rua foi o primeiro eliminado da Copa”. E é verdade. Então, esse povo é o primeiro que é mais escorraçado, que tem as maiores feridas da sociedade...

Como tem sido essa convivência com jovens de diferentes origens religiosas?

Eu era da pastoral da Juventude e eu falo para as pessoas que hoje eu me converti ao Ecumenismo. Sou de confissão Católica Romana mas, pra mim, é muito estreito pensar numa linha só e vivenciar, de repente, uma única espiritualidade. E a REJU me proporciona isso. Então, através de vivência de irmãos e irmãs que tem uma experiência transcendental ou não, porque nós temos irmãos e irmãs ali no nosso meio que não tem nenhuma pertença institucional, mas, de repente, tem uma experiência transcendental no seu mundo particular, no seu trabalho, no seu engajamento. Por isso eu acho que é a partir daí que a gente vem fazendo nossa vivência. Eu acho que a juventude tem muito mais facilidade de fazer esse debate ecumênico e quando eu falo “ecumênico” eu englobo as outras religiões, porque a REJU tem essa concepção de ecumenismo no sentido literal da palavra, a casa comum mesmo. Eu acho que a juventude tem muito mais facilidade de conviver com as diferenças. Porque isso já é dado a ela durante a sua formação, na sua escola, na sua faculdade, nas nossas famílias hoje. As nossas famílias são ecumênicas. A mãe é candomblecista, de repente o pai é umbandista, a avó é católica romana, a tia é evangélica pentecostal. E vive-se dentro das famílias uma certa harmonia, um certo respeito. A juventude aprendeu com essa realidade que existe hoje, com essa conjuntura de pluralidade religiosa que a gente tem hoje. Então, essa religião dominante que tinha, como era com a Igreja Católica, eu acho que já não é mais bem assim que funciona. Acho que existe uma certa liberdade e

pluralidade. Quando a gente pega o IBGE e vê, por exemplo, o crescimento dos candomblecistas, dos umbandistas, será que cresceu ? Será que eles estão se declarando umbandistas, se declarando candomblecistas e deixando de dizer: “Ah! eu sou católico...”, “Ah! eu sou espírita...”, e declarando realmente a sua fé. E na REJU a gente vivencia isso de uma forma muito tranquila, às vezes até divertida. Esta noite mesmo. A gente tem um grupo de conversa pelo celular aonde a gente vai conversando sobre o que está acontecendo aqui com o pessoal de fora, e de uma forma divertida, brincando, interagindo, sabe? A gente se dá conta de que o mais importante é aquilo que nos une, não aquilo que separa a gente, que retrai. Eu acho que a REJU entrou de cabeça nisso. Apesar de termos nossos eixos de trabalho, nossos eixos de atuação, a gente sempre procura estar atento à conjuntura política atual, à conjuntura do movimento ecumênico e vivenciar isso.

Quais são os pontos que mais unem vocês nas lutas de hoje com as lutas do passado?

A gente tem aí como mestre e mestras vocês que estiveram à frente do movimento ecumênico, que a gente tem sempre como referência. A gente sempre busca o embasamento na leitura do que vocês produzem. A gente sempre busca referência nessa juventude ecumênica que lutou na época da ditadura, no que é produzido hoje de escritos, de livros, de conferências, que são norteadores pra nós, hoje, juventude ecumênica, mas, é obvio, estamos num outro paradigma, estamos numa outra conjuntura. Naquela época, a briga era por querer protestar, querer estar nas ruas, querer participação popular. E de certa forma nós conseguimos isso. De certa forma nós conseguimos uma certa participação popular e aí os paradigmas vão sendo outros. Então, eu acho que os pontos que nos unem, nós jovens católicos, nós jovens ecumênicos, de hoje, com os jovens ecumênicos da época da ditadura é essa força e essa vontade de querer participar, de ser protagonista de um processo. De querer, assim como a juventude ecumênica da época da ditadura militar, ser protagonista desta história também. De estar presente nos maiores acontecimentos e movimentos que acontecem no Brasil hoje.

Naquele tempo havia a censura da ditadura. E hoje, como vocês veem a censura? Como vocês veem a mídia de hoje?

A gente tem que reconhecer que na época da ditadura a juventude ecumênica tinha muito mais dificuldades para se reunir para discutir estratégias do que nós. Então, de repente, até existe um plano de estratégia de como agir e de como fazer, mas há uma facilidade enorme hoje... num clique você está em contato com tudo. A gente tem um grupo de conversa no WhatsApp e aí você conversa com a juventude ecumênica do Brasil inteiro, da REJU inteira. Então, numa conversa ali, de repente você resolve coisas que antigamente precisariam ser feitas ligações, enviadas cartas, aguardar as respostas dessas cartas. Hoje não, num clique você resolve isso. Mas a gente sabe que a comunicação e a grande mídia nunca estiveram do nosso lado. Porque os mandatários disso são os poderosos grupos

econômicos, oligarquias, famílias que mandam nessas grandes emissoras. É inocente a gente achar que uma troca de mensagens no WhatsApp por exemplo, vai ser inocente, não vai ser visto por ninguém. Aconteceu um fato: a gente estava no sábado retrasado, num grupo de 36 pessoas, conversando sobre o plebiscito para uma constituinte para um sistema político novo e tinha um evento no Facebook, nosso, da Rede Ecumênica da Juventude, que tinha confirmado o número de presença de pessoas, 36 pessoas. E a gente faz muita articulação, principalmente a REJU através do Facebook. E estávamos lá reunidos, reunidas, conversando sobre o plebiscito, quem estava falando pra gente era a Léa, que é da CUT, da juventude da CUT, e de repente chegou um PM lá, que tinha uma ordem de serviço, que veio reforçar o patrulhamento pra essa atividade de 36 pessoas. Então, quer dizer, quem chamou? Nenhum dos organizadores da Rede Ecumênica da Juventude chamaria a Polícia Militar pra reforçar um evento nosso. Então, dentro disso a gente já percebe que nas redes, seja em celular, seja através do Facebook, a gente está sendo visto. E aí, chegou lá o PM, que queria fazer o patrulhamento, mas a gente dispensou. “Olha, a gente não pediu isso.” “É, mas existe uma ordem de serviço.” E a gente falou “não, a gente não pediu, a gente não precisa. Nós estamos num espaço fechado, com 36 pessoas, conversando sobre o Plebiscito.” E qual é o mal nisso? Pra nós nenhum, só bem. Mas é um perigo a juventude conversar sobre isso hoje. Você ameaça todo um sistema. A juventude está se organizando. A juventude está se articulando. Esse fato entrou pra história da REJU, assim, porque a gente percebe que a gente não está livre das grandes comunicações.

No passado, a situação era muito clara, porque você tinha as proibições, o governo era autoritário, havia toda uma legislação proibitiva...

Os inconstitucionais não somos nós, são eles que reprimem. Por exemplo, um fato quando a gente fala de mídia. Teve um ato agora, na quarta-feira passada, do movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) e eu estive presente enquanto jovem, ecumênico, da Rede Ecumênica da Juventude, junto com diversos outros acadêmicos e religiosos, o padre Júlio Lancelotti, o padre Paulo Sergio Bezerra, de Itaquera, e essas pessoas estavam lá apoiando. Como também a Associação de Juízes para a Democracia, o deputado Adriano Diogo que, inclusive, também foi torturado pela ditadura. E havia em torno de 15 mil pessoas nesse ato. Foi o maior ato do ano até agora na nossa cidade de São Paulo. Não saiu uma vírgula nos jornais. E era um ato de apoio contra a criminalização do MTST e, com isso, contra a criminalização de qualquer outro movimento social. Pois há uma onda de criminalização desses movimentos, hoje. E não saiu uma vírgula em jornal. Não saiu uma foto em televisão, nada. O maior ato que já aconteceu nesse ano. A gente já vê aí pra quem essa mídia está trabalhando.

Com relação ao futuro próximo você acha que essa maneira de ser e atuar da REJU contribui para uma ampliação desse trabalho junto aos novos setores jovens?

Na REJU, a gente procura trabalhar como se imaginasse um trem em cima de

dois trilhos. Um trilho é o movimento ecumênico, dentro das igrejas, dentro das religiões. E esse outro trilho são os movimentos sociais. É inserção total na sociedade. Eu acho que sem esses trilhos a REJU fica capenga e não funciona. Eu acho que essa forma orgânica de se relacionar com o jovem é que é o barato da REJU. Que é uma forma orgânica. A gente não se aproxima dos jovens pra apresentar a REJU com proselitismo, por exemplo. A gente apresenta uma proposta de jovens que tem uma experiência religiosa ou não e que lutam por políticas públicas de juventude. Eu acho que é essa a ideia. Eu acho que a REJU, hoje, é o lado simpático das religiões. Acho que dentro dos movimentos sociais existe uma certa apatia em relação às religiões, por causa da imagem que os nossos fundamentalistas vem mostrando. Então, há toda uma visão fundamentalista das religiões, preconceituosa. Quando a gente chega e mostra que dentro dessas religiões, dentro dessas igrejas, existe um outro lado, existem pessoas pensantes, existem pessoas de luta, acho que a gente mostra uma face mais simpática da religião. E aí algumas pessoas falam assim: “Poxa! Você é um cara inteligente. Você estuda filosofia. Como que você pode estar numa igreja?”. E aí você apresenta um pouco da sua vivência ecumênica e as pessoas se surpreendem e dizem: “Nossa! Eu jamais imaginaria que existiria isso em algum lugar.” Então essa é a ideia. É mostrar pro jovem, hoje, que há possibilidade de se ter uma religião, que não é preciso demonizar a religião como se ela fosse totalmente assim, imprestável. A gente acredita que as religiões também são construtoras. As igrejas são construtoras. Elas constroem a paz, constroem a justiça. E não é de hoje.

E você nota que há receptividade a essa proposta?

Eu acho que há receptividade, sim. Eu acho que a dificuldade é chegar até essas pessoas. Essa é a dificuldade. Porque quando você convida, de repente, pra um encontro e vê que tem o tema ecumênico no meio, aí o pessoal já fala “ah! Mas aí tem igreja no meio.” “Como você vai debater estado laico com as igrejas?”, “Nossa! A igreja é a maior defensora de um Estado não laico. Como esse debate está no barco?”. Tem esse escudo de defesa. E a gente precisa avançar nisso. A gente sempre tem que quebrar essa barreira para depois chegar nas pessoas e apresentar nossa proposta. Falar: “A REJU é assim. A REJU trabalha dessa forma. De uma forma aberta, de uma forma democrática, onde você expõe o que você pensa”. Agora, só pra complementar uma coisa, não é porque a REJU não é a partidária, não é porque a REJU é ecumênica que a REJU não tem lado. A REJU tem um lado. E a gente tem posições. A gente tem recebido algumas críticas de que falta-nos imparcialidade. Nós também somos parciais. A gente também tem um lado, e o lado é estar ao lado do povo. Do lado do povo sofrido, do lado do povo oprimido. Quem está com o povo? Quem está do lado dos menores? Dos mais machucados? Esse é o lado em que a REJU está.

Obrigado, Lucas, pelo seu depoimento.

A Emergência de se Profanar Memórias: Interpretações Sobre a Juventude Ecumênica e as Resistências à Ditadura Militar no Contexto Brasileiro

Daniel Souza ¹

*Para Heleny Guariba & Ivan Mota Dias, Claudia Ferreira
& Rafael Braga, que sentiram o peso da
crucificação, antes de nós e em nosso tempo...*

A. Para começar: a realidade (trans)temporal & coletiva da memória

Este texto adentra o mundo da memória, especificamente o período em que se viveu no contexto brasileiro a ditadura militar. Um tempo que marca corpos, imaginários, trajetos e a construção do nosso país, colocando-nos ante a emergência do direito à memória, à verdade e à justiça, para que realidades como estas não mais aconteçam. Ao assumir a tarefa de reconstruir este período, assume-se também o desafio de recordar a resistência das juventudes, especialmente a juventude protestante ecumênica, acrescentando-se o desafio de imaginar passos políticos em nosso tempo. A questão chave aqui é realizar uma pergunta sobre nossa realidade. A memória, como sabemos, a partir de autores como Maurice Halbwachs (2006), é seletiva, incompleta, ficcional e reconstruída a partir do presente. A memória articula passado e presente, numa dimensão (trans)temporal. Nunca lembramos os “casos” do mesmo jeito, as histórias ganham outras cores e perspectivas. Com esta chave, a experiência da recordação, como no caso da ditadura militar, passa a se colocar para além de uma simples visita a um arquivo, com lembranças fixas, mas guia-se pela capacidade de (re)invenção. Ao buscarmos o passado, nunca o teremos como um fato, mas apenas como (re)criação discursiva, como metáforas elaboradas desde a pluralidade de nosso lugar, metáforas criadoras de mundos e estruturadas por um mundo e suas relações de poder. Não há insenção e neutralidade no recordar. A chave é o ponto de partida: neste caso, um olhar desde as feridas da história.

Ao entrarmos no horizonte da lembrança deste período brasileiro perguntando-nos pelas resistências da juventude ecumênica, alguns nomes logo apare-

¹ Doutorando em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), professor de filosofia na UMEP e atual vice-presidente do Conselho Nacional de Juventude (CONJUV), espaço em que representa a Rede Ecumênica da Juventude (REJU).

cem, como Heleny Guariba & Ivan Mota Dias, jovens protestantes das Igrejas Metodista e Presbiteriana, que foram pres@s, torturad@s e assassinad@s, possivelmente na “Casa da Morte”, em Petrópolis, Rio de Janeiro. Ao evocar essas lembranças e reconstruí-las desde nossa carne histórica, busco ler os sinais dos tempos que hoje se mostram e se encobrem em nosso cotidiano. Por isto assumo a hibridização de histórias, sonhos e causas, os passos de antes e os nossos passos dados agora. Uma articulação que se dá no presente. Por isto, ao dizer Heleny & Ivan, trago também os nossos nomes e trajetórias, hoje; jovens articulad@s nos mesmos rumos para se construir uma casa comum mais justa e cada vez mais liberta de opressões e violações de direitos. Somos os rostos não vistos, os rostos opacos. Somos outras trajetórias, nossas trajetórias, os desejos de ontem e hoje na encruzilhada temporal que é a nossa vida, em que se (re)inventa a memória.

Com esta perspectiva, ao recordarmos, estamos em um horizonte polifônico, em que diversas vozes se entrecruzam, se misturam, no corpo de quem lembra (e também esquece). Por isto, assumindo que a memória é trabalho, “deve-se duvidar da sobrevivência do passado ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual” (BOSI, 1998, p. 55). Como construção/trabalho, a memória relaciona-se com a constituição da(s) identidade(s) do grupo social, como o movimento ecumênico. A recordação é o exercício de preservação e busca de unidade da comunidade. Ao ser assim, ao se assumir a memória como uma tensão entre o coletivo e o individual, reconhece-se a necessidade de relemburar, de contar a história de uma geração para outra, interpelada cotidianamente pelo confronto de distintos testemunhos e o desafio do imperativo da mudança e da recriação, reinvenção e “refazimento” das experiências de antes e de hoje, superando a clausura do passado cristalizado.

B. Memória profanada & testemunho radical

Para colaborar em nossas reflexões, Giorgio Agamben nos apresenta conceitos importantes para a construção de um marco de análise dos discursos sobre ditadura & resistência. Agamben assume como problema a (re)construção da identidade individual e coletiva relacionada a um passado que se quer preservar como um “objeto de contemplação”, em que a memória mostra-se, antes, como um objeto de consumo: estática, neutra e rentável. O exemplo para isto são os museus, ou toda construção discursiva de um passado que deseje se mostrar estanque, um discurso intocado. Uma realidade bem presente no capitalismo, que generaliza e absolutiza em cada âmbito da vida a estrutura de separação que pode definir a religião, uma prática que subsume coisas, pessoas, animais lugares do uso comum e os transfere a uma esfera separada, sagrada (AGAMBEN, 2007).

Neste horizonte, a memória institucionalizada – exemplificada nos museus e em seu esquema de execução que estão para além destes espaços arquitetônicos – mostra-se separada como um “absoluto improfanável”, marcado pela impossibilidade de utilização, de habitação e de experimentação, uma dimensão distinta da vida comum (AGAMBEN, 2007, p. 109). Aqui, estamos ante um “turismo da memória”, uma destruição da possibilidade da experiência, transformando-a no consumo do passado, com o intuito de tranquilizar a consciência mediante o dever de recordar, uma memória confinada como repetição do mesmo. Entre outros pontos, o que me parece ser relevante na ideia de Agamben são as relações de poder (ou dispositivos de poder, para ser mais preciso) capazes de capturar, modelar, orientar, determinar os gestos, as condutas e os discursos. Para que serve a clausura da memória, a sua separação da vida comum com a explicação de salvar a identidade de um povo? A memória transformada em um espaço de visita, um arquivo estruturado longe da cotidianidade, transforma-se em objeto de contemplação e objeto de consumo, inibindo (mesmo que não em sua totalidade) possibilidades de resistência e reinvenção do presente. É a ditadura & subversão da juventude transforma-se em fotografia amarelada, guardada, arquivada e adorada como um “absoluto”.

Diante deste “absoluto” da memória, um caminho é a profanação, que implica na “neutralização daquilo que profana. Depois de ter sido profanado, o que estava indisponível e separado perde a sua aura e acaba restituído ao seu uso. [A profanação] desativa os dispositivos de poder e devolve ao uso comum os espaços que ele havia confiscado” (AGAMBEN, 2007, p. 68). O rumo apresentado para a superação do passado como objeto de contemplação, é profanar o tempo, profanar a memória, profanar dispositivos de poder, e fazer deles um novo uso, confundi-los, tornando-os inoperosos (NASCIMENTO, 2012, p. 227). Assim, nos estrados de Walter Benjamin, Agamben afasta-se da memória como reatualização, com a impossibilidade de transmissão linear de experiências de um tempo para outro.

Ao assumir-se a necessidade de profanar o tempo, Giorgio Agamben toma como referência – desde a experiência de Auschwitz – a pergunta pelo que resta. O “resto”, para ele, é a “contração do tempo”, não o que sobra, ou o que permanece para ser transmitido para outras gerações. O “resto” é um *entre*, um hiato discursivo que se instaura na própria língua em que se testemunha em confronto às classificações do arquivo, da memória fixa e institucionalizada. O resto não pode ser cooptado, enquadrado ou domável a partir dos dispositivos de poder. Para organizar o seu pensamento, Agamben toma como referência a língua viva, mas centrando-se no “muçulmano”², a não-pessoa, o morto-vivo dos campos de

² Quem é o muçulmano? Para responder a esta pergunta, apresento a citação que Giorgio Agamben faz de P. Levi: “O assim chamado *Muselmann*, como era denominado na linguagem do Lager, o prisioneiro [judeu] que havia sido abandonado pelos companheiros, já não dispunha de um âmbito de

concentração. Ante o “estado de exceção” que é o paradigma, a norma do Estado moderno, o “mulçumano” aparece (*kairoticamente*) como uma testemunha impossível, sem a possibilidade de falar, de observar, recordar, expressar (AGAMBEN, 2008, p. 67).

Ante a impossibilidade do testemunho, é preciso buscar o seu valor como um hiato, um lugar entre o dizível e o indizível. Testemunhar, neste sentido, é, portanto, a possibilidade de entrar em movimento, em que, quem não possui a palavra faz falar o falante; de maneira que o mudo (“mulçumano”) é quem fala. A zona da incerteza, a fissura entre o dito e o não-dito, a pessoa e a não-pessoa possibilita a constituição do testemunho, o *resto*. E o feito da potência do dizer contido na impotência da linguagem (o “mulçumano”, sem dizer, que evidencia as estruturas originárias do poder político e jurídico ocidentais) fazem com que a autoridade do testemunho não dependa de uma verdade factual, na conformidade entre o dito e o feito, mas aconteça na senda entre o dizível e o indizível, entre o dentro e o fora da própria língua. Assim, buscam-se, ao assumir a memória como espaço de profanação, os hiatos da linguagem com o intuito de quebrar a continuidade histórica dos vencedores e assumir o clamor-mudo das esperanças truncadas das vítimas, não para demonstrar o que aconteceu, mas para resgatar a atualidade e o potencial emancipatório e libertário a partir do dito/não-dito.

C. Juventude ecumênica & resistência: o que resta da ditadura civil-militar no Brasil?

O que *resta* da ditadura militar? Ao se realizar um projeto sobre “protestantismo, ditadura e democracia”, esta pergunta toca o calcanhar, permanentemente. A fala que construímos sobre a ditadura militar e a resistência das juventudes – uma “polifonia” narrativa elaborada desde o estrado da memória coletiva de nossa gente – se coloca como mais uma enunciação neste embate histórico. A memória, a sua recriação discursiva desde a complexidade do presente, não anula as relações de poder e os conflitos que organizam e hierarquizam a nossa sociedade. Por que há discursos que assumem a centralidade e outros são renegados, como no caso da ditadura? A disputa, aqui, se dá no âmbito da linguagem, não se encobrendo o esquema de conflito existente, como se os discursos e suas construções fossem simétricas na *ágora* política da palavra. Basta vermos o atual esforço da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Ao olharmos para a ditadura militar e o papel da juventude ecumênica, é preciso assumir que este tempo necessita ser lido a partir dos corpos das vítimas.

conhecimento capaz de lhe permitir discernimento entre bem e mal, entre nobreza e vileza, entre espiritualidade e não espiritualidade. Era um cadáver ambulante, um feixe de funções físicas já em agonia. Devemos, por mais dolorosa que nos pareça a escolha, excluí-lo de nossa consideração” (Citado por AGAMBEN, 2008, p. 49).

O corpo destas pessoas são memória do pecado estrutural e da resistência em prol da justiça e da liberdade; são a nomeação de contextos injustos, para que as histórias das vítimas não sejam encobertas; são exigências políticas de transformação e subversão de realidades de injustiça e uma provocação permanente para o comprometimento com a experiência de resistência (ORTEGA, 2008). Não sem motivo, a ditadura escolheu sumir com o corpo das vítimas, a carne que coloca-se no hiato entre o dito e o não dito, que mesmo sem dizer, anuncia; uma presença-ausência que perturba e desestabiliza, questiona, provoca e não nos deixa silenciar.

Como salientou Giorgio Agamben, a memória não pode ser compreendida como um espaço de visita, um objeto de contemplação e de consumo. Este caminho esvazia o sentido da resistência o colocando no âmbito do “absoluto improfanável”. Ao assumir a profanação como chave, a memória é restituída ao uso comum e o “estado de exceção” instalado na ditadura militar e as resistências da juventude passam a ser vistas não como um elemento factual do passado que o imperativo é a recordação em espaços adequados e já bem estruturados pela institucionalidade da memória. Mas uma “contra-linguagem” ou um potencial emancipatório capaz de superar a neutralização das resistências na busca pela capacidade de ler os sentidos da história, dando outros significados do passado a partir de nosso lugar: desvelando o “estado de exceção” como paradigma do estado ocidental.

A ditadura e toda a violação de direitos deste tempo não podem ser interpretadas como algo atípico e isolado da história e prática do Estado, mas como um modo permanente de atuação na política moderna, em que se suspendem direitos - com a propaganda de busca por dignidade, desenvolvimento ou defesa nacional - para regular, dominar e gerir corpos e territórios. Ao profanar a memória amarelada, olhamos desde a chave dos “muçulmanos”, nossos mortos-vivos, os corpos que não podem dizer, não tem mais o que dizer, mas denunciam entre o dizível-indizível, as violações e a morte que sustentam o estado moderno, em seus paradigmas jurídico, teológico e biopolítico. Assim, ouvimos a Claudia que vive aqui, ali, lá longe; ouvimos aquele jovem assassinado por grupos de extermínio na Brasilândia, Zona Norte de São Paulo, que nem pode ter o seu nome divulgado; ouvimos as histórias de Jandira, que pelas regulações sobre o seu corpo e os limites impostos, morre após fazer um aborto clandestino... Ao ouvir o nome de Heleny Guariba & Ivan Mota Dias, escuto (escutamos) conjuntamente as outras vozes e outros nomes de nosso tempo em uma denuncia radical. Ante os campos de concentração cotidianos, ou os centros de tortura que permanecem ao lado de nossas casas, a profanação da memória não nos pode deixar sossegar

Neste movimento se estrutura a atuação da Rede Ecumênica da Juventude (REJU), por exemplo ³. Uma rede construída há alguns anos pelo Fórum

³ Para conhecer a atuação da Rede Ecumênica da Juventude, acesse o nosso site na internet: www.reju.org.br.

Ecumênico ACT Brasil para articular jovens de distintas espiritualidades na luta pela garantia e efetivação de direitos de juventude. Além disto, uma rede organizada para tentar superar o período de desestabilização que se deu no movimento ecumênico e na sua juventude após a ditadura militar brasileira. Por isto, parece ser fundamental para @s jovens articulados na REJU a pergunta pela memória da juventude ecumênica em resistência à ditadura. Como vimos, a memória é coletiva, estruturada no tempo presente na busca por se construir identidades. Ao dizer juventude ecumênica, hoje, é preciso ter isto no horizonte: somos um pouco dos passos de gente como Heleny Guariba e Ivan Mota Dias, estamos em seus estrados. Não como uma repetição de suas práticas e mobilizações (a identidade não é fixa), mas guiando-nos por um mesmo espírito, um vento orientado pela justiça, pela fé e pelo sonho de uma *oikoumene* em que a morte não tenha a última palavra.

Assim, o que *resta*? O testemunho, em que o corpo indizível é o que diz, um hiato. O corpo da vítima (em sua presença-ausência) é quem fala e denuncia o “estado de exceção” *desde fora* do sistema, uma transcendência, tão concreta, que confronta a suspensão do direito para decretar a “vida nua”, como nos campos de concentração, no período da ditadura civil-militar do Brasil, na lógica do racismo institucional que estrutura o Estado, na construção do seu sistema prisional e jurídico (a história de Rafael Braga) ou com o genocídio da juventude negra, pobre e periférica, assassinada muitas vezes pela polícia. O testemunho de gente como Heleny & Ivan coloca-nos não na vitrine da lembrança, mas no desafio de estabelecermos outros usos do passado com uma permanente profanação de dispositivos de poder, como a própria memória, no intuito de imaginarmos outros mundos, outras práticas políticas. A juventude ecumênica, na tarefa de se perguntar pela memória, depara-se com o exercício de profanação e de se colocar, desde a janela dos “muçulmanos” de antes e de agora, diante do clamor-mudo de tantos corpos ante o machismo, patriarcado, racismo, homofobia, lesbofobia, transfobia, intolerância religiosa, genocídio, injustiça socioambiental... Este é o desafio que tem provocado muitas pessoas, entre elas @s jovens da Rede Ecumênica da Juventude.

D. Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e o testemunho (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CERIO, Débora. *El resto del pasado*. Historia, memoria y testimonio en la perspectiva de Giorgio Agamben. Texto não-publicado.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

NASCIMENTO, Daniel Arruda. *Do fim da experiência ao fim do jurídico: percurso de Giorgio Agamben*. São Paulo, Editora LiberArs, 2012.

ORTEGA, Francisco A. Reabilitar la cotidianidad. In: ORTEGA, Francisco A. *Veena Das: Sujetos del dolor, agentes de dignidad*. Bogotá: Universidade Javeriana – Instituto Pensar, 2008. p. 15-69.

Os Evangélicos, o Golpe e a Ditadura: O Irresistível Canto das Sereias Autoritárias¹

Leonildo Silveira Campos²

*“O dom de despertar no passado as centelhas da esperança
é privilégio exclusivo do historiador convencido de que os
mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse
inimigo não tem cessado de vencer.”*

(Walter Benjamin, *Obras escolhidas*, v.1, p.222)

O protestantismo de missão no Brasil, herdeiro das ideologias liberais norte-americanas, sempre desenvolveu uma retórica de apologias das excelências da democracia dos EUA, país de origem de seus missionários. Na retórica proselitista do protestantismo, a liberdade, a democracia e a tolerância, faziam parte da herança da Reforma do Século XVI, enquanto à Igreja Católica eram reservadas acusações de ser e ter sido intolerante, inquisitorial, e apegada a regimes autoritários e antidemocráticos.

Ernst Troeltsch (1983, p.38) foi o primeiro a reconhecer, do ponto de vista da história eclesiástica e da dogmática, a proximidade entre as atitudes políticas e intelectuais do catolicismo medieval e as do protestantismo. Rubem Alves (1979), em sua brilhante análise das relações do protestantismo brasileiro com a repressão, retomou as teses de Troeltsch para mostrar que por detrás da fisionomia risonha e liberal estavam latentes práticas inquisitoriais.

Há 50 anos uma maneira de arrumar politicamente o Brasil ruiu entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964. Tudo aconteceu de forma diferente do primeiro Golpe militar de nossa história, que foi a derrubada do Império e a implantação da República, em 1889, conspiração essa que foi feita sem qualquer participação popular. Porém, naqueles idos de março e abril, sob aplausos da maior parte da sociedade e estímulo das massas nas ruas, houve movimentação de tropas no eixo Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Desencadeava-se assim um Golpe com profundas raízes civis e que iria trazer profundas consequências para o povo brasileiro, para os seus representantes situados em Brasília, a capital ainda criança, com menos de cinco anos de inauguração e para todos os brasileiros, mesmo 50 anos depois.

Perpassam este texto as seguintes perguntas: Que posição os evangélicos das

¹ Uma versão preliminar deste texto foi publicada na revista *Tempo e Presença*(Campos, 2004). A atual versão incorpora novos dados, bibliografias e enfoques a respeito do tema aqui abordado.

² O autor é professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie; autor do livro *Teatro, Templo e Mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*, 1ª ed., Petrópolis-São Paulo, Vozes-Simpósio-Umesp, 1997.

igrejas pertencentes ao protestantismo de missão assumiram diante do Golpe Militar de 1964? Que contribuições eles deram nas fases de implantação e de consolidação do regime que sucedeu o de João Goulart? Que postura os evangélicos assumiram quando o regime militar entrou em decadência? O que é possível concluir após análise da retórica e do discurso dos pastores, leigos, concílios, revistas e jornais evangélicos, no período imediatamente anterior ou posterior à tomada do poder pelos militares há 50 anos?

Este texto pretende, não somente tentar responder essas indagações, mas também mostrar que a despeito da diversidade de ramos do protestantismo brasileiro há muito mais semelhanças entre eles do que diferenças quanto às posturas assumidas em relação ao regime instalado em 1964. Mas, para uma reflexão inicial sobre esse tema observamos que o apoio latente ou manifesto dos evangélicos aos golpistas ainda é, no conjunto das análises de 1964, um tema insuficientemente pesquisado, a despeito de dissertações, teses, artigos acadêmicos e livros escritos sobre o assunto especialmente neste ano do cinquentenário.³

O conhecimento sobre as circunstâncias, locais de tortura e destino dos desaparecidos começou a ser objeto de investigação a partir de 2012, quando foi instituída pela Presidência da República uma Comissão Nacional da Verdade, criada por um Decreto de 2011, que organizou vários grupos de pesquisa para assessorá-la, entre outros o GT “Igrejas e ditadura”. Logo em seguida surgiram em diversas partes do País outras comissões com os mesmos objetivos, ou seja, de levantar dados sobre violações sérias dos direitos humanos e que pudessem esclarecer o comportamento dos vários atores apoiaram, resistiram ou praticaram atos enquadrados na jurisprudência já existente a respeito dos direitos universais do homem. As igrejas cristãs também foram espaços onde aconteceram processos de acomodação, de colaboração, e de resistência à ditadura.

Portanto, pesquisar o tema continua sendo uma tarefa pouco atraente para uns e digno de vergonha para outros. Se essa observação for correta então teríamos que resolver a seguinte questão: seria uma estratégia dos que apoiaram entusiasticamente o regime militar não se defender ou deixar de esclarecer suas participações, jogando com a possibilidade do esquecimento?

Há também outras perguntas que nos inquietaram quando da produção deste texto: por que não se constituiu entre os evangélicos uma memória subterrânea, que uma vez acionada pudesse corroer as versões oficiais estampadas nos jornais sobre o apoio dos evangélicos ao regime militar? Que tipo de evangélicos e a que se deve esse silêncio? O manto de silêncio que ainda há nos meios evangélicos seria equivalente ao “nada a declarar” dos que atuaram profissionalmente

³ No decorrer dos eventos destinados a rememorar os 50 anos do Golpe Civil-Militar de 1964, alguns livros foram lançados, relacionando a postura dos evangélicos à implantação, consolidação e defesa do regime militar quando em decadência. Dentre eles podemos citar pelo menos dois: o texto de Silas Luiz de Souza (2014) e o de Daniel Augusto Schmidt (2014).

como agentes da ditadura durante a repressão?⁴

Para que isso ocorra é preciso que se faça uma leitura cuidadosa do discurso elaborado pelos atores evangélicos daqueles tempos, averiguando-se como as palavras foram usadas para a legitimação ideológica do golpe militar de 1964. Será preciso que valorizemos também os “não-ditos” daquela retórica, até porque nesse discurso elaborado num contexto ditatorial o que não se fala muitas vezes é mais importante. Isso equivale a afirmar que as “outras falas” se mostram mais fortes que o “discurso competente”. Porém, o esquecimento faz parte da lógica do poder, inclusive do eclesiástico, para quem tanto o agir como o falar, o silêncio e o resgate da memória podem se transformar em novos discursos, que como parte integrante de uma nova reformulação dos mecanismos de poder, acabam se constituindo em geradores de novas retóricas, por sua vez, legitimadoras de outras ortodoxias e ortopraxis.

1. As origens do adesismo político dos evangélicos brasileiros

Um primeiro ponto importante a ser assinalado é que as motivações da prática dos evangélicos oriundos das missões do século XIX, antes, durante e depois do Golpe Civil-Militar de 1964, devem ser buscadas nas décadas anteriores ou até, para uma ampliação da diacronia, chegar aos tempos de Calvino ou Lutero. Nessa busca há também quem tente encontrar razões no mundo neotestamentário, quando se constituíram ali duas posições distintas diante de Roma: uma favorável ao Império, e a outra, radicalmente oposta a ele. Esta última considerava o poder imperial romano a “besta” diabólica tal como aparece no ultimo livro das escrituras cristãs - o Apocalipse.

Deste então, os cristãos convivem tanto com uma atitude de apoio a regimes políticos que garantam a liberdade da denúncia profética como com outras formas de governo que exigem uma obediência acima de quaisquer críticas.⁵ Re-

⁴ Um excelente texto sobre as implicações psicológicas da ação de policiais torturadores e assassinos à soldo da ditadura foi objeto de uma pesquisa encetada por Martha K. Huggins, Mika Haritos-Fatouros e Philip G. Zimbardo (2006) que resultou no livro *Operários da violência*. Na pesquisa foram entrevistados em profundidade 23 policiais brasileiros com o objetivo de responder a seguinte questão: “Por que e como homens comuns são transformados em torturadores e assassinos do Estado?” Interessava a eles verificar como esses “operários da violência” explicam e justificam sua violência e qual é o impacto das suas ações assassinas, para eles mesmos, para suas vítimas e para a sociedade”.

⁵ Os evangélicos brasileiros quase sempre fizeram uma leitura literal do texto paulino a respeito da obediência à autoridade (Romanos 13.1-2) assim como do texto atribuído a Pedro de que o cristão deveria se sujeitar a toda a sorte de autoridade humana (1ª Pedro 2.13-14). A posição dos dois maiores reformadores do Século XVI, Lutero e Calvino, foi resumida por Harro Hopft (Org.), em um texto de 2005 no qual o organizador da edição, na introdução, relembra o pensamento de Calvino sobre a obediência do cristão a autoridade secular. Para ele (Hopft, 2005, p.XXV) Calvino ressalta que é “dever do cristão obediência aos governantes, pouco importando sua conduta e sua religião ou a qualidade de seus títulos. Se a desobediência a ordens ímpias se tornar inevitável, deverá assumir

lembramos aqui uma expressão de C.P. Snow, retomada por Stanley Milgram (1983, p.19), ao descrever sua célebre experiência de Psicologia Social enfocando o dilema da obediência à autoridade: “Ao se pensar na longa e obscura história do homem, descobre-se que foram cometidos mais crimes hediondos em nome da obediência do que jamais foram cometidos em nome da rebelião”.

Cabe, contudo, à Filosofia Política ou a outras Ciências Humanas a reflexão sobre o antes desse estado de obediência exposto por Milgram, ou seja, das motivações do comportamento político. Assim a pergunta poderia ser que motivações, inclusive religiosas, agem na formação do *homem obediente*? Para M. Walzer (1987), comentado por Nelson R. de Souza (1999, p.134), o calvinismo (base doutrinária do presbiterianismo) tem muito a ver com o surgimento de uma *religião social baseada no homem obediente*. Por isso mesmo, o calvinismo tem sido visto como defensor da idéia de um *Estado disciplinado* para se seguir afirmação de Harro Höpfl, (in Redhedd, 1989 p. 87). Para este autor, é nessa situação que surge “o *saint* calvinista [que] emerge da combinação entre protestantismo e política.” Graças a sua ação, ainda segundo Souza (1999. p. 134), as atividades partidárias, a participação política na construção de uma sociedade disciplinada se torna uma ação metódica, consciente, e que se reflete num “discurso que apresenta como um dever cristão, mesmo leigo, a ação política.”⁶

Naquelas décadas havia visões opostas entre os protestantes a respeito da abolição da escravatura, da pregação republicana, das propostas positivistas, da maçonaria, da divisão entre Estado e Igreja, da secularização do casamento e dos cemitérios, ou até mesmo diante de outros projetos não-católicos de reformulação da sociedade.

O protestantismo desenvolveu no Brasil mentalidade e práticas autoritárias que se mantiveram encobertas por um discurso risonhamente democrático e liberal. Ninguém melhor que Rubem Alves (1979) conseguiu dissecar as entranhas de onde emergiu a lógica do discurso de um tipo especial de protestantismo, por ele batizado com o tipo ideal da “reta doutrina”, há 35 anos, em seu sempre instigante livro *Protestantismo e Repressão*.

No tecer desses fios que emergem e ligam o discurso “democrático” protestante às práticas autoritárias, encontramos as ligações que nunca se desfizeram do protestantismo com a cultura autoritária e violenta do passado brasileiro. Notemos que os introdutórios do protestantismo eram missionários norte-americanos oriundos de uma sociedade que ainda estava emergindo das lutas contra

a forma de oração, súplica, sofrimento ou exílio, mas não a de rebelião.”

⁶ Fica difícil conciliar nessa questão da obediência do cristão num contexto de um governo despota, tal como se atribuiu a Calvino e a Lutero com o comportamento de Dietrich Bonhoeffer (1906-1945) que se engajou na resistência ao nazismo, chegando a participar de uma conspiração para matar Adolf Hitler. Bonhoeffer (2003) escreveu cartas e anotações no período de sua prisão nas cadeias do Terceiro Reich. Foi considerado um cristão modelo por todos os evangélicos que participaram de algum tipo de oposição a ditadura brasileira.

indígenas no velho oeste, com hispânicos nas fronteiras com o México, com os escravistas do sul ou com os liberais do norte. Muitos deles tinham jurado desencilhar a pregação protestante das lutas políticas por causa dos problemas ligados à Guerra da Secessão ou então por medo de não serem bem aceitos pelos governantes nos países em que estavam atuando como missionários estrangeiros. De qualquer forma foram esses missionários que pregavam a salvação individual e da alma dentro de uma perspectiva pietista e puritana. Antônio Gouvêa Mendonça (2008) considera ser o principal eixo teológico daquela pregação uma “teologia cansada de guerra”, que, voltada para a Canaã celestial, produziria tão somente a fuga das lutas sociais e políticas. Essas tendências de fuga e negação da inserção sócio-política foram reforçadas ainda mais após 1910, com a chegada do pentecostalismo ao Brasil.

Nos anos 50, a sociedade brasileira foi se tornando mais complexa e urbana, surgindo no seu bojo novos atores políticos, pastores e leigos, permeáveis a uma preocupação mais centrada na ação social, que estimulada pelo movimento ecumênico e pela teologia europeia e norte-americana foi divulgada entre outros por Richard Shaull (1919-2002) nos meios presbiterianos (leigos, pastores e seminaristas) e estudantes de São Paulo. Os atores conscientizados por Shaull passaram a entender o mundo político como uma esfera a ser “invadida” pelas igrejas evangélicas em nome de um projeto de “reino de Deus” voltado a humanização do ser humano. Enquanto isso começava o crescimento explosivo do pentecostalismo da cura divina, potencializado no final dos anos 1970 com o aparecimento do neopentecostalismo tipificado na Igreja Universal do Reino do Deus (Campos, 1997).

Todavia, no interior das igrejas evangélicas de missão, a juventude começava a inovar, exigindo uma maior participação na produção simbólica das igrejas, principalmente na realização de congressos, simpósios e movimentos de massa, com os quais se pensava poder conscientizar as igrejas para uma ação social mais concreta voltada para os pobres e excluídos. Essa irrupção do novo na teoria e na prática, aliada a um conflito intergeracional que iria opor jovens contra idosos, explicaria a mobilização dos conservadores, antiecumênicos e portadores do poder burocrático nas igrejas, geralmente os mais idosos, facilitando a identificação deles com os ideais dos golpistas de 1964 e de sua ideologia motivadora centrada na importada “doutrina da segurança nacional”.

Os anos anteriores ao Golpe de 1964 foram de intensificação das tensões ideológicas tanto na sociedade brasileira mais ampla como no campo religioso.

Entre outros personagens que foram despertados para a luta pelo social podemos citar Paulo Stuart Wright (1933-1973), presbiteriano, deputado estadual eleito pelos pescadores catarinenses, expulso da Igreja (IPB de Florianópolis) onde fora eleito presbítero, mas impedido de tomar posse, e cassado como deputado pela Assembléia Legislativa sob a acusação de “falta de decoro parlamentar” por determinação dos militares. O “motivo”? Ousou comparecer numa sessão da

Câmara sem gravata!

Depois disso Paulo S. Wright caiu na clandestinidade, tendo sido preso e assassinado sob tortura em São Paulo, nove anos depois. O seu desaparecimento motivou a ação de seu irmão o Rev. Jaime Wright, que participou do “Projeto Brasil Nunca Mais” ao lado do Cardeal Paulo Evaristo Arns.⁷ O desaparecimento do ex-presbítero acabou fazendo de Paulo Wright um ícone daquela sacrificada geração de idealistas no meio evangélico, pois levou até o extremo a sua identificação com os pobres. O mesmo se pode dizer de Ivan Mota Dias (1942-1971) e Heleny Guariba (1941-1971). Ele, presbiteriano, que se envolveu inicialmente com o trabalho de ação social da Confederação Evangélica do Brasil, caiu na clandestinidade onde passou a organizar grupos de oposição ao regime. Ivan Dias foi preso, torturado, e assassinado, no Rio de Janeiro. Já Heleny Guariba era uma leiga metodista. Foi presa e torturada pela primeira vez em São Paulo, libertada alguns meses depois, até que foi presa novamente no Rio de Janeiro, desaparecendo também nos porões da repressão. Ambos, segundo denúncias de outros presos políticos teriam sido assassinados na “casa da morte”, um centro clandestino de tortura e de assassinato de presos políticos situado em Petrópolis.

Muitos jovens evangélicos partiram para o exílio, entre eles Anivaldo Padi-lha. Fora do País, alguns deles continuaram a luta contra a ditadura em nome dos valores cristãos, fundamentados na defesa dos direitos humanos. Eles receberam uma atenção especial do historiador norte-americano, James N. Green (2009) no excelente livro *Apesar de vocês* por causa da oposição desenvolvida por eles nos EUA enquanto durou a ditadura brasileira. O engajamento de alguns deles nas atividades do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) de Genebra, foi também uma oportunidade para se manter a militância contra a ditadura durante o exílio.

Até o final do regime militar, sob o impacto do movimento ecumênico mundial e da teologia da libertação, os evangélicos da diáspora, membros de uma “tribo ecumênica”, mantiveram viva a bandeira da oposição à ditadura, assim como muitos outros optaram pelo “exílio” interno, onde em várias frentes continuaram o trabalho de oposição. Eles atuaram entre o que restava de espaço democrático nas igrejas evangélicas ou à margem delas como foi o caso do antigo Centro Ecumênico de Informação (CEI), depois Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e hoje, ainda dinâmico, KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

No entanto, alguns jovens dessa geração participaram das primeiras tentativas de levar as igrejas a novos caminhos, inicialmente numa ação dentro da

⁷ Esse Projeto, coordenado pelo reverendo Jaime Wright e Cardeal Arns, teve financiamento do Conselho Mundial de Igrejas, tendo documentado centenas de casos de tortura relatados em documentação clandestinamente fotocopiada dos arquivos do Supremo Tribunal Militar, formando um dossiê com milhares de páginas. Várias cópias do dossiê foram arquivadas no exterior por falta de segurança no Brasil. Em 2013, os documentos foram repatriados, estando hoje digitalizados pelo Ministério Público Federal, à disposição dos pesquisadores em <http://bnm.mpf.br/>

Confederação Evangélica do Brasil (CEB) e de seu setor de Igreja e Sociedade, a despeito dos conservadores articulados ao redor de seu secretário executivo, Rodolfo Anders. Ficou célebre a Conferência do Nordeste (1962), tão bem estudada por Joanildo Burity (2011), e abordada em vários eventos acadêmicos em 2012, quando de seu cinquentenário. Um deles resultou no livro de W.P. da Rosa e José Adriano Filho (2012).

O objetivo da Conferência era despertar as igrejas evangélicas para o uso de estratégias pedagógicas de despertar da consciência política e social das igrejas membros. Os presbiterianos fundamentalistas de Recife reagiram a instalação da conferência delatando seus participantes em especial o reverendo João Dias de Araújo.

Com denúncias desse tipo seria inevitável que a repressão à ala jovem na CEB deixasse de ocorrer. Assim, antes de 1964, ela começa com a demissão de Waldo César, Jether Pereira Ramalho, Carlos Cunha, Jovelino Pereira Ramos e outros. Nos primeiros dias de abril de 1964, a sede da CEB foi visitada por oficiais do Exército que, por se tratar de recinto ligado às igrejas evangélicas, eles foram sem armas, segundo testemunho de Zwinglio Mota Dias (2014).⁸

Essas tensões internas do campo protestante e o início de processos inquisitoriais se tornaram mais radicais nos meses que antecederam ao Golpe. Naqueles tempos não faltavam nos jornais evangélicos artigos contra o comunismo e uma retórica que expressasse o medo da comunização do país e o “fim da liberdade de se pregar o evangelho”. Daí o efeito catalizador da mobilização convocada pelo líder batista, pastor Eneás Tognini, da Igreja Batista de Perdizes, para a realização, no dia 15 de novembro de 1963, em milhares de templos evangélicos, de um “dia nacional de oração e jejum” para que “Deus salvasse o Brasil do perigo comunista”.⁹

Como consequência do Golpe, em 21 de abril de 1964, uma nova convocação, reuniu evangélicos para agradecer a Deus por ter “ouvido as orações de seu povo”, libertando o Brasil do “perigo comunista”. Essa teologia tomou conta de uma grande parte dos evangélicos brasileiros durante os 21 anos de regime militar.

Um exemplo do entusiasmo com que a liderança protestante se pôs ao lado da direita, antes mesmo do Golpe, pode ser percebido neste fato: em 18 de janeiro de 1964, a Primeira Igreja Presbiteriana Independente de São Paulo tornou pública uma moção anticomunista, na qual se acusava o Seminário Teológico de São Paulo, de ser “um foco de influência marxista”. Tratava-se de uma declaração de guerra contra a juventude que estava sendo formada para assumir o pastorado de igrejas. Por isso, esse documento - um excelente fragmento de uma luta ideológica - denunciava que a “malfada ideologia do materialismo histórico” ameaçava

⁸ Sobre a história da repressão interna na CEB vale a pena ler Domício Pereira de Matos (1965) um livro que foi escrito em resposta a outro de caráter de delação do Rev. Alcides Nogueira (1964)

⁹ Ver depoimento prestado pelo pastor Tognini a revista *Istoé* (n.2.170, 10/6/11).

“alcançar (...) as próprias igrejas evangélicas e a Faculdade de Teologia”.

Não era diferente o clima ideológico entre os batistas, pois, na primeira edição, de abril de 1964, num texto impresso ainda antes da concretização do golpe militar, o novo redator do *Jornal Batista* (14/4/64, p.1), pastor José Reis Pereira, ao se referir sobre a campanha de evangelização “Cristo é a única esperança”, escreveu: “O Brasil está mesmo mal (...) está tão mal que remédios heróicos vêm sendo propostos (...) há instantes que até mesmo os mais otimistas perdem a esperança (...); o Brasil precisa mudar (...) não pode cair [no precipício] de uma vez.”

Isso também ocorria entre presbiterianos, independentes ou não, metodistas, luteranos e outros grupos evangélicos brasileiros. A repressão aos movimentos jovens organizados no interior das igrejas, obedecendo ao formato de federações e confederações de uniões locais de mocidade, se completou com o fechamento e expulsão de alunos dos seminários teológicos nos anos seguintes: Campinas em 1966; Seminário Centenário, em 1968; ambos da IPB, em 1967; Metodista e Presbiteriano Independente, em 1968. Quase todas essas intervenções tiveram inspiração direta no autoritarismo vindo da ditadura militar.

2. O Golpe de 1964 e o apoio dos evangélicos

A esta altura fica claro que antes do golpe houve um envolvimento dos evangélicos ideologicamente com o seu preparo. Porém, o apoio consciente dos evangélicos aos militares golpistas de 1964 se traduziu, inicialmente, no envio de telegramas, na publicação de editoriais nos jornais evangélicos nas semanas posteriores ao Golpe expressando neles alegria e satisfação pelo fim da “ameaça comunista”. Num telegrama endereçado ao “Exmo. Sr. Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco” podemos perceber que os seus redatores não escondiam o alívio pelo afastamento do “perigo comunista” e a satisfação pelo Golpe, expressando a esperança na ação dos militares golpistas na condução dos destinos da pátria.

“Digníssimo Presidente da República. A Confederação Evangélica do Brasil entidade representação pública e ação conjunta Igrejas Evangélicas saúda Vossa Excelência motivo posse alto cargo primeiro magistrado nação, formulando votos a Deus continua assistência divina ao Governo de Vossa Excelência, iluminando caminho reconstrução cristã democrática nossa pátria, assegurando direitos do homem, promovendo justiça social e bem estar povo, defendendo soberania nacional, cristianizando desenvolvimento sociedade brasileira, conduzindo Pátria alto destino concerto nações livres, sentido em que Vossa Excelência terá constante apoio moral e leal cooperação cristãos evangélicos. a) Amantino Adorno Vassão, presidente; Rodolfo Anders, secretaria geral”.

Em meios luteranos houve quem, comentando um processo aberto pelos militares contra padres “comunistas”, usasse palavras nas quais se tentava atribuir

à Igreja Católica até mesmo o cenário político existente no país.

“Esta notícia [processo contra padres] revela infiltração do comunismo entre as fileiras clericais no Brasil. As investigações do atual governo descobriram tramas surpreendentes da ação vermelha no país. Em tempo livrou o Brasil da desgraça vermelha. Ainda bem que não respeita nem mesmo as portas das casas religiosas. Oremos muito pelo nosso país e pelas nossas autoridades para que Deus lhes conceda clarividência e determinação no seu propósito de livrar a nossa pátria da derrocada total.” (Mensageiro Luterano, junho de 1964, p. 87)

Assim, de acordo com versão de *O Estandarte* (15/4/64), o que teria provocado o fim do governo Goulart teria sido a “sua omissão” diante dos comunistas que (sic) “aboletavam-se no poder e preparavam-se para, através de um golpe, dominar o país.” Mas, como que demonstrando certa ambiguidade, por trás dessas palavras golpistas se fazia presente o velho liberalismo protestante: “Governa agora o Marechal Humberto Castelo Branco, e a nossa posição de Evangélicos, que respeitamos as autoridades constituídas, não pode ser, com referência aos perdedores a de ódio e da vindita (...). O comunismo é inimigo do Evangelho, por certo. Mas os cristãos amam os inimigos e pregam a Cristo.” Porém, em nenhum momento houve uma palavra sobre o desprezo, tortura e até morte de alguns comunistas que estavam sendo colocados em prática pelos golpistas.

A reação dos presbiterianos brasileiros com relação ao Golpe veio de imediato com um editorial do redator que passava a função para o novo homem de confiança dos demais pastores, reverendo Boanerges Ribeiro:

“Transformou-se completamente a face da Nação. O alto comando militar assumiu as rédeas do país, deu-lhe certos aspectos constitucionais (...) revestiu de poderes especiais e está fazendo a ‘limpeza’ para que os comunistas, agitadores e peculatórios fiquem de fora, e por muito tempo, sem os direitos políticos que lhes eram assegurados. (...). Graças a Deus, estão sendo banidos da Nação os agitadores extremados e, assim, não haverá mais perigo de os reacionários da direita, com a finalidade de nos combaterem, insistirem na confusão que gostam de fazer – todo reformista, todo pregador da justiça social, todo propugnador por um Brasil social e economicamente equilibrado é comunista.” (Brasil Presbiteriano, março de 1964, p.3).

Os batistas também receberam com entusiasmo o Golpe. Uma extensa nota, assinada pelo então novo redator de *O Jornal Batista*, pastor José Reis Pereira, revela o quanto o Golpe foi bem recebido pelos batistas numa matéria intitulada “Responsabilidade dos crentes nesta hora”:

“Os acontecimentos político militares de 31 de março a 1º de abril que culminaram com o afastamento do Presidente da República vieram, inegavelmente, desafogar a nação. Porque estávamos vivendo num cli-

ma pesado de provocações, de ameaças, de agitações, que nos roubaram o mínimo de tranqüilidade necessária para poder trabalhar e progredir (...) agora as coisas mudaram. Era tempo (...). Preocupava-nos a posição do Presidente da República. Como cristãos devíamos-lhe todo o respeito aconselhado nas Escrituras. Era objeto constante de nossas orações (...) agora quando escrevemos estas notas, parece que tudo acabou (...) a democracia não está mais ameaçada. A vontade do povo foi entendida e respeitada (...). O povo brasileiro pela sua índole, pela sua formação, rejeita os regimes totalitários, e muito particularmente o regime comunista (...) mesmo em nossas igrejas havia infiltrações (...)" (Jornal Batista, nº 12, abril de 1964, p.3).

Fica claro, portanto, que os evangélicos, assim como a Igreja Católica, não somente apoiaram a conspiração que levou o Brasil ao Golpe de 1964, como também, após a sua ocorrência não deixaram de tornar pública a sua satisfação por tal evento. Não houve lamentação pela quebra da ordem democrática, nem quaisquer referências para o custo em atentados aos direitos humanos dos que foram presos, torturados, cassados e exilados. Nada disso era importante. O que se exigia era a restauração da ordem.

Considerações finais

A análise do discurso dos evangélicos de missão durante o período da ditadura civil-militar que durou de 1964 a 1985 nos permitiu uma percepção do quanto a produção e a circulação do discurso religioso e das práticas inquisitoriais nas igrejas protestantes de classe média e seus valores ideológicos foram operacionalizados pela ditadura militar brasileira. Fica claro também o entrosamento então existente entre a retórica protestante, os receptores dessa mensagem e os clérigos que a produziram.

Também pudemos perceber que a situação política decorrente do Golpe fez predominar nos meios evangélicos brasileiros a ideia de que o Golpe seria, naquele momento, a melhor alternativa para um país dividido e visto como um espaço ameaçado pelo poderio militar da URSS ou pelo exemplo de Cuba ou da China.

Alexander Duncan Reily (2003, p.309), historiador metodista que viveu e trabalhou no Brasil, observou que “o alto grau de aceitação da intervenção militar pelos protestantes, a princípio [se deu] pelo medo que João Goulart estivesse conduzindo o País para um caos socialista e possivelmente à guerra civil. Nesse caso, o novo regime representou a salvação política da pátria. Medo da esquerda e simpatia pela direita parece refletir fielmente a mentalidade protestante majoritária.” Aqui podemos retomar uma análise feita por François Laplantine (1977, p. 21) ao afirmar que o início de uma sociedade de cunho milenarista ocorre no momento em que uma sociedade compreende “o perigo constituído pela desor-

ganização e a degradação (...); [e se] sentindo ameaçada desde o interior e desde o exterior – ou de ambos – ; e sem conseguir continuar crendo nos mecanismos de defesa tradicionais que freavam as tensões sociais” nos limites estabelecidos, tais sociedades tendem “a reestruturar-se por si só, transformando o seu desespero em esperança”.

Há, portanto, um elemento quase religioso na entrega da liberdade nas mãos de um governante desde que ele consiga convencer a todos de ser a sua palavra e ações, naquele momento, o único caminho a seguir. Por isso mesmo o Golpe de 1964 representou uma ruptura com uma determinada situação que oferecia intranquilidade e desesperança, trazendo à população uma nova utopia.

No entanto, quando isso acontece, a distância entre a adesão fanática e a intolerância se reduz a uma distância mínima. É como se fosse o aparecimento de uma mentalidade messiânica em que uma liderança surge para conduzir os eleitos ao paraíso. Quando isso acontece, um grupo regride a comportamentos rústicos, entregando-se a mitos que estavam sepultados no imaginário coletivo.

Os evangélicos acreditavam e tiveram a sua crença reforçada de haviam tomado partido ao lado de Deus contra o diabo. Nos seus jornais e revistas os endereços das entidades supremas eram bem conhecidos: Deus morava em Washington e o diabo, sem sombra de dúvida, residia em Moscou, mas de vez em quando visitava Havana. Por isso mesmo, os evangélicos deveriam oferecer ao regime militar o seu apoio, em nome da liberdade de culto, sem medir o custo ou o grau de distorção que tais pressupostos representavam para o processo de democratização do país ou para a defesa dos valores tradicionais do cristianismo, que são amor, paz, justiça, tolerância e igualdade.

Foi assim que, do fundo de uma crise mais ampla do que política e econômica, brotou uma crença supra-razional de que o “Deus dos exércitos” estava com eles, portanto, a batalha contra os poderes diabólicos do comunismo ateu e anticristão já estava ganha. Nada mais restaria então senão ouvir e se deliciar com o cântico das sereis do autoritarismo reinante.

Referências Bibliográficas

ALVES, Rubem, *Protestantismo e Repressão*, São Paulo, Ática, 1979.

AQUINO, Maria Elizabeth de, *Personnas: gradações do discurso político-religioso no Brasil pós-64*, São Paulo, M. E. de Aquino, 2003.

ARAUJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras*, 2ª edição, São Paulo, Fonte Editorial, 2010.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, *Brasil nunca mais, um relato para a história*, 1ª Ed. Petrópolis, Vozes, 1985.

BENJAMIN, Walter. *Obras completas*, v.1, São Paulo, Brasiliense, 1985.

BERGER, Agenor, *A postura da Igreja Evangélica Luterana no Brasil frente a ditadura militar (1964-1985)*, Dissertação de Mestrado, São Leopoldo, IEPG, 1994;

BONHOEFFER, Dietrich. *Resistência e submissão* – Cartas e anotações escritas na prisão, São Leopoldo, Sinodal-EST, 2003.

BURITY, Joanildo. *Fé e revolução: Protestantismo e discurso revolucionário brasileiro (1962-1964)*, Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2011.

CAMPOS, Breno Martins. *Protestantismo e poder: uma análise da ética puritana e do discurso fundamentalista na Igreja Presbiteriana do Brasil*, Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista de São Paulo, 2000.

CAMPOS, Leonildo S. *Teatro, templo e mercado: Organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*, 1ª ed. Petrópolis, Vozes-Simpósio-Umesp, 1977.

CAMPOS, Leonildo S. Evangélicos e golpe militar de 1964, *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, ano 26, n. 334, março/abril de 2004.

CAMPOS, Leonildo S. Protestantes na primeira fase do regime militar brasileiro – atos e retórica da Igreja Presbiteriana Independente (1964-1969), em *Estudos de Religião*, Ano XVI, n. 23, 83-140, julho/dezembro de 2002.

CAVALCANTI, H.B. Political Cooperation and Religion Repression: Presbyterians under military rule in Brazil (1964-1973), in *Review of Religious Research*, Vol. 34, No. 2 (December, 1992).

COLLIER, David (org.) *O novo autoritarismo na América Latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

DASÍLIO, Derval. *Jaime Wright, o pastor dos torturados*, Rio de Janeiro, Metanoia, 2012.

DIAS, Zwinglio Mota. As igrejas protestantes/evangélicas e o golpe civil-militar de 1964, em *Interações – Cultura e Comunidade*, Belo Horizonte, V. 9, n.15, p.19-37, jan./jun. 2014.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe*, Petrópolis, Vozes, 1981.

FON, Antonio Carlos. *Tortura a história da repressão política no Brasil*, São Paulo, Global, 1979.

GOÉS, Paulo de. Do individualismo ao compromisso social: A contribuição da Confederação Evangélica do Brasil para a articulação de uma ética social cristã, Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1989.

GREEN, James N. *Apesar de vocês – Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*, São Paulo, Companhia Das Letras, 2009.

GUERRA, Claudio. *Memórias de uma guerra suja: Depoimentos a Marcelo Netto e Rogério Medeiros*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2012.

HÖPFL, Harro. João Calvino: o Estado disciplinado, em REDHEDD, Brian. *O pensamento político de Platão à OTAN*, Rio de Janeiro, Imago, 1989

HUGGINS, Martha K., HARITOS-FATOUROS, Mika e ZIMBADO, Philip G. *Operários da violência: Policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras*, Brasília, UnB, 2006.

LAPLANTINE, François. *Mesianismo, posesión y utopia – las tres voces de la imaginación colectiva*, Barcelona, 1977.

MADURO, Otto. *Religião e luta de classes*, 2ª Ed. Petrópolis, Vozes, 1983.

MATOS, Heloiza. *Das Relações públicas ao Marketing Público: (Des) Caminhos da Comunicação Governamental*. Tese de Doutorado, ECA, USP, São Paulo, 1989.

MATTOS, Domício Pereira de. *Posição social da Igreja*, Rio de Janeiro, Editora da Praia, 1965.

MENDONÇA, Antonio Gouvea. *Crise de Identidade na IPI*, 1979, cópia mimeografada.

MENDONÇA, Antonio Gouvea. *O celeste porvir: A inserção do protestantismo no Brasil*, 3ª edição, São Paulo, EDUSP, 2008.

MENDONÇA, Antonio Gouvea. Protestantismo e cultura, em MENDONÇA, A.G. *Protestantes, pentecostais & ecumênicos: O campo religioso e seus personagens*, 2ª edição, São Bernardo do Campo, Editora Metodista, 2008.

MILGRAM, Stanley, *Obediência à autoridade*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: O anti-comunismo no Brasil, 1917-1964*, São Paulo, Perspectiva, 2002.

NOGUEIRA, Alcides. *O evangelho social e a Igreja de Cristo*, Rio de Janeiro, Casa Publicadora Batista, 1965.

PAEGLE, E.G. de Moura. *A posição política da IPB nos Anos de Chumbo (1965-1985)*. Diss. de Mestrado. Univ. Federal de S. Catarina, 2006.

PAIXÃO JR. Valdir Gonzales. *A era do trovão: poder e repressão na Igreja Presbiteriana do Brasil na época da ditadura militar (1966-1978)*, Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista de São Paulo, 2000.

PAIXÃO JR. Valdir Gonzáles. *Poder e memória: O autoritarismo na Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar*, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UNESP, Araraquara, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio, em *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p.3-15.

REDHEDD, Brian. *O pensamento político de Platão à OTAN*, Rio de Janeiro, Imago, 1989

REILY, Duncan A. *Documentos da Igreja cristã*, 3ª Ed. São Paulo, ASTE, 2003.

RIBEIRO, Ricardo Alagio. *A Aliança para o Progresso e as Relações Brasil-Estados Unidos*, Tese de Doutorado, Unicamp, 2006.

ROJAS-MIX, M. *El Dios de Pinochet*: Fisionomia del fascismo latinoamericano, Buenos Aires, Prometeo, 2007.

ROSA, W. P. da, ADRIANO Fº, J. (Orgs). *A Conferência do Nordeste 50 anos depois*. Rio de Janeiro: MAUAD Ed./Inst. Mysterium, 2012.

SCHMIDT, Daniel Augusto. *Protestantismo e ditadura militar no Brasil*, São Paulo, Editora Reflexão, 2014.

SHAULL, Richard. *Surpreendido pela graça*: Memórias de um teólogo Estados Unidos, América Latina, Brasil, Rio de Janeiro, Record, 2003.

SILVA, Héleron da. *A era do furacão: História contemporânea da Igreja Presbiteriana do Brasil*, Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1996.

SILVA, Héleron, MOURA, Enos e MORAES, Mônica, *Eu faço parte desta História*, São Paulo, Edição da Confederação Nacional da Mocidade Presbiteriana do Brasil, 2002.

SOUZA, Nelson Rosário de A esquerda militante: entre o engajamento pastoral e os revides locais, em *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 12, junho de 1999, pp. 131-146

SOUZA, Silas Luiz de. *Protestantismo & ditadura – os presbiterianos e o governo militar no Brasil (1964-1985)*, São Paulo, Fonte Editorial, 2014.

STRECK, Edson E. Igreja em tempo de repressão, IECLB, 1970, à luz de seus meios de comunicação social, em *Estudos Teológicos*, Ano 26, n.2, 1986, p.121-143.

TOLEDO, Caio Navarro, (Org.) *1964 Visões críticas do golpe – Democracia e reformas no populismo*, São Paulo, Editora Unicamp, 1997.

TOURAINÉ, Alain. *Palavra e Sangue – Política e sociedade na América Latina*, Campinas, Editora da Unicamp, 1989.

TROELTSCH, Ernst. *El protestantismo y el mundo moderno*, Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1983.

VILELA, Marcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: Diálogos entre religião e política*, Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

WALZER, M. *La revolution des saints*, Paris, Belin, 1987

WRIGHT, Delora Jan, *O coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba*, Petrópolis, Vozes, 1993.

(In) Conclusão – A memória subversiva e o protestantismo libertário

Jorge Atilio S. Iulianelli¹

Quem são essas gentes jovens que lutaram em favor da democracia durante a ditadura civilmilitar? Eram das mocidades das igrejas do protestantismo histórico e de missão, vinham de processos formativos ecumênicos. Saboreavam a poesia teológica que lhes inundava a alma de uma contemplação profética da realidade social. Tinham diante das desigualdades abissais e absurdas da sociedade brasileira a mais profunda iracúndia divina. Para compreender de forma melhor elaborada esta realidade social brasileira, as desigualdades que a integravam e o modelo de desenvolvimento capitalista imperante, dedicaram-se a estudar, estudar, estudar. E seguiram a se imiscuir nas realidades vividas pelas populações empobrecidas, a conhecer os modos de organização de operários e outros trabalhadores, da cidade e do campo, por aí foram. E ainda não era o golpe. E ainda era o Brasil que emergia do projeto nacionaldesenvolvimentista de Kubitschek, que viveu a ascensão e queda de Jânio Quadros, alimentados ainda com a esperança da revolução cubana, e se animavam com a possibilidade das reformas de base.

Quem eram essas gentes jovens? Eram gentes dos brasis urbanos, que chegavam ao ensino universitário, eram pessoas que vinham de um protestantismo libertário. Estavam a caminhar por avenidas que pareciam amplas. Miravam horizontes de um país transformado, em que o trabalhador tivesse acesso à riqueza socialmente produzida. Acreditavam que a reforma agrária poderia trazer mais comida para as mesas. Alguns sabiam, outros não, que nas terras nordestinas, animando a luta por reforma agrária, nas Ligas Camponesas, pentecostais, da Assembleia de Deus, estavam. Em meio a tantas lutas, se firmando no movimento estudantil, essas gentes se ligavam a causas operárias, à afirmação dos horizontes históricos de transformação, e da necessidade de atuar como *sujeitos históricos*. Eram tempos de Richard Schaul, de Waldo César. Schaul escrevera *O Cristianismo e a Revolução no Brasil*, em 1953; no qual denunciava que carecia aos cristãos se ocupar da justiça social: *nós não temos nos preocupado com a luta em prol da justiça social nem pelo significado da crise de nosso tempo* (Schaul, 1953, p.8).

Quem eram essas gentes? Eram gentes ecumênicas que estavam alimentadas com o sonho do subversivo de Israel, Jesus. Tinham nas relações interdenominacionais uma grande contribuição para aumentar o papel de gente a serviço das gentes brasileiras. Estavam atentas à busca da justiça social como serviço ao Reino. Identificaram-se com católicoromanos que, também, buscavam atender aos

¹ Doutor em Filosofia, professor da Universidade Estácio de Sá, de longa militância ecumênica. Assessor de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Membro do GT “Ditadura e Igrejas”, da Comissão Nacional da Verdade.

apelos do Evangelho, na construção de uma sociedade justa e solidária no Brasil. Esses eram os jovens que participaram da Conferência do Nordeste, em 1962, que tinha por título *Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro*. Eram os socioecumênicos, como diz José Bittencourt Filho (1988). Nas terras em que essas gentes ecumênicas generosamente se entregavam, ser ecumênico era amar os pobres, ser solidário com os pobres, romper com as causas estruturais do empobrecimento. Eram cristãs e cristãos do Evangelho Social, que era um movimento fundamentalmente de leigas e leigos protestantes. Na década de 1950 se estreitaram as relações com os padres operários e os dominicanos, que também tinham abertura ecumênica. Uma das iniciativas mais antigas foi o grupo ecumênico de reflexão teológica (Gert), de 1957. Crescia entre os católicos os movimentos de ação católica especializada, sobretudo com as juventudes; o movimento de educação de base (MEB); dentre outros. Num determinado momento da história do movimento ecumênico, no Brasil, sob a inspiração de Richard Schaul, o movimento de estudantes cristãos, se abre para estudantes católico-romanos. Na década de 1960, os estudantes protestantes e católicos estavam unidos nas lutas pelas reformas de base, a partir da inserção nas universidades. A União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB) e Juventude Universitária Católica (JUC) têm trajetórias semelhantes. Muitas dessas gentes moças ingressaram na Ação Popular.

Quem eram essas gentes moças? São aquelas e aqueles que enfrentaram o Capeta Capital e seu primoirmão a Ditadura dos Dentes do Meganha. Eram Anivaldo, Celso, Claudius, Cunha, Flávio, Heleny, Ivan, Jaime, Jether, Jovelino, Lucília, Nilton, Paulo, Rubem, Waldo, Zenaide, Zwinglio e tantas e tantos outros, gente generosa, corajosa, que cria ser a democracia mais valiosa que os desmandos autoritários. Creram que a justiça social era centro nervoso da fé. Creram que a solidariedade com os empobrecidos era a alma *mater* da *koinonia*. Creram que o amor supera todo medo. Foram presos, torturados, exilados, assassinados, desaparecidos. Não esmoreceram, seguiram firmes na luta criando novas formas de solidariedade e de enfrentamento. Estavam engajadas e engajados, no Brasil e no exterior, em fazer crescer a solidariedade para superar as causas da fome, da falta de terra para quem nela queria trabalhar, da falta de escola para elevar a inserção no mundo, na busca de terra, trabalho e pão. Estavam engajadas e engajados na denúncia das violações de direitos humanos que eram perpetradas pela ditadura civil-militar. Foram banhados em sangue. Foram martirizadas e martirizados.

O resgate dessa memória subversiva do amor jesuânico precisa ser feita. O que estes relatos e análises desvelam é isso. Não apenas isso, senão a necessidade de conexão entre a memória do ontem e do hoje para a construção afirmativa da cultura política democrática, participativa e promotora dos direitos humanos. Então, a justiça de transição não pode estar relacionada exclusivamente com a reparação das graves violações de direitos humanos, perpetradas pelo Estado brasileiro, de forma planejada, organizada e sistemática durante o período da ditadura civil-militar. É necessário recordar para que jamais se esqueça, e, também, para que

nunca mais aconteça. Porém, o Estado brasileiro, em suas diferentes instâncias, ainda é perpetrador de graves violações de direitos. No Brasil, são mortas por armas de fogo ao redor de 40 mil pessoas por ano, em uma escalada de estatísticas que já remonta aos 20 anos de contagem, o que nos deixa com uma nuvem, em 20 anos, de 800 mil mortes por armas de fogo. A maioria absoluta dessas mortes é de jovens, de 15-29 anos, negros, das periferias urbanas e rurais. A indignação clamorosa nos leva a resistir e denunciar essa prática social perversa, bem como as torturas nas delegacias e instituições penitenciárias, a péssima condição em que se encontram as pessoas em situação prisional, a péssima condição de nosso sistema de saúde pública, a continuidade do atraso na reforma agrária, e no reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais, pescadores artesanais, quilombolas e indígenas, a violação dos direitos de gênero, dentre tantas outras.

Enfim, o elenco incompleto indica que as lutas por maior participação política, por afirmação da cidadania continuam imensas. Ampliava-se a discussão sobre democracia participativa, sobre socialismo democrático e popular. Naqueles anos, mesmo durante a ditadura civilmilitar, dada a crença numa política orientada por uma leitura popular da Bíblia, alargou-se um horizonte de possibilidades do controle social popular do Estado – a hermenêutica popular da Bíblia, também espalhada pelo Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (Cebi), inspirada no modo de organização dos Juizes, contrapunha o princípio organizativo dos Juizes ao da Monarquia davídicosalomônica. Nos meios eclesiais havia uma crítica ao Estado, e afirmava-se a necessidade de alternativas. O contexto internacional daqueles anos de 1980, a luta em El Salvador, os estertores das ditaduras na América do Sul, a vitória do sandinismo na Nicarágua... se conjugavam a um projeto teológicopolítico, criando um novo modelo de socialismo, um socialismo latinoamericano, um socialismo moreno.

Por outro lado, recrudescia a questão econômica, que se manifestava nos meios populares por meio das questões da carestia, sentidas como efeito da inflação galopante. Nas relações macroeconômicas, era manifesta como efeito das ações dos (des)governos militares da ditadura, que construíram a abominável dívida externa, dívida e(x)terna. A questão da dívida possibilitou uma reflexão teológica para denunciar a organização da economia internacional na era do reaganismo, a reaganomics: a idolatria do mercado. Franz Hinkelammert e Hugo Assmann deram início ao que se denominou *Teologia e Economia*. A Teologia da Libertação, desde Gutierrez, passando pelas reflexões, dentre outros, de Sobrino, Virgil, Ellacuría, Segundo, e de Clodovis e Leonardo Boff, no campo católico, Zwinglio Dias, José Miguez Bonino, Nestor Bonino, Rubem Alves, no campo protestante, havia consagrado a categoria *pobre*, como elucidativa das relações de opressão. As questões referentes à desigualdade socioeconômica estavam sempre orientadas por uma hermenêutica da relação pobreza e desenvolvimento, que terminou por gerar na década de 1990 as categorias de exclusão e de excluídos. A novidade da reflexão que se abria permitia interpretar a conformação do Mer-

cado Total, gerador de exclusões socioeconômicas na periferia. Hinkelammert e Assmann identificaram a necessidade de criar uma interpretação teológica dos processos econômicos e das ideologias das doutrinas econômicas – as quais têm discurso *religioso*. As doutrinas econômicas *sacralizam* as relações monetaristas e monetarizadas, por meio de processos de reificação das pessoas e das relações sociais. Uma das descobertas mais básicas e proféticas, foi a identificação de haver nas traduções do Pai Nosso, nos anos de 1960-1970, justamente quando a dívida externa na América Latina mais se acentua, a substituição de *perdoai as nossas dívidas* por *perdoai as nossas ofensas*. Um processo de moralização de uma relação de injustiça econômica.

No Brasil, como se está a apurar pela Comissão Nacional da Verdade, ao lado dos que se engajaram em movimentos políticos contra a ditadura, indígenas e camponeses foram massivamente mortos pelos agentes do regime, pelas elites latifundiárias por eles apoiados, pelo projeto de desenvolvimento econômico *sem gente*. Os processos sociais, de organização e mobilização popular, na luta por direitos, eram acompanhados por profícuo diálogo com as teologias do humanismo cristão e do evangelho social. No campo romanocatólico, o resultado era o de formação das comunidades eclesiais de base e uma eclesiologia da paróquia renovada, no campo protestante, a emergência de pastorais de fronteira, lidando com as questões das populações de rua, dos indígenas e dos desafios do mundo camponês. Todas essas experiências eram alimentadas por uma teologia da libertação, que interpretava, à luz da compreensão dos processos sociais, em diálogo com uma *nova* leitura bíblica e aprendendo com os processos libertários da tradição cristã, as lutas e os processos sociais do presente. Não sem tensões eclesiásticas este processo eclesial acontecia. E, na maior parte das vezes, as tensões eclesiásticas eram reprodução social das tensões e conflitos presentes na sociedade. Tratava-se do modelo hegemônico aflito e agonizante avançando em estratégias de eliminação dos *questionadores do poder*. O furor e a violência da repressão política do regime militar, no entanto, gerou uma solidariedade *mais* estendida, que provocou novas formas de organização solidária na sociedade brasileira como um todo. Dentre essas formas de solidariedade *mais* estendida emergem as organizações ecumênicas de serviço, que sucederam, no campo protestante, as experiências oriundas da Secretaria de Responsabilidade Social, da Confederação Evangélica do Brasil. Coordenadoria Ecumênica de Serviço; Centro Ecumênico de Documentação e Informação – que sucede ao Centro Ecumênico de Informação; Coordenadoria Ecumênica de Serviço; Centro Ecumênico de Serviço e Educação Popular, dentre outras organizações que emergem na década de 1970, foram uma resposta à necessidade de organizar a solidariedade na defesa e promoção dos direitos humanos.

Entre as décadas de 1970 e 1980, setores das igrejas cristãs eram os atores de ecumenismo insurgente, mais pela ação de alguns *agentes de pastoral* que pelo compromisso comum das instituições eclesiásticas. Nas igrejas vigia ainda

uma forte divisão ideológica. Muitos dos agentes pastorais, que ocupavam espaço político em direções das igrejas, estavam ideologicamente alinhados à noção de segurança nacional. Isto levou muitos deles a ação de delação, daquelas pessoas das igrejas que se opunham ao regime. Como sabemos, dentre outros fatores, isto implicou, até mesmo, na eliminação biofísica e na tortura de muitas cristãs e cristãos. Neste cenário, ecumenismo era um desafio pastoral e político. As organizações ecumênicas foram desafiadas a contribuir para que muitas pessoas pudessem sobreviver ao regime. Isto gerou forte rede de solidariedade, sobretudo para alimentar processos de exílio *com alguma dignidade*. Uma igreja solidária em diáspora se formou, e as organizações ecumênicas de serviço estavam no olho *desse* furacão. Neste cenário, a disputa pelo poder interno às instituições eclesiásticas alterou a correlação de forças e, em meados da década de 1970, muitas das instituições eclesiásticas tinham direções que se alinhavam à crítica às injustiças econômicas, sociais, políticas e culturais cometidas pelo regime militar. Esse cenário é o mesmo que tem a criação da Comissão de Pastoral da Terra (1972) e do Conselho Indigenista Missionário (1976), ambos serviços pastorais da igreja romanocatólica, desde o início abertos à participação protestante, e de caráter ecumênico (o apoio do Cedi, por meio do programa Povos Indígenas do Brasil, é parte deste processo histórico). Também é neste momento, da segunda metade da década de 1970 até a primeira da década de 1980, que foram escritos os principais documentos das igrejas com críticas duras à ditadura civilmilitar e com forte apelo à redemocratização da sociedade.

Neste cenário, iniciado na década de 1990, a questão da intolerância religiosa e de sua superação se inscreveu no centro mesmo da superação do autocentramento da perspectiva eclesiástica. Para além da autodefesa das instituições eclesiásticas ante o pluralismo religioso, urgia que se orientassem práticas de proteção ao direito de professar uma fé religiosa, o direito de crença. Isto implica no necessário reconhecimento da autonomia das religiões e de sua legitimidade pública e social. Mais ainda e *in extremis*, o reconhecimento que toda religião é *vera religione*. No Brasil, isto implica, necessariamente, em reconhecer o direito à existência e proficiência das religiões de matriz africana. Candomblé, Umbanda, Terecô, Batuque e as demais, todas são expressão da graça de Deus no mundo, da *missio Dei*. Cada comunidade de fé, que reúne às pessoas, para adorar à Divindade e servir às pessoas em fraternidade e sororidade, é lugar da presença de Deus. A idolatria ocorre quando se quer substituir a Divindade pelos deuses do autocentramento, que impedem os relacionamentos humanos abertos, fraternos e sororais, inspiradores de sonhos comuns de *vida eterna* aberta e iniciada no cotidiano. Nenhuma religião é dona da Divindade. Toda religião é canal da nossa comunicação com a Transcendência. E toda religião, por ser humana, é canal para a opressão inter e intrahumana, por isso deve ser vista (e vivida) nessa sua ambiguidade. Não para mantê-la, senão para superá-la.

Este é o contexto da formação do Fórum Ecumênico, que reúne igrejas,

conselhos de igrejas e organizações ecumênicas de serviço, com a perspectiva de partilhar visões, práticas e recursos em ações comuns para a promoção de direitos humanos, democracia e ecossocialismo.² Efetivamente, entre 1990 e 2010 o FEBrasil realizou três Jornadas Ecumênicas (1994, 2002, 2009); participou de todas as edições das Campanhas da Fraternidade Ecumênica; organizou as participações da família ecumênica internacional em quatro edições do Fórum Social Mundial (Porto Alegre, Mumbai, Nairóbi, Belém); criou o Portal Ecumênico como um serviço à comunidade ecumênica latinoamericana; organizou a participação na Rio +20, em 2012, numa perspectiva inter-religiosa, com o Espaço Religiões por Direitos. Essas interações institucionais se comunicam com a animação da presença ecumênica nos diferentes rincões do Brasil. Efetivamente, os processos ecumênicos têm, na presença das organizações ecumênicas de serviço, um apoio fundamental. Elas e suas organizações de participação mútua são parte do universo mais amplo do movimento ecumênico. O Fórum Ecumênico do Brasil logo foi instado a atender a demanda de correlacionar parceiros da América do Sul. Creio que devemos interpretar o FEBrasil, FeSur, FEAAT Brasil a partir da eclesiologia da *colegialidade*. É, sem dúvida, um espaço eclesial (movimento).

Estamos em um momento do mundo, um tempo espiritual, de difícil percepção das conexões e das experiências primárias. Tudo parece mediado e mediato, nada é percebido em sua dimensão direta e imediata. Não porque essas dimensões deixaram de existir. Isto se dá mais porque as lentes que nos oferecem os intérpretes das redes sociais, das novas tecnologias, não cooperam para notar como as pessoas estão a se reinventar com esses *meios*. Meios não são fins. As pessoas são fins. A teologia da libertação é a nossa memória subversiva desse *factum* e dessa dimensão axiológica de nosso cotidiano. Pessoas têm dignidade e demandam respeito pessoal e político dessa esfera intersubjetiva, comunicativa, interpessoal de nossa existência. As redes sociais estão para a construção de nossa pessoalidade como as sinagogas, no tempo de Jesus, estavam para a vivência da experiência... *haverá um tempo em que os verdadeiros adoradores... adorarão em espírito e verdade*. Esse é o lugar do virtual. O virtual não é o antônimo do real é apenas o meio da experiência da realidade e tem que ser conectado a ela. Precisamos entender essa aspiração mundial das juventudes por participação direta nos destinos dos países e do mundo. Há uma necessidade de reinvenção do Estado democrático de direito, e como dizia Lefort e afirma Habermas, a tradição política é herdeira da teologia judaicocristã. Há uma demanda por uma reinvenção da teologia política, uma teologia política que reinterprete o papel da política como participação e intervenção transformadora das relações de poder. O povo quer controle social e tem sido iludido em meio às manobras dos centros hegemônicos do Capitalismo *transnacional*, que permanecem a ser não os Estadosnacionais,

² DIAS, Zwinglio e Teixeira, F. *Ecumenismo e diálogo interreligioso – a arte do possível*. SP: Ed. San-tuário, 2008. Em especial o capítulo de Z. Dias.

senão os Conglomerados Transnacionais. É em meio a esse incêndio de primaveras e invernos que a reflexão teológica é conclamada a compreender as novas dimensões da participação, da reconstrução do Estado democrático de direito e do socialismo. Sim, o socialismo ou ecosocialismo, permanece como horizonte político para a reinvenção de uma democracia inclusiva e libertadora, na qual a sociedade civil tenha espaço de participação e de demandas dos direitos de reconhecimento, além dos direitos de igualdade.

Porém, se há uma agenda da promoção dos direitos humanos, da reelaboração do político, do ecosocialismo, há uma agenda eclesial. Tenho a impressão que dois fenômenos orientam essa questão. Por um lado, há o fato do Cristianismo ter se tornado a principal religião do Sul. Neste sentido, se impõem as agendas ecumênica e do fenômeno Francisco. A agenda ecumênica é uma imposição pela necessidade do diálogo interreligioso e entre as igrejas cristãs em um cenário pluralista e moderno. A Igreja, como fenômeno histórico, tanto o romanocatólicismo como o protestantismo e o pentecostalismo – para não me referir ao *pentecostalismo autônomo* ou *neopentecostalismo* – fizeram um diálogo de surdos com a modernidade. De certo modo, a teologia da libertação é um dos diálogos mais proficientes e profícuos com a modernidade, em especial no que ela tem de expansão da solidariedade e superação das desigualdades e intolerâncias. Isso explica a vocação ecumênica da teologia da libertação. Porém, este não é um momento em que as IgrejasMercado compreendam o ecumenismo como um desafio para sua missão.

Diante da sociobiodiversidade ameaçada pela condução de um modelo de desenvolvimento, hegemônico, centrado no sociometabolismo capitalista do Capital mundializado, que tritura em seus moinhos os seres vivos e o meio ambiente, temos toda a vida fragmentada. O esgarçamento das condições de vida da maioria das pessoas tem atirado a Humanidade em divisões de alta combustão. Zygmunt Bauman, um dos intérpretes mais argutos dos fenômenos contemporâneos, indica que estamos construindo sociabilidades ameaçadoras, ao invés de alimentarmos a hospitalidade.³ Poderíamos afirmar que quem mais sofre com os processos de injustiça socioambiental e mudanças climáticas são as juventudes de todo o planeta. Mundialmente são mortos 250 mil crianças e jovens de 10-29 anos no mundo, são 41% do total de mortes por causas violentas. Para cada uma dessas pessoas assassinadas entre 20-40 são feridas. Genocídio é considerado o extermínio total ou parcial deliberado de um grupo racial, religioso, étnico, ou grupo nacional. 250 mil crianças e jovens de 10-29 anos é uma parcela relevante dos sete bilhões (3% da população mundial; praticamente 25% da população jovem do planeta). Apenas no Brasil são mortos 40 mil jovens de 15-29 anos por ano.

É no corpo dos jovens que se expressa declaradamente a letalidade sistêmica. Violência arrebatadora de um contingente que enriqueceria nossa sociobio-

³ BAUMAN, Zygmunt. *A Ética é possível num mundo de consumidores?* RJ: Zahar, 2011.

diversidade, com sua alegria, criatividade, coragem e capacidade de mudança. São os jovens os que mais são mercantilizados, transformados em mercadorias intercambiáveis. Usados como peças na grande engrenagem do Capital. Triturados na máquina de moer espécies vivas. Os mesmos jovens, presença escatológica do sagrado, instilam novas formas organizacionais de contestação ao sistema. Os movimentos internacionais caracterizados como *Ocupa*, que declararam: somos os 99%. O uso criativo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) para articular novas modalidades de organização em rede. Articulam uma capacidade para interpretar outras maneiras com as quais o *cognitariado* – a mão-deobra da economia do conhecimento – inventando novas formas de sobrevivência. Incitam a ampliação de circuitos econômicos criativos, autogestionários, com trocas *justas*. Dentre essas novas juventudes encontra-se a Rede Ecumênica de Juventude, nascida no século XXI, a partir do Fórum Ecumênico ACT Brasil. Hoje é presença no Conselho Nacional de Juventude. Essas juventudes têm, também, reforçado novos padrões de produção de alimentos. Abandonando o paradigma da *revolução verde*, que era alimentada pela indústria de agrotóxicos. Buscam na agroecologia e outras formas de produção orgânica, os meios pelos quais podem propagar a segurança e a soberania alimentar. Essas juventudes têm clareza que não haverá justiça socioambiental sem democracia agrária. É uma parcela da população mundial que aprende a aprender novas relações de gênero, abandonando gradualmente as leituras androcêntricas, patriarcais e sexistas das relações humanas. Vive a sexualidade na era da AIDS, com temor e amor. Juventude que se articula em novos sonhos do Sagrado, que entende que a diferença é graça, a desigualdade é desgraça. E afirmam essas juventudes ecumênicas: inexistirá paz e justiça no mundo, sem que haja respeito pela sociobiodiversidade, o que inclui o pluralismo religioso, sem que haja justiça socioambiental.

O presente projeto foi apresentado no ano de 2013 à IV Chamada Pública do Projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, e selecionado por Comitê independente para fomento. A realização do projeto objetiva atender as missões legais da Comissão de Anistia de promover o direito à reparação, memória e verdade, permitindo que a sociedade civil e os anistiados políticos concretizem seus projetos de memória. Por essa razão, as opiniões e dados contidos na publicação são de responsabilidade de seus organizadores e autores, e não traduzem opiniões do Governo Federal, exceto quando expresso em contrário.

Realização



MEMORIAL DA ANISTIA

Projeto
Marcas da Memória

Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça



Parceria

